

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

Daniel Martins de Brito

**O FUNCIONAMENTO DAS RELAÇÕES DE DISCURSO NA DIMENSÃO
DRAMATÚRGICA DE ENTREVISTAS JORNALÍSTICAS: uma abordagem
interacionista**

Belo Horizonte

2023

Daniel Martins de Brito

**O FUNCIONAMENTO DAS RELAÇÕES DE DISCURSO NA DIMENSÃO
DRAMATÚRGICA DE ENTREVISTAS JORNALÍSTICAS: uma abordagem
interacionista**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de pesquisa: Estudos do Texto e da Textualização.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Ximenes Cunha.

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2023

B862f

Brito, Daniel Martins de.

O funcionamento das relações de discurso na dimensão dramaturgica de entrevistas jornalísticas [manuscrito] : uma abordagem interacionista / Daniel Martins de Brito. – 2023.
1 recurso online (247 f. : il., p&b.) : pdf.

Orientador: Gustavo Ximenes Cunha.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de Pesquisa: Estudos do Texto e da Textualização.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 155-163.

Anexos: f. 164-247.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Discurso jornalístico – Teses. 3. Entrevistas (Jornalismo) – Teses. 1. Cunha, Gustavo Ximenes. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 418



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

FOLHA DE APROVAÇÃO

O funcionamento das relações de discurso na dimensão dramatúrgica de entrevistas jornalísticas: uma abordagem interacionista

DANIEL MARTINS DE BRITO

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Estudos do Texto e da Textualização.

Aprovada em 16 de fevereiro de 2023, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Gustavo Ximenes Cunha - Orientador

UFMG

Prof(a). Wilma Maria Pereira

IFTM

Prof(a). Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira

UFMG

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ximenes Cunha, Professor do Magistério Superior**, em 17/02/2023, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Larissa A Marciotto Oliveira, Subcoordenador(a)**, em 17/02/2023, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wilma Maria Pereira, Usuária Externa**, em 17/02/2023, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1981263** e o código CRC **086FFD21**.

Referência: Processo nº 23072.274468/2022-12

SEI nº 1981263

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em especial, ao Prof. Dr. Gustavo Ximenes Cunha, que, desde o início do meu percurso acadêmico, nos primeiros semestres da graduação, tem investido em mim e em minha formação. Durante o tempo em que convivemos, ele tem sido um exemplo de orientador, de professor e, sobretudo, de ser humano. Gustavo, obrigado por todos os anos de orientação, por tantos ensinamentos, por confiar no meu trabalho e por contribuir com tanta generosidade, responsabilidade e leveza para a minha formação como pesquisador! Muito obrigado por tudo!

Agradeço a Deus e aos meus familiares que acompanharam minhas aflições, angústias e inseguranças durante os dois anos de dedicação ao mestrado e que, em inúmeros momentos, foram meu refúgio.

Agradeço à Profa. Dra. Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira, pela parceria nos “bastidores” do Grupo de Estudos sobre Pragmática, Texto e Discurso (GEPTED), pelo apoio e pela disposição em me auxiliar durante o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço ainda pela avaliação tão cuidadosa do meu projeto e por gentilmente ter aceitado participar da banca de defesa. Expresso também meu agradecimento à Profa. Dra. Wilma Maria Pereira, pela amizade e por ter aceitado participar da banca. Agradeço ao Prof. Dr. Jairo Venício Carvalhais Oliveira, por, com tanta gentileza, ter se disposto a compor a banca como suplente. Para mim, é uma honra tê-los como avaliadores deste trabalho.

Agradeço à Paloma Bernardino Braga, pela parceria nas iniciações científicas e pela amizade durante todos esses anos. Paloma, sou muito grato a você pelas diversas palavras de carinho e pelo seu constante apoio, que foi fundamental para a realização desta pesquisa. Muito obrigado! Não posso deixar de manifestar minha gratidão à Maria Eduarda Gama Almeida, que, desde o início da graduação, é minha dupla preferida. Obrigado, Duda, por compartilhar comigo os melhores (e os não tão bons) momentos da vida. Obrigado, pela amizade e por todo o suporte ao longo desses anos, principalmente durante os últimos meses!

Também merecem um agradecimento especial a Profa. Dra. Luana Lopes Amaral e o Prof. Dr. Luiz Francisco Dias, por todo o conhecimento que eles compartilharam comigo nas disciplinas da graduação e da pós e por terem despertado em mim tanto amor pelos estudos linguísticos. Deixo registrado ainda meu agradecimento à Profa. Dra. Raquel dos Santos Madanelo Souza, por todos os ensinamentos e por ter contribuído tanto para a minha formação. Para mim, esses três são, sem sombra de dúvidas, grandes exemplos do que é “ser um professor de verdade”.

Agradeço à Cris Martins por ter me apresentado, ainda na educação básica, aos encantos do mundo da linguagem e, sobretudo, por ter despertado em mim tanta paixão por esse mundo. Cris, obrigado pelos bons momentos que compartilhamos durante todo o tempo em que convivemos, principalmente durante os dois anos de mestrado.

Por fim, agradeço à FAPEMIG, pelo apoio financeiro.

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de estudar o papel que as relações de discurso propostas pela Escola de Genebra (ou Modelo Genebrino de Análise do Discurso) – a saber: argumento, contra-argumento, comentário, reformulação, preparação, topicalização, tempo (sucessão) e clarificação – e suas marcas linguísticas, como os conectores, exercem na dimensão dramática – dimensão em que se estabelece o processo de gestão de imagens identitárias (faces e territórios) pelos interlocutores – de entrevistas jornalísticas escritas. Para estudar em que medida, nesse contexto específico, os interlocutores (entrevistador e entrevistado) negociam faces e territórios por meio do estabelecimento das relações de discurso, é adotada uma abordagem interacionista que, baseada em contribuições teórico-metodológicas da Escola de Genebra, atribui importância central ao papel que essas relações exercem no processo de gestão conjunta de imagens identitárias. Adotando essa abordagem interacionista, este estudo se guia pela hipótese a ela subjacente, hipótese segundo a qual as relações de discurso que o locutor estabelece lhe possibilitam antecipar-se a eventuais objeções do outro (interlocutor ou terceiro) quanto à natureza ofensiva de sua intervenção, na tentativa de fazer com que esse outro não avalie tal intervenção como um ataque à sua face e/ou uma invasão de seu território. Assim, de acordo com essa hipótese, o estabelecimento das relações constitui uma manobra linguística essencialmente ligada à dimensão dramática do discurso. Para alcançar o objetivo proposto, foi feita a análise de um *corpus* constituído de oito entrevistas escritas publicadas pela Folha de S. Paulo em fevereiro de 2021. Do ponto de vista metodológico, a análise se realizou em cinco etapas. Na primeira, as entrevistas foram segmentadas em atos, que constituem a menor unidade de análise textual proposta pela Escola de Genebra. Na segunda etapa, foram identificadas as relações de discurso interativas entre os constituintes textuais das entrevistas. Na terceira, foram identificadas as eventuais objeções que o locutor, por meio das relações interativas, tentou evitar. Na quarta etapa, foram averiguados os prejuízos que as eventuais objeções poderiam causar às faces e aos territórios em jogo. Na última etapa, foi verificada a efetividade da relação estabelecida pelo locutor no bloqueio de uma possível objeção do interlocutor. Com a análise, foi possível verificar que as relações de discurso correspondem a recursos com os quais entrevistado e entrevistador efetivamente antecipam-se a eventuais objeções um do outro, bloqueando-as. Porque essas objeções são potencialmente ameaçadoras para as imagens identitárias em jogo, o estabelecimento das relações, ao bloqueá-las, constitui uma ação linguística diretamente ligada à dimensão dramática da interação, na medida em que auxilia os interlocutores a protegerem suas faces e seus territórios dos prejuízos causados por tais objeções.

Palavras-chave: relações de discurso; imagens identitárias; interação; gênero entrevista; Modelo Genebrino de Análise do Discurso.

ABSTRACT

This research aims to study the role played by discourse relations, proposed by the School of Geneva (or the Geneva Approach to Discourse Analysis), and their correspondent text relation markers, such as connectors, in the dramaturgical dimension of written journalistic interviews. The relations are: argument, counter-argument, comment, reformulation, preliminary, topicalization, succession and clarification. The dramaturgical dimension corresponds to the process of how the interactants manage in their discourse faces and territories relations between them. We adopted an interactionist approach in order to study to what extent the interlocutors (interviewer and interviewee) negotiate faces and territories through discourse relations. This approach, based on theoretical-methodological contributions from the School of Geneva, highlights the importance of the role played by these relations in the process of facework. Adopting the interactionist approach, our study is guided by the hypothesis that the discourse relations the speaker establishes allow them to anticipate possible objections from the other (interlocutor or third party) regarding the offensive nature of their intervention, in an attempt to make this other not evaluate such intervention as an attack on their face and/or an invasion of their territory. Thus, according to this hypothesis, using these relations constitutes a language maneuver essentially linked to the dramaturgical dimension of discourse. In order to achieve our goal, we analyzed a corpus composed of eight written interviews published by Folha de S. Paulo in February 2021. From a methodological point of view, the analysis was carried out in five steps. In the first, the interviews were segmented into acts, which, according to the School of Geneva, are the minimal textual constituent of analysis. In the second, we identified the interactive discourse relations established between the textual constituents of the interviews. In the third step, we identified the objections the speaker tried to avoid using interactive relations. In the fourth, we investigated the damage these objections could cause to the faces and the territories at stake. In the last step, we verified the effectiveness of the relations established by the speaker in blocking a possible objection by the interlocutor. With this analysis, it was possible to verify that the discourse relations are resources that interviewee and interviewer can use to effectively anticipate each other's possible objections, and, therefore, block these objections. Because these are potentially threatening to the faces at stake, the establishment of relationships constitutes a language action directly linked to the dramaturgical dimension of the interaction, insofar as it helps the interlocutors to protect their faces and their territories from the harm caused by such objections by blocking them.

Keywords: discourse relations; identity images; interaction; genre interview; Geneva Approach to Discourse Analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação da mesclagem dos gêneros na relação oralidade-escrita.....	34
Figura 2 – Representação da interação entre entrevistado, entrevistador e audiência	38
Figura 3 – Esquema do processo de negociação	52
Figura 4 – Estrutura hierárquica do processo de negociação (1).....	53
Figura 5 – Estrutura hierárquica do processo de negociação (2).....	55
Figura 6 – Estrutura hierárquica do processo de negociação (3).....	56
Figura 7 – Estrutura hierárquica do excerto da interação entre cliente e agente de viagens	64
Figura 8 – Estrutura hierárquica do processo de negociação (08).....	76
Figura 9 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Nikole Jones / Fernanda Mena (relação de argumento não marcada)	94
Figura 10 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Seymouh Hersh / Marina Dias (relação de argumento marcada)	98
Figura 11 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Salman Rushdie / Sylvia Colombo (relação de contra-argumento não marcada) A	103
Figura 12 – Estrutura hierárquico-relacional: intervenção de Salman Rushdie	104
Figura 13 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Salman Rushdie / Sylvia Colombo (relação de contra-argumento não marcada) B.....	106
Figura 14 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Felipe Neto / Patrícia Mello (relação de contra-argumento marcada).....	107
Figura 15 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Sally Lehrman / Raphael Hernandez (relação de comentário não marcada).....	112
Figura 16 – Estrutura hierárquico-relacional: intervenção de pergunta da jornalista Fernanda Mena (relação de comentário marcada).....	115
Figura 17 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Ben Smith / Thiago Amparo (relação de reformulação não marcada)	119
Figura 18 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Branko Milanovic / Érica Fraga (relação de reformulação marcada).....	123
Figura 19 – Estrutura hierárquico-relacional: intervenção de pergunta da jornalista Fernanda Mena (relação de topicalização não marcada).....	128
Figura 20 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Ben Smith / Thiago Amparo (relação de topicalização marcada)	131

Figura 21 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Luiza Trajano / Bruna Narcizo (relação de preparação estabelecida pela entrevistada Luiza Trajano)	135
Figura 22 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Seymour Hersh / Marina Dias (relação de tempo não marcada).....	139
Figura 23 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Felipe Neto / Patrícia Mello (relação de tempo marcada)	142
Figura 24 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Branko Milanovic / Érica Fraga (relação de clarificação)	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cálculo do percurso inferencial da relação de clarificação	65
Quadro 2 – Máximas de polidez.....	77
Quadro 3 – Entrevistas que compõem o <i>corpus</i> da pesquisa	82
Quadro 4 – Frequência das relações de discurso por categoria genérica	89
Quadro 5 – Ocorrências selecionadas para análise.....	91

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A	Ato
Ap	Ato principal
As	Ato subordinado
Arg	Argumento
C-a	Contra-argumento
Cla	Clarificação
Com	Comentário
FALE	Faculdade de Letras
FTA	<i>Face-threatening act</i> (ato ameaçador de face)
GEPTED	Grupo de Estudos sobre Pragmática, Texto e Discurso
I	Intervenção
In	Iniciativa
Ip	Intervenção principal
Is	Intervenção subordinada
M	Memória discursiva
Prep	Preparação
Re	Reativa
Ref	Reformulação
T	Troca
Tem	Tempo
Top	Topicalização
Ts	Troca subordinada
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 O GÊNERO ENTREVISTA.....	25
2.1 A noção de atividade ou gênero de atividade	25
2.2 Entrevista: procedimento técnico ou atividade interacional?	27
2.3 Alguns aspectos característicos do gênero entrevista.....	31
2.3.1 Entrevista: um gênero num <i>continuum</i> entre a oralidade e a escrita	33
2.3.2 Os participantes envolvidos na interação	37
2.3.3 A relação vertical entre entrevistado e entrevistador.....	40
2.3.4 A organização textual em perguntas e respostas	43
2.4 Considerações parciais	49
3 ESTUDO DO PAPEL DAS RELAÇÕES DE DISCURSO NA GESTÃO DE FACES E TERRITÓRIOS.....	50
3.1 As noções de <i>processo de negociação, completude e relação de discurso</i> propostas na Escola de Genebra	51
3.1.1 Processo de negociação e completude (monológica e dialógica).....	51
3.1.2 As relações de discurso na perspectiva da Escola de Genebra.....	57
3.2 Uma discussão do tratamento das relações de discurso na Escola de Genebra.....	65
3.3 Uma abordagem interacionista para o estudo das relações de discurso interativas.....	68
3.4 Considerações parciais	79
4 METODOLOGIA.....	80
4.1 Constituição do <i>corpus</i>	80
4.2 Percorso de análise	83
5 ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE DISCURSO EM ENTREVISTAS À LUZ DE UMA PERSPECTIVA INTERACIONISTA.....	88
5.1 Argumento	92
5.1.1 Relação de argumento não marcada	93
5.1.2 Relação de argumento marcada.....	97
5.2 Contra-argumento	101
5.2.1 Relação de contra-argumento não marcada.....	102
5.2.2 Relação de contra-argumento marcada.....	106

5.3 Comentário	110
5.3.1 Relação de comentário não marcada	111
5.3.2 Relação de comentário marcada	115
5.4 Reformulação.....	117
5.4.1 Relação de reformulação não marcada.....	118
5.4.2 Relação de reformulação marcada.....	122
5.5 Topicalização.....	126
5.5.1 Relação de topicalização não marcada	127
5.5.2 Relação de topicalização marcada.....	131
5.6 Preparação	134
5.7 Tempo.....	137
5.7.1 Relação de tempo não marcada	138
5.7.2 Relação de tempo marcada	142
5.8 Clarificação.....	145
5.9 Considerações parciais	148
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS	155
ANEXO A – ENTREVISTAS SEGMENTADAS EM ATOS	164
ANEXO B – ESTRUTURAS HIERÁRQUICAS COM A INDICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE DISCURSO	180

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os estudos da linguagem têm chamado a atenção para o fenômeno da negociação de imagens identitárias, ligado à maneira como os interlocutores, em uma interação, co-constroem imagens de si, mostrando quem são uns para os outros¹. Importantes para esses estudos são as noções de face e território, que têm origem na perspectiva microsociológica de Erving Goffman e que permitem o tratamento teórico das imagens que os interlocutores projetam de si e do outro na interação. Para Goffman (2011, p. 13-14), a face diz respeito ao “valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha [de conduta] que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular”. A face também é definida por Goffman como “uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados” (2011, p. 14). Já o território pode ser entendido não apenas como um conjunto de elementos, físicos ou simbólicos, que, constituindo uma reserva pessoal de cada interactante, costuma ser por ele defendido e preservado durante uma interação, mas também como o desejo desse interactante estar e permanecer em liberdade de ação e não sofrer imposições do outro (GOFFMAN, 1973).

Na Teoria da Polidez, de Brown e Levinson (1987), abordagem que muito contribuiu para o surgimento e a consolidação do campo dos estudos sobre polidez linguística, as noções de face e território são respectivamente designadas como “face positiva” e “face negativa”. Nessa teoria, a face positiva diz respeito à “autoimagem positiva e consistente ou ‘personalidade’ (crucialmente incluindo o desejo de que essa autoimagem seja apreciada e aprovada) reivindicada pelos interactantes”, ao passo que a face negativa corresponde à “reivindicação básica de territórios, de preservação pessoal, de direitos a não-distração – i.e. de liberdade de ação e liberdade de imposição (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 61).

Na perspectiva dos autores, considera-se que todo ato de fala constitui um ato ameaçador de face (*face-threatening act* – *FTA*), porque coloca em risco pelo menos uma das quatro faces envolvidas em uma interação: 1) face positiva do falante; 2) face negativa do falante; 3) face positiva do ouvinte; 4) face negativa do ouvinte (BROWN; LEVINSON, 1987). Tendo em vista a vulnerabilidade das faces, os interlocutores buscam evitar os FTA ou empregam estratégias para mitigar ameaças, por meio do trabalho de face. Proposta por Goffman (1967[1955], p. 12),

¹ Algumas abordagens em que a negociação de imagens identitárias é estudada são a Pragmática (BROWN; LEVINSON, 1987; CULPEPER, 2011; KERBRAT-ORECCHIONI, 1998, 2006), a Análise da Conversa (HERITAGE, 2008; HERITAGE; RAYMOND; DREW, 2019), a Análise do Discurso (AMOSSY, 2005; MAINGUENAU, 2005), a Linguística Textual (FÁVERO; ANDRADE, 1998; KOCH; BENTES, 2008).

a noção de trabalho de face (*face-work*) diz respeito às “ações tomadas por uma pessoa para fazer o que quer que esteja fazendo consistente com a face”. Segundo o autor, essas ações, que podem ser languageiras ou não languageiras, servem “para neutralizar ‘incidentes’ – isto é, eventos cujas implicações simbólicas efetivas ameaçam a face” (GOFFMAN, 1967[1955], p. 12).

Ao ser reinterpretada por Brown e Levinson no campo dos estudos da linguagem, a noção de trabalho de face, de Goffman,

sofre um deslizamento conceitual importante, porque, de um lado, é restringida, já que passa a corresponder apenas ao uso dos procedimentos linguísticos (e não de quaisquer procedimentos) que atenuam a ameaça apenas de atos de fala, mas, de outro, é ampliada, já que passa a abarcar as estratégias empregadas na mitigação de ataques à face negativa (e não mais apenas de ataques à face positiva) (CUNHA, 2017, p. 606).

Desse modo, a noção de trabalho de face passa a corresponder ao conjunto de estratégias linguísticas que os interlocutores empregam para evitar ou minimizar as ameaças que os FTA causam para as faces positiva (face) e negativa (território). Nesse sentido, tal noção, como argumenta Cunha (2017), se mostra redutora, na medida em que se limita à análise de atos de fala isolados e não autênticos (produzidos pelo próprio pesquisador). Apesar disso, o conceito de trabalho de face, tal como se consolidou nos estudos da polidez linguística a partir da teoria de Brown e Levinson (1987), foi bastante importante para a Escola de Genebra², abordagem dos estudos do discurso em cujas contribuições esta pesquisa se apoia.

Embora a Escola de Genebra se fundamente em proposições de Goffman e Brown e Levinson, essa vertente teórica abre mão da noção de trabalho de face, valendo-se de um conceito mais amplo para tratar do fenômeno da negociação de imagens identitárias: o processo de figuração. Esse processo se refere ao uso que os interlocutores, em uma interação, fazem de estratégias oriundas de diferentes planos da organização do discurso (como os planos relativos à sintaxe, à

² A Escola de Genebra (ou abordagem genebrina de Análise do Discurso) é uma vertente dos estudos do discurso que surgiu no final dos anos 1970 na Universidade de Genebra com o objetivo de descrever a articulação dos atos de fala em discursos autênticos (ROULET et al., 1985). Os trabalhos situados no âmbito dessa vertente teórica foram desenvolvidos por um grupo de pesquisadores liderado por Eddy Roulet. A atual versão do arcabouço teórico-metodológico desenvolvido por esse grupo, que resulta de mais de três décadas de pesquisas, é o Modelo de Análise Modular do Discurso, um modelo que busca incorporar contribuições de abordagens centradas em aspectos isolados da organização do discurso (Análise da Conversa, Pragmática, Sociolinguística Interacional, Sociologia etc.), para descrever, por meio de uma metodologia de análise modular, a complexidade dessa organização discursiva como o resultado da combinação de informações de três dimensões: linguística, textual e situacional (ROULET; FILLIETTAZ, GROBET, 2001). Explicações mais detalhadas sobre os pressupostos teóricos do modelo modular e a metodologia proposta nesse modelo são apresentadas em Roulet; Filliettaaz; Grobet (2001), Marinho (2004) e Cunha (2014).

articulação textual, às tipologias textuais, à prosódia, à construção da cadeia referencial etc.) para realizar a gestão de faces e territórios (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

Assim, na perspectiva da Escola de Genebra, o estudo da dimensão dramática do discurso – entendida aqui como a dimensão em que se estabelece o processo de figuração –, não se restringe à descrição e à análise das estratégias microlinguísticas – relacionadas, por exemplo, ao uso de determinados modos e tempos verbais e de construções sintáticas – empregadas pelos interlocutores para mitigar o grau de ameaça dos atos de fala em uma interação. Afinal, como explica Cunha (2017, p. 606), o processo de figuração

engloba as estratégias (sintáticas, relacionais, operacionais, tópicas, polifônicas, periódicas, composicionais etc.) que permitem a cada locutor, ao longo da dinâmica interacional, preservar, enaltecer ou atacar sua própria face, defender ou expor seu próprio território, preservar, enaltecer ou agredir a face do outro, invadir o território do outro, dominá-lo, colocando-se num lugar de poder elevado, ou se deixar dominar, permitindo ao outro que se sobreponha na interação.

No que diz respeito às estratégias de articulação textual empregadas no processo de gestão de imagens identitárias, as indicações disponíveis na literatura são, de acordo com Cunha (2017, p. 606), “pontuais e pouco sistemáticas, não podendo, por isso, ser reunidas em uma teoria única ou oferecer uma visão ampla e de conjunto acerca do fenômeno”.

Na Teoria da Polidez, de Brown e Levinson (1987), são propostas, por exemplo, algumas estratégias que envolvem a articulação de atos de fala para suavizar um ato ameaçador de face. Uma dessas estratégias é *admit the impingement*, que consiste em o falante admitir que produziu um ato de fala que, de alguma maneira, representa alguma ameaça para a face positiva ou negativa do ouvinte. Com essa estratégia, o falante, antes de produzir o ato ameaçador, demonstra reconhecer que esse ato traz algum tipo de importunação ao ouvinte: “Eu sei que isso é chato, mas...” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 188). Outra estratégia é *indicate reluctance*, que consiste em o falante demonstrar relutância para a realização do ato ameaçador de face, evidenciando que não quer colocar em risco a face positiva ou negativa do ouvinte: “Eu normalmente não te perguntaria isso, mas...”, “Você nunca me incomodou, eu sei, mas...” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 186).

Com base em proposições da Teoria da Polidez (BROWN; LEVINSON, 1987), Kerbrat-Orecchioni (2006) indica um conjunto de procedimentos de articulação de atos de fala para suavizar ou neutralizar os atos ameaçadores de face. Um desses procedimentos é a anúnciação

do ato ameaçador com a produção de um “enunciado preliminar”, ou seja, um enunciado que precede o ato ameaçador (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 88). A autora (2006, p. 88) apresenta alguns exemplos de enunciados preliminares, como “Você pode me fazer um favor?” (para suavizar um ato ameaçador de pergunta), “Eu posso te dar uma opinião?/fazer uma observação?” (para suavizar um ato ameaçador de crítica ou objeção) e “Você está livre esta noite?” (para suavizar um ato ameaçador de convite).

Outro procedimento apresentado por Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 89) é o uso de desarmadores, que, segundo a pesquisadora, são enunciados “pelos quais se antecipa uma possível reação negativa do destinatário do ato, e se tenta neutralizá-la: ‘Não queria te importunar, mas...’, ‘Fico embaraçado por te incomodar, mas...’, ‘Espero que você não me interprete mal, mas...’”. Apesar das indicações, a pesquisadora não desenvolve um estudo sistemático ou mais aprofundado do papel que a articulação dos atos de fala exerce na gestão de imagens identitárias, restringindo-se a uma apresentação pontual do funcionamento de alguns atos, a exemplo dos preliminares, como suavizadores de atos ameaçadores de face.

Embora essas estratégias apresentadas em Brown e Levinson (1987) e em Kerbrat-Orecchioni (2006) revelem o funcionamento da articulação dos atos de fala no trabalho de face, as perspectivas dos autores não desenvolvem um estudo sistemático sobre o papel da articulação textual no trabalho de face. Isso ocorre, de acordo com Cunha (2017), em razão do fato de as teorias da polidez se concentrarem no estudo dos atos de fala, não oferecendo indicações que sejam suficientes para um tratamento sistemático e global de estratégias de articulação textual no processo de negociação de imagens identitárias (cf. BROWN; LEVINSON, 1987; LEECH, 1983, 2014; KERBRAT-ORECCHIONI, 2006). Essa constatação constitui uma das facetas do problema motivador desta pesquisa.

No que tange à literatura dedicada ao estudo da articulação textual, os trabalhos mostram uma forte preocupação com aspectos sobretudo informacionais e/ou estruturais das relações entre as partes de um texto, colocando em segundo plano o papel dessas relações na negociação de imagens identitárias. Exemplos desses trabalhos são, no Funcionalismo, o estudo sobre coesão e relações coesivas de Halliday e Hasan (1976), a Teoria da Estrutura Retórica (*Rhetorical Structure Theory*) para o estudo de relações retóricas que organizam os textos, de Mann e Thompson (1988) e Mann, Matthiessen e Thompson (1992) e a Gramática de Usos do Português, de Neves (2000); na Linguística Textual, os estudos sobre a construção do texto e os mecanismos de coesão e coerência (KOCH, 1999, 2004, 2006); na Análise do Discurso, os

estudos da Escola de Genebra sobre a articulação de constituintes textuais na estrutura de discurso (ROULET, 1986, 1987, 1999a, 2003, 2006; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

No que diz respeito, em especial, à Escola de Genebra – abordagem em cujas contribuições, como mencionado, esta pesquisa se apoia –, até chega a ser considerado, em alguma medida, o papel que desempenham na gestão de imagens identitárias algumas das relações de discurso propostas nessa abordagem (argumento, contra-argumento, comentário, topicalização, preparação, reformulação, tempo (sucessão) e clarificação). Roulet (ROULET et al., 1985), por exemplo, mostra que a relação de preparação – que se estabelece quando um constituinte textual subordinado antecede um constituinte principal, preparando-o – pode auxiliar o locutor a evitar que o interlocutor tenha reações inoportunas para as faces em jogo. No entanto, os trabalhos do autor no âmbito da perspectiva genebrina, de modo geral, tratam pouco do funcionamento das relações de discurso na gestão de imagens identitárias, oferecendo apenas algumas indicações sobre esse funcionamento (cf. ROULET et al., 1985; ROULET, 1986, 1987, 1988; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

Em pesquisas sobre articulação textual desenvolvidas na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (FALE/UFMG) com base nos postulados da Escola de Genebra, é possível notar que, de modo geral, há uma predileção pelo estudo do papel das relações de discurso na conexão das informações expressas na superfície do texto, bem como pela descrição das propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas das marcas linguísticas dessas relações, como os conectores (cf. MARINHO, 2002; DUARTE, 2008; FERREIRA, 2010; ALMEIDA, 2011; MENDES, 2015; OLIVEIRA, 2017). Vale destacar que, nessas pesquisas, os textos estudados são sobretudo monológicos, ou seja, produzidos por um único locutor, como artigos de opinião e notícias. Por esse motivo, aspectos essencialmente interacionais, como o processo de negociação de imagens identitárias realizado pelos interlocutores, não são tratados a fundo.

Alguns desses estudos até chegam a abordar o papel que as relações de discurso exercem na dimensão dramatúrgica do discurso. Todavia, por não tomarem essas relações como objeto de um estudo sistemático ou por não ser o plano da articulação textual o foco de suas análises, eles não tratam de modo aprofundado a função que as relações exercem na negociação de imagens identitárias (cf. CUNHA, 2013, 2014; VAGO, 2019). É importante esclarecer que, embora não apresentem indicações suficientes sobre o funcionamento das relações de discurso na gestão de faces e territórios, isso, a nosso ver, não diminui ou anula o mérito de tais trabalhos, que muito

contribuíram para uma melhor compressão de mecanismos e fenômenos de articulação textual em diferentes produções discursivas.

Nos últimos anos, algumas pesquisas desenvolvidas na FALE/UFMG à luz das contribuições da Escola de Genebra têm dado uma atenção especial ao estudo do papel do plano da articulação textual na dimensão dramatúrgica do discurso. O trabalho de Picinin (2021), por exemplo, apresenta uma análise aprofundada das funções que a relação de concessão exerce na negociação de imagens identitárias em contexto de sentença judicial. Da mesma forma, a pesquisa de Braga (2021) apresenta um estudo sistemático do funcionamento da relação de comentário metadiscursivo na gestão de faces em debate eleitoral. Há também o trabalho de Pereira (2022), que evidencia que as relações de discurso desempenham um importante papel na negociação de imagens identitárias em comentários *on-line*.

Apesar das contribuições dessas pesquisas para a compreensão do funcionamento das relações de discurso na gestão de imagens identitárias, segundo Cunha (2015, 2020a), os estudos sobre articulação textual são, de modo geral, centrados

- nos aspectos estruturais das relações estabelecidas entre as partes de um texto;
- no papel que as relações entre os constituintes textuais – ou relações retóricas (para a RST), relações semânticas ou de coesão (para a perspectiva funcionalista de Halliday e Hasan), relações de discurso (para a Escola de Genebra) – exercem na produção de um texto coeso e coerente ou suficientemente completo e informativo;
- nas propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas de conectores, expressões conectivas, conjunções etc.

Porém, não constitui o objetivo primeiro de tais estudos analisar sistematicamente o funcionamento dessas mesmas relações no processo de gestão conjunta de faces e territórios (CUNHA, 2015, 2020a). Essa é outra faceta do problema motivador da investigação apresentada nesta dissertação.

Buscando preencher lacunas tanto dos trabalhos sobre polidez quanto dos estudos sobre articulação textual, Cunha (2015, 2016a, 2017, 2019, 2020a, 2020b, 2021a, 2021b, 2021c, 2022a, 2022b, 2022c) vem desenvolvendo no âmbito do Grupo de Estudos sobre Pragmática, Texto e Discurso (GEPTED), da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (FALE/UFMG), uma abordagem interacionista que atribui importância central às relações de discurso no processo de negociação de imagens identitárias. A tal abordagem, que especifica e

revisa o tratamento dado pela Escola de Genebra a essas relações, subjaz a hipótese geral de que

as relações de discurso que o locutor estabelece entre as informações que expressa permitem a ele antecipar-se a possíveis objeções do outro (interlocutor ou terceiro) quanto à natureza ofensiva de sua intervenção, na busca por fazer com que o outro não avalie essa intervenção como um ataque à sua face ou uma invasão de seu território (CUNHA, 2020a, p. 110).

Sob essa ótica, são considerados “indissociáveis o processo de coordenação de ações por meio do estabelecimento das relações de discurso e o processo de construção conjunta de imagens identitárias” (CUNHA, 2020b, p. 153). Por isso, tal abordagem enxerga as relações como recursos fundamentalmente interacionais, ligados à dimensão dramática do discurso. Desse modo, articular as partes de um texto (oral, escrito, monológico, dialógico) corresponde a uma ação linguística que o locutor realiza para adotar determinada linha de conduta e interagir com o outro (interlocutor ou terceiro), negociando com ele faces e territórios. Ou seja, trazer argumentos para defender um ponto de vista, comentar, preparar ou reformular informações na superfície de um texto constituem, mais do que ações ligadas à construção da coesão do texto, procedimentos por meio dos quais os participantes de uma interação adotam diferentes linhas de conduta, co-construindo o contexto em que estão situados e negociando suas imagens identitárias.

Adotando essa abordagem interacionista e guiando-se pela hipótese a ela subjacente, esta pesquisa parte do seguinte questionamento: como as relações de discurso, em um contexto determinado (entrevista jornalística), auxiliam os interlocutores (entrevistador e entrevistado) a negociar imagens identitárias (faces e territórios)? Embora a abordagem de Cunha tenha como finalidade o estudo das relações em todo e qualquer contexto, a decisão de investigar o funcionamento dessas relações especificamente em contexto de entrevista se justifica, dentre outros argumentos que serão apresentados no capítulo 4, pelo fato de que a negociação de imagens identitárias é um aspecto central do gênero entrevista, pois costuma ser bastante explorado por entrevistadores e entrevistados (FÁVERO; ANDRADE, 1998; WYSOCKI, 2007; MODENO, 2009).

A pesquisa apresentada nesta dissertação tem como objetivo geral investigar o papel das relações de discurso e suas marcas linguísticas (como os conectores e as construções sintáticas) na dimensão dramática de exemplares do gênero entrevista jornalística, ou seja, investigar em que medida, nesse contexto específico, os interlocutores (entrevistador e entrevistado)

fazem a gestão conjunta de faces e territórios por meio do estabelecimento de tais relações. Vale esclarecer que nosso propósito não é desenvolver um estudo comparativo entre relações marcadas e não marcadas, mas investigar como as relações – marcadas ou não – podem ser usadas pelos interlocutores como recursos que os auxiliam a negociar imagens identitárias.

Para alcançar o objetivo geral, será necessário cumprir os seguintes objetivos específicos:

- descrever as características do gênero entrevista, para melhor compreender alguns aspectos típicos desse gênero;
- investigar de que maneira o estabelecimento das relações de discurso, em contexto de entrevista jornalística, auxilia o locutor (entrevistador ou entrevistado) a bloquear eventuais objeções do interlocutor quanto à natureza ofensiva de suas intervenções;
- analisar em que medida as relações de discurso e suas marcas linguísticas (como os conectores e as construções sintáticas), permitindo ao locutor bloquear possíveis objeções do interlocutor, impactam a dimensão dramática da interação, ou seja, contribuem para a gestão de faces e territórios empreendida por entrevistador e entrevistado.

Com esses objetivos, buscamos fornecer evidências para sustentar a hipótese geral que guia a abordagem interacionista adotada nesta pesquisa. Para desenvolver o estudo, foi selecionado como *corpus* um conjunto de oito entrevistas escritas publicadas no site da *Folha de S. Paulo* – decisão essa que será melhor explicada e justificada no capítulo 4.

Quanto à sua organização, esta dissertação se estrutura em seis capítulos. Neste primeiro capítulo, são apresentados o problema motivador do estudo, a hipótese geral que guia a realização da pesquisa e os objetivos geral e específicos da investigação.

O segundo capítulo reflete o levantamento que fizemos acerca dos aspectos característicos do gênero entrevista. Esse levantamento foi realizado com base na literatura sobre o gênero, a qual se constitui, principalmente, de trabalhos situados no âmbito da Comunicação Social, das Ciências Sociais e da Linguística. Nesse segundo capítulo, são indicadas também algumas características das entrevistas que compõem o *corpus* da pesquisa.

O terceiro capítulo é destinado à apresentação das bases teóricas do estudo. Nesse capítulo, é explicada a maneira como as relações de discurso foram tratadas pela Escola de Genebra. Além disso, são explicados alguns princípios e conceitos propostos pelo modelo genebrino que, por

serem consideradas nesse modelo a base para o estudo das relações de discurso, constituem importantes eixos de sustentação teórica para a abordagem interacionista que é adotada nesta pesquisa.

O quarto capítulo se dedica a descrever a metodologia utilizada para a realização do estudo. No capítulo, são explicitados os critérios para a seleção do *corpus*, bem como as etapas estruturantes do percurso de análise desse *corpus*.

O quinto capítulo apresenta os resultados do estudo do papel que as relações de discurso e seus marcadores exercem na dimensão dramática das entrevistas selecionadas para compor o *corpus*. Por meio de análises qualitativas, o capítulo traz explicações a respeito da maneira como, no decorrer das entrevistas, entrevistador e entrevistado, por meio da mobilização de mecanismos de articulação textual, interagem e negociam conjuntamente imagens identitárias.

No último capítulo, são feitas as considerações finais do estudo empreendido, as quais refletem os resultados alcançados a partir da realização desta pesquisa.

2 O GÊNERO ENTREVISTA

Para melhor compreender o gênero entrevista e analisar o papel que as relações de discurso desempenham na dimensão dramaturgica dos exemplares de entrevista estudados nesta pesquisa, entendemos ser importante entender algumas características desse gênero. Buscando desenvolver tal estudo, neste capítulo pretendemos alcançar dois objetivos:

- 1) levantar algumas contribuições teóricas que a literatura sobre o gênero entrevista oferece;
- 2) a partir dessas contribuições, discutir alguns aspectos que caracterizam esse gênero, a fim de entender melhor algumas características das entrevistas escritas que compõem o *corpus* deste estudo.

Para cumprir os objetivos propostos, apresentamos neste capítulo uma discussão de parte da literatura sobre o gênero entrevista, literatura essa que se constitui, sobretudo, de trabalhos situados no âmbito da Comunicação Social, das Ciências Sociais e da Linguística. Com base em contribuições teóricas dessas três áreas do conhecimento, sintetizamos alguns aspectos tipicamente ligados ao gênero, para melhor compreender as entrevistas que integram o *corpus* da pesquisa. Para realizar tal discussão, adotamos a noção de *atividade* ou *gênero de atividade*, que tem origem na perspectiva interacionista dos estudos da linguagem.

2.1 A noção de atividade ou gênero de atividade

De acordo com Filliettaz (2008), a abordagem interacionista dos estudos da linguagem coloca em evidência a dimensão sócio-histórica inerente a todo processo de comunicação. Baseado nessa consideração, o autor argumenta que “os discursos não emergem do nada e não são objeto de uma (re)invenção perpétua, mas repousam sobre gêneros e modelos intertextuais socio-historicamente (sic) constituídos” (2008, p. 151).

Em tal perspectiva, o termo *atividade* designa, “no plano socioistórico (sic), práticas atestadas, que se distinguem por seu caráter recorrente, pelo fato que são coletivamente validadas e são próprias a um subdomínio da vida social” (FILLIETTAZ, 2008, p. 151). Essas práticas também podem ser designadas como “gêneros de atividade” (FILLIETTAZ, 2000, p. 54), isto é, horizontes de “expectativas tipificadoras que caracterizam um conjunto potencialmente ilimitado de atividades linguísticas atestadas em uma comunidade” (ROULET; FILLIETTAZ 2001, p. 309).

Articulando contribuições de Bakhtin (1984) sobre os gêneros do discurso e postulados teóricos de Goffman (1986[1974]) sobre quadros da experiência social, Fillietaz (2008, p. 151) explica que o funcionamento das atividades “obedece regras relativamente estáveis, e a propósito das quais os indivíduos elaboram representações com caráter tipificante permitindo-lhes ‘enquadrar’ sua experiência”. Mas, porque essas representações tipificantes constituem “produtos avaliados de experiências anteriores, elas não são estritamente individuais, mas são consideradas, ao contrário, como um construto coletivo ao qual devemos dar uma validade social” (ROULET; FILLIETTAZ, GROBET, 2001, p. 106). Afinal de contas,

os acontecimentos passados deixam traços na experiência do presente, de modo que as relações dos indivíduos com seu ambiente não são radicalmente “inventadas” por eles, mas necessariamente “mediadas” por indexações sociais e conhecimentos coletivos interiorizados (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 105).

Nesse sentido, a atividade interacional (ou languageira) ou o gênero de atividade se constitui com base em um conjunto de características sócio-historicamente cristalizadas que funcionam como premissas organizacionais e que, muito longe de serem estritamente individuais, são compartilhadas pelos membros de uma coletividade e acessadas por esses mesmos membros sempre que eles participam, como protagonistas ou espectadores, de uma interação específica.

Porém, ainda que apresentem uma dimensão esquemática, apoiada em um conjunto de aspectos sócio-historicamente fixados, os gêneros também apresentam uma dimensão emergente, que resulta das ações efetivamente realizadas pelos interactantes. Essa dimensão emergente, inerente a qualquer atividade interacional, pode ser melhor compreendida com o conceito de ação que é proposto por Fillietaz (2000). Para o autor, o termo *ação* designa “as realidades emergentes, ou seja, as realizações efetivas e negociadas de tais atividades por determinados agentes no âmbito de determinadas situações” (2000, p. 52). Nesse sentido, podemos dizer que as ações correspondem a ocorrências únicas, particulares, situadas de um gênero de atividade.

É com base nessas considerações que, nesta dissertação, entendemos a entrevista como um gênero de atividade constituído, ao mesmo tempo, por uma dimensão esquemática, assentada em um conjunto de características validadas sócio-historicamente, e por uma dimensão emergente, ancorada em uma série de ações que ocorrem no curso de seu próprio acontecimento. No entanto, essa concepção interacionista não é assumida por todos os trabalhos que se dedicaram ao estudo da entrevista. Como mostraremos no próximo item, algumas

pesquisas concebem o gênero como simples técnica de obtenção de informações ou coleta de dados.

2.2 Entrevista: procedimento técnico ou atividade interacional?

No âmbito da Comunicação Social, Lage (2001, p. 73) define a entrevista como “o procedimento clássico de apuração de informações em jornalismo”. Ainda no âmbito da Comunicação Social, Rouchou (2003, p. 7) propõe que a entrevista “é um dos instrumentos básicos do jornalista”. Para a autora, a rotina fornece a esse profissional técnicas que o permitem realizar entrevistas boas e completas. Nesse prisma, a entrevista, além de ser tratada sob o ponto de vista restrito do jornalismo, recebe um aspecto axiológico, já que ela pode ser considerada boa ou ruim, completa ou incompleta, a depender do uso que o jornalista faz das técnicas exigidas pelo ofício de entrevistar.

A partir do quadro teórico das Ciências Sociais, Lodi (1986) compreende a entrevista como um método clássico de coleta de informações para investigação científica. Embora o autor sinalize as dimensões psicológica, social e comunicativa do gênero, boa parte das discussões por ele propostas aponta para orientações técnicas das quais o entrevistador pode ou deve se valer para realizar uma entrevista. Essas orientações determinam, por exemplo, que o entrevistador garanta a privacidade do entrevistado, conheça-o, estabeleça com ele uma relação de confiança, dentre outras normas.

Há ainda diversas outras pesquisas no bojo das Ciências Sociais que enxergam a entrevista sob um viés procedural, a exemplo dos estudos de Ribeiro (2008) e Júnior e Júnior (2012), que abordam a utilização da entrevista como procedimento metodológico do qual o pesquisador se vale para coletar informações, visando a desenvolver estudos científicos, e de Boni e Quaresma (2005), que focalizam a importância da entrevista como técnica de coleta de dados em pesquisas.

Alguns trabalhos situados no campo das Ciências da Saúde também concebem a entrevista como procedimento técnico. Esse é o caso, por exemplo, do estudo de Bleger (1964), para quem a entrevista é a técnica fundamental do método clínico, caracterizando-se, mais especificamente, como um procedimento de investigação científica da psicologia; de Oliveira (2005), que compreende a entrevista psicológica entre psicólogo ou psiquiatra e paciente como instrumento básico do método clínico; de Collar, Aspiazu e Vigo (2009), que se debruçam sobre o estudo a respeito das habilidades comunicativas necessárias para “el interrogatório”, um

método do qual médicos lançam mão para entrevistar e, assim, obter dados de seus pacientes, visando a um diagnóstico.

Talvez esses trabalhos enxerguem a entrevista como simples método de coleta de dados porque não foram elaborados por pesquisadores dos estudos da linguagem ou porque seus objetivos não incluem a teorização sobre a entrevista enquanto atividade interacional. Por essa razão, consideramos pouco adequado adotar as contribuições teóricas oferecidas por tais estudos. Outro motivo para não adotar as contribuições desses trabalhos é o fato de que eles criam a impressão de que a entrevista consiste em procedimento técnico do qual apenas um grupo restrito – como o dos jornalistas ou o dos médicos e psicólogos ou o dos pesquisadores, por exemplo – pode se valer para alcançar determinado objetivo, o que não parece ser verdade. Afinal, conforme Essensfelder (2005), a entrevista se faz amplamente presente em variados domínios sociais. Nos termos do autor (2005, p. 5), a entrevista

faz, em realidade, parte da vida de todos nós, e se manifesta, talvez com menos glamour, cotidianamente, quando pedimos informações sobre um pacote turístico, novo lançamento da indústria automotiva ou durante uma sabatina de emprego estamos reeditando, informalmente, um conceito mais amplo de entrevista.

Nessa mesma esteira, Garret (1977) defende que a entrevista é uma atividade com a qual todos nós estamos envolvidos de uma forma ou de outra, seja como entrevistadores ou como entrevistados ou ainda como (tele)espectadores. Então, porque a entrevista se faz fortemente presente nas mais diversas situações cotidianas da sociedade moderna,

até um leigo em técnicas de comunicação social percebe a ausência do diálogo. Frequentemente, um adolescente ou uma criança comenta, diante de uma dessas entrevistas em televisão: “O sujeito nem terminou o pensamento e o repórter cortou...” (MEDINA, 1986, p. 6).

Nessa perspectiva, qualquer indivíduo, possuindo ou não conhecimentos técnicos sobre entrevistas, pode reconhecer o gênero de atividade quando está diante dele ou até mesmo vivenciá-lo, seja como entrevistador, entrevistado ou (tel)espectador.

Outro argumento contrário à concepção procedural consiste na observação de que os trabalhos que concebem a entrevista como mera técnica abrem margem para uma visão rigorosamente normativa do gênero³. Em outros termos, tais trabalhos criam a impressão de que uma entrevista

³ Essa visão normativa é amplamente difundida em manuais de redação jornalística, que apresentam a jornalistas e estudantes de jornalismo prescrições para dominar as técnicas necessárias à realização de uma “boa” entrevista (cf. OYAMA, 2013; FOLHA DE SÃO PAULO, 2001; CAPUTO, 2006).

é regulada por normas rígidas que, se forem fielmente seguidas, garantem o sucesso da interação. Tanto é que alguns manuais de redação jornalística, como o de Caputo (2006) e o de Oyama (2013), reforçam a ideia de que uma entrevista bem sucedida só ocorre quando o entrevistador consegue cumprir um determinado conjunto de normas de conduta.

A simples ideia de que existem normas a serem rigorosamente seguidas pelo entrevistador confere demasiada relevância apenas ao papel desempenhado por esse participante, atribuindo, dessa forma, pouca ou nenhuma importância ao papel desempenhado pelo entrevistado no decorrer do encontro. Assim, assumir a concepção procedural implica imputar exclusivamente ao entrevistador a responsabilidade de aplicar técnicas profissionais na entrevista, como se a realização da atividade interacional dependesse exclusivamente dele, o que é ser pouco razoável, já que a entrevista não se realiza com a participação apenas do entrevistador, mas também de outras importantes instâncias, como o entrevistado e a audiência (cf. MONDADA, 1997; FÁVERO; ANDRADE, 1998; ESSENFELDER, 2005).

Em contrapartida, os trabalhos de Morin (1973), Medina (1986) e Mondada (1997) propõem uma concepção de entrevista que, diferentemente da concepção procedural, é bastante oportuna para uma pesquisa que, como a nossa, se situa no paradigma interacionista dos estudos da linguagem. Isso porque esses trabalhos destacam o caráter inter-relacional ou interacional da entrevista.

Para Morin (1973, p. 115), por exemplo, a entrevista “é uma comunicação pessoal tendo em vista um objetivo de informação”. Segundo o autor (1973, p. 120), a entrevista, “evidentemente, se funda na mais duvidosa e mais rica das fontes, a palavra”. É exatamente nesse sentido que, segundo Medina (1986), o objetivo de uma entrevista é sempre o inter-relacionamento humano. Embora também se refira ao gênero como um tipo de método, a autora considera que, se a entrevista for vista puramente sob a ótica da técnica, ela será fria nas relações entre entrevistador e entrevistado, não alcançando, dessa forma, o que designa de diálogo possível, isto é, a inter-relação entre os sujeitos. Nos termos da pesquisadora,

a entrevista pode ser apenas uma eficaz técnica para obter respostas pré-pautadas por um questionário. Mas certamente não será um braço da comunicação humana, se encarada como simples técnica. Esta — fria nas relações entrevistado— entrevistador — não atinge os limites possíveis da inter-relação, ou, em outras palavras, do diálogo. Se quisermos aplacar a consciência profissional do jornalista, discuta-se a técnica da entrevista; se quisermos trabalhar pela comunicação humana, proponha-se o diálogo (MEDINA, 1986, p. 5).

Ainda de acordo com Medina, além da troca de experiências, juízos de valor e informações, há nas entrevistas o estabelecimento de um diálogo a partir do qual os participantes do jogo interacional “se modificam, se revelam, crescem no conhecimento do mundo e deles próprios” (1986, p. 8). Segundo a autora, a característica interacional ou inter-relacional da entrevista

está diretamente relacionada com a humanização do contato interativo: quando, em um desses raros momentos, ambos — entrevistado e entrevistador — saem “alterados” do encontro, a técnica foi ultrapassada pela “intimidade” entre o EU e o TU. Tanto um como outro se modificaram, alguma coisa aconteceu que os perturbou, fez-se luz em certo conceito ou comportamento, elucidou-se determinada autocompreensão ou compreensão do mundo. Ou seja, realizou-se o Diálogo Possível (MEDINA, 1986, p. 7).

Como se pode notar, a concepção proposta por Morin (1973) e Medina (1986) não restringe a entrevista a simples técnica, mas, pelo contrário, nos permite enxergá-la como uma atividade fundamentalmente interacional.

Especificando essa concepção, lançamos mão das contribuições de Mondada (1997), para quem a entrevista é uma atividade “estabelecida enquanto tal na especificidade de sua estrutura global, de seus modos de encadeamento sequencial, das atividades e das identidades, que caracterizam, de forma diferenciada, os participantes” (p. 67). Então, em vez de simplesmente “dizer que estes [e outros] aspectos são impostos abstratamente pelas normas do gênero, podemos nos interrogar sobre a maneira pela qual a entrevista se realiza prática e localmente” (p. 67). Ou seja, podemos nos perguntar em que medida a entrevista se constrói a partir “de ajustes entre os interlocutores, de visões locais da interação, de sua adequação ao contexto que eles mesmos ajudam a configurar” (MONDADA, 1997, p. 82).

É com base nessas considerações que, assumindo a concepção interacional de entrevista, defendemos o argumento segundo o qual os discursos do entrevistador e do entrevistado “constroem sua própria inteligibilidade, ajustando-se ao contexto particular da entrevista” (MONDADA, 1997, p. 60). Então, muito mais do que mera técnica de obtenção de informações ou de coleta de dados regulada por normas rígidas, a entrevista emerge “no fio de um trabalho de negociação, de construção interativa, de elaboração coletiva, ordenando-se de maneira endógena no curso de sua realização prática” (MONDADA, 1997, p. 61).

E é justamente por esses motivos que consideramos a adoção da concepção interacional como mais adequada e oportuna a esta pesquisa, uma vez que tal concepção é fortemente articulada à noção de atividade ou gênero de atividade que foi apresentada no item anterior. Entendendo a

entrevista como um gênero que se constitui não apenas a partir de características sócio-historicamente cristalizadas, mas também a partir das ações que os interactantes realizam no curso de sua própria realização, podemos adotar a concepção interacional de entrevista.

Assim procedendo, conseguimos sustentar, de maneira coerente e mais fundamentada, a hipótese de que o estabelecimento das relações de discurso em entrevistas é parte de um processo de coordenação de ações, de ajustes recíprocos, de negociações, processo esse que, pela natureza do próprio gênero, é empreendido por entrevistador e entrevistado na realização mesma da entrevista.

Ao assumir essa perspectiva, renunciamos a concepção procedural, já que tal concepção – por considerar a realização da entrevista como estritamente dependente de um conjunto de conhecimentos técnicos apenas do entrevistador e da obediência de normas rígidas por parte dos interactantes – não nos permite enxergar o estabelecimento das relações de discurso como parte da dinâmica interacional das entrevistas.

2.3 Alguns aspectos característicos do gênero entrevista

Buscando compreender melhor o gênero entrevista, vamos abordar neste item alguns aspectos característicos desse gênero. Antes disso, é importante reforçar que a entrevista é um gênero que se faz poderosamente presente na sociedade moderna e, por esse motivo mesmo, como bem pontua Neto (2015), pode manifestar diferentes variações, conforme as especificidades dos diversos domínios sociais em que circula, como o escolar, o jornalístico, o científico etc.

Apesar das variações a que está sujeita, a entrevista apresenta alguns aspectos padronizados, que são presentes em entrevistas de diferentes domínios sociais e que implicam algumas características típicas do gênero (SCHNEUWLY; DOLZ, 1999). Assim, a entrevista, a nosso ver, é um gênero ao qual subjaz um conjunto de características que nos possibilitam, ao mesmo tempo, categorizá-lo ou enquadrá-lo como sendo, de fato, o gênero entrevista e distingui-lo de qualquer outro gênero.

Conhecendo essas características, podemos diferenciar a entrevista de, por exemplo, uma conversa ou de um bate-papo, como bem explica Charaudeau (2013, p. 213-214):

Dentre as diferentes situações dialógicas, existem três que estão próximas umas das outras, a entrevista, o bate-papo e a conversa, que, no entanto, merecem ser diferenciadas. De maneira geral, essas situações têm em comum o fato de serem uma forma de troca linguageira na qual os dois parceiros estão

fisicamente presentes um diante do outro e têm direito a uma alternância nos turnos de fala. Elas se distinguem pelo modo de regular essa alternância. O bate-papo supõe que os dois parceiros têm igualdade de status, que eles tratam do mesmo tema com uma competência que se supõe igual e com o cuidado de pôr essa competência a serviço da melhor compreensão do problema, o que tem por efeito tornar a alternância dos turnos de fala mais ou menos regular. A conversa não exige nada de particular quanto ao status dos participantes nem quanto ao tema tratado. Ela se caracteriza, ao contrário, por sua diversidade, pela possibilidade de mudar de tema sem ter necessariamente de se justificar (direito à não sequenciação temática), e por uma alternância de fala não controlada (interrupções constantes) e não necessariamente igualitária de fato, mas igualitária de direito, cada um tomando a palavra como e quando acha melhor. A entrevista, ao contrário das duas outras, exige uma diferenciação de status, de tal modo que um dos parceiros seja legitimado no papel de “questionador” e o outro num papel de “questionado-com-razões-para-ser questionado”. A alternância de fala se acha então regulada e controlada pela instância entrevistadora segundo suas finalidades.

Embora a argumentação de Charaudeau seja pertinente no que diz respeito à distinção entre a entrevista, a conversa e o bate-papo, temos de fazer duas observações em relação ao ponto de vista do autor. A primeira é que nem sempre, na entrevista, na conversa e no bate-papo, há somente dois participantes. Como bem pontua Hoffnagel (2002), uma entrevista pode ter somente um entrevistado e vários entrevistadores e vice-versa. Da mesma forma, de um bate-papo pela internet ou de uma conversa entre amigos em um almoço de fim de semana podem participar três, quatro, cinco, enfim, inúmeros interlocutores. É por isso que julgamos necessário salientar que os três gêneros supracitados não são sempre protagonizados por apenas dois participantes.

A segunda observação é que, apesar de sugerir em nota de rodapé que a co-presença espacial entre os participantes nos três gêneros também pode ocorrer parcialmente, assim como ocorre em conversações por telefone⁴, é necessário reforçar que nem sempre os participantes de uma entrevista, de um bate-papo ou de uma conversa interagem no mesmo espaço físico. Esse é o caso, por exemplo, dos *chats* na internet, das conversas por aplicativos virtuais de mensagens instantâneas, das entrevistas por videoconferência etc., em que os interlocutores interagem a distância.

À parte dessas observações, podemos concluir, com base em Charaudeau (2013), que a entrevista tende a ser mais regulada do que a conversação ordinária, o que a torna um gênero fortemente padronizado (SCHNEUWLY; DOLZ, 1999). É por meio da observação dessa

⁴ Para Charaudeau (2013), a co-presença entre os interlocutores é parcial nas conversações por telefone, porque eles não compartilham o mesmo espaço físico.

padronização, fixada sócio-historicamente, que conseguimos identificar os aspectos que caracterizam o gênero entrevista. Porque, nesta dissertação, nosso interesse é estudar especificamente entrevistas jornalísticas escritas publicadas pela *Folha de S. Paulo*, nos próximos itens vamos apresentar, de modo geral, alguns aspectos típicos do gênero entrevista, mas abordando, de maneira especial, em que medida esses aspectos são atualizados nos exemplares de entrevista que constituem o *corpus* desta pesquisa.

2.3.1 Entrevista: um gênero num *continuum* entre a oralidade e a escrita

No campo da Linguística, Hoffnagel (2002) e Freitas (2009) afirmam que o gênero entrevista é primordialmente oral. O problema de tal afirmação é que ela desconsidera, por exemplo, as entrevistas escritas que são publicadas em jornais e/ou revistas, como as que são por nós estudadas. Antecipando-se a eventuais objeções à generalização que propõe, Hoffnagel (2002) argumenta que as entrevistas, quando publicadas escritas, são realizadas oralmente, mas, em seguida, passam por um processo de transcrição para a publicação.

Nesse caso, a entrevista “parte do princípio da oralidade como fundo interativo para, a posteriori, tornar-se escrita” (JACOB, 2018, p. 89). Essa argumentação, no entanto, ignora a complexidade das possibilidades de realização do gênero, na medida em que desconsidera, por exemplo, as entrevistas jornalísticas realizadas por *e-mail*, que ocorrem exclusivamente por escrito e são publicadas também por escrito (cf. BONINI, 2000; COELHO; ALMEIDA, 2012).

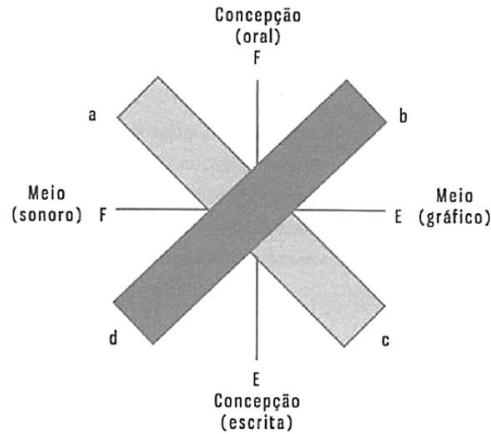
Em função disso, acreditamos que algumas das contribuições de Marcuschi (2008) sobre os gêneros na relação entre oralidade e escrita sejam mais profícuas para uma compreensão adequada da entrevista do que a generalização proposta por Hoffnagel (2002) e Freitas (2009). Isso porque Marcuschi (2008) lança mão de duas importantes noções teóricas: concepção e meio. Valendo-se da noção de gênero textual⁵, o autor propõe que a concepção de um gênero diz respeito à “forma original de sua produção” (oral ou escrita)⁶, ao passo que o meio

⁵ Para Marcuschi (2008, p. 155), a noção de gênero textual se refere aos “textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Em contraposição aos tipos, os gêneros são entidades empíricas ou situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem (...) Corno tais, os gêneros são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situada”.

⁶ Com a noção de concepção, Marcuschi não se refere a um processo cognitivo, mas, de fato, à materialização textual original de um gênero. Assim, um poema declamado, por exemplo, “não se torna uma linguagem falada

corresponde à maneira como tal gênero efetivamente se realiza (se por recursos gráficos ou sonoros) (MARCUSCHI, 2008, p. 192). Com o esquema abaixo, o pesquisador propõe quatro possibilidades de categorização de gêneros a partir da relação entre concepção e meio:

Figura 1 – Representação da mesclagem dos gêneros na relação oralidade-escrita



Fonte: MARCUSCHI, 2008, p. 192.

Como mostra esse esquema, os gêneros podem ser categorizados de quatro maneiras: a) pela concepção oral e pela realização em meio sonoro, a exemplo da conversação espontânea; b) pela concepção oral e pela realização em meio gráfico, a exemplo de um boletim de ocorrência; c) pela concepção escrita e pela realização em meio gráfico, a exemplo do artigo científico e da entrevista por *e-mail*; d) pela concepção escrita e pela realização em meio sonoro, a exemplo do noticiário de TV, que é produzido originalmente na forma escrita, mas efetivamente realizado em meio sonoro (MARCUSCHI, 2008).

Apesar de Marcuschi ter desenvolvido toda a sua discussão a partir da noção de gênero textual e não da noção de interação, é perfeitamente possível lançar mão da proposta do autor para compreender a entrevista enquanto atividade interacional. Partindo da perspectiva do pesquisador, entendemos que o gênero entrevista pode se caracterizar por diferentes possibilidades de combinação entre concepção e meio.

Podemos dizer que as entrevistas que circulam no domínio da saúde, como, por exemplo, as entrevistas médicas (cf. HOFFNAGEL, 2002), são concebidas originalmente na oralidade e realizadas efetivamente em meio sonoro. Já as entrevistas que circulam no domínio jornalístico

no ato da declamação e sim um texto escrito oralizado, já que sua concepção foi no formato escrito” (MARCUSCHI, 2008, p. 192).

podem ser originalmente produzidas na oralidade e publicadas em meio oral (quando são transmitidas por rádio/streaming/TV), mas também podem ser originalmente produzidas na oralidade e realizadas em meio gráfico (no caso de serem publicadas escritas em revistas e/ou jornais impressos ou digitais). Há ainda as entrevistas jornalísticas por *e-mail*, que, como já mencionamos, são produzidas originalmente por escrito e publicadas em meio gráfico (em revistas, *blogs*, jornais). Dessa forma, como se pode perceber, a perspectiva de Marcuschi, a princípio, nos auxilia a solucionar o problema de se propor uma generalização conforme a qual a entrevista é considerada como primordialmente oral. No entanto, descortina outro problema.

Até aqui, temos considerado, com base nas contribuições do autor, que as entrevistas realizadas no domínio jornalístico, quando transmitidas por rádio/TV ou publicadas escritas em revistas e/ou jornais, são originalmente produzidas na oralidade. O problema é que não se pode afirmar categoricamente que essas entrevistas são, de fato, sempre concebidas oralmente, uma vez que, para fazer uma afirmação desse tipo, seria necessário analisar empiricamente um *corpus* extenso, formado por uma quantidade significativa de entrevistas que circulam no domínio jornalístico, para, assim, verificar se elas são realmente concebidas oralmente.

Além disso, é difícil sustentar a afirmação de que tais entrevistas são sempre concebidas na oralidade, quando diferentes estudos da Comunicação Social e da Linguística revelam que elas normalmente são elaboradas a partir de uma pauta ou um roteiro escrito, que planeja e pré-determina as perguntas do jornalista-entrevistador (MEDINA, 1986; FÁVERO, ANDRADE, 1998; ESSENFELDER, 2005; SILVA, 2007; MODENA, 2009; JACOB, 2018). Em alguns casos, conforme Fávero e Andrade (1998) e Modena (2009), até mesmo o entrevistado pode planejar as suas respostas a partir de uma espécie de roteiro escrito.

Sob essa ótica, como se caracterizam as entrevistas escritas que circulam no domínio jornalístico? Seriam elas concebidas originalmente na forma escrita e realizadas efetivamente em meio sonoro ou, na verdade, concebidas originalmente na oralidade e realizadas efetivamente em meio sonoro? De uma forma ou de outra, o que acontece após a sua realização que as faz se transformarem em textos escritos?

Esses questionamentos revelam que a entrevista é um gênero bastante complexo e que a afirmação segundo a qual ele é primordialmente oral é, no mínimo, simplista. No fim das contas, como já informado, a entrevista pode ser concebida tanto na oralidade quanto na escrita e ser efetivamente realizada por meio sonoro ou gráfico. Então, para se evitarem generalizações

indevidas, julgamos ser mais adequado não tipificar o gênero como oral ou escrito, porque, como bem pontuam Marcuschi (2008) e Essensfelder (2005), a entrevista flutua num *continuum* entre a oralidade e a escrita⁷, inclinando-se ora para um lado, ora para outro.

À vista dessa discussão, nossa hipótese é a de que a dificuldade de se propor uma tipificação a respeito do lugar ocupado pela entrevista na relação oralidade-escrita está associada ao seu processo de produção, que pode variar conforme os diferentes domínios sociais em que esse gênero é usado. Como exposto, a entrevista se faz fortemente presente em diversos domínios sociais. Por esse motivo mesmo, seu processo de produção inevitavelmente apresenta variações.

Nesse sentido, as etapas de produção de uma entrevista oral que é publicada escrita em revistas e/ou jornais impressos, por exemplo, podem não ser as mesmas etapas envolvidas na produção de uma entrevista de emprego que ocorre por videoconferência. Se, no primeiro caso, a entrevista passa por uma etapa de transcrição do texto falado na interação oral para o texto escrito, no segundo, a entrevista não passa por esse mesmo procedimento.

Então, para não incorrer em generalizações inapropriadas, é essencial que os estudos que se propõem a estudar o gênero entrevista, como o nosso, verifiquem o lugar que a atividade interacional em análise ocupa no *continuum* oralidade-escrita. No caso das entrevistas do *corpus* desta pesquisa, elas se situam, nesse *continuum*, no polo da escrita. Isso porque apresentam-se no formato pingue-pongue, que se configura como um texto escrito (SILVA, 2007).

O texto escrito em formato pingue-pongue, segundo Silva (2007, p. 32), “‘simula’ a entrevista face a face, em que uma resposta do entrevistado motiva/suscita outra pergunta do jornalista”.

A autora esclarece que o termo “pingue-pongue”, que se origina no jornalismo, refere-se à

⁷ Conforme Marcuschi (1997, p. 136), as “diferenças entre fala e escrita se dão dentro do continuum tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica entre dois pólos opostos”. Nesse continuum, oralidade e escrita não se configuram como modalidades linguísticas opostas, mas complementares. Então, sob essa ótica, os textos falados nem sempre são redundantes, não planejados, fragmentados, imprecisos, desordenados, como propõem abordagens dicotômicas; de igual forma, os textos escritos nem sempre são condensados, planejados, completos, precisos, ordenados (cf. MARCUSCHI, 1997). Afinal, as duas modalidades da língua não são dicotômicas, mas sensivelmente inter-relacionadas na mesma linha contínua. Assim sendo, no continuum oralidade-escrita, os textos orais e escritos podem ser mais ou menos planejados, precisos, ordenados. Por exemplo, se, de um lado, uma conversa espontânea tende a ocupar uma posição mais próxima do polo típico da oralidade, devido às suas características tipicamente orais, de outro, o proferimento de um discurso oficial tende a se localizar no domínio da oralidade, mas em uma posição mais distante do polo típico dessa modalidade e, ao mesmo tempo, mais próximo do polo típico da escrita. De igual maneira, se, de um lado, um artigo científico tende a ocupar uma posição mais próxima do polo típico da escrita, de outro, uma inscrição na parede, embora esteja situada no domínio da escrita, ocupa uma posição mais distante do polo típico da escrita e mais próximo do polo típico da oralidade.

organização textual baseada nas perguntas do entrevistador seguidas das respostas do entrevistado. Tal como explicita o Manual da Redação da *Folha de S. Paulo* (2001), as entrevistas publicadas pelo jornal, de modo geral, apresentam-se nesse formato. O trecho abaixo serve para exemplificar o formato pingue-pongue⁸:

(01) FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – Você tem criticado o PT por não formar alianças. Vê possibilidade de uma Frente Ampla da oposição em 2022?

FELIPE NETO – Tenho várias críticas ao passado do PT, mas este não é o momento. É o momento de pregar união. Espero muito que o PT tenha amadurecido nesse período, que os políticos do partido tenham entendido que o antipetismo é uma realidade. Não é algo que vai ser destruído em um ano e meio (...)

Esse trecho de entrevista protagonizada pela repórter Patrícia Mello e pelo influenciador digital Felipe Neto ilustra, de modo exemplar, o formato pingue-pongue. Nele, vemos a pergunta da entrevistadora sendo sucedida pela resposta do entrevistado.

No trecho, embora mantenha-se o aspecto dialogal (a pergunta produzida pela locutora e a resposta elaborada pelo interlocutor), não há marcas de repetição, correção, paráfrase, hesitação e pausa, marcas essas que são características da língua falada (FÁVERO; ANDRADE, 1998). Esse apagamento de marcas de oralidade é um dos aspectos formais que caracterizam as entrevistas escritas publicadas pela *Folha de S. Paulo* que estudamos nesta dissertação.

2.3.2 Os participantes envolvidos na interação

Existe uma característica do gênero entrevista que diz respeito ao perfilamento de dois papéis discursivos bem definidos: o de entrevistador, que é responsável pela formulação de perguntas, e o de entrevistado, que é responsável pela elaboração de respostas. Para Hoffnagel (2002), esses são os únicos papéis perfilados pelo gênero. Por essa razão, mesmo quando em uma entrevista há mais de dois interlocutores interagindo diretamente⁹, essa entrevista é caracterizada por apenas dois papéis (o de entrevistador e o de entrevistado) (HOFFNAGEL, 2002). Nessa mesma perspectiva, Charaudeau (2013), como mostramos, defende a existência

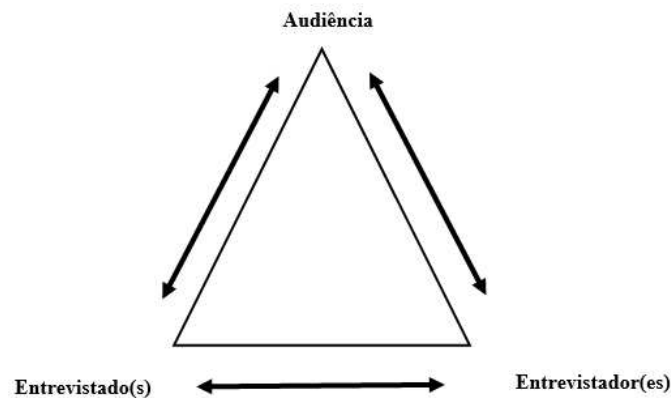
⁸ Esse trecho compõe a entrevista protagonizada por Patrícia Campos Mello, repórter da *Folha de S. Paulo*, e Felipe Neto, influenciador digital brasileiro, entrevista que foi publicada no dia 28 de fevereiro de 2021 na seção “Fuga Para a Frente”, da Folha, e que faz parte do *corpus* desta dissertação.

⁹ Esse é o caso, por exemplo, das coletivas, que, conforme Malta (2015), envolvem várias personalidades entrevistadas (ou apenas uma) e diversos entrevistadores. É o caso também das entrevistas de que participam vários entrevistados e apenas um entrevistador (HOFFNAGEL, 2002).

de apenas dois papéis tipicamente ligados ao gênero entrevista: o de *questionador* (entrevistador) e o de *questionado-com-razões-para-ser questionado* (entrevistado).

Há entrevistas que, além de perfilarem esses dois papéis, são caracterizadas pela presença de uma audiência ou um público de leitores, ouvintes, (tel)espectadores (FÁVERO; ANDRADE, 1998; ESSENFELDER, 2005). Exemplo de entrevista com essa configuração interacional é a entrevista jornalística, que “é especificada pelo contrato midiático: entrevistador e entrevistado são ouvidos por um terceiro-ausente, o ouvinte, num dispositivo triangular” (CHARAUDEAU, 2013, p. 214). Para ilustrar essa configuração interacional triangular, que caracteriza as entrevistas jornalísticas, utilizamos o seguinte esquema:

Figura 2 – Representação da interação entre entrevistado, entrevistador e audiência



Fonte: Elaboração do autor.

Como bem mostra esse esquema, as entrevistas jornalísticas, como as que compõem o *corpus* do estudo, são caracterizadas por um trílogo. Então, a interlocução estreita (eu-você, aqui e agora) cede lugar a uma interlocução ampla, que instaura três camadas interacionais: entrevistado-entrevistador, entrevistado-audiência e entrevistador-audiência (FÁVERO; ANDRADE, 1998). Nos termos de Hoffnagel (2002, p. 184), na entrevista jornalística,

além do entrevistador e do entrevistado como participantes principais, há também a audiência (ouvintes, espectadores e leitores), que, embora participante passiva, no sentido de que não participa diretamente, está sempre presente para os entrevistadores e entrevistados. Neste sentido, tanto as perguntas como as respostas são formuladas com uma audiência específica em mente (HOFFNAGEL, 2002, p. 184).

Sob essa ótica, a audiência (ou plateia, nos termos de Goffman (2013[1979])) corresponde a um conjunto de “interlocutores imaginários” (GOFFMAN, 2013[1979], p.126), ou seja, sujeitos

que participam não diretamente da interação *in loco*, mas indiretamente, como ouvintes ou, no caso das entrevistas escritas, como leitores¹⁰.

Não é por acaso que Halperin (1995) considera a entrevista como a mais pública das conversações privadas, já que ela se caracteriza pelo diálogo estrito entre dois interlocutores e, ao mesmo tempo, pelo diálogo entre esses interlocutores e um público. Nesse sentido, de acordo com o autor, a entrevista se baseia nas “regras do diálogo privado (proximidade, troca, exposição discursiva com interrupções, tom marcado pela espontaneidade, presença do pessoal e atmosfera de intimidade), mas é construída para o âmbito do público” (HALPERIN, 1995, p. 13). Assim sendo, a entrevista constitui um gênero “de circulação do dizer na sociedade” (CASOTTI, 2007, p. 1449), na medida em que entrevistado e entrevistador são inevitavelmente expostos às opiniões e às avaliações da audiência.

Para Fávero e Andrade (1998, p. 3), nessa configuração interacional, entrevistador e entrevistado “têm a tarefa de informar e convencer o público. Desempenham, portanto, um duplo papel na interação: são cúmplices, no que diz respeito à comunicação, e oponentes, quanto à conquista desse mesmo público”. Nessa perspectiva, conforme as autoras, a entrevista jornalística pode ser compreendida como uma atividade interacional que ora tende para o polo do contrato ora para o polo da polêmica.

No primeiro caso, os interactantes buscam causar boa impressão uns nos outros e, sobretudo, no público. Para tanto, eles se engajam na interação de modo a tentar respeitar a fala do outro, ceder o turno de fala, evitar comportamentos agressivos etc. No segundo caso, quando a entrevista tende para o polo da polêmica, os interactantes, em função da audiência que os observa e os avalia, podem até mesmo atribuir uns aos outros valores desqualificantes. Nesse caso, não é raro que, por exemplo, o entrevistador tente desmascarar o entrevistado ou faça com que ele fale o que supostamente não pretendia (MODENA, 2009).

De uma forma ou de outra, o fato é que entrevistador e entrevistado buscam não apenas atuar um sobre o outro, mas também, e principalmente, interagir “com o destinatário desse jogo interacional que é a audiência, por isso os laços que os envolve são considerados frouxos, sejam eles cúmplices ou oponentes” (FÁVERO; ANDRADE, 1998, p. 3). Quanto às entrevistas escritas que compõem o *corpus* deste estudo, elas são efetivamente caracterizadas pelo

¹⁰ Uma discussão mais aprofundada a respeito das noções de plateia, interlocutor imaginário e ouvinte é apresentada em Goffman 2013[1979].

perfilamento dos papéis de entrevistador e entrevistado e pela presença de uma audiência. Nessas entrevistas, somente um participante desempenha cada um dos dois papéis.

Neste item, mostramos que a situação de interação que se estabelece em uma entrevista que circula no domínio jornalístico é caracterizada por um trílogo do qual participam entrevistado/s, entrevistador/es e audiência. No próximo item, mostraremos que a situação de interação que se estabelece em uma entrevista jornalística é ainda caracterizada por outro importante aspecto contextual: a relação vertical entre entrevistado e entrevistador.

2.3.3 A relação vertical entre entrevistado e entrevistador

Como exposto no item anterior, subjaz ao gênero entrevista um aspecto ligado à distribuição de dois distintos papéis discursivos: entrevistador e entrevistado. Essa distribuição indica quais são as funções a serem desempenhadas pelos interlocutores que assumem tais papéis antes mesmo de eles efetivamente participarem da interação (MODENA, 2009).

Os dois papéis se distinguem pelas funções específicas tipicamente atribuídas a cada um deles. Normalmente, ao participante que assume o papel de entrevistador cabem as funções de abrir e fechar a entrevista, fazer perguntas, suscitar a palavra do entrevistado, introduzir novos tópicos e (re)orientar a interação; já ao participante que assume o papel de entrevistado, uma vez que ele aceita essa distribuição de papéis, cabem as funções de produzir respostas às perguntas do entrevistador e fornecer-lhe as informações solicitadas (SCHNEUWLY; DOLZ, 1999). Nesse sentido, a entrevista é tipicamente caracterizada por uma relação vertical entre os participantes. Podendo ser caracterizada como “relação de poder”, “relação de hierarquia”, “dominação” ou “relação de lugares”, tal relação é, conforme Kerbrat-Orecchioni (2006), essencialmente dissimétrica (ou assimétrica).

Nessa relação dissimétrica, em função do papel discursivo que assume, “o entrevistador controla a interação, seu direito de fazer as perguntas restringe não somente o que o entrevistado pode falar, mas em boa medida como pode falar” (HOFFNAGEL, 2002, p. 192). Além disso, porque inicia e encerra a entrevista, o entrevistador ocupa uma posição interacional superior em relação ao entrevistado. Afinal de contas, “ser responsável pela abertura e pela conclusão das principais unidades conversacionais é igualmente considerado como o indicador de uma posição alta” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 72).

Levando em conta a consideração de que “será colocado em alta posição aquele que conseguir impor a seu parceiro as escolhas temáticas [ao longo da interação]” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 74), podemos dizer que a função de introduzir novos tópicos, a qual é tipicamente atribuída ao entrevistador, também se configura como um forte indício da relação dissimétrica entre esse interactante e o entrevistado. Nessa perspectiva, a relação vertical que caracteriza a entrevista tende a privilegiar o entrevistador, conferindo-lhe um lugar interacional superior em relação ao entrevistado. Porém, como bem salienta Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 74), “a interação é um processo dinâmico, no qual nada é determinado de uma vez por todas”, ou seja, “aquele que domina num tempo T¹ pode perfeitamente ser dominado em T²”. Assim, conforme a autora (2006, p. 75), em uma entrevista,

o entrevistador exerce sua autoridade sobre a estruturação da interação (que ele ‘conduz’, tomando a maioria das ‘iniciativas’), mas, por outro lado, ele abdica de um outro privilégio, já que seu papel é menos o de falar que o de suscitar a fala do outro, a quem delega a tarefa de fornecer o essencial da matéria conversacional, e a quem coloca em evidência.

Sob esse ponto de vista, porque a entrevista, assim como qualquer outra atividade interacional, é essencialmente dinâmica, a relação dissimétrica entre os interactantes não é estanque. Portanto, não são incomuns os casos em que essa relação é ajustada ou até mesmo subvertida pelos interactantes. Exemplos disso são os casos em que o entrevistado “dirige a entrevista, aprovando ou não a ação do entrevistador, fazendo-lhe perguntas, muitas vezes” (FÁVERO, 2000, p. 80) ou os episódios em que ele decide, “a qualquer momento, tomar o turno e mudar o tópico discursivo em desenvolvimento, alterando, assim, a direção da entrevista” (FÁVERO; ANDRADE, 1998, p. 3).

Esses casos são indícios de que o fato de os interlocutores desempenharem papéis discursivos distintos não significa que o entrevistador se mantém sempre no lugar superior que lhe é previamente destinado, nem que o entrevistado está sempre passivamente sujeito às ações do entrevistador. Isso porque, nas entrevistas, os interlocutores “fazem parte de um jogo de linguagem que se instaura através de um processo de negociações, trocas, normas partilhadas, concessões” (FÁVERO; ANDRADE, 1998, p. 4).

Então, o fato de a relação vertical ser um aspecto inerente à entrevista não garante que entrevistador e entrevistado sempre ocupem, respectivamente, um lugar mais alto e um lugar mais baixo ao longo de todo o encontro. Como exposto, a interação constitui um processo

dinâmico, no qual os interactantes empreendem constantes negociações, questionando, recusando ou subvertendo a relação de poder ou de lugares que os liga.

Nessa mesma linha de raciocínio, Hoffnagel (2002, p. 192) afirma que “o entrevistado não está completamente à mercê do poder do entrevistador. Aquele tem estratégias para evitar responder diretamente às perguntas deste”. Assim, como bem pontua Modena (2009), o entrevistado pode determinar o quanto quer falar. Por essa razão, suas respostas podem se configurar como verdadeiros monólogos ou como asserções pontuais, a depender, por exemplo, do grau de seu interesse pelo tópico da pergunta do entrevistador ou do quão engajado ele está na interação (MODENA, 2009).

Nesse sentido, o entrevistado pode fornecer menos informações em relação ao que é efetivamente solicitado pelo entrevistador, elaborando, por exemplo, respostas insuficientemente completas, informativas e esclarecedoras. Isso, por si só, já evidencia que, na relação vertical que caracteriza a entrevista, o entrevistado não está fadado a um lugar hierárquico mais baixo em relação ao entrevistador ou nem sempre aceita plenamente a relação dissimétrica que o une ao seu interlocutor na interação (HOFFNAGEL, 2022; MODENA, 2009).

Além de ser associada aos papéis discursivos que os interlocutores assumem no encontro, a relação dissimétrica entre esses interlocutores está associada também a elementos externos à atividade interacional. Segundo Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 70), tal desigualdade “repousa sobre fatores como a idade, o sexo, o estatuto, o papel interacional; ou ainda sobre as qualidades mais pessoais como o domínio da língua, a competência, o prestígio, o carisma e até mesmo a força física”.

Nessa mesma perspectiva, Fávero e Andrade (1998) propõem que o caráter assimétrico nas entrevistas é fortemente atrelado aos papéis sociais e às características individuais dos interlocutores. Segundo as autoras, há, por exemplo, entrevistas em que a importância social do entrevistado é tão alta que o autoriza a inverter o equilíbrio assimétrico previamente estabelecido e, com isso, selecionar os tópicos da interação, decidir quando passar o turno etc., funções que são tipicamente exercidas pelo entrevistador. Da mesma forma, há casos em que, a depender do status social que possui, o entrevistador reforça ostensivamente o caráter dissimétrico que o coloca em alta posição interacional, caráter esse que é previamente definido pelas características do gênero entrevista. Quando isso ocorre, o entrevistador domina

impositivamente a interação, não deixando o entrevistado nem mesmo conduzir com autonomia os turnos de fala que lhe são devidos (MEDINA, 1986).

Com efeito, o gênero entrevista se caracteriza por “um jogo duplo de comunicação e interação entre entrevistador e entrevistado, visto que há sempre a possibilidade de inversão e reciprocidade da relação eu – tu” (FÁVERO; ANDRADE, 1998, p. 3). Em função disso mesmo, a relação vertical ou de poder/lugares entre os interlocutores pode sofrer incessantes modificações e ajustes, já que ela é o reflexo da dinâmica interacional do próprio encontro entre entrevistado e entrevistador. Nesse sentido, diferentemente do que sugerem os manuais de redação jornalística, a entrevista é um gênero cuja realização depende, de igual modo, do engajamento tanto do entrevistador quanto do entrevistado.

No que diz respeito às entrevistas escritas do *corpus*, elas efetivamente se caracterizam pela relação vertical entre entrevistador e entrevistado. Nessas entrevistas, os entrevistadores conduzem a interação, iniciando-a, dirigindo-a, concluindo-a, selecionando, em suas perguntas, os tópicos a serem abordados no encontro etc.; já os entrevistados, de modo geral, aceitam a condução da interação pelos entrevistadores, respondendo às perguntas elaboradas por estes conforme os tópicos que eles selecionam.

Até aqui, discutimos sobre importantes aspectos do gênero de atividade que designamos como entrevista, a exemplo das modalidades da língua em que ela pode se realizar, do número de participantes que podem protagonizá-la e da relação vertical entre entrevistador e entrevistado. Em nossas discussões, abordamos em que medida esses aspectos se atualizam nas entrevistas escritas estudadas nesta dissertação. No próximo subitem, vamos discorrer sobre outra característica típica da entrevista: a organização textual baseada em perguntas e respostas.

2.3.4 A organização textual em perguntas e respostas

Do ponto de vista textual, a entrevista é um gênero que, conforme Mondada (1997, p. 65), “organiza seu desenvolvimento temporal estruturando-se sequencialmente”. De acordo com a autora, o gênero se baseia em um dispositivo de turnos de fala¹¹, que assegura a alternância

¹¹ A noção de turno, que tem origem no quadro teórico-metodológico da Análise da Conversa (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974), remete ao momento em que um interlocutor, durante uma conversação, pode falar, isto é, produzir suas contribuições conversacionais. Essa noção está associada a uma regra geral da conversação segundo a qual fala um de cada vez (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974). Então, a tomada de turnos acontece “na medida em que nem todos falam ao mesmo tempo (em geral um espera o outro concluir) e um só não fala o tempo todo (os falantes se alternam)” (MARSCUSCHI 2003, p. 19).

entre os interlocutores e a passagem da palavra de um ao outro. A entrevista ainda é caracterizada pelo pré-estabelecimento dos turnos (pelo menos, dos turnos em que se realizam as perguntas do entrevistador e, em alguns casos, dos turnos em que se realizam as respostas do entrevistado – tal como explicitamos no subitem 2.2.3), organizando-se pela alternância entre as perguntas do entrevistador e as respostas do entrevistado.

Reportando-se a Marcuschi (2000), Hoffnagel (2002, p. 181-182) explica que a organização textual canônica da entrevista é essencialmente fundamentada no par adjacente¹² pergunta-resposta (P-R):

Entrevistador: pergunta [estabelece um tópico]
 Entrevistado: responde [em relação ao tópico proposto]
 Entrevistador: pergunta [sobre o mesmo ou outro tópico]
 Entrevistado: responde [em relação ao posto]

Nesse sentido, a textualização em P-R constitui uma característica do gênero entrevista. Segundo Mondada (1997), esse par não pode ser visto como um simples padrão sequencial formado por perguntas e respostas produzidas de modo independente umas das outras. Muito pelo contrário, as perguntas e respostas são partes fundamentalmente interdependentes, ou seja, ao mesmo tempo em que a resposta é elaborada em função da pergunta que a antecede, ela projeta a configuração da pergunta que a sucede. Nesse sentido, cada turno construído em uma entrevista

manifesta a interpretação que é feita do turno precedente, e projeta condicionamentos sobre o turno seguinte. Assim, a resposta é um produto interacional, sendo configurada pela pergunta e podendo por sua vez transformá-la retrospectivamente (MONDADA, 1997, p. 65).

Portanto, as respostas do entrevistado e as perguntas do entrevistador são partes interdependentes do par adjacente pergunta-resposta, já que elas se constituem reciprocamente, ou seja, uma em função da outra. De acordo com Hoffnagel (2002), é justamente esse par adjacente que organiza a entrevista e orienta a nossa interpretação da atividade interacional. Então, seguindo essa lógica, para compreender o modo como se estabelece a interação em uma

¹² Partindo das contribuições de Schegloff e Sacks (1973), Marcuschi (2003, p. 35) explica que a expressão *par adjacente* (ou *conversacional*) “é uma sequência de dois turnos que coocorrem e servem para a organização local da conversação. Muitas vezes eles representam uma coocorrência obrigatória, dificilmente adiável ou cancelável, como no caso dos cumprimentos: A: oi Vera V: oi Ana sendo inadequado introduzir algo entre um turno e outro. De acordo com o autor, podemos citar como exemplos de par adjacente os pares pergunta-resposta, cumprimento-cumprimento, convite-aceite/recusa, pedido de desculpa-perdão etc.

entrevista, é necessário analisar a construção das perguntas do entrevistador e das respostas do entrevistado.

É importante mencionar que a organização textual baseada no par P-R é uma característica efetivamente atualizada nas entrevistas jornalísticas estudadas nesta pesquisa. Essa organização textual não é um traço formal aleatório, mas, pelo contrário, está intimamente ligada ao próprio formato pingue-pongue das entrevistas da *Folha de S. Paulo* (cf. subitem 2.2.2.1). Para demonstrar o modo como textualização em P-R se manifesta nas entrevistas do *corpus*, utilizamos o fragmento abaixo, extraído da entrevista entre Patrícia Mello e Felipe Neto:

(02) FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – Você tem atuado como evangelista sobre a ameaça da desinformação à democracia. O que funciona para combater fake news?

FELIPE NETO – Um dos caminhos é educação digital. Temos uma população desinformada, que precisa dessa educação digital para não cair nas armadilhas criadas por quem orchestra a desinformação no Brasil. Existem maestros dessa desinformação criminosa. O segundo caminho é o empoderamento da Polícia Federal (...)

FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – Você tem uma iniciativa de educação midiática?

FELIPE NETO – A gente entregou na mão da população mundial a ferramenta mais poderosa da história da humanidade, a internet, e falou: usa aí. Sem manual, sem educar as pessoas sobre como não cair em armadilhas.

Esse trecho serve como evidência para a afirmação de que as entrevistas estudadas nesta pesquisa realmente atualizam a textualização baseada no par P-R. É muito interessante perceber que, no trecho, assim como indicam Mondada (1997) e Hoffnagel (2002), pergunta e resposta se constroem efetivamente uma em função da outra, sendo, por isso mesmo, frutos da própria dinâmica interacional. Como mostra o trecho, a primeira resposta do entrevistado é aparentemente formulada a partir das informações que são ativadas na primeira pergunta da entrevistadora.

Assim, o fato de as informações *desinformação* e *fake news* serem ativadas na primeira pergunta da jornalista, por exemplo, parece contribuir fortemente para que a primeira resposta do entrevistado seja construída com base em uma informação associada àquela que é ativada na pergunta (*educação digital*). Da mesma forma, a segunda pergunta de Patrícia Mello é construída em função da resposta de Felipe Neto que a antecede. Nessa perspectiva, parece que o fato de a informação *educação midiática* ser ativada na resposta do entrevistado é uma das razões para que a segunda pergunta da entrevistadora também seja construída com base nessa mesma informação.

Além disso, o excerto em (02) evidencia o teor assimétrico da entrevista protagonizada por Patrícia Mello e Felipe Neto. Nele, é a entrevistadora que, por meio de suas perguntas, orienta o rumo da interação, propondo os tópicos a serem abordados no encontro. O entrevistado, ratificando a condução da interação por sua interlocutora, responde às perguntas elaboradas pela jornalista conforme os tópicos propostos por ela.

Apesar da importância de ambas as partes do par pergunta-resposta, os estudos sobre entrevista têm, de modo geral, conferido mais importância apenas à pergunta (MODENA, 2009). Morin (1973, p. 120), por exemplo, considera que “a formulação da pergunta desempenha um papel na orientação da resposta”. Na mesma esteira, Fávero e Aquino (1998), em uma perspectiva textual-interativa, atribuem às perguntas um papel privilegiado, considerando-as como elementos não apenas reveladores da organização textual da entrevista, mas também determinantes do próprio desenvolvimento da troca. Assim, nas entrevistas, as perguntas

colocam-se como parte de um jogo em que os participantes precisam detectar as regras para poderem se sair bem, já que muitas vezes elas se constituem em estratégia do locutor para revelar a face negativa do interlocutor (FÁVERO; AQUINO, 1998, p. 124).

Conforme Hoffnagel (2002) e Marcuschi (2003), as perguntas podem ser fechadas, quando demandam uma resposta binária (sim ou não), ou abertas, quando demandam respostas mais amplas. É comum que as perguntas abertas, que também podem ser chamadas de informativas, apresentem algum marcador, como *quem*, *qual*, *como*, *onde*, *quando* (MARCUSCHI, 2003). Exemplo desse tipo é a pergunta abaixo, que integra uma das entrevistas do *corpus*, que foi concedida pela empresária Luiza Helena Trajano à jornalista Bruna Narcizo, da Folha:

(03) FOLHA DE S. PAULO (Bruna Narcizo) – Como combater as fake news?

Nesse exemplo, vemos o uso do marcador *como*, que sinaliza uma pergunta aberta (MARCUSCHI, 2003). Tal pergunta, como é possível notar, não solicita à entrevistada uma resposta do tipo sim-não. Pelo contrário, demanda uma resposta mais ampla sobre os caminhos para o combate às notícias falsas. Esse tipo de pergunta, segundo Hoffnagel (2002, p. 192) “permite que o entrevistado seja relativamente livre para expressar sua opinião”.

As perguntas fechadas, diferentemente das abertas, não costumam apresentar marcas que as sinalizem (MARCUSCHI, 2003). Além disso, como mencionado, elas demandam respostas binárias, isto é, limitadas a uma ou outra escolha (sim ou não). Porém, nada impede que as

respostas às perguntas fechadas sejam explicadas, justificadas, ampliadas com mais detalhes (HOFFNAGEL, 2002). O trecho abaixo evidencia justamente isso:

- (04) FOLHA DE S. PAULO (Bruna Narcizo) – As redes sociais deram voz para pessoas que não tinham. Hoje toda pessoa pode ser um potencial gerador de conteúdo. Isso também contribui para essa propagação das fake news?

LUIZA TRAJANO – No interior, as pessoas falam: ‘Quem nunca comeu melado, quando come se lambuza’. Quando abriu o conteúdo para todo mundo, todo mundo podia aparecer e se tornar protagonista. Quando saiu o rádio, a minha família falava que era um fanatismo pelo rádio. Quando saiu a TV, ter uma notícia na TV era verdade. As coisas vão evoluindo, caindo no lugar. São movimentos que começam alto e depois caem no equilíbrio (...)

A pergunta da jornalista, em si, demanda uma resposta binária – *sim, contribui* ou *não, não contribui*. No entanto, a empresária, em vez de produzir uma resposta binária, elabora uma resposta informativa, discorrendo de maneira ampla sobre a relação entre as redes sociais e a propagação de *fake news*.

Hoffnagel (2002) também argumenta que as perguntas ainda podem ser diretas (geralmente menos polidas) ou indiretas (normalmente mais polidas). Para a autora, as perguntas diretas são formuladas sem rodeios, sem maiores explicações ou justificativas. O próprio fragmento (03), mostrado acima e rerepresentado a seguir, em (5), exemplifica esse tipo de pergunta:

- (05) FOLHA DE S. PAULO (Bruna Narcizo) – Como combater as fake news?

Já as perguntas indiretas apresentam informações que justifiquem e/ou expliquem a sua elaboração. Nesse sentido, uma pergunta indireta evidencia o respeito e a preocupação que o entrevistador tem em relação ao entrevistado (HOFFNAGEL, 2002). Exemplo de pergunta indireta é a pergunta abaixo, que foi apresentada anteriormente, em (04):

- (06) FOLHA DE S. PAULO (Bruna Narcizo) – As redes sociais deram voz para pessoas que não tinham. Hoje toda pessoa pode ser um potencial gerador de conteúdo. Isso também contribui para essa propagação das fake news?

Como é possível notar, a pergunta da entrevistadora não é elaborada de modo direto, sem qualquer informação que explique ou fundamente a sua elaboração. Pelo contrário, a jornalista, justificando a sua pergunta, apresenta à entrevistada a informação de que as redes sociais deram voz às pessoas que antes não tinham e permitiram que essas mesmas pessoas se tornassem potenciais geradores de conteúdo. Com essa justificativa, a entrevistadora tenta mostrar que a sua pergunta não é infundada e/ou pouco pertinente.

Se, até aqui, tecemos comentários sobre algumas propriedades da pergunta, que constitui parte importante do par P-R, resta-nos comentar sobre a outra parte desse par, ou seja, a resposta. Como exposto, os estudos sobre entrevista não costumam dar atenção ao processo de elaboração de respostas, como se elas não tivessem importância para a interação, o que, conforme sugere Hoffnagel (2002) não é verdade.

Com efeito, as respostas apresentadas nos próprios excertos que utilizamos como exemplos evidenciam a importância da resposta para a textualização de uma entrevista. Para Hoffnagel (2002, p. 192),

nas respostas às perguntas abertas ou indiretas, o entrevistado pode enfatizar um aspecto da pergunta e ignorar outro e pode, às vezes, dar uma interpretação completamente diferente à pergunta da que foi pretendida pelo entrevistador.

Dessa forma, o entrevistado pode lançar mão de estratégias para evitar responder diretamente às perguntas do entrevistador (HOFFNAGEL, 2002).

Para encerrar a discussão sobre a organização textual baseada no par pergunta-resposta, vamos observar o trecho abaixo, no qual a entrevistada, em reação à pergunta da entrevistadora, produz uma resposta que, a nosso ver, merece atenção:

(07) FOLHA DE S. PAULO (Bruna Narcizo) – *Quais são os principais problemas do jornalismo brasileiro?*

LUIZA TRAJANO – Primeiro, é um prazer participar desse momento. Não é fácil fazer 100 anos e continuar na ativa como a Folha. Eu vou falar primeiro do que é positivo. Sou muito agradecida ao jornalismo brasileiro. São guerreiros que trazem a informação e estão sabendo, depois de um momento difícil, trabalhar com o digital. Porque não é fácil você mudar toda a sua forma. Tanto a Folha quanto os outros órgãos estão se reinventando e conseguindo se reinventar. Comecei falando das coisas boas, agora vou dizer o problema. Os veículos precisam aprender a fazer uma boa notícia. Sei que dá mais ibope a notícia ruim, mas hoje a notícia boa também está dando ibope. A primeira vacina, que era uma notícia positiva, deu muito ibope. Tem muita coisa boa que a gente não vê nos noticiários. Essas coisas boas do Brasil a gente não vê no jornalismo.

Parece que a resposta da entrevistada foi, de fato, construída estrategicamente. Em vez de responder à pergunta de maneira direta, expondo, sem rodeios, os principais problemas do jornalismo brasileiro, a empresária decide, em um primeiro momento, elogiar o jornal. Só depois é que Luiza Trajano expõe um problema do jornalismo brasileiro: a publicação de notícias que relatam apenas fatos negativos. Com base em Modena (2009), parece ser razoável considerar que respostas como essa decorrem da busca pela construção de uma imagem positiva de si. Então, podemos dizer que, por meio de sua resposta, a entrevista almeja mostrar-se como uma pessoa ponderada, comedida ao elaborar críticas.

2.4 Considerações parciais

Com este capítulo, tivemos dois principais objetivos. O primeiro foi reunir algumas contribuições teóricas da literatura sobre o gênero entrevista. O segundo foi, com base em tais contribuições, sintetizar algumas características desse gênero e explicitar em que medida essas características se fazem presentes nas entrevistas escritas que compõem o *corpus* do estudo. Buscando alcançar tais objetivos, realizamos uma incursão em parte da literatura sobre entrevistas, que se compõe, principalmente, de estudos vinculados à Comunicação Social, às Ciências Sociais e à Linguística.

Articulando as perspectivas apresentadas em alguns desses estudos, tentamos explicitar um conjunto de características ligadas ao gênero. Por meio dessa articulação, fomos capazes de desenvolver discussões a respeito do modo como a entrevista, enquanto atividade linguageira, se caracteriza. Em seguida, comentamos sobre a dificuldade de se categorizar a entrevista como um gênero exclusivamente oral ou escrito. Logo depois, discorremos sobre os papéis discursivos perfilados pelo gênero, chamando atenção para a relação vertical ou dissimétrica entre entrevistado e entrevistador. Por fim, dissertamos sobre a organização textual em perguntas e respostas, que é uma das características formais típicas da entrevista. Com toda a discussão desenvolvida neste capítulo, acreditamos ter conseguido alcançar os dois objetivos propostos.

3 ESTUDO DO PAPEL DAS RELAÇÕES DE DISCURSO NA GESTÃO DE FACES E TERRITÓRIOS

O objetivo deste capítulo é apresentar as bases teóricas para o estudo do papel das relações interativas na dimensão dramatúrgica – dimensão na qual se estabelece a gestão de imagens identitárias – das entrevistas escritas que integram o *corpus* da pesquisa.

Como exposto na Introdução, tal estudo se justifica com o fato de que, como explica Cunha (2015, 2016a, 2020a, 2020b), as abordagens teóricas dedicadas ao estudo do plano da articulação textual do discurso, de modo geral, focalizam aspectos sobretudo informacionais e/ou estruturais das relações de discurso (ou, a depender da perspectiva teórica, relações textuais, relações coesivas ou de coesão, relações argumentativas, relações semânticas, de significado ou de sentido) (cf. HALLIDAY; HASAN, 1976; MANN; THOMPSON, 1988; MANN; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1992; ROULET, 1986, 1987, 1999a, 2003, 2006; ROULET; FILLIETTAZ, GROBET, 2001; KOCH, 1999, 2004, 2006; KOCH; TRAVAGLIA, 1990; NEVES, 2000; GUIMARÃES, 2007). Porém, escapa aos interesses de tais abordagens a análise das funções que essas mesmas relações exercem na dimensão dramatúrgica ou ritual do discurso.

Tendo em vista o objetivo mencionado, abordaremos em 3.1 algumas noções teóricas para o estudo da articulação textual que são propostas pela Escola de Genebra (abordagem em cujas contribuições esta pesquisa se fundamenta, conforme já informamos na Introdução). As noções a serem abordadas são as de *processo de negociação*, *completude (monológica e dialógica)* e *relação de discurso (ilocucionária e interativa)*.

Depois, em 3.2, discutiremos o tratamento proposto pela Escola de Genebra para o estudo das relações de discurso interativas. Por fim, em 3.3, apresentaremos uma abordagem interacionista que, especificando o tratamento dado pelo modelo genebrino às relações interativas, busca evidenciar o papel que tais relações desempenham na gestão de imagens identitárias.

Como explicado na Introdução, essa abordagem interacionista, que é adotada nesta pesquisa, se constitui de trabalhos que têm sido desenvolvidos nos últimos anos por Cunha (2015, 2016a, 2017, 2019, 2020a, 2020b, 2021a, 2021b, 2021c, 2022a, 2022b, 2022c) no âmbito do Grupo de Estudos sobre Pragmática, Texto e Discurso (GEPTED), da Faculdade de Letras da UFMG.

3.1 As noções de *processo de negociação, completude e relação de discurso* propostas na Escola de Genebra

3.1.1 Processo de negociação e completude (monológica e dialógica)

Na abordagem genebrina, o processo de negociação pode ser entendido como um processo comunicativo subjacente a toda forma de discurso (oral, escrita, monologal, dialogal, polilógico) no qual os interlocutores se esforçam, realizando sucessivas ações linguageiras, para interagir (ROULET et al., 1985; ROULET, 1986, 1987, 1992, 1996, 1999a, 1999b, 2003, 2006; ROULET; FILLIETTAZ, GROBET, 2001). Conforme Roulet (1986, 1987) e Roulet et al. (1985), a noção de processo de negociação permite compreender não apenas o modo como o discurso se estrutura hierarquicamente, mas também as restrições que governam a organização dos constituintes textuais que compõem o discurso. Para o modelo genebrino, todo processo de negociação tem origem

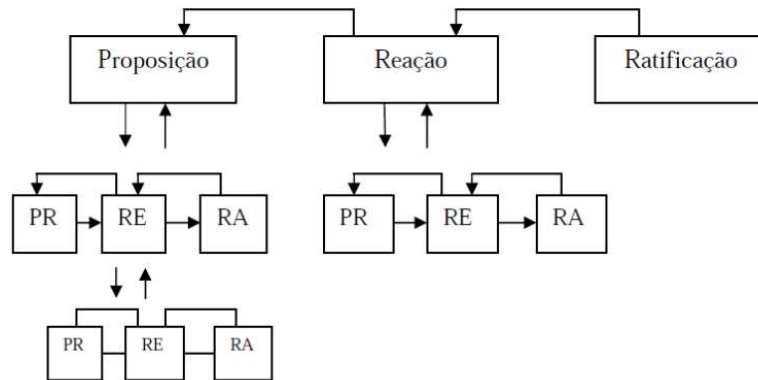
em um problema que dá lugar a uma iniciativa do locutor; esta iniciativa exige uma reação, que pode ser favorável ou desfavorável, do interlocutor. Se ela é favorável, o locutor pode encerrar a negociação expressando por sua vez o seu acordo (ROULET et al., 1985, p. 15).

Assim, o processo de negociação comporta, em princípio, ao menos três fases: uma proposição, elaborada pelo locutor, uma reação, produzida pelo interlocutor, e uma ratificação, elaborada pelo locutor (ROULET et al., 1985; ROULET, 1986, 1987, 1992, 1999a, 2003, 2006; ROULET; FILLIETTAZ, GROBET, 2001).

Segundo Roulet et al. (1985), Roulet (1986, 1987, 1992, 1999a, 2003) e Roulet, Fillietaz e Grobet (2001), a reação do interlocutor à proposição do locutor pode ser favorável/positiva ou desfavorável/negativa. Mas, “para que a negociação, e conseqüentemente a troca, possa se encerrar, é necessário que a reação do interlocutor e a ratificação do locutor sejam positivas” (ROULET, 1986, p. 190). E, para que os interlocutores consigam reagir às fases do processo de negociação, é necessário que o locutor elabore cada fase de maneira que o interlocutor possa avaliá-la como suficientemente completa e justificada (pouco ameaçadora para as faces e os territórios em jogo).

Sintetizando essas proposições, o esquema a seguir representa a noção de processo de negociação:

Figura 3 – Esquema do processo de negociação



Fonte: ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 57.

Como mostra a Figura 3, se o interlocutor avalia que a proposição do locutor é suficientemente completa, clara e justificada, ele pode reagir (positiva ou negativamente) a essa proposição, promovendo, dessa forma, a expansão horizontal da negociação. Caso contrário, o interlocutor inicia uma negociação secundária para ajudar o locutor a tornar sua proposição inicial suficientemente clara, completa e justificada, o que implica a expansão vertical da interação. É somente após a conclusão dessa negociação secundária que ele pode dar continuidade à negociação principal, elaborando uma reação positiva ou negativa.

A reação do interlocutor, se avaliada pelo locutor como completa e justificada, motiva a fase de ratificação. Mas, se for avaliada como incompleta, pouco clara ou nociva às faces e aos territórios em jogo, o locutor é forçado a iniciar uma negociação secundária. Nessa perspectiva, como sinalizam as setas dispostas na Figura 3, é possível entender o processo de negociação como um processo fundamentalmente recursivo, que pode engendrar várias fases (expandindo-se horizontalmente) e/ou negociações secundárias (expandindo-se verticalmente) (ROULET; FILLIETTAZ, GROBET, 2001).

Para a Escola de Genebra, qualquer processo de negociação implica a construção de unidades textuais complexas, que podem ser representadas por estruturas hierárquicas. Tais estruturas constituem um importante instrumento por meio do qual a abordagem genebrina permite ao estudioso representar sua interpretação do processo de negociação. Nessa representação, toda a negociação “se realiza sob a forma de uma unidade textual chamada troca (T), e cada fase da negociação se realiza sob a forma de uma unidade chamada intervenção (I)” (ROULET, 1999a, p. 40). Constitutivo das intervenções ou até mesmo das trocas é o ato, que, conforme Roulet (1999a, p. 145), corresponde à unidade mínima de análise textual cuja delimitação se dá “de uma parte a outra por uma passagem pela memória discursiva”, sendo a memória discursiva um

“conjunto de saberes conscientemente partilhados pelos interlocutores” (BERRENDONER, 1983, p. 230).

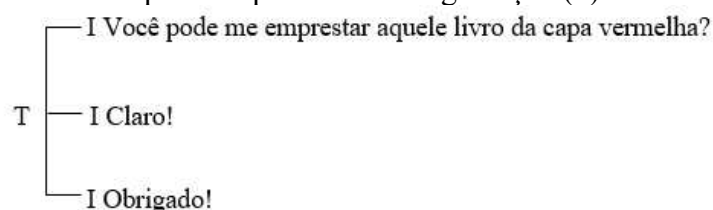
Conforme explicamos, o processo de negociação é condicionado por uma restrição que estabelece que ele só pode ser concluído quando o interlocutor reage favoravelmente à proposição do locutor e este ratifica a reação daquele, expressando, assim, o alcance de um acordo mútuo. Essa restrição ligada à busca de um acordo entre os interlocutores, acordo que autoriza o fechamento do processo de negociação, constitui o princípio de completude dialógica (ROULET et al., 1985; ROULET, 1986, 1987, 2003, 2006; ROULET; FILLIETTAZ, GROBET, 2001). Também explicamos que o processo de negociação é condicionado por outra restrição, que determina que o locutor deve elaborar cada uma das fases desse processo de maneira que o interlocutor possa avaliá-la como suficientemente clara, completa e justificada e, assim, consiga reagir a ela. Essa segunda restrição constitui o princípio de completude monológica (ROULET et al., 1985; ROULET, 1986, 1987, 1992, 2003, 2006; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

Para entender melhor a noção de completude dialógica, vejamos o seguinte exemplo, que, apesar de mostrar um processo de negociação simples e não autêntico (isto é, fabricado para fins de análise), é suficientemente capaz de ilustrar essa noção:

- (01) A: Você pode me emprestar aquele livro da capa vermelha?
 B: Claro!
 A: Obrigado!

Nesse exemplo, o locutor A inicia o processo de negociação com uma proposição (Você pode me emprestar aquele livro da capa vermelha?). B então reage positivamente a ela (Claro!). Em seguida, A ratifica essa reação (Obrigado!) e, dessa forma, conclui a negociação. Assim procedendo, os interlocutores chegam a um acordo mútuo, ou seja, alcançam a completude dialógica. Do ponto de vista textual, esse processo de negociação se materializa em uma troca simples, formada por três intervenções:

Figura 4 – Estrutura hierárquica do processo de negociação (1)



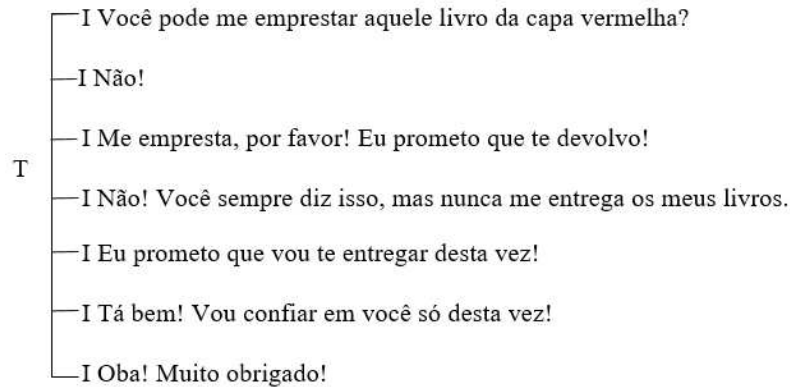
Fonte: Elaboração do autor.

Porém, como já exposto, a reação do interlocutor à proposição do locutor também pode ser desfavorável ou negativa. Quando isso ocorre, os interlocutores não satisfazem a restrição de completude dialógica tão rapidamente. Para alcançar essa completude, o locutor, diante da reação negativa do interlocutor, tem de refazer a sua proposição inicial, elaborando, assim, uma contra-proposição, à qual o interlocutor deve reagir positivamente. Caso isso não ocorra, a negociação se expande por meio de sucessivas fases (contra-proposições e reações negativas) até que os interlocutores satisfaçam a restrição de completude dialógica ou compreendam que é impossível haver concordância entre eles. O exemplo abaixo mostra como seria o processo de negociação se A e B, do exemplo anterior, não alcançassem a completude dialógica imediatamente:

- (02) A: Você pode me emprestar aquele livro da capa vermelha?
 B: Não!
 A: Me empresta, por favor! Eu prometo que te devolvo!
 B: Não! Você sempre diz isso, mas nunca me entrega os meus livros.
 A: Eu prometo que vou te entregar desta vez!
 B: Tá bem! Vou confiar em você só desta vez!
 A: Oba! Muito obrigado!

Nesse exemplo, A produz uma proposição inicial (Você pode me emprestar aquele livro da capa vermelha?), proposição à qual B reage negativamente (Não!), fazendo com que A elabore uma contra-proposição (Me empresta, por favor! Eu prometo que te devolvo!). Diante dessa contra-proposição, B reage negativamente mais uma vez (Não! Você sempre diz isso, mas nunca me entrega os meus livros.). Então, na tentativa de finalmente chegar a um acordo junto ao seu interlocutor, A produz uma nova contra-proposição (Eu prometo que vou te entregar dessa vez!). Enfim, B reage positivamente a essa contra-proposição (Tá bem! Vou confiar em você só desta vez!), permitindo que A ratifique a sua reação com um agradecimento (Oba! Muito obrigado!) e, assim, encerre a negociação. Do ponto de vista textual, esse processo de negociação se materializa em uma troca formada por sete intervenções:

Figura 5 – Estrutura hierárquica do processo de negociação (2)



Fonte: Elaboração do autor.

No processo de negociação, os interlocutores buscam alcançar não só a completude dialógica, mas também a completude monológica. Esse segundo tipo de completude diz respeito à necessidade de o locutor elaborar as fases da negociação de modo que elas, sob o ponto de vista do interlocutor, satisfaçam uma exigência comunicativa e uma exigência ritual, permitindo, assim, que esse interlocutor consiga reagir positiva ou negativamente. Do ponto de vista comunicativo, cada fase da negociação deve ser avaliada pelo interlocutor como suficientemente completa, ao passo que, do ponto de vista ritual, ela deve ser vista por esse interlocutor como pouco ameaçadora para as faces e os territórios em jogo (ROULET et al., 1985; ROULET, 1986, 1987, 1992, 2003, 2006; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001). Assim, no nível textual, enquanto a exigência comunicativa recai sobre aspectos informacionais de uma intervenção, a exigência ritual diz respeito ao impacto que essa intervenção exerce no processo de negociação de faces e territórios.

Quando o interlocutor julga que a intervenção do locutor não alcança a completude monológica, ele pode suspender momentaneamente o processo de negociação principal e abrir uma negociação secundária para ajudar o locutor a satisfazer a restrição de completude monológica (ROULET, FILLIETTAZ, GROBET, 2001). Afinal de contas, como afirma Roulet (1986), “é muito difícil reagir positivamente ou negativamente a uma proposição pouco clara ou incompleta, bem como é difícil avaliar uma reação incompleta” (p. 190). Cabe ressaltar que

o locutor pode, em função do contexto, do co-texto e do que ele sabe a respeito do interlocutor, tentar construir uma intervenção que vise à completude interativa [monologal], mas esta só pode ser avaliada em definitivo pelo interlocutor. Só este pode julgar, em primeira instância, se a intervenção do locutor lhe fornece todos os elementos necessários para que ele possa tomar uma decisão, exprimir seu acordo ou seu desacordo (ROULET et al, 1985, p. 17).

Ou seja, a responsabilidade de avaliar a completude monológica da intervenção do locutor recai exclusivamente sobre o interlocutor, que pode iniciar uma negociação secundária para auxiliar aquele a tornar sua intervenção suficientemente clara, completa, informativa e justificada. Portanto, ainda que o locutor se esforce para elaborar uma intervenção que, sob seu ponto de vista, evita prejuízos às faces e aos territórios em jogo e é suficientemente completa, informativa e clara, essa intervenção permanece sujeita a eventuais objeções do interlocutor, pois só ele pode avaliar, em última instância, a sua completude.

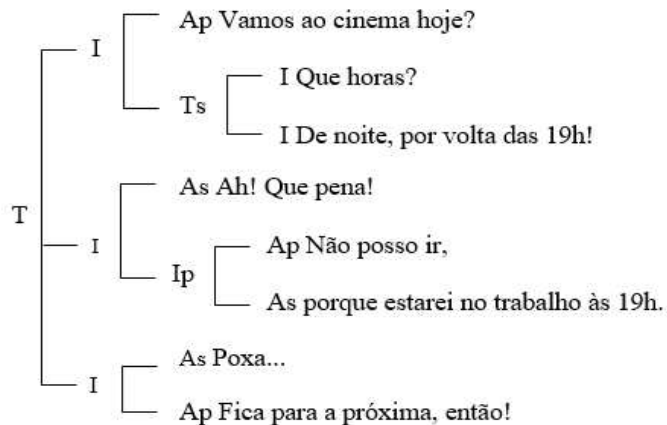
Nessa perspectiva, a restrição de completude monológica explicita a importância do interlocutor e o impacto que ele exerce no modo como o locutor elabora suas intervenções, apontando para a dimensão interacional da construção do discurso. É nesse sentido que Roulet (1986, p. 191) chama atenção para o fato de que o locutor realiza, durante a elaboração de sua intervenção, “sucessivos processos de ajustamento que podem envolver o interlocutor de forma mais ou menos aberta e que atestam esse caráter fundamentalmente dialógico do discurso monológico”.

Para tornar mais clara a noção de completude monológica, vejamos o processo de negociação a seguir:

- (03) A: Vamos ao cinema hoje?
 B: Que horas?
 A: De noite, por volta das 19h!
 B: Ah! Que pena! Não posso ir, porque estarei no trabalho às 19h.
 A: Poxa... Fica para a próxima, então!

Esse processo de negociação pode ser representado pela seguinte estrutura hierárquica:

Figura 6 – Estrutura hierárquica do processo de negociação (3)



Fonte: Elaboração do autor.

Na negociação, A elabora a proposição inicial, convidando B para o cinema (Vamos ao cinema hoje?). Como mostra a Figura 6, essa proposição se materializa na primeira intervenção da estrutura hierárquica. B, julgando que a proposição de A não satisfaz a completude monológica, porque não expressa uma informação que, para ele, é importante saber antes de reagir positiva ou negativamente (o horário da ida ao cinema), inicia uma negociação secundária cuja proposição é *Que horas?*.

Do ponto de vista textual, essa negociação secundária se materializa em uma troca subordinada no interior da primeira intervenção da estrutura hierárquica. Agindo desse modo, B auxilia A a alcançar a completude monológica em sua proposição inicial. No interior da negociação secundária, A reage positivamente à proposição de B, ou seja, fornece a seu interlocutor a informação por ele solicitada (De noite, por volta das 19h!).

Na estrutura hierárquica, essa reação positiva se textualiza na segunda intervenção da troca subordinada. Na seqüência, B, compreendendo que a proposição inicial de A finalmente alcança a completude monológica, retorna à negociação principal e reage negativamente a essa proposição (Ah! Que pena! Não posso ir, porque estarei no trabalho às 19h.). Essa reação negativa é representada, no nível textual, pela segunda intervenção da troca. Em seguida, A ratifica a reação negativa de B (Poxa... Fica para a próxima, então!) e, assim, conclui a negociação principal. Do ponto de vista textual, a ratificação de B se textualiza na terceira intervenção da troca.

Com base nas proposições apresentadas até o momento, acreditamos ter sido possível abordar de maneira clara as noções de processo de negociação e completude. No próximo subitem, procederemos à explicação de outra importante noção proposta no quadro da Escola de Genebra: as relações de discurso.

3.1.2 As relações de discurso na perspectiva da Escola de Genebra

No quadro teórico da abordagem genebrina, as relações de discurso podem ser compreendidas como recursos com que os interlocutores, durante o desenvolvimento do processo de negociação, tentam alcançar as completudes dialógica e monológica. Por isso, essas relações são recursos essencialmente interacionais, já que é por meio delas que os interlocutores podem iniciar, desenvolver e concluir a interação, bem como negociar faces e territórios.

Nessa abordagem, são propostos dois tipos de relações de discurso: as ilocucionárias, que se vinculam à completude dialógica, e as interativas, que se associam à completude monológica (ROULET et al., 1985; ROULET, 1986, 1987, 1992, 1995, 1996, 1997, 2003, 2006 ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001). Esses dois tipos de relação articulam, no nível do texto, os constituintes textuais que estruturam o discurso. Se, de um lado, as relações ilocucionárias atuam na articulação entre as intervenções que constituem uma troca, de outro, as relações interativas atuam na articulação entre atos, intervenções e até mesmo trocas que compõem uma intervenção.

Nessa perspectiva, as relações de discurso e as marcas que as sinalizam, como os conectores, podem ser compreendidas não apenas como recursos fundamentais para a articulação textual das produções discursivas, mas também, e sobretudo, como elementos languageiros com que os interlocutores interagem, buscando alcançar as completudes dialógica e monológica. Assim, fica evidente que o modelo genebrino não constitui uma abordagem puramente textual, mas fundamentalmente interacionista. Na atual versão desse modelo (cf. ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001), o estudo do plano relativo às relações de discurso (ilocucionárias e interativas) e de seus marcadores se realiza em duas etapas. Na primeira, investigam-se essas relações com base em um conjunto restrito de categorias genéricas. Na segunda, descrevem-se as relações específicas que essas categorias genéricas recobrem.

Porque nosso objeto de estudo são as relações de discurso interativas, não desenvolveremos explicações exaustivas a respeito das relações ilocucionárias. A respeito desse segundo tipo de relação, é importante esclarecer que elas podem ser iniciativas ou reativas. Enquanto as relações ilocucionárias iniciativas se distinguem em três categorias (pergunta, pedido, asserção), as relações reativas se distinguem em duas categorias (resposta e ratificação) (ROULET, 2003, 2006; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001). Essas categorias genéricas recobrem relações ilocucionárias específicas. Roulet (2003, p. 156) afirma que a relação genérica iniciativa, por exemplo, recobre “as diferentes relações ilocucionárias iniciativas específicas descritas pela teoria dos atos de fala”, como promessa, convite, ameaça etc.

A distinção entre as relações de discurso ilocucionárias genéricas iniciativas e reativas é diretamente associada à posição que os constituintes textuais ocupam na estrutura da troca. Nesse sentido,

a primeira intervenção de uma troca está ligada à seguinte por uma relação de iniciativa ilocucionária, a última intervenção está ligada à anterior por uma

relação ilocucionária reativa, cada uma das intervenções intermediárias está ligada à anterior por uma relação ilocucionária reativa e à seguinte por uma relação ilocucionária iniciativa (ROULET, 2003, p. 156).

Ou seja, o primeiro constituinte de uma troca se liga ao segundo por uma relação ilocucionária genérica iniciativa. Por sua vez, esse segundo constituinte se liga ao constituinte que o precede por uma relação ilocucionária reativa, ao mesmo tempo em que se liga ao constituinte que o sucede por uma relação ilocucionária iniciativa.

As relações de discurso ilocucionárias genéricas podem ser sinalizadas por marcas linguísticas, como as construções sintáticas (interrogativa, declarativa e imperativa), e por três tipos de marcadores: i) denominativos, a exemplo dos verbos performativos (perguntar, responder etc.), ii) indicativos, como *por favor*, e iii) potenciais, a exemplo de *você poderia* (ROULET, 1980, 1999a).

No que diz respeito às relações de discurso interativas, que são o objeto de estudo desta pesquisa, elas se distinguem em oito categorias genéricas, a saber: argumento, contra-argumento, reformulação, topicalização, sucessão (tempo)¹³, preparação, comentário e clarificação (ROULET, 1999a, 2003, 2006; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001)¹⁴. Ao propor essa lista reduzida de categorias genéricas, a abordagem genebrina – diferentemente da RST (Rhetorical Structure Theory/Teoria da Estrutura Retórica) (MANN; THOMPSON, 1988; MANN; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1992), que lista um vasto conjunto de relações retóricas específicas ligadas exclusivamente a textos monológicos – evita estabelecer uma taxonomia baseada em uma quantidade excessiva de relações de discurso específicas aplicáveis a uma única forma de discurso (monologal ou dialogal).

Para a Escola de Genebra, o conjunto restrito de relações de discurso genéricas é suficientemente capaz de possibilitar a análise de qualquer forma de discurso, seja monologal ou dialogal. Além disso, a lista reduzida de relações genéricas permite identificar a predominância de relações pertencentes a uma determinada categoria no discurso, isto é, o perfil

¹³ Cunha (2012, 2013) propõe a substituição da categoria genérica de sucessão pela categoria de tempo, já que, segundo o autor, a sucessão é uma relação temporal específica e não genérica. Por isso, ela não recobre outros tipos de relações temporais, como a anterioridade, a continuidade, a simultaneidade. Explicações mais detalhadas serão apresentadas no capítulo 5, subitem 5.7.

¹⁴ Nas estruturas hierárquicas, as relações interativas entre os constituintes textuais são indicadas por formas abreviadas: *arg*, para a relação de argumento; *c-a*, para a relação de contra-argumento; *ref*, para a relação de reformulação; *top*, para a relação de topicalização; *tem*, para a relação de tempo; *prep*, para a relação de preparação; *com*, para a relação de comentário; *cla*, para a relação de clarificação (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 176).

relacional (mais argumentativo, reformulativo ou comentativo, por exemplo) de determinada produção discursiva (ROULET, 2003, 2006; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

Embora o modelo genebrino proponha um conjunto limitado a oito categorias de relações interativas genéricas, cada uma dessas categorias recobre relações específicas. A categoria genérica de argumento, por exemplo, recobre relações argumentativas específicas de causa, explicação, justificativa, argumento potencial, argumento suplementar, conclusão e exemplificação (ROULET, 2003, 2006; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001), ao passo que as categorias de reformulação e comentário abarcam, respectivamente, as relações específicas de reformulação parafrástica e reformulação não parafrástica e de comentário metadiscursivo (cf. ROULET et al. 1985; ROULET, 1987; CUNHA; BRAGA, 2016, 2018; CUNHA; BRAGA; BRITO, 2019; BRAGA, 2021).

Tal como as relações ilocucionárias, as relações interativas podem ser sinalizadas por marcadores linguísticos, como os conectores e as construções sintáticas. A relação de argumento, por exemplo, pode ser marcada pelos conectores *porque*, *por exemplo* e *portanto*, ao passo que a relação de contra-argumento pode ser marcada pelos conectores *mas* e *embora*. Por sua vez, a relação de topicalização pode ser sinalizada pelo deslocamento à esquerda ou por um marcador do tipo *quanto a*, ao passo que as relações de reformulação e tempo podem ser sinalizadas, respectivamente, pelos marcadores *ou seja* e *em seguida* (ROULET, 1999a, 2003, 2006; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

Porém, é importante salientar que nem todas as relações de discurso interativas são sinalizadas por algum marcador linguístico específico. Esse é o caso das relações de preparação e clarificação, que são explicitadas pela posição dos constituintes textuais na estrutura hierárquica do discurso: enquanto a relação de preparação se estabelece quando um constituinte subordinado antecede um constituinte principal, a relação de clarificação se caracteriza pela abertura de uma troca subordinada após um constituinte principal para esclarecê-lo (ROULET, 1999a; ROULET; FILLIETTAZ, GROBET, 2001).

A relação de comentário é apresentada por Roulet (ROULET; FILLIETTAZ, GROBET, 2001) como uma relação interativa que, ao lado da preparação e da clarificação, não possui marca linguística específica. Todavia, a pesquisa de Marinho (2002) evidencia que, embora não seja uma regra, essa relação de discurso pode sim ser sinalizada por alguns marcadores, como o item *onde* e os pronomes relativos, como *que*, *o/a qual*, *cujo/a*, *no/a qual*, *o que* etc.

Com base em Roulet (1999a, 2003, 2006) e Roulet, Filliettaz e Grobet (2001), Marinho (2002) e Cunha (2012, 2013), apresentamos a seguir os marcadores que podem explicitar as relações de discurso interativas:

- a) argumento – *porque, se, para que, uma vez que, por exemplo, além de, pois, já que, por isso, então, desse modo, portanto, de modo que, por conseguinte* etc.;
- b) contra-argumento – *mas, porém, no entanto, todavia, embora, mesmo que, ainda que, apesar de* etc.;
- c) reformulação – *ou seja, isto é, na verdade, ou melhor, enfim, de fato* etc.;
- d) topicalização – deslocamento à esquerda ou marcadores como *quanto a, em/com relação a, no que diz respeito a, no que tange a* etc.;
- e) comentário – *onde, que, no/a qual, cujo/a, em que, o que* etc.;
- f) sucessão (tempo) – *depois de, em seguida, logo após* etc.

Roulet (1999a) comenta que os marcadores, além de sinalizarem as relações interativas entre os constituintes do texto, indicam as relações de hierarquia¹⁵ entre esses mesmos constituintes. Nessa perspectiva, os conectores do tipo *porque* (*pois, uma vez que, já que*), que explicitam a relação argumentativa de justificativa ou explicação, introduzem constituintes subordinados, ao passo que os conectores do tipo *então* (*portanto, assim, por isso*), que explicitam a relação argumentativa de conclusão, introduzem constituintes textuais principais.

Os conectores contra-argumentativos do tipo *mas* (*todavia, porém, contudo*), que expressam a relação de oposição, introduzem constituintes textuais principais, enquanto os conectores do tipo *embora* (*apesar de, ainda que*), que explicitam a relação contra-argumentativa de concessão, introduzem constituintes textuais subordinados.

Os marcadores temporais que indicam sucessão entre eventos ou acontecimento, como *depois* e *em seguida*, introduzem constituintes principais. Já os pronomes relativos, que sinalizam a

¹⁵ Tais relações podem ser de coordenação ou subordinação. Mas é importante ressaltar que as noções de coordenação e subordinação são diretamente ligadas à negociação, ou seja, elas não se confundem com as noções gramaticais de coordenação e subordinação sintática. Tais noções dizem respeito às relações de dependência, independência ou interdependência entre os constituintes do texto. A dependência ocorre quando a existência de um constituinte textual depende da existência de outro. Nesse caso, o constituinte dependente caracteriza-se como subordinado em relação ao outro, podendo ser suprimido sem impactar a estrutura e a compressão do texto. Por sua vez, o outro constituinte se caracteriza como principal, já que expressa uma informação essencial para a estrutura e a compreensão global do texto, não podendo, dessa forma, ser suprimido. A interdependência se dá quando um constituinte não pode existir sem o outro, tal como ocorre em uma troca formada por uma intervenção de pergunta e outra de resposta: a intervenção de resposta não existe sem a intervenção de pergunta e, da mesma forma, esta não existe sem aquela. Por fim, independência se dá quando a presença de um constituinte textual não depende da existência de outro constituinte (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

relação de comentário, bem como o deslocamento à esquerda e todos os conectores que marcam a relação de topicalização introduzem constituintes subordinados. Por sua vez, os conectores reformulativos sempre introduzem constituintes textuais principais (ROULET, 1999a, 2003, 2006; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

É importante frisar que as relações interativas que podem ser marcadas nem sempre são efetivamente explicitadas por conectores, construções sintáticas ou expressões conectivas. Isso pode ocorrer nos casos em que a relação entre os constituintes textuais é bastante evidente, o que a) torna desnecessária a presença de um marcador e b) permite que os interlocutores, por inferência, estabeleçam tal relação sem grandes dificuldades (MARINHO, 2002). É isso que evidencia o seguinte exemplo, apresentado em Roulet, Filliettaz e Grobet (2001, p. 170)¹⁶:

(04) *Je n'irai pas au cinéma, j'ai trop de travail* (Eu não vou ao cinema, tenho muito trabalho)

Ainda que não seja sinalizada por um conector, a relação de argumento entre “Eu não vou ao cinema” e “tenho muito trabalho” pode ser interpretada sem grandes dificuldades. Para confirmar o estabelecimento dessa relação interativa, Roulet sugere a inserção de um conector argumentativo como *porque* entre os constituintes textuais:

(05) Eu não vou ao cinema, [porque] tenho muito trabalho

Nessa perspectiva, os conectores funcionam como recursos que facilitam a interpretação que os interlocutores fazem das relações de discurso estabelecidas no texto (MARINHO, 2002). Então, caso uma relação de discurso não seja explicitada por um marcador linguístico, a inserção de um conector entre os constituintes textuais pode auxiliar o analista a verificar qual é a relação que articula esses constituintes.

Para a descrição das especificidades das categorias genéricas de relações de discurso (ilocucionárias ou interativas), a Escola de Genebra propõe um instrumento metodológico fundamentado em contribuições da Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1995): o cálculo inferencial. Nesse cálculo, que se ancora em propriedades linguísticas, referenciais e hierárquicas dos constituintes textuais, são formuladas premissas que constituem um percurso inferencial por meio do qual se torna possível interpretar a relação de discurso específica em análise. Assim, se, na primeira etapa, uma relação de discurso interativa foi definida como

¹⁶ Optamos por apresentar exemplos extraídos dos próprios trabalhos de Roulet e não do *corpus* da pesquisa, para tornar o mais evidente possível o tratamento dado pelo autor às relações de discurso em seus estudos.

sendo de argumento, na segunda, a partir do cálculo inferencial, averigua-se se essa relação é de argumento potencial, explicação, conclusão, exemplificação etc.

As inferências necessárias à interpretação de um enunciado intervêm, assim como postula a Teoria da Relevância, em dois distintos níveis: enquanto o primeiro consiste na “passagem da forma lógica à forma proposicional”, o segundo consiste na “passagem da forma proposicional à interpretação do enunciado” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 192). Com base nessas proposições, Roulet explica que a interpretação das especificidades de uma relação de discurso é realizada em duas fases: explicitação e implicação.

A explicitação conduz a passagem da forma lógica dos constituintes textuais à sua forma proposicional por meio de “um enriquecimento que consiste principalmente na identificação dos interlocutores, bem como dos referentes dos pronomes e das expressões definidas” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 193). Já a implicação “parte da forma proposicional proveniente da fase de explicitação para chegar, combinando essa forma proposicional com informações linguísticas e referenciais, à interpretação final” (p. 194) da relação de discurso em análise. Nesse sentido, o cálculo inferencial repousa principalmente sobre informações linguísticas e contextuais (referenciais) (ROULET; FILLIETTAZ, GROBET, 2001).

É importante ressaltar que

a descrição dos percursos inferenciais que regem a organização relacional permite determinar a informação na memória discursiva a que um constituinte textual está vinculado, bem como a relação ilocucionária ou interativa específica entre o constituinte e a informação [estocada na memória discursiva]. Ela permite, portanto, explicar e esclarecer a análise de relações ilocucionárias e interativas genéricas (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 199).

Porém, embora a proposta de estudo das relações de discurso em duas etapas seja aplicável tanto às relações ilocucionárias quanto às relações interativas, focalizaremos apenas as relações de discurso interativas, que são o objeto de estudo desta dissertação.

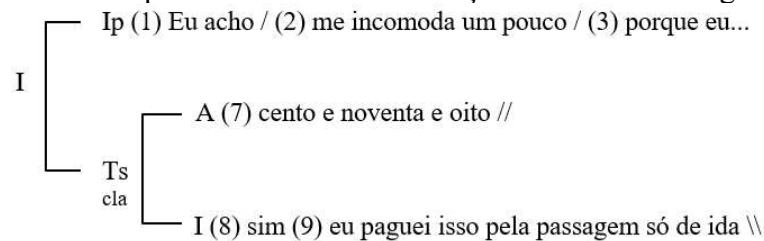
Para ilustrar os procedimentos envolvidos no estudo das relações de discurso interativas em duas etapas que é proposto pela Escola de Genebra, retomamos parte da análise desenvolvida em Roulet, Fillietaz e Grobet (2001, p. 172-199). Nessa análise, Roulet estuda, dentre várias relações de discurso, a relação de clarificação que se estabelece em uma transação comercial entre um cliente (C) e um agente de viagens (A).

Nessa transação, o agente de viagens oferece ao cliente uma passagem cujo valor parece ser razoável. Em reação a essa oferta, o cliente elabora uma intervenção (formada pelos atos 1-6), à qual se liga uma troca subordinada aberta pelo agente (formada pelos atos 7-9):

- (06) C: (1) *j'trouve* / (2) *ça m'embête un peu comme ça* / (3) *parce que j'avais pris heu cet été un vol aller simple* / (4) *c'était cent nonante huit que j'avais payé* \\ (5) *finalement c'est même plus que le double* / . (6) *c'est à dire plus que le double pour l'aller et retour* / (Eu acho / me incomoda um pouco / porque eu peguei neste verão um voo só de ida / foi cento e noventa e oito que eu paguei \\ no fim das contas foi ainda mais do que o dobro / . ou seja mais do que o dobro para ida e volta /)
- A: (7) *cent nonante huit* // (cento e noventa e oito //)
- C: (8) *oui* (9) *j'avais payé ça l'aller simple* \\ (sim eu paguei isso pela passagem só de ida \\)

Do ponto de vista textual, podemos representar esse excerto com esta estrutura hierárquica:

Figura 7 – Estrutura hierárquica do excerto da interação entre cliente e agente de viagens



Fonte: Adaptado de ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 186.

A troca subordinada aberta pelo agente se liga ao constituinte imediatamente anterior a ela, ou seja, a intervenção do cliente, em que este diz ter pago o preço de cento e noventa e oito francos pela passagem só de ida à Barcelona. A função dessa troca subordinada é esclarecer tal intervenção. Assim, a relação de discurso que liga a troca aberta pelo agente à intervenção do cliente é a clarificação. Afinal, como já explicamos, essa relação ocorre quando uma troca subordinada se liga ao constituinte textual que a antecede para esclarecê-lo.

Com esse primeiro momento da análise, não é possível identificar e descrever a relação específica que liga a troca subordinada aberta pelo agente de viagens à intervenção principal elaborada pelo cliente. Para interpretar a relação específica de clarificação, é necessário conduzir a análise à realização do cálculo do percurso inferencial. No Quadro a seguir, reproduzimos o cálculo que Roulet realiza para descrever a relação específica entre os dois constituintes textuais em questão¹⁷:

¹⁷ A decisão de utilizar como exemplo um cálculo inferencial elaborado por Roulet e não por nós, com base em alguma relação estabelecida no *corpus*, se justifica, vale reforçar, pelo nosso propósito de tornar o mais explícito possível o modo como as relações de discurso foram abordadas nos trabalhos do linguista.

Quadro 1 – Cálculo do percurso inferencial da relação de clarificação

Premissa 1	Informação linguística enriquecida	O agente pergunta se é 198.
Premissa 2	Informação referencial	O cliente acabou de dizer ter pagado 198 francos.
Premissa 3	Informação referencial	Se interrogamos uma informação já dada, é para verificá-la.
Conclusão	Interpretação	A troca subordinada se liga à informação da memória discursiva ativada pela intervenção que a precede por uma relação interativa específica de verificação.

Fonte: ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 199.

No Quadro 1, a primeira premissa do cálculo concerne à forma lógica enriquecida do ato (7). A segunda recupera uma informação da memória discursiva que é necessária para a compreensão da Ts. Já a terceira premissa diz respeito a uma hipótese referencial ou contextual sobre a função da Ts. Dessas premissas resulta a interpretação de que a relação específica que liga a troca subordinada aberta pelo agente de viagens à intervenção do cliente é a relação de verificação.

Até aqui, apresentamos e explicamos as noções de *processo de negociação*, *completude (monológica e dialógica)* e *relação de discurso (ilocucionária e interativa)*, importantes noções que a vertente genebrina da Análise do Discurso propõe para o estudo das relações de discurso. Com as explicações apresentadas, acreditamos ter conseguido indicar, de maneira suficientemente informativa, algumas das bases teóricas que fundamentam os trabalhos desenvolvidos por Roulet para o estudo do plano da articulação textual do discurso.

3.2 Uma discussão do tratamento das relações de discurso na Escola de Genebra

Tal como explicado, a noção de completude monológica, que é atrelada às relações de discurso interativas, se baseia em dois tipos de exigência: uma comunicativa, ligada a aspectos informacionais da intervenção, e outra ritual, relativa à gestão conjunta de faces e territórios. Nesse sentido, as relações interativas constituem elementos fundamentalmente interacionais, já que, por meio delas, o locutor tenta fazer com que o outro avalie suas intervenções como obedientes à restrição de completude monológica.

Porém, apesar de a noção de completude monológica se constituir com base nesses dois tipos de exigência e apesar de Roulet (ROULET et al., 1985, p. 12) considerar que “mais ainda do que as restrições comunicativas, são as restrições rituais que influenciam a forma e a estrutura do discurso”, os estudos sobre as relações de discurso interativas e seus marcadores que foram

conduzidos pelo autor no quadro teórico do modelo genebrino, como ressalta Cunha (2021a), privilegiaram, em geral, a exigência comunicativa de restrição monológica.

Ou seja, esses estudos focalizaram o modo como o locutor, na busca pela completude monológica, estabelece relações interativas para produzir intervenções que possam ser avaliadas pelo outro como suficientemente completas, claras e informativas, satisfazendo apenas a exigência comunicativa. Assim, de modo geral, nas pesquisas sobre as relações de discurso interativas que foram desenvolvidas por Roulet no âmbito da Escola de Genebra, o papel ritual dessas relações – isto é, o seu funcionamento na gestão de faces e territórios – ou é desconsiderado ou deixado em segundo plano (CUNHA, 2021a).

De toda forma, é importante frisar que nem todos os trabalhos de Roulet desconsideraram o impacto da exigência ritual sobre o estabelecimento das relações de discurso interativas. Alguns estudos desenvolvidos pelo autor na década de 1980 indicam o papel essencialmente ritual da relação de preparação, por exemplo (cf. ROULET et al. 1985; ROULET, 1986, 1987, 1988). No que diz respeito a essa relação de discurso, o autor explica que

a fim de evitar o desencadeamento de negociações secundárias, sempre incômodas para o andamento da negociação principal e para as faces dos interlocutores, o locutor pode abrir negociações secundárias que preparam sua [proposição] iniciativa para garantir a completude interativa [monológica] dela (ROULET et al., 1985, p. 21).

Para ilustrar o papel ritual da relação interativa de preparação, o pesquisador analisa o seguinte excerto de uma interação entre cliente (C) e agente (A) numa agência de viagens, excerto que é apresentado em Roulet et al. (1985, p. 20)¹⁸:

- (07) C: (1) *j'ai un billet d'train que j'ai pas utilisé* (eu tenho uma passagem de trem que não usei)
 A: (2) *oui* (sim)
 C: (3) *est-ce que j'pourrais m'le faire rembourser*↑ (posso obter o reembolso ↑)

Analisando esse excerto, Roulet explica que

¹⁸ Nesse excerto, a numeração indica a segmentação do texto em atos, que, conforme explicaremos no capítulo 4, constituem a menor unidade de análise da Escola de Genebra; o uso de ↑ configura-se como uma convenção de transcrição de texto oral que indica aumento ou ascensão do registro. Outras convenções de transcrição propostas pelo modelo genebrino são: / - \ (contorno melódico continuativo ascendente, plano ou descendente); // - \\ (contorno melódico conclusivo ascendente, plano ou descendente); ↓ (abaixamento do registro); ., ... (pausa mais ou menos longa); ;:: (alongamento mais ou menos longo); sublinhado (sobreposição); [] comentário: risada, mudança de elocução ou de amplitude; () (palavra cuja compreensão é incerta); (x) (sílabas incompreensíveis) (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 407).

o cliente começa por indicar o objeto e a motivação de sua intervenção e submete-os à aprovação do funcionário, antes de desenvolver e abordar o ponto principal. Ao garantir a colaboração do funcionário com antecedência, ele garante melhor a completude interativa [monológica] de sua intervenção e, portanto, evita a abertura de negociações secundárias intempestivas do tipo *Por que você está me dizendo isso?* (ROULET et al., 1985, p. 21).

Embora explicita muito bem a dimensão ritual da relação de preparação, essa análise é apresentada pontualmente apenas em Roulet et al. (1985). Em outros trabalhos produzidos na década de 1980 (ROULET, 1986, 1987, 1988), o autor não desenvolve explicações detalhadas a respeito do papel que outras relações interativas – como as de argumento, contra-argumento etc. – desempenham na gestão conjunta de faces e territórios.

Examinando os trabalhos sobre articulação textual que Roulet desenvolveu durante as décadas de 1990 e 2000, fica nítido que, nesses trabalhos, o autor focaliza ostensivamente o papel comunicativo das relações interativas em diferentes produções discursivas (cf. ROULET, 1996, 1997, 1999a, 2003, 2006; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001). Em tais estudos, prioriza-se a investigação do modo como o locutor, estabelecendo relações de discurso, constrói suas intervenções de modo a se fazer compreendido pelo outro, ou seja, de modo a fazer com que esse outro possa avaliar tais intervenções como obedientes apenas à exigência comunicativa de completude monológica. É justamente nesse sentido que, de modo geral, compreendemos que os trabalhos de Roulet desconsideram ou deixam em segundo plano o estudo sobre como essas mesmas relações auxiliam os interlocutores a elaborar intervenções justificadas, ou seja, que evitem prejuízos às faces e aos territórios em cena na interação.

Dessa forma, torna-se possível constatar que, de modo geral, o tratamento dado às relações de discurso interativas na Escola de Genebra – principalmente durante os anos 1990 e 2000 – prioriza a exigência comunicativa de completude monológica, desconsiderando o peso da restrição ritual sobre o estabelecimento desse tipo de relação. Dito de outra maneira, não faz parte do interesse dos estudos sobre articulação textual conduzidos pela Escola de Genebra a análise do modo como, em uma interação, os interlocutores, estabelecendo relações de argumento, comentário, reformulação etc., negociam imagens identitárias.

A partir da discussão apresentada neste item, apresentamos a seguir uma abordagem interacionista que, especificando e revisando o tratamento dado pela Escola de Genebra às relações interativas, bem como considerando a natureza essencialmente interacional dessas relações, busca evidenciar as funções que elas desempenham na gestão de faces e territórios.

3.3 Uma abordagem interacionista para o estudo das relações de discurso interativas

A abordagem interacionista que adotamos nesta pesquisa constitui-se de trabalhos que, como explicamos no início deste capítulo, têm sido desenvolvidos nos últimos anos por Cunha (2015, 2016a, 2017, 2019, 2020a, 2020b, 2021a, 2021b, 2021c, 2022a, 2022b, 2022c) no âmbito do Grupo de Estudos sobre Pragmática, Texto e Discurso (GEPTED), da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

De acordo com Cunha (2022c, p. 4-5), uma abordagem interacionista das relações de discurso deve

- analisar sequências de interações efetivamente produzidas e não enunciados fabricados pelo analista ou enunciados autênticos, mas retirados do contexto sequencial em que foram produzidos;
- conceber as relações de discurso como ações que os interlocutores realizam (justificar, comentar, reformular, contra-argumentar, exemplificar, etc.), adotando uma concepção praxiológica (acional) da linguagem;
- considerar cada relação de discurso como parte da dinâmica interacional em que foi produzida, o que implica considerar a posição sequencial da relação e os elos que o turno no qual foi produzida estabelece com os turnos precedentes e seguintes;
- considerar a atuação das relações de discurso e de suas marcas na co-construção dos formatos de participação e na negociação (gestão) de faces, papéis sociais e lugares, concebendo-as como índices de contextualização;
- entender a estrutura do texto e os efeitos de hierarquização que lhe são inerentes não como propriedades imanentes a um artefato (o produto texto), mas como o resultado de um “trabalho de estruturação” (Fillietaz, 2020, p. 78) realizado pelos interlocutores;
- conceber as marcas das relações (conectores e estruturas sintáticas) como traços do processo de negociação ou desse “trabalho de estruturação”, traços cuja escolha está diretamente ligada ao contexto que ajudam a construir.

Fundamentando-se nesses princípios teóricos, a abordagem adotada nesta pesquisa busca especificar e revisar o modo como as relações de discurso foram tratadas no quadro da Escola de Genebra. Para tanto, lança mão de uma noção de interação como fenômeno tridimensional (FILLIETTAZ, 2014). Além disso, assume que toda relação de discurso impede uma objeção do interlocutor quanto à completude monológica da intervenção do locutor, evitando, assim, problemas para as faces e os territórios em jogo. Essas especificações serão discutidas na sequência.

Como acabamos de mencionar, essa abordagem considera, com base em Filliettaz (2014), que toda interação possui três dimensões: uma sócio-histórica, outra interpessoal e outra semiótica. Do ponto de vista sócio-histórico, toda atividade interacional é ancorada em um conhecimento constituído social e historicamente do qual os interlocutores são dotados. De acordo com Cunha (2020b, p. 155),

é com a mediação desse conhecimento sócio-historicamente constituído e adquirido que eles [interlocutores] podem categorizar a interação de que participam, definir qual linha de conduta seguir, prever qual linha poderá ser seguida pelo/s outro/s, avaliar em que medida a linha efetivamente seguida pelo/s outro/s é esperada ou inesperada (deslocada, inadequada, inovadora) etc.

Em linhas gerais, é isso que evidencia Goffman (1986 [1974]) em sua teoria sobre enquadres (ou quadros/*frames*) da experiência social. Para o autor, um enquadre diz respeito a um conjunto de “regras ou premissas organizacionais” (GOFFMAN, 1986 [1974], p. 247) que permitem aos indivíduos a percepção e a compreensão sobre o que está acontecendo em determinada situação para que, assim, eles possam ajustar as suas ações ao entendimento que têm da experiência social que vivenciam e co-constroem.

Essas premissas organizacionais impactam o *footing* que os indivíduos assumem, ou seja, o seu “alinhamento, ou porte, ou posicionamento, ou postura ou projeção pessoal”¹⁹ (GOFFMAN, 2013 [1979], p. 113). Mas, porque os enquadres “emergem de interações verbais e não verbais e são por elas constituídos, sendo também sujeitos a alterações no decorrer da fala em interação” (GARCEZ; OSTERMANN, 2013, p. 261), as premissas organizacionais de um encontro (as regras que o regulam) e, conseqüentemente, os *footings* dos interlocutores costumam ser objetos de constante negociação e renegociação durante o curso interacional.

Essa possibilidade de negociação caracteriza a dimensão interpessoal da interação, explicitando que toda atividade interacional é dinâmica, ou seja, não estruturada em um roteiro rígido que determina, sem possibilidade de ajustes, os alinhamentos que os interlocutores assumem. No

¹⁹ Não se pode desconsiderar que a noção de *footing* é complexa e que, por isso, assumir que ela se refere ao alinhamento assumido pelos indivíduos em determinado enquadramento (ou frame) da experiência social, tal como fizemos, pode parecer uma postura um tanto quanto simplista. Conforme Goffman (2013 [1979]), os alinhamentos (*footings*) que um indivíduo assume em relação a si, aos outros e à interação que ele enquadra são caracterizados por grande complexidade. Afinal, as mudanças de *footing* envolvem mudanças de papéis sociais (um presidente que, em uma entrevista, passa da posição de entrevistado para a posição de comediante; uma jornalista que passa de entrevistadora para dançarina de balé etc.), de códigos linguísticos e paralinguísticos (do tom de voz mais alto para um tom mais baixo; do ritmo mais lento para um ritmo mais rápido; do campo lexical empresarial para o campo lexical cotidiano; do uso de estruturas sintáticas mais complexas para o uso de estruturas sintáticas mais simples etc.), de papéis discursivos (de animador para ouvinte ratificado etc.) (GOFFMAN, 2013[1979]).

que diz respeito a essa dimensão, “toda interação demanda a coordenação de ações recíprocas” (CUNHA, 2020b, p. 154). A dimensão interpessoal envolve ainda a gestão de faces e territórios no decorrer do encontro (CUNHA, 2020b). Tendo em vista que essa gestão de imagens identitárias emerge na própria interação, conforme as linhas de conduta que os interlocutores seguem ou deixam de seguir (CUNHA, 2020a, 2020b), ela constitui um fenômeno essencialmente dinâmico.

No que tange à dimensão semiótica, tal como indica Cunha (2020b), a participação em uma atividade interacional demanda o uso de recursos com os quais os interlocutores possam coordenar suas ações. Para o autor, um dos principais recursos que podem ser utilizados para interagir é a linguagem verbal ou, mais especificamente, os diferentes planos que a constituem, tais como o da sintaxe, o da articulação textual, o da semântica, o da prosódia etc.

É importante frisar que essas três dimensões são fortemente articuladas (CUNHA, 2020b). Então, se de um lado interagir significa orientar-se por conhecimentos sócio-históricos anteriores à própria interação, de outro significa negociar tais conhecimentos por meio da mediação de recursos semióticos para efetuar ações conjuntas. É justamente isso que as relações de discurso evidenciam, já que

uma relação de comentário, reformulação, condição ou outra é um recurso semiótico que permite ao locutor realizar ações conjuntas, tentando se fazer compreendido pelo interlocutor e negociando com ele imagens identitárias. Ao mesmo tempo, a decisão do locutor por estabelecer ou não a relação implica a consideração das expectativas sócio-históricas que possui sobre o ambiente institucional em que se situa, expectativas que têm um impacto sobre o que cada participante da interação pode esperar e exigir do/s outro/s (CUNHA, 2020b, p. 155).

Nessa perspectiva, o próprio estabelecimento de uma relação de comentário, reformulação ou argumento corresponde a uma ação linguageira por meio da qual os interlocutores negociam imagens identitárias.

É muito importante ressaltar que as expectativas sócio-históricas a que Cunha (2020b) se refere são ligadas a regras de natureza comunicativa e ritual que subjazem às interações. Com essa colocação, nosso objetivo é esclarecer que, ao considerar as relações de discurso como elementos com que os interlocutores negociam suas expectativas sobre o encontro de que participam, o autor não se refere a um repertório amplo ou difuso de expectativas sócio-históricas.

Na verdade, tais expectativas às quais Cunha (2020b) faz referência são associadas ao conhecimento sócio-histórico que os interlocutores têm sobre as regras comunicativas e rituais que subjazem à atividade interacional da qual participam e que estabelecem a linha de conduta que devem adotar no encontro. Essas expectativas podem ser expressas por meio do Princípio de Cooperação e as máximas conversacionais, de Grice (1975), e do Princípio de Polidez proposto por Leech (1983, 2014) e as máximas de polidez que o concretizam, conforme explicaremos mais adiante.

Nessa perspectiva, em que as relações de discurso interativas surgem como elementos com os quais os interlocutores negociam faces e territórios, fica evidente, como já informado, que o estabelecimento de tais relações, ao longo do processo de negociação, constitui uma manobra inevitavelmente associada à dimensão dramática do discurso. Também fica evidente que, na medida em que as expectativas comunicativas e rituais, que se constituem sócio-historicamente, impactam a decisão do locutor por estabelecer ou não relações de discurso, essas relações e seus marcadores podem ser considerados “pistas de contextualização”, isto é, “traços linguísticos que contribuem para a sinalização de pressuposições contextuais” (GUMPERZ, 2013 [1982], p. 152). Em outras palavras, as relações e seus marcadores, em uma interação, constituem recursos por meio dos quais os interlocutores sinalizam qual é a atividade que está acontecendo, ou seja, qual é a experiência social que eles vivenciam e constroem conjuntamente, qual é a linha de conduta que eles efetivamente seguem e esperam/exigem uns dos outros.

Cunha (2020b, 2022b), apoiando-se em Filliettaz (2019), propõe que os participantes de um encontro possuem uma competência interacional que lhes permite saber que, durante o processo de negociação, elaborar uma intervenção que não atende às restrições de completude monológica significa adotar um comportamento não previsto para o encontro de que participam.

Para o autor, a adoção de um comportamento imprevisto pelo locutor corresponde, sob o ponto de vista do interlocutor, a uma ofensa (CUNHA, 2020a, 2020b). Então, quando o interlocutor, durante o processo de negociação, avalia que a intervenção do locutor, do ponto de vista comunicativo, não é suficientemente completa ou, do ponto de vista ritual, coloca em risco as faces e os territórios em jogo – sendo, portanto, ofensiva –, ele pode tentar reparar a ofensa que sofreu por meio de uma objeção (CUNHA, 2020b).

Com a objeção, o interlocutor torna o locutor-ofensor consciente da ofensa que cometeu, ao mesmo tempo em que causa prejuízos à sua imagem identitária. Isso porque, ao fazer uma objeção, ele ataca a face do ofensor, atribuindo-lhe valores como inabilidade ou incapacidade de adequar a sua linha de conduta ao encontro, e invade o seu território, restringindo sua liberdade de ação, na medida em que o obriga a fazer uma retratação ou uma adequação de seu comportamento inesperado (CUNHA, 2020b).

De acordo com Cunha (2019, 2021b), as objeções à completude monológica da intervenção do locutor podem ser sinalizadas por meio de dois procedimentos. O primeiro corresponde à abertura de um processo de negociação secundário para pedir esclarecimentos. O segundo corresponde à subordinação retroativa do processo de negociação em curso ao constituinte principal da proposição inicial de um novo processo de negociação (CUNHA, 2021b). Como será mostrado a seguir, ambos os procedimentos, em maior ou menor grau de intensidade, são prejudiciais às imagens identitárias em jogo na interação.

A primeira forma de objeção pode ser ilustrada com este exemplo:

- (08) A: Quantas horas?
 B: Por que você quer saber?
 A: Não posso perder o horário de buscar a Ana na escola.
 B: 10h!

Para reagir positivamente à pergunta de A (*Quantas horas?*), fornecendo-lhe a informação solicitada (*10h!*), B precisou pedir esclarecimentos a seu interlocutor. Por isso, iniciou um processo de negociação secundário cuja proposição inicial é *Por que você quer saber?*, ou seja, elaborou uma objeção. Do ponto de vista textual, esse processo de negociação se materializa numa troca subordinada que se liga à intervenção de pergunta de A pela relação de clarificação. Ao estabelecer essa relação de discurso, B sinalizou que a demanda de informação produzida por A não foi suficientemente completa, ou seja, não atendeu à restrição comunicativa de completude monológica, o que o impediu de reagir a ela. Só depois de A informar o motivo de sua pergunta (*Não posso perder o horário de buscar a Ana na escola.*) é que B lhe fornece a informação solicitada.

Nesse exemplo, é pertinente observar que, embora a objeção de B tenha sido direcionada a um aspecto puramente comunicativo da intervenção de A, essa objeção impactou as imagens identitárias em cena. Afinal, com ela, B não apenas invadiu o território de A, restringindo as suas possibilidades de ação, isto é, obrigando-o a responder à sua pergunta (BROWN;

LEVINSON, 1987), mas também causou prejuízos à face de A, colocando em dúvida a sua habilidade de produzir demandas de informação suficientemente completas (CUNHA, 2019, 2020a, 2021b).

A segunda forma de objeção pode ser ilustrada com o seguinte exemplo:

- (09) A: Você conversou com a Ana na festa ontem?
 B: Conversei, sim.
 A: Mas você já disse que nunca mais conversaria com ela.
 B: Sim, mas decidi dar uma nova chance pra Ana!

Nesse exemplo, vemos uma primeira troca formada pela pergunta de A (*Você conversou com a Ana na festa ontem?*) e pela resposta de B (*Conversei, sim.*). Não satisfeito com a resposta de B, A decidiu subordinar a troca formada por sua pergunta inicial e pela resposta de B ao ato principal que textualiza a proposição inicial de uma nova troca (*Mas você já disse que nunca mais conversaria com ela.*). Ao realizar essa manobra, A fez uma objeção à resposta de B à sua pergunta. Tal forma de objeção também implica prejuízos para as faces e os territórios em jogo, já que “permite ao interlocutor sinalizar que a intensidade da ofensa cometida pelo locutor é tal que é preferível reinterpretar a troca em curso, subordinando-a, e reorientar a negociação” (CUNHA, 2021, p. 192-193).

Conforme a hipótese geral apresentada na Introdução, o estabelecimento de relações de discurso permite que o locutor se antecipe a eventuais objeções do outro (interlocutor ou terceiro) quanto à natureza ofensiva de sua intervenção, evitando, desse modo, que o interlocutor avalie essa intervenção como um ataque à sua face e/ou uma invasão de seu território (CUNHA, 2020a, 2020b, 2021b). Desse modo, o estabelecimento das relações de discurso impacta diretamente a dimensão dramática da interação, já que

toda objeção feita por um dos interactantes ao comportamento do outro, mesmo a que recai sobre aspectos estritamente comunicativos, constitui uma ofensa para o alvo da objeção, porque (em grau maior ou menor, dependendo do contexto em que estão inseridos) põe em questão seu saber, suas qualidades de orador ou escritor habilidoso, sua legitimidade para dizer o que diz, seu poder presumido, as qualidades de seu caráter e de sua personalidade etc. (CUNHA, 2020a, p. 119).

Nessa perspectiva, retomando o exemplo mostrado em (8), se A estabelecesse uma relação de discurso, como a preparação, a objeção de B poderia ter sido bloqueada:

- (10) A: Não posso perder o horário de buscar a Ana na escola. Quantas horas?
 B: **Por que você quer saber?*

Com a relação interativa de preparação na primeira intervenção, A apresenta uma justificativa para a demanda de informação que faz para B. Assim, por meio do estabelecimento dessa relação de discurso, A tenta impedir que B faça uma objeção sobre as razões de sua demanda de informação. Com efeito, em (10), seria implausível se B pedisse a A esclarecimentos sobre os motivos de sua pergunta, conforme sinaliza o asterisco.

Porém, se, de um lado, uma relação de discurso evita uma objeção, de outro, não impede que outras objeções não previstas pelo locutor sejam elaboradas pelo interlocutor (CUNHA, 2021b). Como já exposto, mesmo que o locutor, estabelecendo relações de discurso, elabore uma intervenção que, de seu ponto de vista, não é ofensiva às imagens identitárias em jogo, somente o interlocutor é que pode avaliar em última instância a completude monológica dessa intervenção.

É nessa perspectiva também que as relações de discurso interativas podem ser vistas como recursos fortemente interacionais. Afinal, estabelecendo essas relações, o locutor bloqueia eventuais objeções do outro, limitando as suas possibilidades de ação. Ao mesmo tempo, o estabelecimento das relações interativas pelo locutor corresponde a uma manobra discursiva sobre a qual a avaliação pelo outro exerce forte impacto. É com base nessas proposições que entendemos que os interlocutores, por meio de relações de discurso, co-constroem suas imagens identitárias, empenhando-se constantemente em fazer a gestão dos ataques às faces e das invasões dos territórios em jogo na interação.

Na abordagem proposta por Cunha (2020a, 2020b, 2021b, 2021c, 2022a, 2022b, 2022c), o estudo das relações de discurso se faz em uma única etapa e não em duas, como propõe a Escola de Genebra. Isso se dá em razão do fato de que, no modelo genebrino, como explicado, a segunda etapa, que se fundamenta em contribuições da Teoria da Relevância, é centrada sobretudo no locutor, deixando escapar aspectos interacionais relativos ao estabelecimento das relações. Nesse sentido, o cálculo inferencial que se realiza nessa etapa pouco contribui para a investigação do papel que as relações de discurso interativas desempenham na dimensão dramática do discurso, o que o torna dispensável.

De acordo com Cunha (2021a, n.p), a análise das relações de comentário, argumento, topicalização etc.

deve ter como resultados não só a compreensão de como o locutor, por meio dessas relações, tenta alcançar a completude monológica (produzindo uma intervenção que evite prejuízos às faces e aos territórios e, conseqüentemente,

a realização de objeções pelo interlocutor), mas também a compreensão de como o interlocutor avalia essa tentativa do locutor.

Por causa disso, como sugere o autor, no estudo das relações de discurso, é necessário recorrer a instrumentos conceituais que possibilitem definir as expectativas dos interactantes quanto à gestão de faces e territórios em determinada situação interacional. Em função dessa necessidade metodológica, a abordagem desenvolvida pelo pesquisador lança mão do Princípio de Cooperação, proposto por Grice (1975), e do Princípio de Polidez, proposto por Leech (1983, 2014) (cf. CUNHA, 2020a, 2020b, 2021a, 2022b), para tratar das expectativas para a interação que são sinalizadas por meio do estabelecimento das relações de discurso.

O Princípio de Cooperação, segundo Grice (1975, p. 45), é um princípio geral que governa tacitamente a comunicação humana, determinando que os interlocutores, nas conversações, façam com que sua contribuição conversacional seja realizada “tal como é solicitada, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado”. De acordo com o filósofo da linguagem (1975, p. 45-46), esse princípio se concretiza em um conjunto de quatro máximas e submáximas:

a) Máxima de quantidade

1. Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto solicitado (para o propósito da conversação).
2. Não faça sua contribuição mais informativa do que é solicitado.

b) Máxima de qualidade

Tente fazer com que sua contribuição seja verdadeira.

1. Não diga o que você acredita ser falso.
2. Não diga aquilo para o qual você não pode fornecer evidência adequada.

c) Máxima de relevância

Seja relevante.

d) Máxima de modo (ou maneira)

Seja claro.

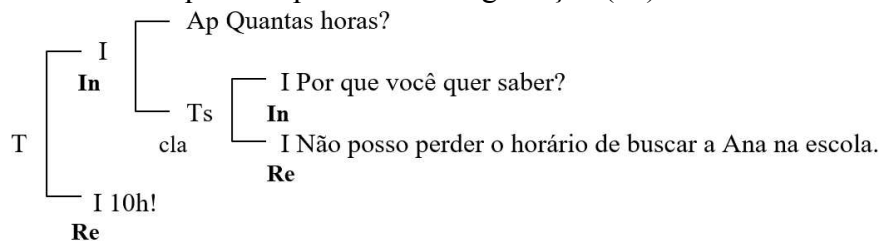
1. Evite obscuridade de expressão.
2. Evite ambiguidade.
3. Seja breve (evite prolixidade desnecessária).
4. Seja ordenado.

Nessa perspectiva pragmática, as máximas podem ser observadas ou violadas pelos interlocutores durante o fluxo conversacional, gerando, em ambos os casos, inferências (implicaturas), que são informações comunicadas implicitamente, mas não expressas pela materialidade linguística (GRICE, 1975). Como se percebe, o Princípio de Cooperação e as máximas conversacionais são noções ligadas a regras estritamente comunicativas que regulam as interações.

Porém, a depender do contexto, até mesmo um problema comunicativo (decorrente da violação das máximas conversacionais) na intervenção do locutor pode impactar as faces e os territórios em jogo na interação, já que esse problema pode ser interpretado pelo interlocutor como uma ofensa (CUNHA, 2020a, 2022b). Assim, dependendo da máxima conversacional que viola, o locutor, em razão de seu comportamento ofensivo, pode ser avaliado pelo interlocutor como mentiroso (máxima de qualidade), excessivamente conciso ou informativo (máxima de quantidade), inconveniente ou inoportuno (máxima de relevância), prolixo ou confuso (máxima de modo).

Sob essa ótica, nos exemplos mostrados em (3) e (8), o estabelecimento da relação de clarificação pelo interlocutor pode ser compreendido como uma manobra com que ele, realizando uma objeção, sinaliza que a intervenção elaborada pelo locutor não é suficientemente informativa (quebra da máxima de quantidade) ou esclarecedora (quebra da máxima de modo). Para que isso fique mais evidente, vejamos a estrutura hierárquica da interação exemplificada em (08):

Figura 8 – Estrutura hierárquica do processo de negociação (08)



Fonte: Elaboração do autor.

Conforme já explicamos, B, para reagir à pergunta de A (*Quantas horas?*), fornecendo-lhe a informação solicitada (*10h!*), precisou pedir esclarecimentos a seu interlocutor. Do ponto de vista textual, esse pedido de esclarecimento elaborado pelo interlocutor se materializa em uma troca subordinada com função de clarificação, como bem mostra a estrutura hierárquica acima.

Estabelecendo a relação de clarificação, B sinaliza que parte de suas expectativas para a interação de que participa com A diz respeito à necessidade de se produzir perguntas suficientemente informativas, esclarecedoras e completas ou que pelo menos apresentem uma justificativa para a sua realização, o que se traduz na obediência às máximas de quantidade e modo. Ao mesmo tempo, por meio dessa relação de discurso, B faz uma objeção à completude monológica da pergunta de A, evidenciando a sua percepção de que essa pergunta é ofensiva, pois viola as duas máximas conversacionais mencionadas, ou seja, apresenta menos informações do que o necessário para o desenvolvimento do processo de negociação e não é esclarecedora.

De modo análogo ao Princípio de Cooperação de Grice, o Princípio de Polidez proposto por Leech diz respeito a “uma restrição observada no comportamento comunicativo humano, que nos influencia a evitar discordância ou ofensa comunicativa e a manter ou aumentar concordância ou cortesia comunicativa” (2014, p. 87). Esse princípio governa tacitamente a comunicação humana e se estrutura em um conjunto de máximas de polidez que, tal como as máximas conversacionais, podem ser exploradas ou violadas pelos interlocutores, gerando, em ambos os casos, inferências (ou implicaturas (GRICE, 1975)).

Por isso, vale esclarecer que a adoção das noções de Princípio de Polidez e máximas de polidez como instrumentos conceituais para o estudo do papel ritual das relações interativas não é aleatória. Na verdade, ela se justifica com o fato de que tais noções, por serem genéricas, constituem “um conjunto suficientemente abrangente e flexível de instrumentos para auxiliar na tarefa de interpretar quais prejuízos às faces e aos territórios em jogo o locutor tenta evitar, ao estabelecer uma relação” (CUNHA, 2021a, n.p).

Na atual versão de sua abordagem, Leech (2014) propõe que o Princípio de Polidez se constitui de dez máximas, como mostra o seguinte Quadro:

Quadro 2 – Máximas de polidez

Máximas (expressas no imperativo)	Par de máximas relacionadas	Rótulo para essa máxima
(M1) dê um alto valor aos desejos de O (outros)	Generosidade, Tato	Generosidade
(M2) dê um baixo valor aos desejos de F (falante)		Tato
(M3) dê um alto valor às qualidades de O	Aprovação, Modéstia	Aprovação
(M4) dê um baixo valor às qualidades de F		Modéstia
(M5) dê um alto valor à obrigação de F para O	Obrigação	Obrigação (de F para O)
(M6) dê um baixo valor à obrigação de O para F		Obrigação (de O para F)
(M7) dê um alto valor às opiniões de O	Opinião	Concordância

(M8) dê um baixo valor às opiniões de F		Reticência de opinião
(M9) dê um alto valor aos sentimentos de O	Sentimento	Simpatia
(M10) dê um baixo valor aos sentimentos de F		Reticência de sentimento

Fonte: Adaptado de Leech (2014, p. 91).

Leech (2014) organiza as dez máximas de polidez em cinco pares (Generosidade/Tato, Aprovação/Modéstia, Obrigação, Opinião, Sentimento), sendo que, em cada par, há uma máxima orientada ao falante (generosidade, aprovação, obrigação (do falante para com o ouvinte), concordância e simpatia) e outra orientada ao ouvinte (tato, modéstia, obrigação (do ouvinte para com o falante), reticência de opinião e reticência de sentimento). Enquanto as máximas orientadas ao falante se relacionam à polidez negativa (*neg-politeness*), na medida em que visam a atribuir um peso mais baixo ao falante, as máximas orientadas ao ouvinte se relacionam à polidez positiva (*pos-politeness*), haja vista que objetivam atribuir um peso mais alto ao ouvinte (LEECH, 2014)²⁰.

Segundo Cunha (2020a), a depender do contexto, quando uma máxima de polidez é violada, a intervenção do locutor pode ser vista pelo outro como problemática do ponto de vista ritual. Os problemas rituais

podem ser entendidos como violações das máximas de polidez propostas por Leech (1983, 2014): *tato, generosidade, aprovação, modéstia, concordância, simpatia, obrigação (do locutor para o outro), obrigação (do outro para o locutor), reticência de opinião e reticência de sentimento*” (CUNHA, 2020a, p. 119, grifo do autor).

O pesquisador explica ainda que esses problemas “caracterizam as intervenções que atacam as faces e os territórios dos interactantes” (CUNHA, 2020a, p. 118).

Com as contribuições das abordagens pragmáticas de Grice (1975) e Leech (1983, 2014), torna-se possível caracterizar a linha de conduta que o locutor, violando ou seguindo as máximas conversacionais ou de polidez por meio do estabelecimento das relações, adota durante o encontro de que participa, bem como a interpretação que o interlocutor tem dessa linha de conduta assumida pelo locutor (CUNHA, 2020b; 2021b, 2022b).

²⁰ Para Leech (1983, p. 83-84), a polidez negativa “consiste em minimizar a impolidez de ilocuções impolidas”, ao passo que a polidez positiva “consiste em maximizar a polidez de ilocuções polidas”.

3.4 Considerações parciais

Neste capítulo, apresentamos as bases teóricas da abordagem adotada para o estudo do papel das relações interativas na dimensão dramática das entrevistas escritas integrantes do *corpus* desta pesquisa. No item 3.1, abordamos as noções de *processo de negociação*, *completude* e *relação de discurso*, que são propostas pela Escola de Genebra para o estudo da articulação textual. Em 3.2, discutimos a forma como as relações de discurso interativas foram tratadas na Escola de Genebra. Por fim, no item 3.3, apresentamos uma abordagem interacionista que, fundamentada em contribuições de Roulet para o estudo das relações de discurso, especifica e revisa o tratamento dado pelo autor às relações interativas. Conforme mostramos, tal abordagem busca compreender o papel que essas relações exercem no processo de negociação de faces e territórios.

Com as proposições apresentadas, será possível, no capítulo 5, desenvolver análises que nos possibilitarão compreender de forma teórica e consistente qual é o papel desempenhado pelas relações de discurso na gestão de faces e territórios nas entrevistas escritas publicadas pela *Folha de S. Paulo* que constituem nosso *corpus*.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentamos os critérios que guiaram a seleção das entrevistas, bem como as informações sobre o percurso de análise seguido no estudo das relações de discurso. O capítulo está organizado da seguinte maneira: em 4.1, tratamos da descrição dos critérios adotados para a constituição do *corpus* e, em 4.2, abordamos as etapas percorridas na análise das relações de discurso estabelecidas nas entrevistas.

4.1 Constituição do *corpus*

O primeiro procedimento metodológico realizado na pesquisa foi a seleção das entrevistas para compor *corpus*. Para que os resultados do estudo refletissem com maior segurança possível o funcionamento das relações de discurso na gestão de faces e territórios em contexto de entrevista jornalística e, dessa forma, pudessem ser considerados válidos, foi necessário basear a seleção do *corpus* em alguns critérios. Os critérios adotados foram os seguintes:

- *o gênero*: de acordo com Roulet, Filliettaz e Grobet (2001) e Filliettaz (2000, 2008), os gêneros, enquanto representações esquemáticas que orientam modos de agir dos interlocutores em diversas práticas sociais, podem influenciar o uso de determinados recursos linguísticos por esses interlocutores. Com base nessa consideração, a nosso ver, cada gênero pode impactar em maior ou menor grau o estabelecimento de relações de discurso pelos participantes de uma interação e sobre a negociação de imagens identitárias que eles realizam por meio dessas relações. Portanto, decidimos estudar o papel que as relações de discurso desempenham na gestão de faces e territórios levando em conta um único gênero.
- *o gênero entrevista*: a escolha do gênero entrevista se deve a duas razões. A primeira é que esse gênero não apenas é dialogal, ou seja, produzido por dois locutores, mas também se constitui de unidades textuais dialógicas (trocas). Essa configuração interacional faz com que a entrevista se caracterize como uma atividade fortemente dinâmica. Isso, a nosso ver, é muito importante para uma pesquisa que, como a nossa, se filia a uma perspectiva interacionista dos estudos da linguagem. Afinal, o estudo das relações de discurso estabelecidas em uma atividade dialogal que se constitui de trocas possibilita verificar como os interlocutores, ao lançarem mão dessas relações, desenvolvem a interação, reagindo um à intervenção do outro, e fazem a gestão de faces e territórios. A segunda razão é que não há, no quadro teórico-metodológico do modelo

genebrino de Análise do Discurso, trabalhos que estudem as relações de discurso em contexto de entrevista, o que, a nosso ver, torna profícua a escolha do gênero.

- *o veículo de informação*: para a pesquisa, decidimos selecionar entrevistas publicadas por um único veículo de informação: a *Folha de S. Paulo*. Essa decisão se deve a algumas razões. Em primeiro lugar, a *Folha de S. Paulo*, jornal que em 2021 completou 100 anos de atuação no Brasil, ocupa atualmente a segunda posição no ranking de relevância entre os jornais de circulação paga no país (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019). Além disso, em seu portal virtual, a Folha “obteve, em janeiro de 2019, mais de 97 milhões de visitas de usuários, sendo o site de jornal mais visto do Brasil” (NECKEL, 2019, p. 70). Ainda, conforme Vicentini (2019), a *Folha de S. Paulo* é um veículo de informação que detém bastante credibilidade na esfera jornalística. Considerando esses aspectos, que atribuem à Folha status de referência no jornalismo brasileiro, as entrevistas que publica podem atingir um significativo número de leitores, influenciar as suas opiniões e formas de pensar ou até mesmo impactar tomadas de decisão em outras esferas, como a midiática ou a política.
- *o período de publicação*: tendo em vista o fato de que “cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006[1929], p. 42), o uso de recursos linguísticos pode variar entre um período histórico e outro. Porque, nesta pesquisa, busca-se desenvolver uma pesquisa de natureza sincrônica, consideramos importante e necessário que todas as entrevistas tenham sido publicadas em um curto intervalo temporal. Essa decisão se justifica pelo nosso objetivo de alcançar resultados que reflitam a maneira como, durante um período histórico específico, as relações de discurso funcionam como recursos interacionais de que os interlocutores, em contexto de entrevista jornalística, se valem para negociar faces e territórios.

Tendo em vista esses quatro critérios, chegamos a um *corpus* formado por entrevistas escritas publicadas pela *Folha de S. Paulo*, em fevereiro de 2021, na seção especial “Fuga para a frente”. Da seção, que celebra os 100 anos de atuação da Folha no Brasil, fazem parte oito entrevistas concedidas por personalidades influentes no Brasil e no exterior em diferentes áreas, como jornalismo, literatura, economia, mídias sociais e empreendedorismo. O seguinte Quadro reúne algumas informações das entrevistas selecionadas, como a data de publicação e os nomes dos entrevistados e entrevistadores:

Quadro 3 – Entrevistas que compõem o *corpus* da pesquisa

Entrevistas		
Data de publicação	Entrevistado	Entrevistador
19/02/2021	Salman Rushdie – escritor anglo-indiano	Sylvia Colombo
22/02/2021	Luiza Helena Trajano – presidente do grupo MagaLu	Bruna Narcizo
23/02/2021	Seymour Hersh – jornalista estadunidense	Marina Dias
24/02/2021	Nikole Hannah-Jones – jornalista do <i>The New York Times</i>	Fernanda Mena
25/02/2021	Branko Milanovic – economista sérvio-americano	Érica Fraga
26/02/2021	Sally Lehrman – jornalista americana	Raphael Hernandez
27/02/2021	Ben Smith – jornalista do <i>The New York Times</i>	Thiago Amparo
28/02/2021	Felipe Neto – <i>youtuber</i> brasileiro	Patricia Campos Mello

Fonte: Elaboração do autor.

Embora as entrevistas do *corpus* tenham sido publicadas escritas, todas foram realizadas oralmente por videoconferência. O site da Folha, inclusive, disponibiliza, junto ao texto escrito, as gravações das videoconferências²¹. Porém, vale ressaltar que, como o objetivo da pesquisa não envolve o estudo da transformação do texto oral em texto escrito – procedimento relacionado ao processo linguístico de retextualização²² –, analisaremos as interações tal como elas foram publicadas pela Folha, ou seja, o produto final do processo de retextualização. Dito de outra forma, interessa-nos apenas os textos escritos publicados pelo jornal e não a versão oral das entrevistas.

É pertinente esclarecer que a decisão de selecionar entrevistas da seção “Fuga para a frente” e não de outra seção do veículo de comunicação se deve, sobretudo, ao quarto critério norteador da seleção do *corpus* (*o período de publicação*), uma vez que as oito entrevistas que compõem a seção comemorativa foram publicadas em um curto intervalo temporal (9 dias). A principal consequência dessa decisão é o fato de nem todas as entrevistas terem sido realizadas em língua portuguesa. Isso porque quase todos os entrevistados – com exceção de Luiza Trajano e Felipe

²¹ As entrevistas escritas e as gravações das videoconferências podem ser acessadas em <<https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/02/serie-de-entrevistas-fuga-para-a-frente-discute-desafios-do-jornalismo-e-da-democracia.shtml>>. Acesso em: 23 nov.2022.

²² De acordo com Marcuschi (2001), a retextualização consiste em um processo em que ocorre a reformulação textual de um texto, o que pode implicar a transformação da modalidade em que esse texto foi originalmente produzido. Assim, no processo de retextualização, um texto oral pode se transformar em um texto escrito, tal como ocorre com as entrevistas que se realizam oralmente e são publicadas em jornais e/ou revistas impressas; um texto oral pode se transformar em outro texto oral, a exemplo dos discursos políticos que são traduzidos simultaneamente para uma língua estrangeira; um texto escrito pode se transformar em um texto oral, tal como ocorre com os roteiros escritos usados em apresentações; um texto escrito pode se transformar em outro texto escrito, a exemplo da entrevista que é realizada por *e-mail* e publicada em jornais e revistas impressos. Nessa mesma linha de raciocínio, Dell’Isola (2007, p. 18) compreende a retextualização como “a transformação de uma modalidade textual em outra, ou seja, trata-se de uma refacção de um texto verbal em outro, seja ele oral ou escrito”.

Neto, que são falantes nativos de português – são falantes nativos de inglês ou fluentes nessa língua.

No entanto, cabe reforçar aqui que as entrevistas estudadas, antes de serem publicadas, foram traduzidas no momento de transcrição do texto oral. E, como esta pesquisa se interessa não pela versão oral das entrevistas, mas pela versão escrita, as análises a serem apresentadas no próximo capítulo são de textos escritos publicados no formato pingue-pongue e em português²³.

A decisão de estudar entrevistas que, apesar de terem sido realizadas oralmente, foram publicadas como produto final de um processo de retextualização na modalidade escrita poderia ser contestada com o argumento de que seria mais oportuno estudar as interações ocorridas oralmente. Afinal, como pontuam Fávero e Andrade (1998), a passagem do texto oral para o texto escrito impacta diretamente a superfície textual das entrevistas, implicando, por exemplo, o apagamento de marcas de oralidade e/ou a supressão de trechos da interação oral.

Dessa forma, seria colocada em questão a escolha dos textos para integrar o *corpus* do estudo. No entanto, a nosso ver, o fato de tais entrevistas terem sofrido modificações durante a transformação do texto oral para o texto escrito não deslegitima ou invalida a pesquisa apresentada nesta dissertação. Afinal, no texto escrito, permanece explícita a dinâmica interacional protagonizada pelos sujeitos projetados no e pelo discurso: os interlocutores. E o nosso propósito com a pesquisa, vale lembrar, é justamente mostrar como esses interlocutores, por meio das relações de discurso e suas marcas, fazem a gestão conjunta de faces e territórios.

4.2 Percorso de análise

No estudo das relações de discurso estabelecidas nas entrevistas selecionadas, seguimos um percurso de análise estruturado nestas cinco etapas:

1. segmentação do texto em atos;
2. identificação das relações de discurso nas entrevistas;
3. identificação das eventuais objeções evitadas pelas relações interativas;

²³ Todos os textos analisados encontram-se no Anexo A da dissertação e no site da *Folha de S. Paulo*, que está indicado na nota 21.

4. verificação dos danos implicados pelas eventuais objeções identificadas às faces e aos territórios em jogo;
5. averiguação da efetividade da relação no bloqueio de objeções.

Na primeira etapa, segmentamos as entrevistas em atos, que, para a Escola de Genebra, tal como exposto no capítulo 3, constituem a unidade mínima de análise textual, unidade essa que é delimitada de uma parte a outra por uma passagem pela memória discursiva²⁴. De acordo com Marinho (2002), a delimitação entre um ato e outro pode ser norteadada por alguns critérios linguísticos. Na abordagem genebrina, podem ser considerados atos os sintagmas ou adjuntos adverbiais deslocados à esquerda, as construções clivadas, os adjuntos adverbiais intercalados, os apostos, os vocativos, as orações adverbiais, as orações justapostas e coordenadas, as orações adverbiais e adjetivas explicativas. Os sinais de pontuação (ponto final, ponto e vírgula, ponto de interrogação, ponto de exclamação e dois pontos) e os conectores (*porque, mas, enfim* etc.) podem ser considerados marcas da fronteira entre um ato e outro (cf. ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; MARINHO, 2002).

Embora a segmentação das entrevistas tenha sido norteadada por esses critérios, não procedemos a uma divisão em atos rigorosa, por julgar que, em alguns casos, a divisão mais refinada não tornaria as análises menos precisas. Recorremos, principalmente, ao critério da autonomia pragmática, que é indicado por Marinho (2002) como um critério eficaz e confiável para o processo de segmentação. Segundo esse critério, “a entidade que funciona como ato deve ser provida de uma função interativa. Assim, chega-se a um ato quando não existem mais relações interativas no interior de uma seqüência discursiva” (MARINHO, 2002, p. 63).

Por exemplo, no seguinte excerto, extraído da entrevista concedida por Branko Milanovic, consideramos um só ato a seqüência “precisamos de explicações sobre por que os Estados Unidos, países europeus e da América Latina —principalmente, o Peru, mas em seguida o Brasil e a Argentina— estavam tão despreparados e, um ano depois do início da crise, continuam despreparados”. Com base no critério de autonomia pragmática, o aposto explicativo “principalmente, o Peru, mas em seguida o Brasil e a Argentina” não foi considerado um ato

²⁴ Conforme explicado no capítulo 3, a memória discursiva é um conjunto de saberes partilhados pelos interactantes. Esse conjunto é formado por “diversos pré-requisitos culturais (normas comunicativas, lugares argumentativos, saberes enciclopédicos comuns, etc) que servem de axiomas aos interlocutores para conduzir uma atividade dedutiva” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 23).

autônomo, nem mesmo o conector *mas* presente nesse aposto foi considerado uma marca de limite entre dois atos:

- (01) FOLHA DE S. PAULO (Érica Fraga) – (1) Que países estavam mais bem preparados nessa crise?

BRANKO MILANOVIC – (2) Há uma divisão entre a Ásia do Leste e o resto do mundo. (3) Precisamos de explicações sobre por que os Estados Unidos, países europeus e da América Latina —principalmente, o Peru, mas em seguida o Brasil e a Argentina— estavam tão despreparados e, um ano depois do início da crise, continuam despreparados.

Nessa primeira etapa do percurso de análise, também realizamos a numeração dos atos. Vale esclarecer que, em vez de numerar cada uma das oito entrevistas consecutivamente do primeiro ao último ato, decidimos fazer a numeração de cada troca, normalmente constituída por uma intervenção de pergunta e outra de resposta, como o excerto acima. Dessa forma, a cada nova troca, a numeração se reinicia, conforme mostra o seguinte excerto extraído da entrevista concedida por Felipe Neto:

- (02) FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) Em algum momento, você pensou em sair do Brasil?

FELIPE NETO – (2) Penso em sair do Brasil pelo menos cinco vezes por semana. (3) Mas é muito difícil. (4) Tenho todos os meus amigos aqui, minha vida, minha família... (5) O Brasil é o país que eu amo. (6) Talvez um dia eu saia, (7) mas eu sinto que não é o momento.

FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) Acha que a imprensa profissional tem feito um bom trabalho em relação às redes sociais e à desinformação?

FELIPE NETO – (2) Não. (3) Acho que evoluiu bastante nos últimos dois, três anos, (4) mas ainda tem muito para melhorar (...)

Nesse excerto, é representada uma troca sucedendo outra. O primeiro ato da primeira troca é indicado pelo número (1), ao passo que o último ato é indicado pelo ato (7). Na troca seguinte, a numeração é reiniciada. Essa decisão, a nosso ver, facilita a segmentação e a localização dos atos.

Na segunda etapa, cujos resultados se encontram no Anexo B, foi realizada a identificação das relações de discurso estabelecidas nas entrevistas do *corpus*. O processo de identificação foi guiado, sobretudo, pela observação das marcas que sinalizam essas relações, como os conectores e as construções sintáticas. Porém, nas entrevistas, nem todas as relações são indicadas por algum marcador linguístico. Nesse caso, propõe-se a inserção de marcadores no texto, a fim de determinar a relação que faz a articulação entre um constituinte e uma informação da memória discursiva (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; MARINHO,

2002). Esse procedimento nos auxiliou na identificação de muitas relações interativas não marcadas, mas em tantos outros não foi suficientemente profícuo. Isso porque nem sempre a inserção de, por exemplo, um conector no texto é possível ou nem sempre facilita a identificação da relação não marcada. O excerto a seguir, extraído da entrevista concedida por Salman Rushdie, evidencia esse problema:

(03) SALMAN RUSHDIE – (...) (18) Então fiz a experiência e assisti a muitos reality shows. (19) Acho que senti o que Quixote sentiu ao ler os romances de cavalaria.

Nesse excerto, a relação entre o ato (19) e a informação da memória discursiva à qual ele se liga não é explicitada por um marcador linguístico. E não é possível inserir no texto um conector ou uma expressão conectiva como *porque, mas, na verdade* etc. para introduzir o constituinte. Em casos assim, a determinação da relação foi feita com base em informações referenciais, recuperadas a partir do contexto da interação, e em nossa interpretação da materialidade textual da entrevista. Assim procedendo, determinamos que no excerto apresentado, por exemplo, a relação estabelecida para introduzir o ato (19) é de comentário, pois, ao introduzir esse ato, o locutor comenta a informação expressa no ato (18), ou seja, comenta como foi a experiência de assistir a muitos reality shows.

Na terceira etapa, buscamos verificar quais objeções o estabelecimento das relações é capaz de bloquear ou, pelo menos, tornar menos aceitáveis. Para tanto, utilizamos como instrumento metodológico o seguinte questionamento: “se o locutor deixasse de estabelecer a relação, o interlocutor poderia fazer alguma objeção e qual objeção seria?”. Cabe ressaltar que, ao lançarmos mão desse procedimento, as objeções foram delineadas de maneira, evidentemente, hipotética.

Em seguida, na quarta etapa, verificamos o impacto que as eventuais objeções do interlocutor – identificadas na etapa anterior – sobre a dimensão dramática da interação, ou seja, sobre a gestão de faces e territórios empreendida por entrevistador e entrevistado. Assim, buscamos explicitar em que medida tais objeções poderiam constituir um ataque à face do locutor e uma invasão de seu território.

Na última etapa do percurso de análise, averiguamos se o locutor, por meio da relação de discurso, consegue efetivamente bloquear as possíveis objeções do interlocutor que foram identificadas na terceira etapa. Para isso, recorreremos ao exame da materialidade textual da própria interação, de modo a verificar a ação que o interlocutor realizou diante da intervenção

em que o locutor estabeleceu a relação de discurso. Desse modo, para confirmar se, por exemplo, uma relação de discurso que foi estabelecida em uma intervenção de pergunta pelo entrevistador consegue efetivamente bloquear alguma eventual objeção do entrevistado, observamos se o entrevistado objeta essa pergunta ou reage positivamente a ela.

5 ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE DISCURSO EM ENTREVISTAS À LUZ DE UMA PERSPECTIVA INTERACIONISTA

Neste capítulo, apresentamos os resultados do estudo do papel das relações de discurso interativas e de suas marcas linguísticas na dimensão dramática das oito entrevistas escritas que compõem o *corpus* da pesquisa, as quais, como já informado, foram publicadas pela *Folha de S. Paulo*, na seção “Fuga para a Frente”. No estudo realizado, nosso objetivo consistiu em analisar a maneira como, no decorrer das entrevistas, entrevistador e entrevistado, por meio do estabelecimento das relações de discurso, interagem e negociam conjuntamente faces e territórios. Esclarecemos que nosso propósito não foi desenvolver um estudo comparativo entre relações marcadas e não marcadas, mas investigar em que medida toda e qualquer relação – marcada ou não – pode ser vista como recurso que auxilia os interlocutores a negociar imagens identitárias.

Cabe ressaltar aqui que o interesse desta pesquisa é a análise da interação entre entrevistador e entrevistado, embora tenhamos argumentado no capítulo 2 que, na entrevista jornalística, os interlocutores que assumem esses papéis interacionais dialogam não apenas entre si, mas também com a audiência (público de leitores) – já que é a essa audiência que as entrevistas se destinam (CHARAUDEAU, 2013; FÁVERO; ANDRADE, 1998; HOFFNAGEL, 2002). A decisão de desconsiderar o trílogo entrevistador-entrevistado-audiência e focalizar apenas a interação entre entrevistador e entrevistado se deve ao fato de que as entrevistas escritas que constituem o *corpus* do estudo, tal como foram publicadas, não apresentam em sua organização textual as reações dos leitores às intervenções elaboradas pelos entrevistadores e entrevistados, não sendo possível, portanto, analisar a maneira como as perguntas e respostas produzidas por estes são avaliadas por aqueles²⁵.

Ainda que não seja um propósito desta pesquisa desenvolver um estudo quantitativo, acreditamos ser importante a apresentação da quantidade de relações de discurso identificadas no *corpus*, pois isso nos permite observar qual categoria genérica é mais ou menos frequente.

²⁵ É verdade que, no site da Folha de S. Paulo (<https://www1.folha.uol.com.br/>), no qual as entrevistas foram publicadas e permanecem hospedadas, os leitores assinantes do veículo podem fazer comentários sobre as intervenções produzidas pelos entrevistadores e entrevistados, manifestando, dessa maneira, sua reação a essas intervenções. Porém, analisar esses comentários, na busca por tentar compreender o papel das relações de discurso no trílogo entrevistador-entrevistado-audiência, escaparia aos nossos interesses. Afinal de contas, o contexto interacional que decidimos estudar nesta pesquisa é o de entrevistas jornalísticas escritas e não o de diálogos por meio de comentários em portais de notícia *on-line*.

Assim, conseguimos indicar de maneira mais clara o perfil relacional das entrevistas (ROULET, 2003), ou seja, se elas são mais argumentativas, comentativas, contra-argumentativas. Por isso, neste capítulo, expomos, inicialmente, alguns resultados quantitativos do estudo.

Após a identificação das relações de discurso interativas estabelecidas nas oito entrevistas, realizamos a contagem delas, a fim de verificar o total de relações pertencentes a cada categoria genérica (argumento, contra-argumento, comentário etc.) no *corpus*. O Quadro a seguir exhibe a quantidade total de relações interativas identificadas nas entrevistas e as organiza por categoria genérica:

Quadro 4 – Frequência das relações de discurso por categoria genérica

Categorias genéricas de relações de discurso	Número de ocorrências	%
Argumento	362	35,32
Contra-argumento	184	17,95
Comentário	175	17,07
Reformulação	99	9,66
Topicalização	85	8,29
Preparação	60	5,85
Tempo	52	5,07
Clarificação	8	0,79
Total	1025	100

Fonte: Elaboração do autor.

Como mostra esse Quadro, nas oito entrevistas estudadas, foi identificado um total de 1025 relações de discurso interativas. A categoria mais frequente foi a de argumento (35,32%), o que indica que essas entrevistas têm um perfil relacional mais argumentativo. A segunda categoria mais recorrente foi a de contra-argumento (17,95%), seguida das categorias de comentário (17,07%), reformulação (9,66%), topicalização (8,29%), preparação (5,85%) e tempo (5,07). Já a categoria menos frequente foi a de clarificação (0,79%).

Vale reforçar que nosso objetivo não é desenvolver um estudo quantitativo e que, por isso mesmo, acreditamos ser pouco oportuno o detalhamento desses dados, com, por exemplo, a contagem do número de relações por entrevista ou o cálculo do número de relações por locutor (entrevistado e entrevistador). A nosso ver, o Quadro 4 é suficientemente adequado para o tratamento quantitativo das relações de discurso identificadas no *corpus*.

Apresentados os resultados quantitativos, trataremos nos próximos itens dos resultados de um estudo qualitativo do papel que as relações de discurso pertencentes a cada uma das oito categorias genéricas podem desempenhar na dimensão dramatúrgica dessas entrevistas. Obviamente, nessa apresentação não serão mostradas as análises de todas as relações

identificadas, em razão da inviabilidade da exposição de um estudo qualitativo detalhado de 1025 relações de discurso. Por esse motivo, para delimitar a apresentação dos resultados do estudo qualitativo, exporemos a análise de apenas algumas relações de discurso interativas, que foram escolhidas não de modo arbitrário, mas em função da adoção de alguns critérios.

No momento da escolha das relações para a análise, optamos por selecionar pelo menos uma ocorrência de cada uma das oito entrevistas estudadas, para que todo o *corpus* pudesse ser contemplado. Cabe esclarecer ainda que, para o estudo de cada categoria genérica, foram escolhidas duas ocorrências, com exceção das categorias de preparação e de clarificação – decisão que explicaremos a seguir. Assim, para a análise, foram selecionadas 14 ocorrências, sendo uma para a categoria de clarificação, uma para a categoria de preparação e duas para cada uma das outras 6 categorias genéricas (argumento, contra-argumento, comentário, reformulação, topicalização e tempo).

No processo de escolha dessas ocorrências, buscamos selecionar uma relação marcada e outra relação não marcada. Essa decisão se deu em função do nosso objetivo de fornecer evidências para a consideração de Cunha (2020a) segundo a qual as marcas que sinalizam as relações interativas, como os conectores e as estruturas sintáticas, constituem um subconjunto dos recursos linguageiros usados pelos interactantes para realizar a gestão de faces e territórios. Ou seja, optamos por analisar as relações marcadas para mostrar que os marcadores das relações podem funcionar não apenas como elementos linguísticos de articulação textual, mas também – e principalmente – como recursos interacionais que auxiliam os interlocutores a negociar imagens identitárias.

Além disso, a fim de garantir que as análises não focalizassem o estabelecimento de relações apenas pelo locutor-entrevistador ou somente pelo locutor-entrevistado, as ocorrências selecionadas foram estabelecidas tanto em constituintes elaborados por entrevistador quanto em constituintes produzidos por entrevistado. Afinal, uma entrevista não é realizada somente por este ou aquele interactante, mas pelas contribuições interacionais de ambos, tal como evidencia a literatura sobre o gênero (cf. MEDINA, 1986; MONDADA, 1997; FÁVERO; ANDRADE, 1998; FÁVERO; AQUINO, 1998; SCHNEUWLY; DOLZ, 1999; HOFFNAGEL, 2002; ESSENFELDER, 2005; SILVA, 2007; MODENA, 2009 CHARAUDEAU, 2013).

Não obstante, para a exposição do estudo qualitativo das relações, demos preferência à análise de ocorrências estabelecidas pelo locutor-entrevistado, tendo em vista que elas foram

identificadas em maior quantidade nas entrevistas. Assim, dentre as 14 relações selecionadas, 5 ocorreram em constituintes elaborados pelo entrevistador, ao passo que as outras 9 ocorreram em constituintes produzidos pelo entrevistado.

A decisão de selecionar apenas uma ocorrência da relação de preparação e uma da relação de clarificação para a análise se justifica pelo fato de que as relações pertencentes a essas categorias genéricas não são marcadas (cf. ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001), o que prescinde da necessidade de selecionar uma relação marcada e outra não marcada.

Com base na adoção desses critérios, apresentamos o seguinte Quadro, que esclarece algumas informações sobre as relações selecionadas, como o papel do locutor responsável por seu estabelecimento (se é entrevistado ou entrevistador) e as marcas que as sinalizam:

Quadro 5 – Ocorrências selecionadas para análise

Nº da ocorrência	Categoria	Papel do locutor responsável pelo estabelecimento da relação	Marcador linguístico
1	Argumento	Entrevistado (Nikole Jones)	-
2		Entrevistado (Seymour Hersh)	Conector <i>porque</i>
3	Contra-argumento	Entrevistador (Sylvia Colombo)	-
4		Entrevistado (Felipe Neto)	Conector <i>mas</i>
5	Comentário	Entrevistado (Sally Lehrman)	-
6		Entrevistador (Fernanda Mena)	Oração adjetiva explicativa
7	Reformulação	Entrevistado (Ben Smith)	-
8		Entrevistado (Branko Milanovic)	Expressão conectiva <i>na verdade</i>
9	Topicalização	Entrevistador (Fernanda Mena)	-
10		Entrevistado (Ben Smith)	Deslocamento à esquerda
11	Preparação	Entrevistado (Luiza Trajano)	-
12	Tempo	Entrevistado (Seymour Hersh)	-
13		Entrevistador (Patrícia Mello)	Expressão conectiva <i>depois de</i>
14	Clarificação	Entrevistador (Érica Dias)	-

Fonte: Elaboração do autor.

Levando em conta a frequência com que as relações foram estabelecidas, da mais recorrente à menos recorrente, nos próximos subitens, apresentamos, nesta ordem, os resultados da análise das relações pertencentes às categorias de argumento, contra-argumento, comentário, reformulação, topicalização, preparação, tempo e clarificação. Nas discussões dos resultados alcançados em nosso estudo, que serão apresentadas no decorrer deste capítulo, procuraremos evidenciar como as relações interativas funcionam na dimensão dramaturgica das entrevistas.

5.1 Argumento

A categoria de argumento é uma categoria genérica que abarca diferentes relações específicas por meio das quais o locutor articula os constituintes textuais de sua intervenção para sustentar pontos de vista ou defender opiniões, visando ao convencimento do outro (interlocutor ou terceiro) (CUNHA, 2010). Desse modo, ao estabelecer as diferentes relações específicas recobertas pela categoria de argumento (explicação, justificativa, argumento potencial, argumento suplementar etc. (ROULET, 2003)), o locutor realiza manobras argumentativamente orientadas – como explicar, justificar, concluir, exemplificar –, buscando persuadir o outro (CUNHA, 2010, 2013). Nessa perspectiva, as relações de argumento desempenham um papel essencialmente interacional, pois ajudam o locutor a alcançar a completude monológica. Afinal,

se o locutor traz argumentos para sustentar um ponto de vista (...), sua finalidade é produzir uma intervenção que permita ao interlocutor concordar com ele ou, ao menos, entender seu posicionamento, para, na sequência, reagir, expressando sua concordância ou sua discordância (CUNHA, 2017, p. 1704).

No estudo das entrevistas, pudemos verificar que as diferentes relações específicas de argumento auxiliam, cada uma à sua maneira, entrevistador e entrevistado a – por meio da observação ou da infração das máximas conversacionais do Princípio de Cooperação (GRICE, 1975) e/ou das máximas do Princípio de Polidez (LEECH, 1983, 2014) – adotar linhas de conduta distintas. Dessa maneira, auxiliam os interlocutores a enquadrar o contexto interacional que vivenciam e constroem conjuntamente (cf. GOFFMAN, 1986[1974]) como mais ou menos tenso, opinativo, amigável, polêmico, elogioso etc.

Observamos, que, do ponto de vista da negociação de imagens identitárias, as relações argumentativas funcionam de maneira bastante heterogênea, pois podem servir de recurso ao qual entrevistador e entrevistado recorrem para atacar (ou proteger ou valorizar) as faces um do outro ou de terceiros, bem como invadir (ou resguardar) os territórios em jogo na interação. Seja como for, verificamos que essas relações podem exercer um papel intimamente ligado à dimensão dramática das entrevistas, na medida em que, ao serem estabelecidas por entrevistador ou entrevistado, os auxiliam a mobilizar argumentos (justificativas, evidências, condições, conclusões) para negociar faces e territórios.

É importante esclarecer que o objetivo das análises que apresentaremos não é demonstrar de maneira exaustiva todas as funções específicas que as relações argumentativas podem desempenhar nas entrevistas, uma vez que isso exigiria a apresentação de um estudo

aprofundado de várias ocorrências apenas da categoria genérica de argumento. E, para tanto, certamente, teríamos de transgredir os propósitos da pesquisa. Nosso objetivo com as análises, na verdade, é mostrar que as relações argumentativas, assim como as relações pertencentes a outras categorias genéricas, podem desempenhar um papel essencialmente interacional, ligado à gestão de faces e territórios que entrevistador e entrevistado fazem ao longo de uma entrevista.

Para tanto, como explicado no início do capítulo, neste item apresentaremos os resultados do estudo de duas relações de argumento. Apesar de ambas terem sido estabelecidas pelo locutor-entrevistado, uma é não marcada e a outra é marcada. A primeira (não marcada) ocorre na entrevista protagonizada pela jornalista da *Folha de S. Paulo* Fernanda Mena (entrevistadora) e pela jornalista investigativa da *The New York Times Magazine* Nikole Jones (entrevistada). Já a segunda é uma relação argumentativa marcada pelo conector *porque*, que ocorre na entrevista cujos interactantes são a jornalista da *Folha de S. Paulo* Marina Dias (entrevistadora) e o jornalista norte-americano Seymour Hersh (entrevistado).

5.1.1 Relação de argumento não marcada

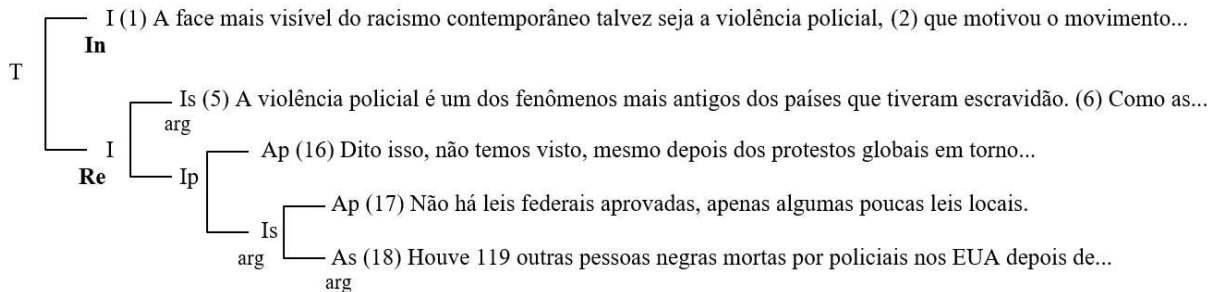
A primeira relação argumentativa a ser analisada ocorre no excerto (01), que constitui a última troca produzida na entrevista concedida por Nikole Jones à *Folha de S. Paulo*. A relação articula, na resposta da entrevistada, a intervenção (17-18) e uma informação estocada na memória discursiva com origem no ato (16):

(01) FOLHA DE S. PAULO (Fernanda Mena) – (1) A face mais visível do racismo contemporâneo talvez seja a violência policial, (2) que motivou o movimento por vidas negras nos EUA, a partir do Black Lives Matter, e, em plena pandemia, um levante (3) quando George Floyd foi assassinado. (4) Quão efetivas foram essas manifestações?

NIKOLE JONES – (5) A violência policial é um dos fenômenos mais antigos dos países que tiveram escravidão. (6) Como as pessoas negras eram mais numerosas que as brancas, (7) foram criados modos de vigilância para controlar essa população. (8) As forças policiais americanas, em todo o Sul, derivaram das patrulhas de escravos que, com a abolição, se converteram em departamentos de polícia. (9) Essas patrulhas tinham de vigiar e usar violência como mecanismo de controle, especialmente a violência pública. (10) Então não devemos nos chocar que os departamentos de polícia modernos, originados nas patrulhas de escravos, ainda policiem comunidades negras (11) como se fosse um controle social, mantendo as pessoas negras temerosas e confinadas nos limites de seus guetos. (12) A gente também vê isso na crença de que pessoas negras são suspeitas, requerem o uso de violência, não têm o direito de questionar... (13) A violência policial é a manifestação mais visceral da desigualdade racial. (14) É algo físico e está na sua cara, (15) mas a polícia está apenas defendendo a hierarquia da sociedade como um todo. (16) Dito isso, não temos visto, mesmo depois dos protestos globais em torno do assassinato de George Floyd, nenhuma reforma policial substancial nos EUA. (17) Não há leis federais aprovadas, apenas algumas poucas leis locais. (18) Houve 119 outras pessoas negras mortas por policiais nos EUA depois de George Floyd e nós nem sabemos seus nomes.

Do ponto de vista textual, esse excerto pode ser representado pela seguinte estrutura hierárquico-relacional:

Figura 9 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Nikole Jones / Fernanda Mena (relação de argumento não marcada)



Fonte: Elaboração do autor.

A pergunta elaborada pela entrevistadora exerce um importante impacto sobre o estabelecimento da relação argumentativa na resposta da entrevistada. Isso porque, nos atos (1-3), a jornalista, associando o racismo contemporâneo à violência policial, atribui à Nikole Jones o dever de assumir uma postura antirracista e crítica em relação às forças policiais dos EUA. Assim, a entrevistada, na construção de sua resposta, introduz os atos (17-18) e os utiliza como argumento para sustentar o ponto de vista expresso no ato (16), manifestando a adoção da linha de conduta projetada pela pergunta da entrevistadora, ou seja, uma linha de conduta antirracista e contrária à violência policial. Nesse sentido, a relação argumentativa funciona como um índice ou uma pista de contextualização (GUMPERZ, 2013[1982]), justamente porque sinaliza um pressuposto contextual projetado pela pergunta da entrevistadora.

Com a relação, a locutora²⁶ apresenta a intervenção (17-18) como um argumento de evidência para comprovar a informação da memória discursiva expressa no ato (16) (*mesmo depois dos protestos globais em torno do assassinato de George Floyd, não ocorreu nenhuma reforma policial substancial nos EUA*). Assim, a explicação de que a relação argumentativa funciona como índice contextual também se sustenta na consideração de que a locutora, ao se valer dessa relação, sinaliza que, a seu ver, no contexto em que está situada, ela deve apresentar as devidas evidências para as informações que afirma em suas respostas.

Desse modo, por meio da relação interativa, Nikole Jones enquadra a experiência social que vivencia e constrói junto à entrevistadora (cf. GOFFMAN, 1986[1974]) como uma atividade

²⁶ Nas análises, os termos “locutor(a)” e “interlocutor(a)”, quando usados, fazem referência, respectivamente, ao interactante responsável por estabelecer a relação de discurso e ao interactante responsável por avaliar a completude monológica da intervenção em que a relação é estabelecida.

na qual é esperado que ela comprove, com evidências adequadas, as afirmações que faz. Com base nas proposições teóricas de Grice (1975, p. 46), é possível considerar que, do ponto de vista do Princípio de Cooperação, essa expectativa corresponde à máxima de qualidade (“não diga aquilo para o qual você não pode fornecer evidência adequada”).

Nessa perspectiva, se, na interação, a entrevistada não se valesse da relação de argumento e dissesse apenas “Não temos visto, mesmo depois dos protestos globais em torno do assassinato de George Floyd, nenhuma reforma policial substancial nos EUA”, a entrevistadora poderia interpretar sua resposta como problemática. Nesse caso, o problema da intervenção seria de natureza comunicativa, resultante da violação de uma das máximas (qualidade) que compõem o Princípio de Cooperação (cf. CUNHA, 2020a, 2022b).

Se consideramos que a evidência apresentada pela entrevistada nos atos (17-18) constitui uma informação que contribui para tornar sua intervenção mais completa e informativa, podemos compreender que a ausência dessa evidência também implicaria a violação da máxima de quantidade, segundo a qual locutor deve produzir contribuições conversacionais nem mais nem menos informativas para os propósitos da interação (GRICE, 1975). Nesse sentido, a falta de uma comprovação para a informação estocada na memória discursiva com origem no ato (16), justamente por representar uma infração de duas máximas do Princípio de Cooperação (qualidade e quantidade), poderia ser avaliada pela jornalista da *Folha de S. Paulo* como um comportamento ofensivo. Afinal, “mesmo a infração de leis de caráter estritamente linguístico”, como as máximas conversacionais, “constitui uma ofensa contra a ordem interacional de que os interlocutores participam” (CUNHA, 2022b, p. 126).

O teor ofensivo do não estabelecimento da relação de argumento também pode ser compreendido com base na materialidade da própria entrevista. Afinal, em uma perspectiva interacionista, o estudo de uma relação de discurso “deve ultrapassar o limite do turno em que ocorre a relação e considerar sua posição sequencial, a fim de verificar tanto as ações que a motivaram quanto seu impacto para o desenvolvimento ulterior da sequência” (CUNHA, 2022c, p. 10).

Para tanto, é necessário verificar se, na entrevista, a mesma relação argumentativa de evidência já havia sido utilizada. Por meio dessa verificação, pudemos observar que o momento em que a entrevistada lança mão da relação de evidência pela primeira vez ocorre na intervenção de resposta de uma troca anterior à troca em que a relação analisada é estabelecida. Nessa troca

anterior, apresentada a seguir, a relação argumentativa, que também não é marcada, liga o ato “(7) Pesquisas mostram que apenas 15% dos estudantes secundaristas sabem que a Guerra Civil americana foi travada por causa da escravidão” a uma informação da memória discursiva com origem no constituinte imediatamente anterior, a intervenção (5-6) (*nos EUA, não queremos lidar com o legado da escravidão*):

(02) FOLHA DE S. PAULO (Fernanda Mena) – (1) O The 1619 Project foi criticado por sua "ideia de reformular a história dos EUA", (2) além de ter sido acusado de distorcer fatos a partir de uma perspectiva ideológica. (3) Como você responde a essas críticas e acusações?

NIKOLE JONES – (4) Eu sempre soube que este projeto seria controverso e alvo de críticas. (5) Isso porque, nos EUA, (6) não queremos lidar com o legado da escravidão. (7) Pesquisas mostram que apenas 15% dos estudantes secundaristas sabem que a Guerra Civil americana foi travada por causa da escravidão (...)

Na resposta de Nikole Jones, o ato (7) é apresentado como uma evidência para comprovar a informação expressa no constituinte anterior a ele. Ou seja, o ponto de vista segundo o qual os estadunidenses não querem lidar com o legado da escravidão em seu país é sustentado com um argumento que traz uma evidência ou uma comprovação baseada em pesquisas. Em reação à intervenção da entrevistada, a entrevistadora desenvolve a interação, iniciando uma nova troca, cuja proposição se textualiza em uma nova intervenção de pergunta:

(03) FOLHA DE S. PAULO (Fernanda Mena) – (1) Quais foram os desafios do projeto?

Ao agir dessa forma diante da resposta de Nikole Jones, a repórter indica que, para ela, o uso da relação argumentativa é, no contexto de que participam, uma ação esperada. Caso contrário, ela, em vez de dar prosseguimento à interação, teria feito uma objeção quanto à eventual natureza ofensiva da resposta produzida pela entrevistada. Portanto, por agir da maneira como agiu, a entrevistadora ratificou o comportamento adotado pela entrevistada quando esta decidiu lançar mão da relação de argumento (evidência) pela primeira vez. Essa ratificação pela entrevistadora pode ter motivado a entrevistada a usar a relação novamente.

Com base nessas considerações, entendemos que, se a entrevistada não fizesse uso da relação argumentativa, a repórter da *Folha de S. Paulo* poderia ter entendido que ela, justamente por infringir máximas conversacionais e por contrariar um comportamento que já havia sido adotado e ratificado anteriormente, foi ofensiva. Conseqüentemente, a jornalista poderia ter sido motivada a fazer uma objeção, como esta:

- (04) FOLHA DE S. PAULO (Fernanda Mena) – Com base em qual evidência você diz que não houve nenhuma reforma policial substancial nos EUA depois dos protestos motivados pelo assassinato de George Floyd?

Por meio de uma objeção assim, a repórter indicaria que, para ela, a resposta produzida pela entrevistada, por deixar de apresentar argumentos para comprovar uma informação afirmada em um constituinte prévio, infringiu regras comunicativas que governam a entrevista (as máximas de qualidade e quantidade). Ao fazer a objeção, a entrevistadora atacaria a face da entrevistada, sugerindo que ela foi inconsistente, porque não comprovou com as devidas evidências as informações ativadas em sua resposta. Também invadiria seu território, na medida em que a obrigaria a completar sua intervenção com evidências que pudessem comprovar adequadamente a informação afirmada no ato (16).

No entanto, quando estabelece a relação de argumento, a entrevistada consegue bloquear objeções como (04). Tanto que, diante da intervenção em que a relação ocorre – intervenção essa que, na interação, integra a última troca produzida pelas interactantes, tal como mencionamos –, a entrevistadora conclui a entrevista, não elaborando novas perguntas. Dessa forma, ela exerce a tarefa de fechar o encontro, tarefa que é delegada àquele que assume o papel de entrevistador (FÁVERO; ANDRADE, 1998; SCHNEUWLY; DOLZ, 1999). Nessa perspectiva, a relação argumentativa, a nosso ver, ajuda a entrevistada a manter o equilíbrio dos papéis interacionais da entrevista jornalística e a impedir não apenas um ataque à face de sua interlocutora, mas também um ataque à sua própria face, bem como uma invasão de seu território.

Apresentada a análise da primeira ocorrência da relação de argumento, mostraremos a seguir a análise da segunda ocorrência, que é marcada pelo conector *porque*.

5.1.2 Relação de argumento marcada

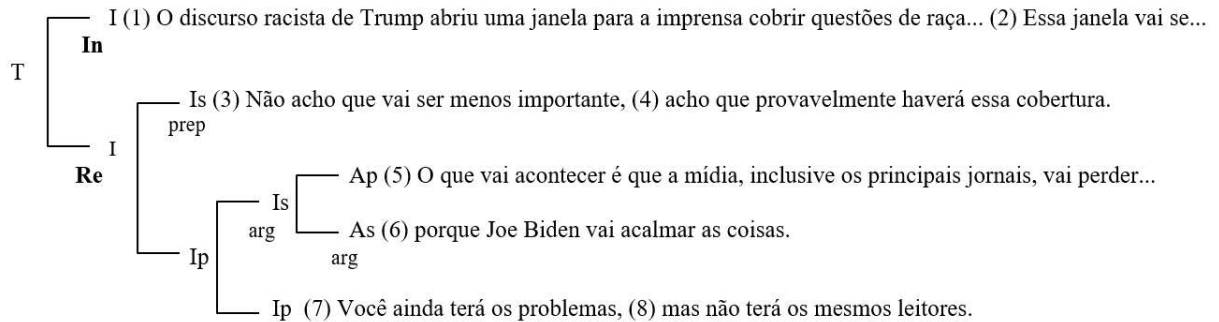
A segunda relação argumentativa a ser analisada ocorre no excerto (05), que corresponde a uma troca extraída da entrevista concedida pelo jornalista Seymour Hersh à *Folha de S. Paulo*. A relação articula o ato (6) e uma informação estocada na memória discursiva com origem no constituinte imediatamente anterior, o ato (5), por meio do conector *porque*:

- (05) FOLHA DE S. PAULO (Marina Dias) – (1) O discurso racista de Trump abriu uma janela para a imprensa cobrir questões de raça e imigração com mais intensidade. (2) Essa janela vai se fechar com a saída de Trump ou a imprensa e os americanos vão fazer menos pressão sobre esses assuntos durante o governo Biden?

SEYMOUR HERSH – (3) Não acho que vai ser menos importante, (4) acho que provavelmente haverá essa cobertura. (5) O que vai acontecer é que a mídia, inclusive os principais jornais, vai perder muita audiência nos próximos um ou dois anos (6) **porque** Joe Biden vai acalmar as coisas. (7) Você ainda terá os problemas, (8) mas não terá os mesmos leitores.

A estrutura hierárquica a seguir representa a organização textual desse trecho da interação:

Figura 10 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Seymouh Hersh / Marina Dias (relação de argumento marcada)



Fonte: Elaboração do autor.

A entrevistadora, com os atos (1-2), sugere que Donald Trump é racista e que o governo Biden tem potencial para apaziguar as questões raciais e imigratórias no país. Assim, a pergunta elaborada pela repórter condiciona Seymour Hersh a construir uma resposta em que ele se mostre favorável ao governo de Joe Biden.

Esse contexto linguístico exerce um importante impacto sobre o uso do conector argumentativo *porque* pelo entrevistado, pois, ele, ao se valer desse conector para introduzir o ato (6) e apresentá-lo como argumento de justificativa para a afirmação expressa no ato (5), assume efetivamente o posicionamento favorável a Joe Biden que havia sido projetado pela pergunta da entrevistadora. Desse modo, o conector, auxiliando o entrevistado a sinalizar um pressuposto contextual da interação que havia sido projetado pela pergunta da entrevistadora, funciona como um índice de contextualização (GUMPERZ, 2013[1982]).

A interpretação de que o conector argumentativo funciona como uma pista contextual se sustenta ainda na consideração de que, ao lançar mão do *porque*, o locutor sinaliza que, a seu ver, no contexto em que está situado, ele deve justificar as afirmações que faz com argumentos que possam ser considerados razoáveis ou aceitáveis por sua interlocutora. Nessa perspectiva e à vista das proposições de Goffman (1986[1974]), entendemos que, com a relação interativa, Seymour Hersh enquadra a atividade que vivencia e constrói junto à entrevistadora como uma atividade na qual se espera que ele não apenas mostre-se favorável ao governo de Biden, mas

também sustente suas afirmações com argumentos de justificativa que possam ser avaliados como válidos pela entrevistadora.

Do ponto de vista do Princípio de Polidez (LEECH, 2014), o locutor, ao usar a relação de argumento, explora a máxima de aprovação (dê um alto valor às qualidades do outro), já que, com o ato (6), reconhece que Joe Biden tem habilidade para acalmar as discussões raciais e sobre imigração e que essa habilidade é uma qualidade do então presidente dos EUA. O entrevistado atribui alto valor a tal qualidade, pois, do contrário, ele não a utilizaria como argumento para justificar a informação da memória discursiva com origem no ato (5). Assim, ao lançar mão da relação de argumento, o jornalista valoriza a face de um terceiro (Joe Biden) e, por extensão, sinaliza a adoção de uma linha de conduta elogiosa. Do ponto de vista do Princípio de Cooperação, a relação interativa, por permitir que o locutor justifique a afirmação feita com o ato (5), o auxilia a respeitar a máxima de quantidade.

Nessa perspectiva, se o entrevistado não utilizasse a relação de argumento e dissesse apenas “O que vai acontecer é que a mídia, inclusive os principais jornais, vai perder muita audiência nos próximos um ou dois anos”, ele, deixando de respeitar ostensivamente a máxima de aprovação, deixaria também de valorizar a face de Joe Biden e, conseqüentemente, construiria um contexto menos elogioso. Além disso, diante do não estabelecimento da relação, a entrevistadora poderia considerar que a resposta do entrevistado apresenta um problema comunicativo (CUNHA, 2020a, 2022b), porque viola a máxima de quantidade, isto é, não fornece informações suficientes para que ela consiga desenvolver a interação, por meio, por exemplo, da elaboração de uma nova pergunta.

A infração dessa máxima conversacional pelo entrevistado poderia ser interpretada pela repórter como um comportamento ofensivo, porque, em uma entrevista jornalística, espera-se que o entrevistado cumpra seu papel interacional, fornecendo o material conversacional essencial para o desenvolvimento do encontro (nesse caso, uma justificativa para uma afirmação realizada) (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006).

A natureza ofensiva da falta de justificativa também pode ser melhor delineada a partir da observação da materialidade textual da própria interação. Com base na maneira como os interlocutores desenvolveram a entrevista antes do estabelecimento da relação em análise, podemos verificar se o não uso dessa relação pode ser considerado ofensivo ou não. Na primeira troca da entrevista construída por Marina Dias e Seymour Hersh, a qual, obviamente, antecede

a troca em que a relação sob análise ocorre, o entrevistado havia utilizado pela primeira vez a relação de argumento para justificar uma informação da memória discursiva com origem em um constituinte previamente produzido por ele. Nessa troca, que é apresentada abaixo, a relação não é marcada e articula o ato (9) e uma informação da memória discursiva (*foi uma experiência incrível meu primeiro dia de trabalho*) cuja origem é o ato (8):

- (06) FOLHA DE S. PAULO (Marina Dias) – (1) Em seu livro mais recente, (2) o senhor diz que é um sobrevivente da “era de ouro do jornalismo.” (3) O que mudou e do que mais sente falta daquela época?

SEYMOUR HERSH – (...) (8) Foi uma experiência incrível meu primeiro dia de trabalho [no jornal *The New York Times*]. (9) Eu já tinha feito algumas coisas boas sobre o Vietnã e os militares, trabalhava na *New Yorker*, (10) um ótimo emprego, (11) mas o *New York Times* era o *New York Times* (...)

Na resposta de Seymour Hersh, a afirmação de que seu primeiro dia de trabalho foi uma experiência incrível é sustentada com a justificativa de que ele trabalhava no jornal *New Yorker* e já havia elaborado boas matérias sobre o Vietnã. Em reação à resposta do entrevistado, a entrevistadora dá prosseguimento à interação, elaborando uma nova pergunta:

- (07) FOLHA DE S. PAULO (Marina Dias) – (1) O senhor diz que não dá para ser neutro ou imparcial no jornalismo. (2) Como isso é possível?

Com base nessa ação realizada pela jornalista, que ratifica a maneira como o entrevistado construiu sua resposta, parece ser válido considerar que, do ponto de vista dela, justificar informações da memória discursiva é um comportamento que, no contexto em que está situada junto a Seymour Hersh, efetivamente se espera do entrevistado. Caso contrário, ela teria feito uma objeção e não produzido uma nova pergunta para dar prosseguimento à interação. Essa ação da repórter, portanto, pode ter motivado o entrevistado a lançar mão mais uma vez da relação argumentativa de justificativa.

É então a partir da maneira como a repórter agiu diante desse comportamento adotado pelo entrevistado que podemos considerar que o não estabelecimento da relação argumentativa de justificativa poderia ser interpretado como uma ofensa contra a ordem interacional em que os interlocutores estão envolvidos. Nessa perspectiva, se ele não fizesse uso da relação, a entrevistadora, em vez de dar continuidade à entrevista, poderia ter realizado a seguinte objeção:

- (08) Por que a mídia vai perder muita audiência nos próximos anos?

Ao realizar uma objeção como essa, a repórter invadiria o território de Seymour Hersh, na medida em que solicitaria ao entrevistado uma justificativa para a informação da memória discursiva com origem no ato (5), a qual é por ele afirmada. Além disso, atacaria sua face, indicando que ele é injustificado ou pouco informativo. Porém, ao se valer da relação de argumento, Seymour Hersh bloqueia objeções como (08) e impede que sua imagem identitária sofra com os prejuízos ocasionados por essas eventuais objeções.

Em (09), a seguir, é apresentada uma intervenção de pergunta elaborada pela entrevistadora que, na organização textual da entrevista, sucede a resposta do entrevistado. Essa intervenção evidencia que a relação de argumento efetivamente consegue evitar a realização da objeção pela entrevistadora, já que, em reação à resposta do entrevistado, a jornalista desenvolveu a interação, produzindo uma nova pergunta:

(09) FOLHA DE S. PAULO (Marina Dias) – (1) Avalia que a imprensa americana compartilha da responsabilidade no caos político e social sob o qual os EUA vivem nos últimos anos?

Nesse sentido, a utilização da relação argumentativa “tem um impacto importante sobre o modo como os interlocutores decidem desenvolver a interação e, conseqüentemente, construir o contexto de que participam” (CUNHA, 2022c, p. 13). Com a relação, Seymour Hersh reduz as chances de sua interlocutora fazer uma objeção. Por meio de tal relação, o jornalista desempenha uma tarefa que, em contexto de entrevista, se espera de um entrevistado (justificar as afirmações que faz) e permite que sua interlocutora realize uma tarefa que se espera de um entrevistador (desenvolver a interação por meio da elaboração de novas perguntas) (FÁVERO; ANDRADE, 1998; SCHNEUWLY; DOLZ, 1999; HOFFNAGEL, 2002).

Com os resultados do estudo das duas ocorrências da relação de argumento apresentados neste item (5.1), acreditamos ter conseguido demonstrar em que medida essa relação interativa e as marcas que a sinalizam podem ser compreendidas como recursos de que os participantes de uma entrevista se valem para interagir e negociar faces e territórios. No próximo item apresentaremos as discussões resultantes da análise de relações pertencentes à categoria de contra-argumento, que, como exposto, é a segunda categoria genérica mais frequente no *corpus*.

5.2 Contra-argumento

A relação de contra-argumento se dá, segundo Roulet (ROULET *et al.* 1985), quando dois constituintes textuais mantêm entre si uma relação de contradição e, ao mesmo tempo, resolvem essa relação contraditória no interior da própria intervenção em que ela ocorre. O autor

apresenta a seguinte definição geral para a categoria genérica de contra-argumento, na qual C é um conector contra-argumentativo:

Na sequência $p C q$, q está em uma relação de contradição com p tal que (i) ou q invalida a relação de implicação de p com $\text{não-}q$ convocada pela enunciação de p (ii) ou o ato de argumentação realizado em q invalida o ato de argumento realizado em p (ROULET *et al.* 1985, p. 133-134, grifo do autor).

No estudo do *corpus*, observamos que as relações contra-argumentativas podem funcionar como recursos por meio dos quais entrevistador e entrevistado sinalizam uns para os outros quais linhas de conduta seguem e a maneira como enquadram a interação. Verificamos também que essas relações permitem que os interlocutores, na busca por fazer com que suas intervenções não sejam avaliadas como ofensivas, antecipem-se a possíveis objeções uns dos outros, objeções essas que sempre colocam em risco as faces e os territórios em cena.

Notamos, assim, que as relações de contra-argumento desempenham um importante papel na dimensão dramática das entrevistas, na medida em que ajudam os interlocutores a evitar que suas imagens identitárias sofram com prejuízos causados por essas eventuais objeções. Porém, pudemos observar que o uso da relação de contra-argumento pode ainda constituir uma objeção que o locutor realiza diante de uma intervenção de seu interlocutor. Nesse caso, a relação sempre coloca em risco a face e o território do interlocutor, por evidenciar um problema comunicativo e/ou ritual na intervenção produzida por ele.

Para ilustrar o papel que a relação de contra-argumento pode exercer na gestão de faces e territórios nas entrevistas estudadas, apresentaremos neste item os resultados da análise de duas ocorrências da relação: uma não marcada e outra marcada pelo conector *mas*. Tal como explicado no início do capítulo, a decisão de estudar essas duas ocorrências não é aleatória, mas sustentada em nosso objetivo de evidenciar que os conectores, enquanto marcadores das relações de discurso, também podem ser compreendidos como elementos linguísticos cujo funcionamento é de primeira importância na dimensão dramática das interações.

5.2.1 Relação de contra-argumento não marcada

A primeira relação contra-argumentativa a ser analisada ocorre no seguinte excerto, extraído da entrevista protagonizada por Salman Rushdie (entrevistado) e Sylvia Colombo (entrevistadora). A relação articula o ato (13), elaborado pela entrevistadora, e uma informação da memória discursiva com origem nos atos (9-12), elaborados pelo entrevistado:

- (10) FOLHA DE S. PAULO (Sylvia Colombo) – (1) O senhor está vivendo nos EUA. (2) Como lidou com a pandemia? (3) Pôde trabalhar?

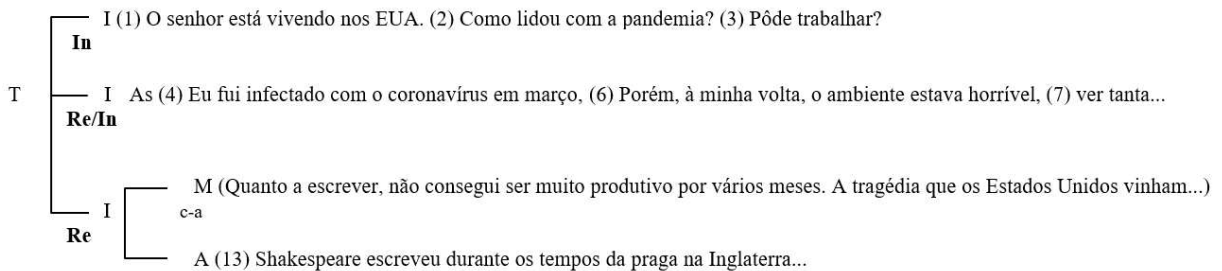
SALMAN RUSHDIE – (4) Eu fui infectado com o coronavírus em março, (5) mas não cheguei a ter problemas respiratórios graves, apenas febre e muito cansaço. (6) Porém, à minha volta, o ambiente estava horrível, (7) ver tanta gente morrendo, (8) inclusive amigos meus... (9) Quanto a escrever, (10) não consegui ser muito produtivo por vários meses. (11) A tragédia que os Estados Unidos vinham vivendo era tão grande que superou meu instinto criativo. (12) É difícil ser produtivo nesses tempos.

FOLHA DE S. PAULO (Sylvia Colombo) – (13) Shakespeare escreveu durante os tempos da praga na Inglaterra...

Nesse excerto, a entrevistadora pergunta a Salman Rushdie como ele lidou com a pandemia de covid-19 (atos 1-3). Em sua resposta (atos 4-12), o escritor diz que foi infectado com o coronavírus em março de 2020 e relata os detalhes do enfrentamento à covid-19. Ele também fala sobre seu trabalho como escritor durante a pandemia. À intervenção elaborada pelo escritor, a jornalista reage negativamente, produzindo o ato “(13) Shakespeare escreveu durante os tempos da praga na Inglaterra...”.

Essa análise geral da organização textual do excerto é representada pela estrutura hierárquico-relacional a seguir:

Figura 11 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Salman Rushdie / Sylvia Colombo (relação de contra-argumento não marcada) A²⁷



Fonte: Elaboração do autor.

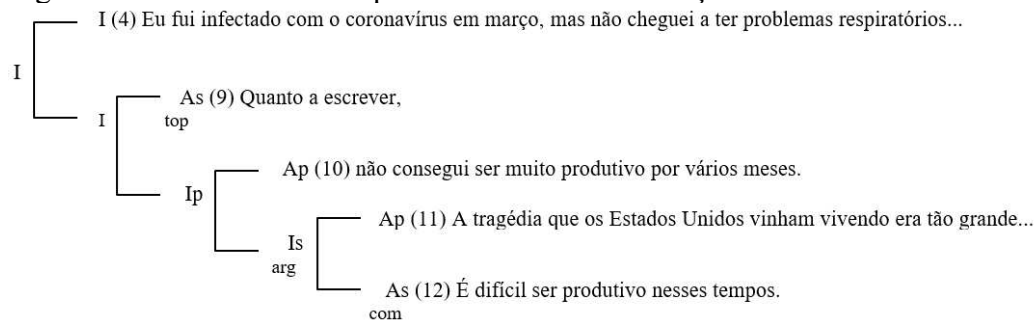
Como evidencia a estrutura, o Ap (13) se liga por uma relação de contra-argumento a uma informação implícita estocada na memória discursiva e com origem nos atos (9-12). Essa informação implícita é uma conclusão que pode ser inferida a partir dos atos (9-12):

- (11) SALMAN RUSHDIE – (9) Quanto a escrever, (10) não consegui ser muito produtivo por vários meses. (11) A tragédia que os Estados Unidos vinham vivendo era tão grande que superou meu instinto criativo. (12) É difícil ser produtivo nesses tempos. *Logo, não consegui escrever durante a pandemia de covid-19.*

²⁷ M = Memória discursiva.

Por meio da relação contra-argumentativa, a repórter faz uma objeção, ao ligar o ato (13) a essa informação implícita com origem nos atos (9-12), refutando-a. Para melhor compreender o que motivou a realização da objeção pela entrevistadora, é necessário observar mais detidamente a materialidade textual da resposta elaborada por Salman Rushdie:

Figura 12 – Estrutura hierárquico-relacional: intervenção de Salman Rushdie



Fonte: Elaboração do autor.

No ato (10), o entrevistado afirma que não conseguiu ser produtivo por vários meses e, logo em seguida, introduz a intervenção (11-12) como argumento para justificar essa afirmação. Tendo em vista a abordagem pragmática de Grice (1975), é possível compreender, com base no ato (13), que, do ponto de vista da repórter, o entrevistado, com os atos (11-12), não é capaz de evitar uma infração da máxima de qualidade, segundo a qual não se deve dizer algo para o qual não é possível oferecer a devida evidência (GRICE, 1975).

Essa interpretação se baseia na consideração de que a entrevistadora manifesta, com o ato (13), que o argumento formado pelos atos (11-12), embora apresente informações que justifiquem a improdutividade do escritor durante a pandemia de covid-19, não constitui uma evidência capaz de devidamente comprovar tal improdutividade. Afinal, se é verdade que ser produtivo em tempos de pandemia é difícil ou impossível, Shakespeare não teria escrito uma obra durante a praga na Inglaterra. Então, com o ato (13), a entrevistadora sinaliza que a resposta do entrevistado, justamente por infringir a máxima de qualidade, apresenta um problema de natureza comunicativa (CUNHA, 2020a; 2022b), sendo, por essa razão, ofensiva.

Por meio da observação da materialidade textual da interação, é possível compreender que a entrevistadora, ao se valer da relação contra-argumentativa, sinaliza uma oposição ao entrevistado, manifestando sua discordância em relação ao que ele disse. Portanto, entendemos que essa relação funciona como uma pista de contextualização (GUMPERZ, 2013[1982]). Afinal, a jornalista, com a relação interativa, indica que, no contexto interacional de que

participa, há um pressuposto contextual segundo o qual ela pode se opor ao entrevistado, discordando dele, caso julgue necessário.

A partir da teoria pragmática de Leech (2014), podemos entender que, do ponto de vista do Princípio de Polidez, esse pressuposto se associa à violação da máxima de concordância (dê um alto valor às opiniões do outro). Assim, ao contra-argumentar, a jornalista infringe essa máxima de polidez, uma vez que manifesta sua discordância em relação ao entrevistado e refuta a informação implícita da memória discursiva com origem nos atos (9-12), que fazem parte da resposta por ele produzida.

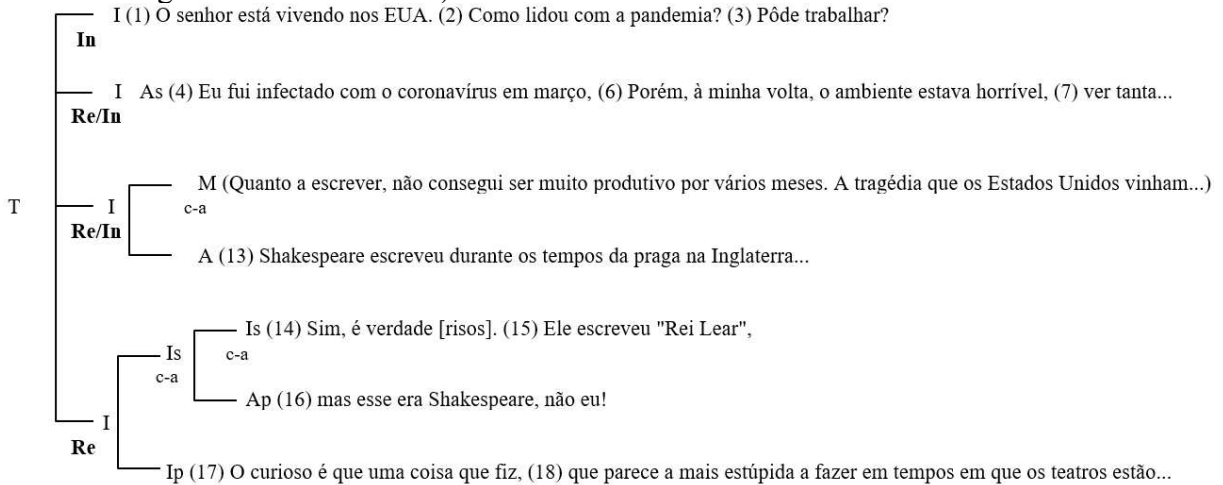
De acordo com Cunha (2019, p. 10), quando um interactante faz refutações ou reage negativamente a uma intervenção de outro interactante – tal como ocorre no momento em que a entrevistadora, com a relação de contra-argumento, introduz o ato (13) para fazer uma objeção sobre a resposta do entrevistado –, ele evidencia “dificuldades em alcançar o duplo acordo, bem como o antagonismo de seus pontos de vista”. Em outras palavras, pela própria ação de estabelecer a relação de discurso, a repórter indica uma dificuldade em alcançar um acordo com o entrevistado. Dessa maneira, ela manifesta a adoção de uma linha de conduta discordante em relação a Salman Rushdie, enquadrando o contexto de que participa e constrói junto a ele (cf. GOFFMAN, 1986 (1974)) como um contexto polêmico, em que são esperados o dissenso, o confronto, o desacordo.

Diante da linha de conduta adotada pela entrevistadora, o entrevistado produz a intervenção apresentada a seguir:

- (12) SALMAN RUSHDIE – (14) Sim, é verdade [risos]. (15) Ele escreveu "Rei Lear", (16) mas esse era Shakespeare, não eu! (17) O curioso é que uma coisa que fiz, (18) que parece a mais estúpida a fazer em tempos em que os teatros estão fechados, (19) foi escrever uma peça. (20) Estou conversando com produtores e diretores (21) para levá-la aos palcos no ano que vem.

Do ponto de vista textual, essa intervenção do entrevistado se liga à intervenção formada pelo ato (13) e pela informação da memória discursiva com origem nos atos (9-12) por uma relação ilocucionária reativa de resposta:

Figura 13 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Salman Rushdie / Sylvia Colombo (relação de contra-argumento não marcada) B



Fonte: Elaboração do autor.

Ao produzir a intervenção (14-21), Salman Rushdie sinaliza que, embora tenha aceitado a objeção da repórter, ele não concorda plenamente com essa objeção. Nos atos “(14) Sim, é verdade [risos]. (15) Ele escreveu ‘Rei Lear’”, o entrevistado confirma que William Shakespeare de fato escreveu durante o período da peste bubônica na Inglaterra e cita uma peça produzida pelo escritor nesse período (“Rei Lear”), considerando como válida a alegação feita pela jornalista no ato (13). Porém, na sequência, ele reage negativamente à objeção da entrevistadora, introduzindo o ato “(16) mas esse era Shakespeare, não eu!” para refutar essa objeção. Apesar disso, logo em seguida, o entrevistado introduz os atos (17-21) e subordina a eles sua refutação ou reação negativa à objeção da jornalista, tornando-a menos importante. Com os atos (17-21), ele sinaliza, definitivamente, uma reação positiva à objeção feita pela entrevistadora.

Concluído o estudo da primeira ocorrência da relação de contra-argumento, procederemos agora à análise da segunda, que é marcada pelo conector *mas*.

5.2.2 Relação de contra-argumento marcada

A relação contra-argumentativa em análise neste subitem ocorre na entrevista cujos interlocutores são a repórter Patrícia Campos Mello (entrevistadora) e o influenciador digital Felipe Neto (entrevistado). No excerto a seguir, extraído dessa entrevista, a relação liga, na resposta do entrevistado, o ato (10) a uma informação da memória discursiva com origem na intervenção (8-9):

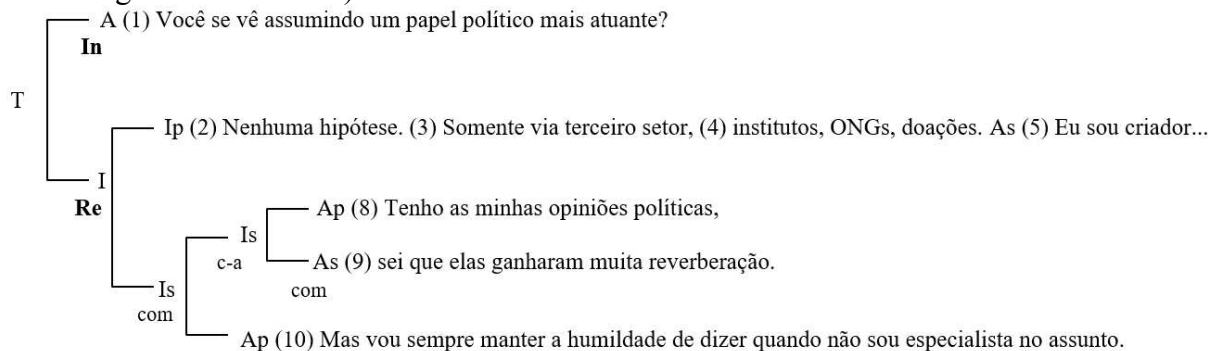
- (13) FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) Você se vê assumindo um papel político mais atuante?

FELIPE NETO – (2) Nenhuma hipótese. (3) Somente via terceiro setor, (4) institutos, ONGs, doações. (5) Eu sou criador de conteúdo. (6) No final de tudo, eu sou um palhaço do YouTube. (7) Continuo sendo um cara para criar entretenimento, para fazer as famílias darem risada. (8) Tenho as minhas opiniões políticas, (9) sei que elas ganharam muita reverberação. (10) **Mas** vou sempre manter a humildade de dizer quando não sou especialista no assunto.

A entrevistadora pergunta ao entrevistado se há a possibilidade de ele assumir um papel político mais ativo (ato 1). Na resposta de Felipe Neto, é de nosso interesse a parte em que o influenciador diz que apesar de saber que suas opiniões políticas tiveram muita repercussão nos últimos tempos, ele sempre se manterá humilde para assumir que não é especialista quando tratar de um assunto sobre o qual não tem conhecimento aprofundado (atos 8-10).

Essa descrição da organização global do excerto é representada pela estrutura hierárquico-relacional a seguir:

Figura 14 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Felipe Neto / Patrícia Mello (relação de contra-argumento marcada)



Fonte: Elaboração do autor.

Como informado, a relação de contra-argumento em análise é marcada pelo conector *mas* e articula, na resposta de Felipe Neto, o ato (10) e uma informação da memória discursiva com origem na intervenção (8-9). Essa informação, que em (14) está em itálico, é uma conclusão que se pode inferir a partir dos atos (8-9):

- (14) FELIPE NETO – (8) Tenho as minhas opiniões políticas, (9) sei que elas ganharam muita reverberação. *Logo, não preciso me manter humilde / posso expressar minhas opiniões, mesmo não sendo especialista.*

Do ponto de vista interacional, a relação contra-argumentativa pode ser considerada uma pista de contextualização (GUMPERZ, 2013[1982]), pois atua como recurso por meio do qual o influenciador sinaliza que, a seu ver, na interação de que participa, ele deve se mostrar humilde, modesto ou pouco arrogante.

Nessa perspectiva e levando em conta o aporte teórico de Goffman (1986[1974]), é possível compreender que, com a relação interativa, Felipe Neto enquadra o contexto em que está inserido e que constrói junto à jornalista como um contexto no qual se espera que ele adote uma linha de conduta humilde. Com base nas proposições de Leech (1983, 2014), essa expectativa se traduz na máxima de modéstia (dê um baixo valor às suas próprias qualidades).

A partir de uma observação mais atenta da intervenção produzida pelo entrevistado, é possível notar que, com a conclusão que pode ser extraída dos atos (8-9), ele viola essa máxima de polidez, na medida em que se mostra pouco humilde, modesto. Porém, com o ato introduzido pelo *mas*, o influenciador diz que sempre manterá a humildade para assumir, quando for o caso, que não é especialista em determinado assunto: “(10) Mas vou sempre manter a humildade de dizer quando não sou especialista no assunto”. Com o conector, ele torna a informação que pode ser extraída da Is (8-9) um contra-argumento que deve ser refutado ou negado pela informação ativada no ato (10)²⁸.

O conector contra-argumentativo desempenha uma importante função interacional, pois, por meio de seu uso, o entrevistado torna explícito seu respeito a uma lei de natureza ritual (CUNHA, 2020a), isto é, a máxima de modéstia. Portanto, se ele não lançasse mão da relação de contra-argumento marcada por *mas* e dissesse apenas “Tenho as minhas opiniões políticas, sei que elas ganharam muita reverberação”, a entrevistadora poderia inferir que ele não é humilde. A falta de humildade poderia ser interpretada pela entrevistadora como um comportamento ofensivo, já que, justamente por violar a máxima de modéstia, representa uma manifestação de impolidez (LEECH, 2014).

Com a intervenção (8-9) e com a conclusão implícita que pode ser derivada desse constituinte textual, o entrevistado faria um autoelogio, sugerindo que alguém como ele, cujas opiniões políticas são muito repercutidas, possui alguma legitimidade ou relevância para expressar suas opiniões, ainda que não seja especialista. Como argumenta Kerbrat-Orecchioni (2006), o autoelogio, em sociedades ocidentais, como a nossa, é uma ação languageira sobre a qual pesa um tabu. A autora (2006, p. 96) explica que isso se dá em função de um “princípio de polidez”, segundo o qual “é mal visto ‘vangloriar-se’ (mesmo merecidamente)”, sendo por esse motivo mesmo que o locutor, durante o curso da interação, deve “evitar, ao máximo possível, ‘rasgar seda para si mesmo’, produzir autoelogios”. Esse princípio determina ainda que “se, por

²⁸ Essa interpretação se baseia na análise do funcionamento do conector *mais* (mas) em francês, apresentada em Ducrot et al. (1980).

ventura, somos conduzidos a fazer nosso próprio elogio, devemos absolutamente incorporar a ele algum procedimento minimizador ou reparador” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 96).

Nessa perspectiva, entendemos que a relação de contra-argumento constitui justamente um procedimento minimizador do teor ofensivo do autoelogio. Logo, se o entrevistado não estabelecesse essa relação, a entrevistadora poderia fazer objeções como (15) e/ou (16):

(15) Mas você não é especialista em política...

(16) Não é problemático alguém que não é especialista em política, como você, ter opiniões muito repercutidas?

Com ambas as objeções, a repórter atacaria a face do entrevistado, por colocar em dúvida a legitimidade de suas opiniões políticas. Dessa forma, Felipe Neto seria (des)qualificado como arrogante, vaidoso, presunçoso, soberbo – adjetivos que expressam parte de uma gama de valores sociais que a entrevistadora poderia atribuir a ele em função do problema ritual de sua intervenção.

No entanto, o entrevistado, por meio do conector *mas*, introduz em sua resposta o ato (10): um argumento contrário à conclusão implícita que pode ser extraída dos atos (8-9). Assim, ele faz com que a entrevistadora, diante de sua resposta, não realize uma objeção, mas desenvolva a entrevista, por meio da elaboração de uma nova pergunta:

(17) FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) Você continua sofrendo ameaças?

Nessa perspectiva, torna-se evidente que o conector contra-argumentativo *mas*, fazendo emergir a relação de contra-argumento, auxilia Felipe Neto a evitar um problema ritual em sua intervenção e, por extensão, evitar eventuais objeções da entrevistadora. Logo, ele poupa a face da jornalista de um ataque causado por sua intervenção, bem como preserva sua própria face e seu território dos prejuízos implicados por possíveis objeções realizadas pela repórter.

Neste item (5.2), apresentamos os resultados do estudo de duas ocorrências da relação de contra-argumento: uma não marcada, estabelecida pelo locutor-entrevistador, e outra marcada pelo conector *mas*, estabelecida pelo locutor-entrevistado. Diante das discussões desenvolvidas, acreditamos ter sido possível demonstrar em que medida essa relação interativa e suas marcas podem ser compreendidas como recursos de que entrevistador e entrevistado lançam mão para interagir e negociar faces e territórios.

No próximo item, apresentaremos os resultados da análise da relação de comentário, que, como informado no início do capítulo, corresponde à terceira categoria genérica mais frequente no *corpus*.

5.3 Comentário

A relação de comentário se define pela posição dos constituintes textuais (ROULET; FILLIETTAZ, GROBET, 2001). Essa relação de discurso se estabelece quando um constituinte textual com estatuto de subordinado sucede um constituinte principal. Porém, conforme evidencia Marinho (2002), a relação de comentário pode ser sinalizada por algumas marcas linguísticas, como, por exemplo, uma oração apositiva ou explicativa²⁹. Em linhas gerais, o comentário pode ser compreendido como uma relação de discurso por meio da qual o locutor introduz em sua intervenção um constituinte hierarquicamente subordinado para avaliar ou esclarecer uma informação da memória discursiva com origem no constituinte principal que o antecede (CUNHA, 2016b; CUNHA, DECAT, 2021).

Com o estudo das entrevistas, notamos que o estabelecimento da relação de comentário é frequentemente ligado à máxima de quantidade, do Princípio de Cooperação (GRICE, 1975). De modo geral, entrevistador e entrevistado, ao se valerem dessa relação interativa, apresentam informações que podem ser consideradas essenciais para o curso interacional e, dessa forma, demonstram respeito à máxima de quantidade, ou apresentam mais informações do que o necessário para o desenvolvimento da interação e, dessa maneira, infringem a máxima de conversacional. Nesse último caso, pudemos perceber que a infração da máxima de quantidade não é fortuita, mas parece ocorrer em função da busca do locutor pelo cumprimento do papel interacional que a ele é previamente designado pelo próprio gênero entrevista, seja esse papel o de entrevistador ou de entrevistado.

Sob essa perspectiva, quando o entrevistado traz em sua resposta, por meio de um comentário, mais informações do que o solicitado pelo entrevistador, ele está desempenhando o papel que o gênero entrevista imputa a ele, ou seja, o papel de entrevistado, que determina a necessidade de “conservar por mais tempo o turno, por ser o principal foco de atenção [da audiência]” (VELOSO, 2006, p. 47). De igual maneira, quando o entrevistador comenta alguma informação em sua pergunta e apresenta mais informações nessa intervenção, ele faz isso para tornar sua

²⁹ Embora as orações apositivas ou explicativas possam marcar um comentário, esse tipo de oração não é uma marca exclusiva da relação de comentário. Isso porque essas orações podem sinalizar também uma relação de argumento (cf. MARINHO, 2002).

pergunta mais esclarecedora, o que, segundo Oyama (2013), constitui uma das funções a serem desempenhadas por aquele que, em contexto de entrevista jornalística, assume o papel de entrevistador.

Neste item apresentaremos os resultados da análise de duas ocorrências da relação de comentário, a fim de mostrar em que medida essa relação, nas entrevistas estudadas, pode funcionar como recurso de que os interlocutores se valem para adotar linhas de conduta, assumir papéis interacionais, tentar evitar objeções uns dos outros e negociar faces e territórios.

A primeira ocorrência, não marcada, é estabelecida na entrevista protagonizada pelo jornalista da *Folha de S. Paulo* Raphael Hernandez (entrevistador) e pela repórter norte-americana Sally Lehrman (entrevistada). A segunda ocorrência, marcada por uma oração adjetiva explicativa, é estabelecida na entrevista protagonizada pela jornalista da *Folha de S. Paulo* Fernanda Mena, que desempenha o papel de entrevistadora, e a jornalista investigativa da *The New York Times Magazine* Nikole Jones, que exerce o papel de entrevistada.

5.3.1 Relação de comentário não marcada

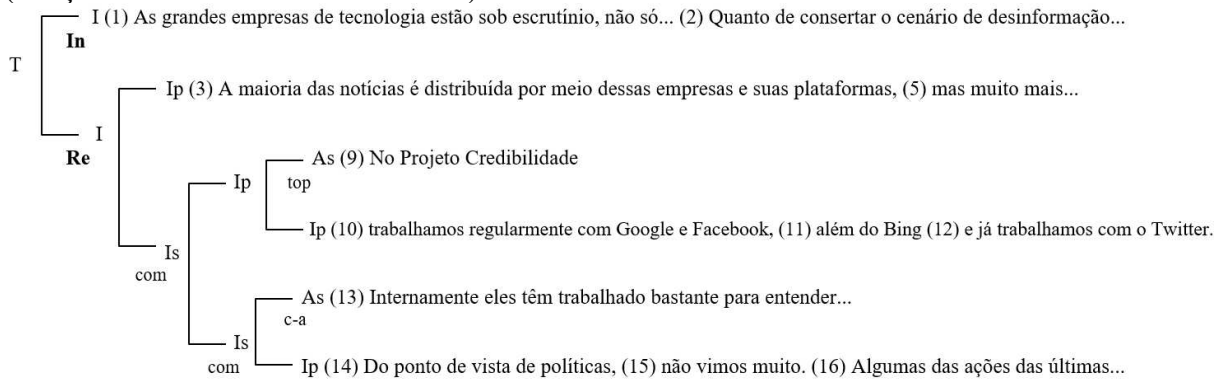
A primeira relação de comentário em análise ocorre no excerto a seguir, que constitui uma troca extraída da entrevista concedida por Sally Lehrman à *Folha de S. Paulo*. A relação se dá entre a intervenção (13-19) e a informação da memória discursiva *Google, Facebook, Bing e Twitter*, que é ativada na intervenção (9-12):

(18) FOLHA DE S. PAULO (Raphael Hernandez) – (1) As grandes empresas de tecnologia estão sob escrutínio, não só pelas fake news, mas com processos antitruste nos EUA e Europa. (2) Quanto de consertar o cenário de desinformação passa por eles?

SALLY LEHRMAN – (3) A maioria das notícias é distribuída por meio dessas empresas e suas plataformas, sejam elas mídias sociais ou serviços como o WhatsApp. (4) Elas têm agido, (5) mas muito mais precisa ser feito. (6) É importante que não deixemos todo o poder nas mãos dessas organizações (7) e não podemos confiar somente nelas para resolver tudo, (8) mas elas precisam se mexer. (9) No Projeto Credibilidade (10) trabalhamos regularmente com Google e Facebook, (11) além do Bing, (12) e já trabalhamos com o Twitter. (13) Internamente eles têm trabalhado bastante para entender o que está acontecendo e encontrar soluções. (14) Do ponto de vista de políticas, (15) não vimos muito. (16) Algumas das ações das últimas semanas, (17) quando cortaram as vozes que espalhavam falsidades, (18) deveriam ter sido feitas antes. (19) Era tarde demais.

A organização textual desse excerto é representada pela seguinte estrutura hierárquico-relacional:

Figura 15 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Sally Lehrman / Raphael Hernandez (relação de comentário não marcada)



Fonte: Elaboração do autor.

O entrevistador pergunta a Sally Lehrman em que medida o combate à desinformação envolve as grandes empresas de tecnologia (atos 1-2). Essa pergunta do jornalista projeta uma expectativa para a resposta da entrevistada, de modo a condicioná-la a fazer um comentário avaliativo a respeito da atuação de empresas como Google, Facebook, Twitter em um cenário de propagação de desinformação. Em outras palavras, a pergunta do entrevistador põe a entrevistada no dever de assumir uma linha de conduta avaliativa, comentativa.

É justamente em função do contexto linguístico construído na interação que Sally Lehrman estabelece a relação de comentário para introduzir a Is (13-19) e, assim, efetivamente assume uma postura mais avaliativa. Dessa forma, a relação, por auxiliar a entrevistada a sinalizar uma expectativa projetada pela pergunta do entrevistador, funciona como uma pista de contextualização (GUMPERZ, 2013[1982]).

Com a relação interativa, a entrevistada ainda sinaliza outra expectativa para a interação. Na Ip (9-12), ela apenas informa que do Projeto Credibilidade são ou foram parceiras as empresas Google, Facebook, Bing e Twitter. Na sequência, por meio da relação de comentário, ela introduz a Is (13-16), apresentando uma informação avaliativa sobre o desempenho dessas empresas. Nesse sentido, com a relação de discurso, Sally Lehrman sinaliza que, na interação de que participa, ela deve respeitar a máxima de quantidade, isto é, deve ser vista pela entrevistadora como suficientemente informativa (GRICE, 1975).

Se não utilizasse a relação de comentário e dissesse apenas que do Projeto Credibilidade já fez parte o Twitter e que, atualmente, participam do projeto o Google, o Facebook e o Bing, o entrevistador poderia entender que sua resposta apresenta um problema comunicativo (CUNHA, 2020a, 2022b).

Nesse caso, o problema decorreria da infração da máxima de quantidade, ou seja, da ausência de informações suficientes para autorizar o jornalista a desenvolver a interação, por meio, por exemplo, da produção de uma nova pergunta. Assim, o não estabelecimento da relação de comentário, justamente por infringir uma máxima conversacional, poderia ser interpretado pelo repórter como ofensivo, já que, como explica Cunha (2022b), até mesmo a transgressão de leis de natureza estritamente comunicativa, como as máximas que estruturam o Princípio de Cooperação, corresponde a uma ofensa contra o equilíbrio de uma troca linguageira.

Em contexto de entrevista jornalística, a violação da máxima de quantidade pelo entrevistado pode ser vista como ofensiva pelo entrevistador, porque, de acordo com Oyama (2013, p. 69), o entrevistado que produz respostas pouco informativas é visto como alguém que “se comporta mal” e não sabe “se relacionar com a mídia”, tornando mais difícil o trabalho do jornalista.

A natureza ofensiva da ausência de comentário no contexto da entrevista de Sally Lehrman à *Folha de S. Paulo* também pode ser explicada com base na materialidade textual da própria interação. Em uma troca anterior à troca em que a relação sob análise ocorre, a entrevistada, em sua resposta, já havia estabelecido uma relação de comentário. Nessa troca, que é apresentada abaixo, a relação, que não é marcada, liga, no interior da resposta da entrevistada, a Is (14-15) a uma informação da memória discursiva (*a hiperpolarização e a raiva que as pessoas sentem umas das outras causam desconfiança na sociedade*) cuja origem é a Ip (11-13):

(19) FOLHA DE S. PAULO (Raphael Hernandez) – (1) Quanto da falta de confiança na mídia é culpa da própria indústria de notícias?

SALLY LEHRMAN – (2) Nós, jornalistas, deveríamos nos perguntar isso o tempo todo. (3) São três coisas. (4) A primeira é que, conforme fomos para o digital, perdemos nossa audiência de vista. (5) Não temos sido muito bons em engajar e ouvir o público para incorporar todas as perspectivas às histórias. (6) A segunda é que nós cometemos erros. (7) Quando começamos o Projeto Credibilidade, (8) lembro que uma das coisas que ouvimos do público é que eles gostariam que fôssemos honestos quanto aos erros. (9) Então, algo que pedimos às instituições participantes é não só ter um código de ética, (10) mas também mostrar correções nas suas páginas. (11) A terceira é que, se pensarmos no que está causando um pouco da desconfiança na sociedade como um todo, (12) é a hiperpolarização e a raiva que as pessoas sentem umas das outras, (13) porque elas não se compreendem. (14) E esse é um papel importante da mídia: (15) não contar só a história dos ricos e poderosos, executivos, do governo, mas de todas em todo o espectro (...)

Diante da resposta da entrevistada, o entrevistador desenvolve a interação, produzindo a pergunta a seguir:

(20) FOLHA DE S. PAULO (Raphael Hernandez) – (1) O que foi feito até agora (2) para melhorar a confiança nas notícias e combater a desinformação? (3) O que deve ser feito?

Partindo dessa ação realizada pelo repórter, é possível compreender que ele ratifica o uso da relação de comentário pela entrevistada. Dessa forma, para o entrevistador, estabelecer tal relação de discurso significa adotar uma linha de conduta que, na interação que protagoniza com Sally Lehrman, efetivamente se espera da entrevistada. Caso contrário, ele teria realizado uma objeção sobre o comentário feito por ela.

A partir desse ponto de vista, parece ser válido considerar que a ação do entrevistador pode ter motivado a entrevistada a fazer uso novamente da relação de comentário. Compreendemos, assim, que, se a relação de comentário em análise não fosse utilizada, a intervenção da entrevistada poderia ser considerada pelo entrevistador como uma ofensa contra o equilíbrio interacional da entrevista. Logo, o jornalista poderia fazer uma objeção como esta:

(21) O que o Google, o Facebook e o Bing têm feito para enfrentar a desinformação? / Como você avalia o trabalho dessas empresas no combate às notícias falsas?

Por meio de uma objeção assim, o entrevistador atacaria a face da entrevistada, pois colocaria em questão sua capacidade de atuar como uma jornalista e, principalmente, como líder de um projeto mundial que se opõe à disseminação de desinformação pelos veículos midiáticos. Além disso, porque a obrigaria a completar sua resposta, uma objeção como (21) também colocaria em perigo o território da entrevistada.

Porém, ao lançar mão da relação de comentário, a locutora indica não apenas ter adotado o mesmo comportamento linguageiro que havia adotado quando fez um comentário pela primeira vez em uma troca anterior – comportamento esse que já havia sido ratificado pelo entrevistador –, mas também que sua intervenção é cooperativa, pois respeita a máxima de quantidade. Assim, com a relação, ela busca impedir uma objeção por parte do entrevistador. Tal ação é bem-sucedida, uma vez que o jornalista, diante da intervenção em que Sally Lehrman estabelece a relação, produz uma nova pergunta e, dessa maneira, sinaliza a continuidade da interação:

(22) FOLHA DE S. PAULO (Raphael Hernandes) – (1) Nos EUA, (2) Donald Trump questionou sem base o resultado das eleições (3) e, no Brasil, (4) Jair Bolsonaro imita as suas ações, (5) particularmente nessa área. (6) Como a mídia e a sociedade brasileiras devem agir (7) para evitar que o mesmo aconteça aqui em dois anos?

Como se pode notar, a relação de comentário exerce um importante papel na interação. Com essa relação, Sally Lehrman não apenas cumpre o papel de entrevistada, como também permite que o jornalista Raphael Hernandes cumpra o papel de entrevistador que a ele é previamente destinado, papel esse que consiste, dentre outras ações, em orientar/conduzir a entrevista por

meio da produção de novas perguntas. Ainda, a locutora, por fazer uso da relação interativa, reivindica para si a imagem de uma pessoa capaz de expor suas opiniões e elaborar respostas suficientemente completas.

Apresentada a análise da primeira ocorrência da relação de comentário, apresentaremos a seguir a análise da segunda ocorrência.

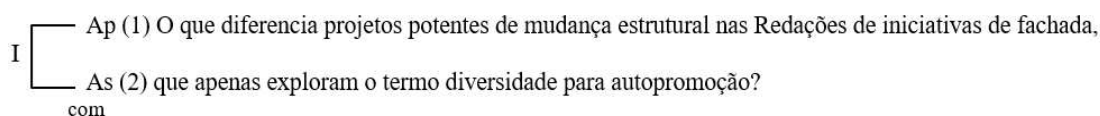
5.3.2 Relação de comentário marcada

A segunda relação de comentário selecionada para análise ocorre no excerto (23), apresentado a seguir, que corresponde a uma intervenção de pergunta extraída de uma troca que compõe a entrevista concedida por Nikole Jones à *Folha de S. Paulo*. A relação articula o ato (2) e uma informação estocada na memória com origem no ato (1):

- (23) FOLHA DE S. PAULO (Fernanda Mena) – (1) O que diferencia projetos potentes de mudança estrutural nas Redações de iniciativas de fachada, (2) **que apenas exploram o termo diversidade para autopromoção?**

Nessa intervenção, o ato (2) retoma uma informação da memória discursiva (*iniciativas de fachada*) cuja origem é ato principal imediatamente anterior, o ato (1). Do ponto de vista textual, essa intervenção pode ser representada pela seguinte estrutura hierárquico-relacional:

Figura 16 – Estrutura hierárquico-relacional: intervenção de pergunta da jornalista Fernanda Mena (relação de comentário marcada)



Fonte: Elaboração do autor.

Com a oração adjetiva explicativa introduzida pelo pronome relativo *que*, fazendo emergir a relação de comentário³⁰, a entrevistadora indica que, na interação de que participa, o locutor que assume o papel de entrevistador deve comentar as informações ativadas em suas perguntas, a fim de torná-las mais esclarecedoras e informativas. Assim, ela enquadra a atividade que protagoniza e constrói junto à entrevistada (cf. GOFFMAN, 1986[1974]) como uma atividade em que é esperada a adoção de uma linha de conduta comentativa e esclarecedora por parte do

³⁰ A interpretação de que entre o ato (1) e a informação expressa no ato (2) há uma relação de comentário se sustenta, com base em Marinho (2002), na observação de que o segundo ato, que é uma oração adjetiva explicativa introduzida pelo pronome relativo *que*, retoma uma informação da memória discursiva ativada no primeiro ato (*iniciativas de fachada*), estabelecendo com ela um elo de correferência, fundado em uma forma de esclarecimento.

entrevistador. Do ponto de vista do Princípio de Cooperação (GRICE, 1975), essa expectativa pode ser traduzida pelas máximas de quantidade e modo.

Sob esse prisma, se ela não se valesse da relação de comentário e perguntasse, por exemplo, “O que diferencia projetos potentes de mudança estrutural nas Redações de iniciativas de fachada?”, a entrevistada poderia compreender que sua pergunta – justamente por violar as máximas de quantidade e modo – apresenta um problema de natureza comunicativa, logo, é ofensiva. Nesse caso, o problema seria causado pela ausência de informações para esclarecer a informação da memória discursiva *iniciativas de fachada*, cuja origem é o ato (1).

A natureza ofensiva da violação da máxima de quantidade, em especial, está associada à desordem que essa violação geraria para a organização dos papéis interacionais ligados ao gênero entrevista. Isso porque, ao deixar de estabelecer a relação comentário e, assim, infringir a máxima conversacional, a entrevistadora também deixaria de oferecer parte da matéria conversacional essencial para o desenvolvimento da interação (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 75). Desse modo, a entrevistada não conseguiria cumprir seu papel interacional e reagir à pergunta da jornalista, produzindo uma resposta, mas, para tentar esclarecer o que sua interlocutora entende como iniciativas de fachada, seria forçada a fazer uma objeção como esta:

(24) NIKOLE JONES – O que você chama de “iniciativas de fachada”? O que é uma “iniciativa de fachada”?

Se fizesse uma objeção assim, Nikole Jones direcionaria um questionamento à sua interlocutora, o que, tipicamente, corresponde a uma ação a ser realizada pelo entrevistador e não pelo entrevistado (FÁVERO; ANDRADE, 1998; SCHNEUWLY; DOLZ, 1999). Com a objeção, ela também atacaria a face da entrevistadora, na medida em que colocaria em dúvida sua capacidade de construir perguntas suficientemente informativas e esclarecedoras e, por conseguinte, sua competência para guiar uma entrevista e desempenhar a profissão de jornalista. Além disso, a entrevistada invadiria o território da entrevistadora, já que a forçaria a completar sua pergunta com esclarecimentos sobre a informação *iniciativas de fachada*.

No entanto, no momento em que faz o comentário em sua pergunta, a entrevistadora impede objeções por parte de Nikole Jones, haja vista que esta reage positivamente à pergunta elaborada pela jornalista da *Folha de S. Paulo*, tal como mostra a seguinte intervenção de resposta:

(25) NIKOLE JONES – (3) Qualquer editor de uma organização de mídia nos EUA vai dizer que diversidade é algo muito importante e que a empresa quer ter um time mais diverso. (4) Mas, se você perguntar quais medidas estão sendo tomadas para isso, (5) nada é dito publicamente (...)

Portanto, o elemento sintático, enquanto marcador da relação de discurso, funciona como um recurso interacional de que a locutora se vale para evitar a adoção de um comportamento que pudesse ser interpretado como ofensivo por sua interlocutora. Nessa perspectiva, a adjetiva explicativa funciona como um recurso fortemente associado à interação e à sua dimensão dramática, já que, ao marcar a relação de comentário, auxilia a jornalista a tentar impedir um ataque à face da entrevistada, bem como preservar sua própria face dos prejuízos implicados por possíveis objeções que esta poderia realizar.

Neste item (5.3), apresentamos os resultados do estudo de duas relações de comentário: uma não marcada, estabelecida em uma intervenção de resposta, e outra marcada por uma oração adjetiva explicativa, ocorrida em uma intervenção de pergunta. Com essa apresentação, acreditamos ter sido possível demonstrar o funcionamento da relação interativa como recurso interacional de que os interlocutores, em contexto de entrevista jornalística escrita, podem lançar mão para interagir e negociar faces e territórios. No próximo item, apresentaremos os resultados do estudo de relações da categoria genérica de reformulação, a qual, como exposto, é a quarta categoria mais frequente nas entrevistas examinadas.

5.4 Reformulação

A reformulação é uma categoria genérica que se caracteriza, de acordo com Roulet (1987, p. 111), pela “subordinação retroativa de um movimento discursivo, eventualmente de um implícito, a uma nova intervenção principal”. Segundo o autor, essa categoria abarca duas relações específicas: a reformulação parafrástica e a reformulação não-parafrástica.

Na reformulação parafrástica, ocorre não apenas “a existência de uma equivalência semântica” entre dois constituintes textuais, mas também uma “predicação de identidade” (GÜLLICH; KOTSCHI, 1983, p. 307). Nesse tipo de reformulação, segundo Göllich e Kotschi (1983, p. 307-308) ocorre uma “duplicação discursiva”, ou seja, os constituintes textuais “são produzidos e encadeados de tal maneira que eles devem e podem ser entendidos como ‘idênticos’”. De acordo com Rossari (1993), na reformulação parafrástica, o segundo constituinte traz uma complementação, uma ratificação ou um esclarecimento para a informação ativada no primeiro. Já na reformulação não parafrástica, ocorre uma retrointerpretação da informação que é ativada no primeiro constituinte, ou seja, o segundo constituinte textual expressa uma mudança de perspectiva enunciativa em relação ao primeiro (ROULET, 1987).

Em resumo, podemos compreender a reformulação como uma relação de discurso caracterizada pela subordinação retroativa de um constituinte textual, que expressa uma formulação x, a um novo constituinte, que expressa uma formulação y, podendo essa formulação y: i) ser semanticamente equivalente à formulação x (reformulação parafrástica) ou ii) expressar uma mudança de perspectiva enunciativa em relação à formulação x (reformulação não parafrástica).

No estudo realizado, pudemos notar que o estabelecimento das relações de reformulação funciona como uma manobra essencialmente interacional, pois permite que entrevistador e entrevistado sinalizem pressuposições contextuais, adotem linhas de conduta por meio da observação ou da infração das máximas conversacionais e/ou das máximas de polidez. Ainda permite que os locutores se antecipem a eventuais objeções uns dos outros, na tentativa de bloqueá-las e impedir os prejuízos que elas poderiam causar às faces e aos territórios em jogo.

Para exemplificar o papel interacional da reformulação nas entrevistas estudadas, apresentamos neste item os resultados da análise de duas relações pertencentes a essa categoria genérica, sendo uma não marcada e outra marcada pela expressão *na verdade*. É importante ressaltar que ambas as relações ocorrem em intervenções de resposta de entrevistados, já que, no *corpus*, não foram identificadas relações reformulativas estabelecidas por entrevistadores em intervenção de pergunta.

A primeira relação, não marcada, ocorre na entrevista protagonizada pelo jornalista do *The New York Times* Ben Smith (entrevistado) e pelo repórter da *Folha de S. Paulo* Thiago Amparo (entrevistador). Já a segunda, marcada por *na verdade*, ocorre na entrevista cujos interactantes são o economista Branko Milanovic (entrevistado) e a jornalista Érica Fraga (entrevistadora).

5.4.1 Relação de reformulação não marcada

A primeira ocorrência da relação de reformulação selecionada para a análise ocorre no seguinte excerto da entrevista concedida por Ben Smith à *Folha de S. Paulo*. A relação articula, na intervenção de resposta do entrevistado, os atos (9-10) e uma informação estocada na memória com origem nos atos (3-8):

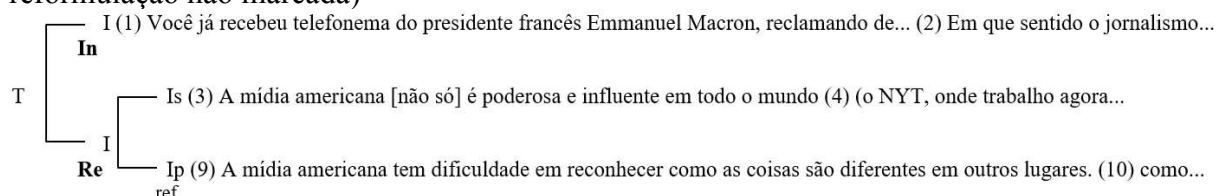
(26) FOLHA DE S. PAULO (Thiago Amparo) – (1) Você já recebeu telefonema do presidente francês Emmanuel Macron, reclamando de uma reportagem da mídia americana sobre racismo, terrorismo e religião na França. (2) Em que sentido o jornalismo transnacional é importante hoje?

BEN SMITH – (3) A mídia americana é poderosa e influente em todo o mundo (4) (o NYT, onde trabalho agora, certamente é), (5) mas também é muito, muito americana (6) e tende a

procurar ângulos no resto do mundo que estejam ligados à história dos EUA. (7) Então, nós escrevemos muito sobre Bolsonaro, (8) mas sempre no contexto de como ele é igual a Trump. (9) A mídia americana tem dificuldade em reconhecer como as coisas são diferentes em outros lugares, (10) como a política racial do Brasil é diferente da americana (...)

Esse excerto pode ser representado pela estrutura hierárquico-relacional a seguir:

Figura 17 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Ben Smith / Thiago Amparo (relação de reformulação não marcada)



Fonte: Elaboração do autor.

Como informado, a relação de reformulação sob análise liga, no interior da resposta de Ben Smith, os atos (9-10) a uma informação da memória discursiva com origem nos atos (3-8). Nesse caso, a reformulação é parafrástica, porque o locutor promove uma conexão entre as informações expressas na Ip (9-10) e na Is (3-8), de modo a fazer com que elas sejam interpretadas como semanticamente equivalentes. Em outros termos, o entrevistado parafraseia, com a produção dos atos (9-10), a informação da memória discursiva expressa nos atos (3-8). Ao se valer da relação reformulativa, o locutor completa e revalida, com a intervenção (9-10), a declaração expressa no primeiro constituinte textual, de modo a fazer com que as informações ativadas em ambos os constituintes sejam interpretadas como idênticas.

Na troca, a pergunta elaborada pelo entrevistador exerce um importante impacto sobre o estabelecimento da relação reformulativa na resposta do entrevistado. Com o ato (1), o jornalista Thiago Amparo, ao dizer que o então presidente da França já reclamou de uma reportagem da mídia estadunidense, projeta uma expectativa para a resposta de Ben Smith, permitindo-o a criticar a mídia dos EUA.

O uso da relação de reformulação pelo entrevistado se dá em função justamente dessa expectativa sinalizada pelo entrevistador na interação. Ou seja, é em razão do contexto linguístico construído na interação que Ben Smith se vale da reformulação para introduzir a intervenção (9-10) e, desse modo, assumir uma postura crítica em relação à mídia americana. A relação funciona, portanto, como um índice de contextualização (GUMPERZ, 2013[1982]), já que auxilia o locutor a sinalizar um pressuposto contextual projetado na própria interação pela pergunta de seu interlocutor.

Com base em Goffman (1986[1974]), podemos entender que, ao se valer da reformulação, Ben Smith enquadra a entrevista que protagoniza junto ao jornalista da Folha Thiago Amparo como uma atividade em que é esperado que ele adote um comportamento mais crítico em relação à mídia americana. Do ponto de vista do Princípio de Polidez (LEECH, 2014), é possível considerar que, com a relação, o locutor viola a máxima de aprovação (dê um alto valor às qualidades do outro). Isso porque ele ataca a face das instituições midiáticas dos EUA e coloca em evidência aquilo que, a seu ver, é um ponto negativo dessas instituições: a realização de um jornalismo centrado na realidade de seu próprio país.

A exposição desse problema pelo entrevistado é prejudicial para a face das instituições midiáticas dos EUA, pois põe em xeque sua legitimidade para atuar como fonte de informações para o público mundial de leitores e/ou telespectadores. Afinal, uma mídia que se propõe a ser global não deve centrar-se em um país apenas (ou, mais especificamente, em seu próprio país), tornando-o o único e legítimo ponto de referência para as informações veiculadas – como, segundo ele, faz a mídia estadunidense –, mas servir a leitores e/ou telespectadores de diversas nações.

Logo, à vista de Cunha (2020a, 2022b), poderíamos considerar que a intervenção do entrevistado, por violar a máxima de aprovação, apresenta um problema de natureza ritual. Porém, é importante ressaltar que não cabe ao analista avaliar se a intervenção do locutor apresenta ou não algum problema ritual e/ou comunicativo, mas, como explicamos no capítulo 3, ao próprio interlocutor. Por isso, para verificar a maneira como o estabelecimento da relação do discurso é avaliado pelo interlocutor, apresentamos a seguir a ação realizada pelo entrevistador diante da intervenção em que o entrevistado faz a reformulação parafrástica:

(27) FOLHA DE S. PAULO (Thiago Amparo) – (1) Como você vê a estrutura da mídia americana e quais as principais diferenças em relação a lugares como o Brasil ou a Hungria?

Como se pode notar, o interlocutor não faz uma objeção quanto à eventual natureza ofensiva da intervenção do locutor, mas produz uma nova pergunta, sinalizando que a maneira como o entrevistado construiu sua resposta o permitiu dar sequência à interação.

A abertura de uma nova troca pelo entrevistador, mesmo diante de uma intervenção que viola uma máxima de polidez, pode ser explicada com a hipótese de que, para ele, a infração dessa máxima se justifica pela busca de Ben Smith por cumprir o papel de entrevistado. Isso porque,

segundo Oyama (2013, p. 32), ao assumir esse papel interacional, o locutor é considerado como o “centro do universo”, ou seja, o protagonista da interação, o que o autoriza a criticar terceiros.

Com a reformulação parafrástica, Ben Smith também sinaliza que, na interação que protagoniza com o jornalista Thiago Amparo, ele, se fizer uma declaração em um constituinte textual, deve, em outro constituinte, apresentar uma informação para ratificar, completar e/ou esclarecer a informação declarada, de modo a fazer com que ambos os segmentos textuais possam ser interpretados como semanticamente equivalentes. Do ponto de vista do Princípio da Cooperação, essa expectativa para a interação pode ser associada às máximas de modo e quantidade, que determinam, respectivamente, a necessidade de o locutor ser claro e fornecer a quantidade suficiente de informações para o curso da troca linguageira (GRICE, 1975).

Nessa perspectiva, se o entrevistado não reformulasse a informação ativada na Is (3-8) (*a mídia dos EUA é muito americana*) com a Ip (9-10), o entrevistador poderia julgar que sua resposta apresenta um problema comunicativo (CUNHA, 2020a). Isso porque, violando as máximas de quantidade e modo, tal intervenção não apresentaria uma informação necessária para evidenciar de maneira clara se a incapacidade de reconhecer a realidade de outros países é ou não um problema, uma dificuldade ou um ponto fraco da imprensa estadunidense. Logo, poderia compreender também que o entrevistado adotou um comportamento ofensivo, pois até mesmo a violação de regras de caráter estritamente comunicativo, como as máximas conversacionais, constitui a adoção de uma linha de conduta ofensiva (CUNHA, 2022b).

Com base em Oyama (2013), compreendemos que o teor ofensivo resultante especificamente da violação da máxima de modo se justifica com o fato de que, em contexto de entrevista jornalística, entrevistados que infringem essa máxima, por serem dispersivos, pouco correlatos ou esclarecedores, tornam mais complicada e trabalhosa a tarefa do jornalista de assumir o papel de entrevistador.

Já a natureza ofensiva da violação da máxima de quantidade pode ser explicada com o fato de que, ao deixar de usar a relação de reformulação para tornar equivalentes as informações da memória discursiva com origem na Is (3-8) e na Ip (9-10), o entrevistado também deixaria de realizar “a tarefa de fornecer o essencial da matéria conversacional”, a qual é imputada pelo próprio gênero entrevista ao interlocutor que assume o papel interacional de entrevistado (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 75). Nesse sentido, o entrevistador poderia interpretar a

ausência de reformulação na resposta de Ben Smith como o descumprimento do papel interacional de entrevistado, papel esse que ele deveria desempenhar.

Dessa forma, se o entrevistado não estabelecesse a relação de reformulação, o entrevistador poderia fazer uma objeção como (28) sobre sua intervenção de resposta:

- (28) Sua resposta não foi muito clara... Você considera que “ser muito americana” é um problema da mídia dos EUA? / Não reconhecer a realidade de outros países é um ponto fraco da mídia americana?

Com objeções assim, o repórter indicaria que Ben Smith agiu de maneira incompatível com o que se espera de um entrevistado, ao violar as máximas de quantidade e modo, do Princípio de Cooperação. Uma objeção como (28) certamente implicaria problemas para a imagem identitária de Ben Smith. Afinal, não apenas atacaria a face dele, colocando em dúvida sua capacidade de construir uma resposta suficientemente informativa e esclarecedora, como também invadiria seu território, forçando-o a explicar se a declaração dada por ele nos atos (3-8) (segundo a qual a mídia estadunidense é muito americana) é ou não um problema da mídia dos EUA. Mas, ao se valer da relação reformulativa, o entrevistado consegue efetivamente bloquear uma objeção do entrevistador. Prova disso é que, como mostramos anteriormente, em (27), o repórter, em reação à resposta elaborada pelo entrevistado, não realiza uma objeção, mas inicia um outro processo de negociação, cuja proposição se textualiza em uma nova intervenção de pergunta.

Apresentada a análise da relação de reformulação não marcada, apresentaremos a seguir a análise da reformulação marcada pela expressão conectiva *na verdade*.

5.4.2 Relação de reformulação marcada

A segunda ocorrência de reformulação, cuja análise é apresentada neste subitem, ocorre na entrevista concedida por Branko Milanovic à *Folha de S. Paulo*. A relação liga, na intervenção de resposta do entrevistado, o ato (7) a uma informação estocada na memória com origem no ato (6):

- (29) FOLHA DE S. PAULO (Érica Fraga) – (1) Quais foram as principais lições dos acontecimentos dos últimos anos?

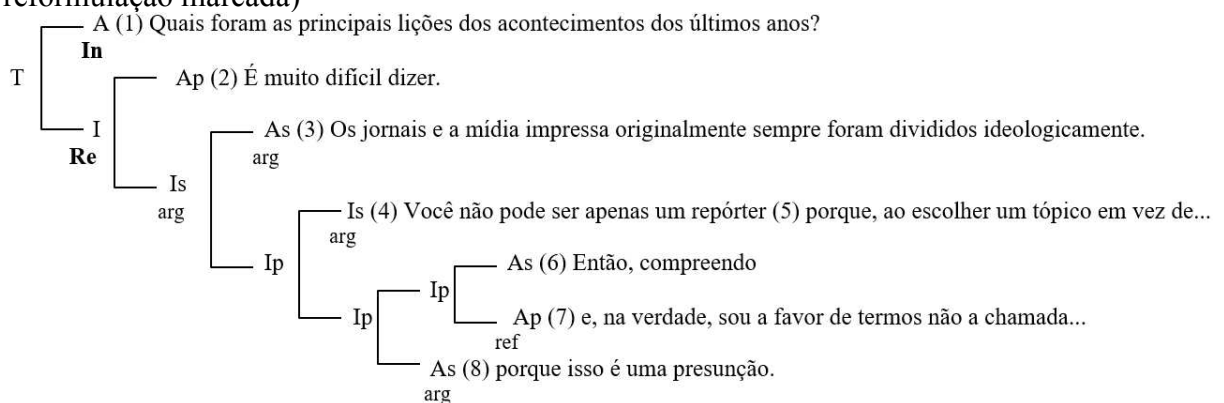
BRANKO MILANOVIC – (2) É muito difícil dizer. (3) Os jornais e a mídia impressa originalmente sempre foram divididos ideologicamente. (4) Você não pode ser apenas um repórter (5) porque, ao escolher um tópico em vez de outro, está fazendo uma escolha e mostra

sua visão sobre o que é importante e o que não é. (6) Então, compreendo (7) e, **na verdade**, sou a favor de termos não a chamada mídia neutra (8) porque isso é uma presunção.

Nesse excerto, a repórter pergunta ao entrevistado quais foram as principais lições dos acontecimentos ligados à relação entre os veículos midiáticos e os governos, principalmente de Trump, nos EUA, e de Bolsonaro, no Brasil. O economista diz ser difícil responder o questionamento da jornalista, porque a mídia sempre enfrentou uma dicotomia ideológica e, por essa razão, é inevitável que os jornalistas assumam posicionamentos em sua profissão. Ele diz ainda que, por causa disso, é contra a ideia de uma mídia neutra, pois ela é uma presunção.

Essa interpretação geral da organização textual do excerto pode ser representada pela seguinte estrutura hierárquico-relacional:

Figura 18 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Branko Milanovic / Érica Fraga (relação de reformulação marcada)



Fonte: Elaboração do autor.

Como mostra a estrutura, o locutor introduz o ato (7) para reformular uma informação expressa no ato (6). A partir da observação da intervenção formada por esses dois atos, é possível compreender melhor o funcionamento da relação reformulativa. No ato (6), o economista expressa a forma verbal “compreendo”, mas deixa de materializar o complemento dessa forma verbal no próprio ato, para materializá-lo no ato seguinte, junto da expressão “sou a favor de”. Sinalizando que o ato (7) reformula o ato (6), o entrevistado introduz no segundo constituinte a expressão conectiva *na verdade*, que marca a relação de reformulação não-parafrástica (CUNHA, 2011).

O que está em jogo nessa relação de discurso é a diferença entre compreender e ser a favor da ideia de que existe uma mídia neutra. No ato (6), o entrevistado, ao expressar a forma verbal “compreendo”, sinaliza não assumir abertamente uma posição em relação a essa ideia. Mas, no ato (7), ao dizer que é a favor da ideia de não se ter uma mídia neutra, ele assume uma postura

diferente da que é assumida no constituinte anterior, postura essa que o compromete mais do que a outra, na medida em que o faz declarar mais abertamente um posicionamento em relação à ideia de existir uma mídia neutra. Com a enunciação expressa no ato (7), o entrevistado demonstra de maneira mais explícita que não simplesmente compreende a inexistência de uma mídia neutra, mas se posiciona favoravelmente a essa ideia.

Vale destacar o papel da expressão *na verdade* na reformulação da informação expressa no ato (6). Sem essa expressão no ato “(7) e, na verdade, sou a favor de termos não a chamada mídia neutra”, a interpretação reformulativa se tornaria menos imediata, já que outras interpretações, como a argumentativa (então, compreendo e, [aliás], sou a favor de termos não a chamada mídia neutra), poderiam emergir e impactar a maneira como os interactantes desenvolvem a interação.

De acordo com Mendes (2015), *na verdade* funciona como uma expressão reformulativa que articula um constituinte textual e uma informação da memória discursiva. Nessa articulação textual, o constituinte introduzido pela expressão conectiva promove uma retrointerpretação da informação à qual se liga, expressando uma reformulação não-parafrástica dessa informação (MENDES, 2015). E é justamente esse funcionamento que, no nível textual, a expressão reformulativa em análise desempenha. Com *na verdade*, o entrevistado, ao introduzir o ato (7), que retrointerpreta a informação expressa no ato “(6) Então, compreendo”, faz uma reformulação não-parafrástica do conteúdo proposicional desse ato.

Ao usar a expressão reformulativa, o locutor sinaliza que, para ele, no contexto em que está situado, quem assume o papel de entrevistado deve tomar partido em relação aos assuntos que vêm à tona durante a interação. Assim, Branko Milanovic enquadra o contexto no qual está situado junto a seu interlocutor (cf. GOFFMAN, 1986[1974]) como um contexto em que se espera que o entrevistado exponha suas opiniões em relação aos assuntos que emergem no fluxo interacional.

A partir das contribuições de Leech (2014), podemos entender que, quando o locutor se vale da relação de reformulação, ele infringe a máxima de reticência de opinião (dê um baixo valor às suas opiniões). Com a relação, ele expressa seu ponto de vista a respeito da existência de uma mídia neutra e atribui alto valor a esse ponto de vista. Tanto é que, se não supervalorizasse sua opinião, o locutor nem mesmo teria a expressado explicitamente por meio da produção do ato (7).

Em função dessa infração da máxima de polidez, a entrevistadora poderia avaliar que a intervenção do entrevistado apresenta um problema de natureza ritual (CUNHA, 2020a, 2022b). Por consequência, ela poderia fazer uma objeção. Porém, diante da resposta do entrevistado, jornalista produz a seguinte intervenção:

(30) FOLHA DE S. PAULO (Érica Fraga) – (1) A pandemia do coronavírus influenciará ou mudará tendências?

Essa pergunta elaborada pela entrevistadora revela que, a seu ver, a resposta do entrevistado não constitui uma ofensa. Caso contrário, ela, em vez de desenvolver a interação por meio da produção de uma nova pergunta, teria feito uma objeção. Essa ação realizada pela jornalista pode ter ocorrido em função de uma característica do gênero entrevista jornalística, característica essa que gira em torno das expectativas ligadas aos papéis interacionais de entrevistador e entrevistado, pois, nesse gênero, é esperado que “o entrevistado seja relativamente livre para expressar sua opinião” (HOFFNAGEL, 2002, p. 192).

Por isso mesmo, tomar partido em relação a algum assunto – tal como Branko Milanovic fez no momento em que lançou mão da expressão *na verdade* para reformular o ato (6) – é uma linha de conduta que, em uma entrevista jornalística, se espera do locutor que desempenha o papel de entrevistado. Nesse sentido, parece ser possível afirmar que a reformulação – por possibilitar ao locutor retrointerpretar a enunciação do ato (6) com a produção do ato (7) e, assim, adotar uma mudança de perspectiva (da menos opinativa para uma mais opinativa) em relação à ideia de (in)existência de uma mídia neutra – é um recurso de natureza fortemente interacional. Isso porque auxilia o locutor a promover uma mudança de *footing* ou alinhamento (GOFFMAN, 2013[1979]) (do menos opinativo ao mais opinativo) e, dessa maneira, cumprir o papel de entrevistado.

Sob essa ótica, se não reformulasse o ato (6), a entrevistadora poderia fazer uma objeção como “Então, você é contra a ideia de que existe uma mídia neutra?” ou “Não entendi muito bem o seu posicionamento. Qual é sua opinião a respeito da ideia de que existe uma mídia neutra?”. Com objeções como essas, a repórter atacaria a face do entrevistado, sugerindo que ele é acomodado, pois, mesmo sendo relativamente livre para expressar opiniões (HOFFNAGEL, 2002), não se comprometeu, não expressou uma opinião sobre a ideia de haver uma mídia neutra. Também invadiria o território dele, forçando-o a expressar em sua intervenção um posicionamento a respeito do assunto.

No entanto, ao estabelecer a relação de reformulação não-parafrástica, o locutor demonstra cumprir efetivamente o papel interacional de entrevistado e, dessa forma, bloqueia eventuais objeções da jornalista quanto à natureza ofensiva de sua intervenção, conforme evidenciamos ao apresentar em (30) a maneira como a repórter agiu diante da intervenção produzida pelo entrevistado.

A partir da análise das duas relações de reformulação que apresentamos neste item (5.4), julgamos ter sido possível demonstrar, de maneira suficientemente esclarecedora, como essa relação interativa e seus marcadores podem ser utilizados pelos interlocutores em contexto de entrevista jornalística escrita como recursos interacionais, ligados à dimensão dramática da interação. Com a apresentação, acreditamos ter conseguido evidenciar que, nas entrevistas estudadas, entrevistador e entrevistado, por meio das relações de discurso, podem antecipar-se a eventuais objeções um do outro, na tentativa de impedi-las e evitar os danos que elas poderiam causar às faces e aos territórios em jogo.

Dando continuidade ao estudo, apresentaremos no próximo item os resultados da investigação do papel dramático da relação de topicalização e de suas marcas nas entrevistas do *corpus*, já que, como informado, essa categoria genérica é a quinta categoria genérica mais recorrente.

5.5 Topicalização

A topicalização é uma categoria genérica que “repousa essencialmente sobre uma ancoragem informacional: a informação ativada pelo primeiro ato constitui o ponto de ancoragem imediato, ou seja, o tópico do segundo ato” (GROBET, 1999, p. 106). Essa relação se estabelece quando um constituinte subordinado – que pode ser uma clivagem, um sintagma deslocado à esquerda ou introduzido por marcadores do tipo *no que se refere a, quanto a* – ativa uma informação que será o tópico do constituinte principal imediatamente seguinte. De acordo com Grobet (1999, p. 111), a relação de topicalização se caracteriza

pela ativação de um objeto de discurso apresentado como aquele sobre o qual o falante falará. Em outros termos, a informação ativada pelo objeto de discurso inicial constitui o tópico do constituinte subsequente, e é apresentado como tal.

A autora explica ainda que o constituinte topicalizado, além de poder ativar um tópico de que o locutor vai falar, pode funcionar como um enquadre espacial e/ou temporal, em cujo interior devem ser interpretadas as informações ativadas no constituinte subsequente.

Com o estudo realizado, verificamos que essas duas funções são exercidas pelas relações de topicalização nas entrevistas. Observamos que o constituinte topicalizado pode, portanto, auxiliar o locutor a i) explicitar o tópico em que o constituinte principal seguinte se ancora ou ii) esclarecer para o interlocutor, por exemplo, o enquadre espacial e/ou temporal em que estão localizadas as informações ativadas no constituinte principal subsequente. Seja como for, as relações de topicalização, assim como as relações pertencentes às categorias genéricas já analisadas, funcionam como pistas de contextualização, ou seja, recursos por meio dos quais entrevistador e entrevistado podem sinalizar, por exemplo, a adoção de um tipo de alinhamento. De modo geral, a linha de conduta sinalizada pelo estabelecimento dessas relações pode ser associada às máximas de quantidade e modo.

Notamos, assim, que a topicalização pode funcionar como um recurso de que o locutor se vale para enquadrar a entrevista como uma interação na qual se espera, por exemplo, que o entrevistador seja capaz de manipular os tópicos de sua pergunta ou que o entrevistado faça um enquadramento espacial e/ou temporal das informações ativadas em sua resposta. De uma forma ou de outra, a relação auxilia o locutor – entrevistador ou entrevistado – a construir intervenções que possam ser consideradas como suficientemente adequadas pelo interlocutor, de modo a ajudá-lo a antecipar-se a eventuais objeções desse interlocutor, bloqueando-as.

Para demonstrar esse funcionamento interacional da topicalização nas entrevistas analisadas, apresentamos neste item os resultados do estudo de duas ocorrências da relação. A primeira (não marcada) ocorre em uma intervenção de pergunta, que faz parte de uma troca da entrevista cujos interactantes são a repórter da *Folha de S. Paulo* Fernanda Mena (entrevistadora) e a jornalista investigativa da *The New York Times Magazine* Nikole Jones (entrevistada). A segunda ocorrência, marcada pelo deslocamento de um sintagma à esquerda, ocorre em uma intervenção de resposta, que faz parte de uma troca da entrevista protagonizada pelo repórter da *Folha de S. Paulo* Thiago Amparo (entrevistador) e pelo jornalista do *The New York Times* Ben Smith (entrevistado).

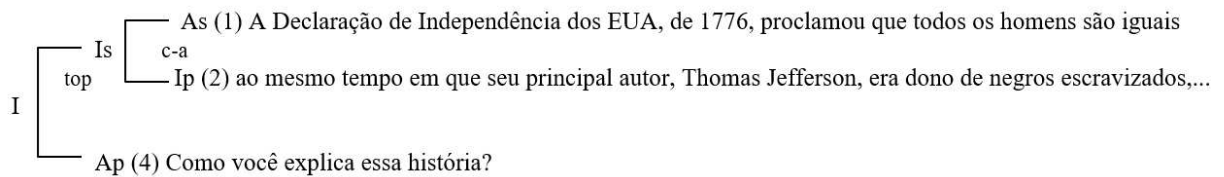
5.5.1 Relação de topicalização não marcada

A primeira relação de topicalização em análise neste subitem ocorre em uma intervenção de pergunta, que é mostrada no seguinte excerto, extraído da entrevista concedida por Nikole Jones à *Folha de S. Paulo*. Nesse excerto, a relação articula o ato (4) e a informação ativada nos atos (1-3):

- (31) FOLHA DE S. PAULO (Fernanda Mena) – (1) A Declaração de Independência dos EUA, de 1776, proclamou que todos os homens são iguais (2) ao mesmo tempo em que seu principal autor, Thomas Jefferson, era dono de negros escravizados, (3) assim como o era George Washington. (4) Como você explica essa história?

A intervenção (1-3) ativa uma informação de que a locutora irá falar no constituinte principal imediatamente seguinte (ato 4). Do ponto de vista da organização textual, o excerto pode ser representado pela seguinte estrutura hierárquico-relacional:

Figura 19 – Estrutura hierárquico-relacional: intervenção de pergunta da jornalista Fernanda Mena (relação de topicalização não marcada)



Fonte: Elaboração do autor.

Como evidencia a estrutura, todo o excerto constitui uma intervenção em cujo interior se articulam pela relação de topicalização o Ap (4) e a informação da memória discursiva expressa na Is (1-3). A interpretação de que o constituinte e a informação da memória discursiva se ligam por uma relação de topicalização se sustenta na observação da própria materialidade linguística da intervenção.

De acordo com Grobet (1999, p. 112), a informação topicalizada, que constitui o objeto de discurso inicial, “se caracteriza por uma certa saliência, porque ela mesma constitui ‘o que o locutor está falando’. Essa saliência pode se manifestar por repetições anafóricas posteriores”. É justamente isso o que ocorre na pergunta elaborada pela entrevistadora: nos atos (1-3), o objeto de discurso inicial (*a Declaração de Independência dos EUA proclamou a igualdade entre os estadunidenses, apesar de Thomas Jefferson e George Washington – duas figuras consideradas fundadoras do país – terem sido escravagistas*) é proeminente. Essa proeminência se manifesta por uma retomada anafórica, marcada pelo sintagma nominal *essa história* no ato (4). Nessa ocorrência da relação, nota-se que o objeto de discurso topicalizado é uma declaração feita pela entrevistadora, declaração essa que, no ato seguinte, é categorizada pela repórter como *história*.

Ao observarmos mais atentamente a materialidade textual da interação, pudemos verificar que, na entrevista protagonizada por Fernanda Mena e por Nikole Jones, a relação em análise corresponde à primeira ocorrência da relação de topicalização em intervenção de pergunta. Nesse sentido e à vista das proposições de Gumperz (2013[1982]), entendemos que essa

relação, ao ser estabelecida pela primeira vez para introduzir os atos (1-3), que ativam e tornam proeminente o tópico no qual o ato (4) se ancora, funciona como uma pista ou um índice de contextualização. Isso porque, com a relação, a jornalista sinaliza que, a seu ver, no contexto em que está situada, ela deve, ao fazer uma pergunta, tornar o mais proeminente possível o tópico dessa pergunta.

Sob essa ótica e com base em Goffman (1986[1974]), a topicalização auxilia a repórter a enquadrar a entrevista que protagoniza com Nikole Jones como uma atividade na qual espera-se que ela saiba manipular o tópico de suas perguntas (cf. FÁVERO, 2000) e, desse modo, presente, de maneira suficientemente explícita e esclarecedora, a informação na qual tais perguntas se ancoram. Tendo em vista o modelo pragmático de Grice (1975), é possível considerar que, do ponto de vista do Princípio de Cooperação, essa expectativa para a interação se liga às máximas de quantidade e modo.

Se a entrevistadora não utilizasse a relação de topicalização e perguntasse apenas “Como você explica a história da Declaração de Independência dos EUA?”, a entrevistada poderia considerar que sua intervenção apresenta um problema comunicativo, decorrente da violação dessas duas máximas conversacionais (cf. CUNHA, 2020a, 2022b). Isso porque, ao deixar de usar a relação de discurso, a repórter também deixaria de apresentar em sua pergunta a informação que constitui o ponto de ancoragem ou o tópico no qual a pergunta se encadeia, tornando-a pouco clara e pouco informativa. Afinal, podem existir várias informações relacionadas à história da Declaração de Independência dos EUA, como sua motivação, suas incoerências, sua importância para o país etc., cabendo exclusivamente à entrevistadora indicar qual dessas informações constitui o ponto de ancoragem ou o tópico de sua pergunta.

Dessa forma, se a locutora não lançasse mão da relação de topicalização, ela sinalizaria uma dificuldade para desempenhar uma tarefa que, em contexto de entrevista jornalística, o entrevistador deve realizar, tarefa essa que, tal como sugere Fávero (2000), consiste em manipular os tópicos das perguntas, introduzindo-os, redirecionando-os, mudando-os ou dando continuidade a eles.

Além de não cumprir efetivamente o papel de entrevistadora, se a locutora não estabelecesse a relação de topicalização, sua intervenção poderia ser avaliada pela interlocutora como ofensiva, já que, como ressalta Cunha (2020a, 2022b), a infração das máximas conversacionais constitui

uma ofensa contra a ordem interacional da qual os interlocutores participam. Por conseguinte, a intervenção da jornalista poderia tornar-se alvo fácil de objeções como (32):

- (32) Qual aspecto da história da Declaração de Independência dos EUA você quer que eu explique / Você quer que eu fale especificamente a respeito de qual aspecto da Declaração de Independência dos EUA?

Por meio de objeções como essa, Nikole Jones atacaria a face da entrevistadora, ao colocar em questão não apenas sua capacidade de elaborar perguntas precisas/claras, que explicitem a informação em que se ancoram, mas também sua competência para conduzir uma entrevista e exercer a profissão de jornalista. Também invadiria o território da entrevistadora, já que a obrigaria a tornar mais evidente a informação que constitui o ponto de ancoragem da pergunta realizada.

Porém, ao se valer da relação de topicalização, a entrevistadora consegue bloquear eventuais objeções de Nikole Jones. Tanto que a entrevistada reage positivamente à pergunta produzida pela repórter da *Folha de S. Paulo*, produzindo a seguinte intervenção de resposta:

- (33) NIKOLE JONES – (5) É uma grande hipocrisia. (6) Nos EUA, (7) a gente é ensinado que nosso país é excepcional, e mitificamos nossos fundadores. (8) Mas os homens que fundaram esse país eram homens brancos de elite, ricos o suficiente para ousar romper com o império mais poderoso do mundo [a Inglaterra] (9) porque exploravam o trabalho de pessoas escravizadas (...)

Como se pode notar, a resposta da entrevistada aborda justamente a informação que a entrevistadora utilizou como tópico de sua pergunta. Nessa perspectiva, é possível perceber que a relação de topicalização exerce um impacto significativo sobre a maneira como as interactantes decidem construir o contexto de que participam.

Ao ser usada pela entrevistadora, essa relação a auxilia a adotar uma linha de conduta que, a seu ver, no contexto em que está situada, espera-se que ela adote (tornar proeminente o tópico no qual se ancoram as perguntas que faz). Mas, mais do que isso, a topicalização, impacta diretamente a construção da resposta pela entrevistada. A nosso ver, esse é um indício de que, tal como ressalta Mondada (1997), a configuração de uma pergunta, enquanto resultado da dinâmica interacional, age prospectivamente sobre a resposta subsequente, projetando condicionamentos sobre ela.

Vale notar que a topicalização ainda auxilia a entrevistadora a atacar a face de terceiros, já que, por meio de seu estabelecimento, ela, a partir da violação da máxima de aprovação (dê um alto valor às qualidades do outro), desconsidera quaisquer qualidades de Thomas Jefferson e George

Washington, que são historicamente considerados importantes figuras relacionadas à fundação dos EUA. Aliás, com a relação de topicalização, a entrevistadora traz à tona e utiliza como ponto de ancoragem para sua pergunta a informação de que tanto Thomas Jefferson quanto George Washington eram escravagistas, atributo que, atualmente, corresponde a um valor social fortemente reprovável.

Concluído o estudo da relação de topicalização não marcada, prosseguimos para o estudo da relação marcada.

5.5.2 Relação de topicalização marcada

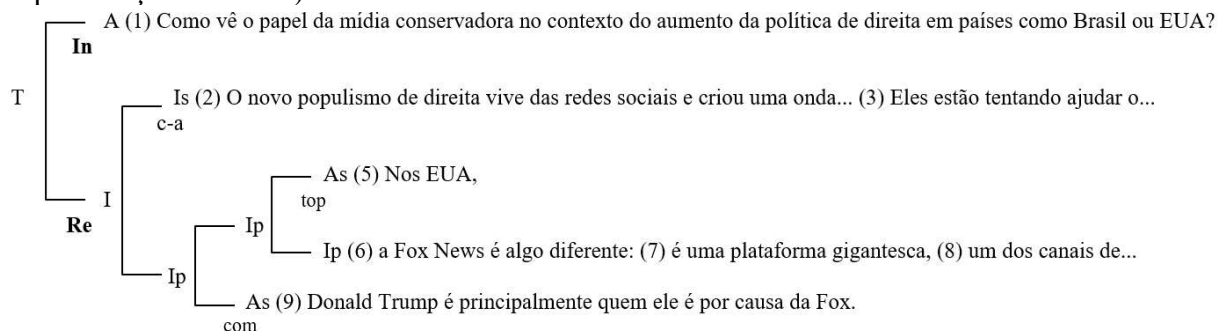
A segunda ocorrência de topicalização selecionada para análise ocorre no seguinte excerto, extraído da entrevista concedida por Ben Smith à *Folha de S. Paulo*. A relação liga, na resposta do entrevistado, a intervenção (6-8) a uma informação estocada na memória com origem no ato (5):

(34) FOLHA DE S. PAULO (Thiago Amparo) – (1) Como vê o papel da mídia conservadora no contexto do aumento da política de direita em países como Brasil ou EUA?

BEN SMITH – (2) O novo populismo de direita vive das redes sociais e criou uma onda de veículos de direita que não estão realmente fazendo jornalismo, mas propaganda. (3) Eles estão tentando ajudar o líder a atacar seus oponentes (4) e são um verdadeiro problema social para sociedades que estão tentando se apegar a fatos. (5) **Nos EUA**, (6) a Fox News é algo diferente: (7) é uma plataforma gigantesca, (8) um dos canais de notícias a cabo mais assistidos do país há anos. (9) Donald Trump é principalmente quem ele é por causa da Fox.

Do ponto de vista textual, podemos representar esse excerto da entrevista por meio da seguinte estrutura hierárquico-relacional:

Figura 20 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Ben Smith / Thiago Amparo (relação de topicalização marcada)



Fonte: Elaboração do autor.

Como explicita a estrutura, o ato “(5) Nos EUA,” é um sintagma nominal deslocado à esquerda, o que sinaliza que esse ato é um constituinte topicalizado (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001). Com o ato (5), o entrevistado busca introduzir um objeto de discurso (no caso, os EUA) como um pano de fundo espacial para as informações ativadas no constituinte principal subsequente, a intervenção (6-8).

Dessa forma, ele faz com que essas informações sejam interpretadas dentro de um enquadre espacial: os EUA. O deslocamento à esquerda, que marca a relação de topicalização, é importante para o desenvolvimento da interação na medida em que essa construção sintática auxilia Ben Smith a explicitar que é nos Estados Unidos – e não em outro lugar – que a Fox News funciona como um veículo midiático diferente dos veículos do novo populismo de direita, que vive de redes sociais.

Na troca, a pergunta do entrevistador influencia diretamente o estabelecimento da relação de reformulação na resposta do entrevistado. Com o ato (1), o repórter, ao perguntar qual é o papel da mídia conservadora em países como os EUA ou o Brasil, projeta uma expectativa sobre a resposta do entrevistado, de modo a condicioná-lo a enquadrar sua resposta especificamente no contexto brasileiro ou estadunidense. É justamente em função dessa expectativa projetada na interação pelo entrevistador que o entrevistado lança mão da topicalização. Nessa perspectiva, a relação atua como uma pista de contextualização (GUMPERZ, 2013[1982]), uma vez que auxilia Ben Smith a indicar uma pressuposição contextual projetada na interação pela pergunta do jornalista Thiago Amparo.

Com base em Gumperz (2013[1982]) e Goffman (1986[1974]), entendemos que, ao realizar o deslocamento à esquerda, fazendo emergir a relação de topicalização, o locutor indica que, no contexto de que participa, espera-se que ele localize em um enquadre espacial as informações ativadas nas intervenções que produz. Assim, Ben Smith categoriza a entrevista que protagoniza com o jornalista Thiago Amparo como uma interação na qual é esperado que ele faça enquadres espaciais das informações que são ativadas em suas respostas.

Do ponto de vista do Princípio de Cooperação (GRICE, 1975), consideramos que essa expectativa sinalizada na interação se liga às máximas de quantidade e modo. Nessa perspectiva, se ele não se valesse da relação interativa e dissesse “A Fox News é algo diferente: é uma plataforma gigantesca, um dos canais de notícias a cabo mais assistidos do país há anos”, o entrevistador poderia avaliar sua resposta como problemática (cf. CUNHA, 2020a, 2022b),

por violar as duas máximas conversacionais mencionadas. Logo, a resposta do entrevistado poderia ser vista como ofensiva pelo entrevistador.

Além disso, a ausência do constituinte topicalizado poderia ser interpretada como ofensiva porque a informação que esse constituinte traz (uma informação de enquadre espacial: os EUA), por contribuir para a construção de uma intervenção obediente às máximas de quantidade e modo, pode ser compreendida como um material conversacional fundamental para o desenvolvimento da interação (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006). Dessa forma, sem o constituinte topicalizado, haveria uma falta de material conversacional essencial para o andamento da entrevista. Por consequência, em vez de cumprir o papel de entrevistador, que, dentre outras ações, consiste em dar prosseguimento à entrevista por meio da produção de novas perguntas (FÁVERO; ANDRADE, 1998; SCHNEUWLY; DOLZ, 1999; HOFFNAGEL, 2002), o jornalista teria de suspender a interação para tentar reparar o problema da intervenção do entrevistado, por meio, por exemplo, de uma objeção como esta:

(35) Onde/Em qual país a Fox News é diferente? / Em qual lugar/país a Fox News é uma plataforma gigantesca e um dos canais pagos mais assistidos?

Com uma objeção assim, o entrevistador atacaria a face do entrevistado, sugerindo que ele é pouco informativo e esclarecedor. Além disso, invadiria seu território, na medida em que, ao forçá-lo a esclarecer o enquadre espacial em cujo interior parte das informações ativadas em sua resposta devem ser interpretadas, o entrevistador limitaria a liberdade de ação dele.

No entanto, quando faz o deslocamento à esquerda do ato (5), Ben Smith indica que sua intervenção é obediente às máximas de quantidade e modo. Agindo dessa maneira, ele bloqueia objeções do entrevistador, como evidencia a seguinte intervenção que é elaborada pelo jornalista da Folha logo após a resposta do entrevistado:

(36) FOLHA DE S. PAULO (Thiago Amparo) – (1) É um problema para o jornalismo quando a mídia conservadora tem mais acesso a presidentes?

Essa intervenção mostra que a relação de topicalização de fato impede a realização de uma objeção por parte do entrevistador, já que, diante da resposta do entrevistado, o repórter da *Folha de S. Paulo* continua a interação, por meio da elaboração de uma nova pergunta.

Com a análise das duas relações de topicalização que apresentamos neste item (5.5), nosso objetivo foi mostrar que as relações pertencentes a essa categoria genérica podem ser compreendidas como recursos interacionais, ligados à dimensão dramática da interação.

Com a apresentação das análises, acreditamos ter sido possível explicitar que, nas entrevistas jornalísticas examinadas, entrevistador e entrevistado, por meio do uso da topicalização, podem evitar problemas (comunicativos e/ou rituais) em suas intervenções e, assim, antecipar-se a eventuais objeções um do outro, na tentativa de evitá-las e impedir os prejuízos que elas poderiam ocasionar às faces e aos territórios em jogo.

Finalizado o estudo da topicalização, no próximo item apresentaremos os resultados do estudo do papel que uma relação pertencente a outra categoria genérica, a preparação, pode exercer na interação.

5.6 Preparação

A relação de preparação, assim como a relação de comentário, se define pela posição hierárquica dos constituintes textuais. Porém, diferentemente do comentário, que ocorre quando um constituinte subordinado sucede um constituinte principal, a preparação se estabelece quando um constituinte textual subordinado antecede um constituinte principal (ROULET; FILLIETTAZ, GROBET, 2001).

No estudo das entrevistas, foi possível notar que a preparação possibilita aos interlocutores a sinalização de pressuposições contextuais, o enquadramento da interação como mais ou menos elogiosa, polêmica, amigável etc., e a adoção de diferentes linhas de conduta por meio da observação ou da infração das máximas conversacionais e de polidez. Verificamos também que a preparação pode auxiliar entrevistadores e entrevistados a anteciparem-se a possíveis objeções uns dos outros, na tentativa de impedi-las e evitar os danos que elas poderiam causar às imagens identitárias em jogo.

Tal como informado no início do capítulo, para ilustrar o funcionamento interacional da preparação nas entrevistas, apresentaremos neste item, os resultados da análise de apenas uma ocorrência dessa categoria genérica. A relação de preparação selecionada para a análise ocorre no excerto a seguir, retirado da entrevista protagonizada pela empresária Luiza Trajano (entrevistada) e pela repórter Bruna Narcizo (entrevistadora). A relação articula, na intervenção de resposta da entrevistada, a *Is* (2-9) e a *Ip* (10-16):

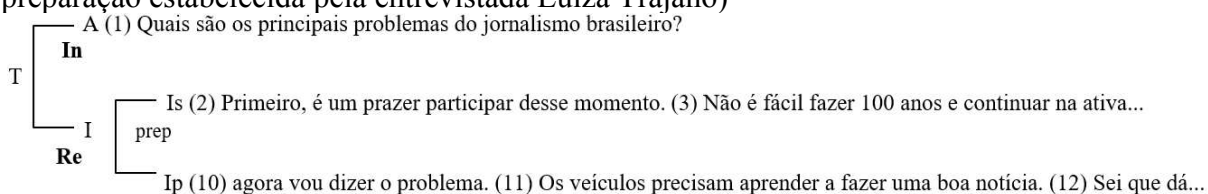
(37) FOLHA DE S. PAULO (Bruna Narcizo) – (1) Quais são os principais problemas do jornalismo brasileiro?

LUIZA TRAJANO – (2) Primeiro, é um prazer participar desse momento. (3) Não é fácil fazer 100 anos e continuar na ativa como a Folha. (4) Eu vou falar primeiro do que é positivo. (5) Sou

muito agradecida ao jornalismo brasileiro. (6) São guerreiros que trazem a informação e estão sabendo, depois de um momento difícil, trabalhar com o digital. (7) Porque não é fácil você mudar toda a sua forma. (8) Tanto a Folha quanto os outros órgãos estão se reinventando e conseguindo se reinventar. (9) Comecei falando das coisas boas, (10) agora vou dizer o problema. (11) Os veículos precisam aprender a fazer uma boa notícia. (12) Sei que dá mais ibope a notícia ruim, (13) mas hoje a notícia boa também está dando ibope. (14) A primeira vacina, que era uma notícia positiva, deu muito ibope. (15) Tem muita coisa boa que a gente não vê nos noticiários. (16) Essas coisas boas do Brasil a gente não vê no jornalismo.

Do ponto de vista textual, o excerto pode ser representado pela seguinte estrutura hierárquico-relacional:

Figura 21 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Luiza Trajano / Bruna Narcizo (relação de preparação estabelecida pela entrevistada Luiza Trajano)



Fonte: Elaboração do autor.

A entrevistadora, com o ato (1), pergunta à entrevistada quais são os principais problemas do jornalismo brasileiro. Essa pergunta condiciona Luiza Trajano a construir uma resposta com críticas ao jornalismo brasileiro, ou seja, uma resposta que pode ser considerada, com base em Kerbrat-Orecchioni (2006), ameaçadora para a face das instituições jornalísticas do Brasil. Assim, a pergunta da entrevistadora atribui à entrevistada o dever de assumir uma linha de conduta crítica, dever esse que é efetivamente cumprido por Luiza Trajano com a produção dos atos (10-16). Mitigando o grau de agressividade da crítica, ela se vale da relação de preparação para introduzir os atos (1-9), que expressam elogios ao jornalismo brasileiro.

Desse modo, Luiza Trajano, com a preparação, sinaliza que, a seu ver, na interação da qual participa, espera-se que ela não seja tão rigorosa ao fazer críticas às instituições midiáticas brasileiras. Levando em conta as proposições de Gumperz (2013[1982]), é possível argumentar, então, que a relação corresponde a uma pista de contextualização, pois permite à locutora sinalizar uma pressuposição contextual a respeito da atividade interacional de que participa junto à sua interlocutora.

Com base em Goffman (1986[1974]), entendemos que, ao estabelecer a relação de preparação, Luiza Trajano enquadra a entrevista que protagoniza com a repórter Bruna Narcizo como uma atividade na qual se espera que ela adote uma postura ponderada, elogiosa ou não demasiadamente crítica. Sob a perspectiva do modelo teórico da polidez proposto por Leech

(1983, 2014), essa expectativa para a interação pode ser associada à máxima de aprovação (dê um alto valor às qualidades do outro).

Ao explorar essa máxima de polidez por meio da relação de discurso, a locutora parece agir estrategicamente, enaltecendo a face das instituições jornalísticas brasileiras na Is (2-9), para atacá-la no constituinte principal, a Ip (10-16). Sob esse ponto de vista, ela tenta fazer com que sua resposta não seja avaliada pela entrevistadora como uma intervenção extremamente crítica, isto é, uma intervenção que apresenta um problema ritual, decorrente da violação da máxima de aprovação. Desse modo, a entrevistada tenta impedir que a entrevistadora realize objeções como (38) e/ou (39):

(38) Mas o jornalismo brasileiro também tem pontos positivos.

(39) As instituições jornalísticas brasileiras não têm nada de positivo para você? Só problemas?

Objeções como essas constituiriam não apenas um ataque direto à face de Luiza Trajano, já que evidenciariam que ela é mordaz, ácida, excessivamente crítica ou que não sabe fazer críticas ponderadas/equilibradas, mas também uma invasão de seu território, já que, obrigando-a a se retratar ou esclarecer/justificar seu comportamento ofensivo (demasiadamente crítico), limitariam a liberdade de ação dela. Porém, a análise da materialidade textual da interação nos revela que, ao lançar mão da preparação, a empresária impede a realização de objeções como (38) e (39), como mostra o seguinte excerto da interação, que mostra a ação que a jornalista realiza diante da resposta de Luiza Trajano:

(40) FOLHA DE S. PAULO (Bruna Narcizo) – Além dessa questão da boa notícia, o que mais a senhora sente falta?

Como se pode notar, a repórter, diante da resposta em que a entrevistada usa a preparação, faz uma objeção, que se textualiza na abertura de uma troca subordinada com função de clarificação.

No entanto, vale observar que, com a objeção, a entrevistadora cobra da entrevistada mais informações a respeito dos problemas do jornalismo brasileiro ou do que a empresária sente falta na imprensa. Ou seja, a objeção recai sobre um aspecto comunicativo da intervenção da entrevistada e não sobre um aspecto ritual, como, por exemplo, o teor demasiadamente crítico da resposta ou o grau de agressividade dessa resposta para as imagens identitárias em jogo. Portanto, se, de um lado, a preparação auxilia a locutora a impedir uma objeção sobre um

aspecto ritual de sua intervenção, de outro, a relação não consegue bloquear outra objeção, que recai sobre um aspecto comunicativo ou informacional dessa intervenção.

A relação de discurso é capaz de bloquear objeções como (38) e/ou (39), porque Luiza Trajano, ao usá-la, constrói uma imagem positiva – baseada em valores como resiliência, resistência e adaptabilidade – para as instituições jornalísticas brasileiras. Por essa razão, a entrevistadora pode ter compreendido que a intervenção da entrevistada, por demonstrar respeito à máxima de aprovação, expressa uma linha de conduta abertamente elogiosa, o que diminui o grau de agressividade dessa intervenção para as imagens identitárias. Afinal, de acordo com Kerbrat-Orecchioni (2006), o elogio é um ato que valoriza as faces em jogo em uma interação.

Com base nessas considerações, se a entrevistada não estabelecesse a relação de discurso, ou seja, se sua resposta fosse constituída apenas pela Ip (10-16), ela infringiria a máxima de aprovação. Assim, não apenas deixaria de valorizar a face da imprensa brasileira e reivindicar para si uma imagem positiva, de alguém cortês, gentil, como também correria o risco de ser vista como uma pessoa ácida, demasiadamente crítica. Nesse caso, a entrevistadora poderia considerar que a resposta de Luiza Trajano apresenta um problema de natureza ritual, pois ataca deliberadamente a face das instituições jornalísticas brasileiras (CUNHA, 2020a, 2022b).

Com a análise apresentada neste item, julgamos ter sido possível demonstrar o funcionamento da relação de preparação como um recurso interacional em contexto de entrevista jornalística escrita. Conforme mostramos, essa relação desempenha um papel essencialmente dramático, ligado à gestão de faces e territórios. Dando prosseguimento ao estudo, no próximo item discutiremos os resultados da análise da categoria de tempo, que, logo após a clarificação, é a categoria genérica menos frequente no *corpus*.

5.7 Tempo

Uma das oito categorias de relações interativas propostas pela Escola de Genebra é a sucessão, categoria essa que “recobre somente as relações consecutivas entre os acontecimentos de uma narração”, podendo ser “marcada por depois, em seguida, etc)” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 172). Dada a especificidade dessa categoria, Cunha (2012, 2013) argumenta que, na verdade, a sucessão é uma relação específica e não uma categoria genérica. Por isso, o autor (2013, p. 259), que considera ser mais adequado substituir a categoria de sucessão pela categoria de tempo, pontua que

por meio das relações específicas recobertas por essa categoria [tempo], o locutor/autor localiza no tempo, relacionando-os uns aos outros, ações, eventos e estados de coisas representados no discurso, dispondo-os na ordem em que deseja que o interlocutor/leitor os compreenda ou na ordem que considera a mais adequada ao seu projeto de dizer.

Nessa perspectiva, a categoria genérica de tempo recobre relações específicas, como anterioridade, sucessão, simultaneidade etc. A relação de anterioridade, por exemplo, se dá quando um constituinte textual expressa um evento ou acontecimento que se realiza antes de outro evento/acontecimento expresso em outro constituinte textual. Já a relação de simultaneidade se estabelece quando um constituinte textual expressa um evento/acontecimento que se realiza ao mesmo tempo em que ocorre outro evento/acontecimento expresso em outro constituinte (CUNHA, 2012, 2013).

Com a análise das entrevistas, verificamos que o uso das relações temporais auxilia entrevistador e entrevistado a produzir intervenções que possam ser interpretadas um pelo outro como suficientemente ordenadas, ou seja, como intervenções que não apresentam um problema comunicativo resultante da violação da máxima de modo e que, por isso mesmo, não colocam em risco as imagens identitárias jogo, nem prejudicam o desenvolvimento da interação.

Para exemplificar o funcionamento interacional da categoria de tempo nas entrevistas estudadas, apresentamos neste item a análise de duas relações pertencentes a essa categoria. A primeira ocorre em uma intervenção de resposta, que integra a entrevista cujos interactantes são a entrevistadora Marina Dias e o entrevistado Seymour Hersh. A segunda, marcada pela expressão *depois de*, ocorre em uma intervenção de pergunta, extraída da entrevista protagonizada pela entrevistadora Patrícia Campos Mello e pelo entrevistado Felipe Neto.

5.7.1 Relação de tempo não marcada

Neste subitem, apresentamos o estudo da primeira relação temporal selecionada para a análise. A relação liga, na resposta de Seymour Hersh, o ato (7) a uma informação da memória discursiva expressa no ato (6):

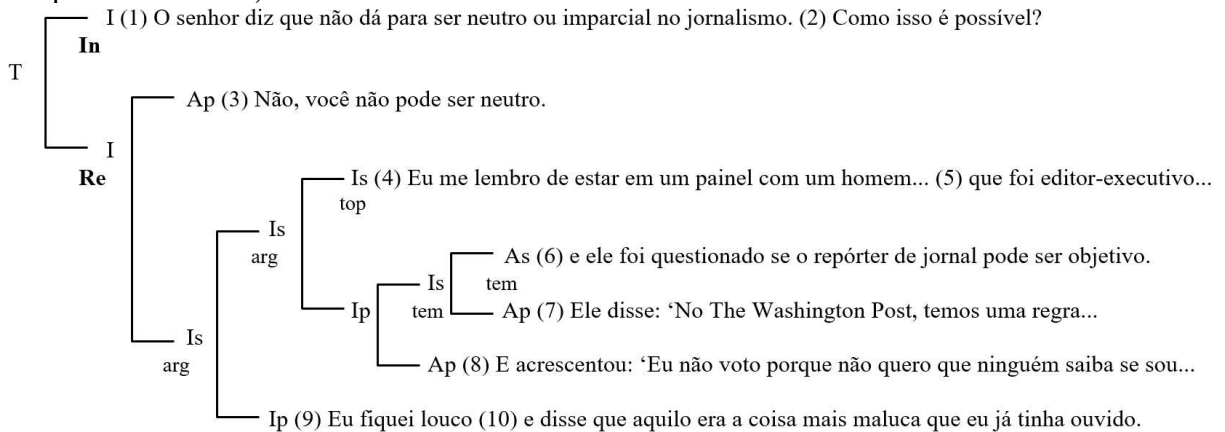
(41) FOLHA DE S. PAULO (Marina Dias) – (1) O senhor diz que não dá para ser neutro ou imparcial no jornalismo. (2) Como isso é possível?

SEYMOUR HERSH – (3) Não, você não pode ser neutro. (4) Eu me lembro de estar em um painel com um homem realmente muito bom, Leonard Downie Jr., (5) que foi editor-executivo do The Washington Post [de 1991 a 2008], (6) e ele foi questionado se o repórter de jornal pode ser objetivo. (7) Ele disse: ‘No The Washington Post, temos uma regra, você não pode ir a manifestações.’ (8) E acrescentou: ‘Eu não voto porque não quero que ninguém saiba se sou

democrata ou republicano'. (9) Eu fiquei louco (10) e disse que aquilo era a coisa mais maluca que eu já tinha ouvido (...)

Nesse excerto da interação, a entrevistadora pergunta a Seymour Hersh como é possível ser um jornalista neutro ou imparcial (atos 1-2). Em sua resposta, interessa-nos a parte em que ele relata que o então editor-executivo do jornal *The Washington Post*, Leonard Downie Jr., foi questionado se os profissionais do jornal poderiam participar de manifestações e respondeu, em seguida, que no *The Washington Post* a regra é que os jornalistas não podem ir a manifestações. A seguinte estrutura hierárquico-relacional representa essa análise mais geral da organização textual do excerto:

Figura 22 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Seymour Hersh / Marina Dias (relação de tempo não marcada)



Fonte: Elaboração do autor.

Nos atos (1-2), a entrevistadora menciona que, para Seymour Hersh, não dá para ser um jornalista neutro ou imparcial e pergunta como isso é possível. Em sua resposta, o entrevistado expressa uma opinião no ato (3) e, em seguida, constrói, com os atos (4-10), uma narrativa para sustentar essa opinião. Tal ação linguageira pode ser explicada com a consideração de que, em contexto de entrevista jornalística,

o entrevistador pode incentivar a narração das suas [do entrevistado] experiências e histórias pessoais para, por exemplo, fundamentarem as suas opiniões e defenderem os seus pontos de vista ou para evidenciarem a sua posição relativamente aos assuntos em discussão” (RATO, 2009, p. 34).

Nessa perspectiva, podemos compreender que a pergunta da entrevistadora exerce importante impacto sobre a decisão do entrevistado de produzir um segmento textual narrativo em sua resposta. Afinal, “predominantemente, a construção de narrativas numa entrevista [pelo entrevistado] é solicitada, uma vez que são produzidas como resposta ao pedido do entrevistador” (RATO, 2009, p. 35).

Em uma interação, “o participante que constrói uma narrativa tem de utilizar diversas estratégias (...) para impressionar os receptores e realçar a relevância da sua narrativa”, já que os “receptores da narrativa podem solicitar esclarecimentos ou mais informações sobre os eventos narrados ou sobre as motivações das personagens ou podem querer saber o que aconteceu depois” (RATO, 2009. p. 33). Assim, entendemos que o estabelecimento da relação de tempo entre o ato (7) e a informação da memória discursiva com origem no ato (6) constitui uma estratégia interacional. Isso porque a relação temporal, auxiliando Seymour Hersh a construir a narrativa em sua resposta, contribui não apenas para a sustentação do ponto de vista expresso no ato (3), como também para a organização dos eventos narrados em uma sequência temporal.

Com a relação de tempo, o entrevistado apresenta o acontecimento expresso no ato “(7) Ele disse: ‘No The Washington Post, temos uma regra, você não pode ir a manifestações’” como cronologicamente posterior ao acontecimento expresso no ato “(6) e ele foi questionado se o repórter de jornal pode ser objetivo”. Ou seja, primeiro o editor-executivo foi questionado; depois, ele disse a regra do jornal.

Nessa perspectiva, a relação funciona como uma pista de contextualização (GUMPERZ, 2013[1982]), pois, por meio dela, o entrevistado sinaliza que, a seu ver, no contexto interacional em que está situado, espera-se que ele, ao construir uma narrativa, localize no tempo os acontecimentos relatados e os disponha em uma sequência cronológica organizada.

Com base em Goffman (1986[1974]), entendemos que, com a relação temporal, Seymour Hersh enquadra a entrevista de que participa junto à sua interlocutora como uma atividade interacional em que se espera que o entrevistado, ao narrar uma história ou uma experiência pessoal, seja ordenado. À vista da filosofia da linguagem de Grice (1975, p. 46), compreendemos que, do ponto de vista do Princípio de Cooperação, essa expectativa corresponde à máxima de modo (“seja claro”) – e, mais especificamente, uma de suas submáximas, a saber: “seja ordenado”.

O teor ofensivo do não estabelecimento da relação de tempo pode ser explicado com base na própria materialidade textual da entrevista. A partir da verificação das ações realizadas pelos interactantes antes do momento em que a relação temporal em análise ocorreu, é possível observar que a relação de sucessão já havia sido estabelecida pelo entrevistado em uma troca anterior. No excerto abaixo, que mostra parte dessa troca anterior, a mesma relação de discurso

é usada por Salman Rushdie mais de uma vez. Focalizamos a relação que se dá entre o ato (18) e a informação da memória discursiva com origem no ato (17):

- (42) FOLHA DE S. PAULO (Marina Dias) – (1) Em seu livro mais recente, (2) o senhor diz que é um sobrevivente da “era de ouro do jornalismo.” (3) O que mudou e do que mais sente falta daquela época?

SEYMOUR HERSH – (4) Dinheiro. (5) Eram muitas páginas por dia no jornal, com anúncios, anúncios gráficos, [verba para] vestidos e ternos... (6) Tudo isso acabou. (7) Era um mundo diferente. (8) Foi uma experiência incrível meu primeiro dia de trabalho [no jornal *The New York Times*]. (9) Eu já tinha feito algumas coisas boas sobre o Vietnã e os militares, trabalhava na *New Yorker*, (10) um ótimo emprego, (11) mas o *New York Times* era o *New York Times*. (12) E, no meu primeiro dia, (13) em 1972, (14) os norte-vietnamitas fizeram uma grande ofensiva contra o governo fantoche do sul e eu era o cara que conhecia as questões vietnamitas. (15) Então, o editor veio até mim e disse: ‘Você está com o seu passaporte?’. (16) Eu tinha acabado de chegar, ia passar uma semana me ajustando em Nova York. (17) E eu disse que não, (18) e ele respondeu: ‘Vá para casa e pegue [o passaporte]. Depois, vá para o escritório, eles darão tudo o que você precisa chegue a Paris amanhã para descobrir o que está acontecendo nas conversas de paz e nessa ofensiva (...)

Por meio da relação temporal, o entrevistado explicita que primeiro disse não ao editor do *The New York Times* e, em seguida, o editor o respondeu, pedindo-lhe para ir a Paris. Diante da resposta de Salman Rushdie, a entrevistadora não faz uma objeção sobre a organização dos acontecimentos relatados pelo entrevistado, mas desenvolve a interação, por meio da abertura de uma nova troca – justamente na qual a relação temporal em análise ocorre:

- (43) FOLHA DE S. PAULO (Marina Dias) – (1) O senhor diz que não dá para ser neutro ou imparcial no jornalismo. (2) Como isso é possível?

Quando age dessa maneira diante da resposta de Salman Rushdie, a jornalista sinaliza que, para ela, o estabelecimento da relação de tempo pelo entrevistado é, no contexto da entrevista que protagonizam e constroem conjuntamente, um comportamento esperado. Caso contrário, ela teria feito uma objeção quanto à natureza ofensiva da resposta do entrevistado. Desse modo, por agir da forma como agiu, a entrevistadora parece ratificar o comportamento que Salman Rushdie adotou no momento em que lançou mão da relação temporal, o que, por conseguinte, pode ter motivado o entrevistado a se valer da relação novamente.

Se o jornalista não utilizasse a relação de tempo e, por exemplo, dissesse apenas o ato (6), a entrevistadora poderia considerar que a resposta dele viola a máxima de quantidade, pois não fornece informações suficientes para o desenvolvimento da interação. Nesse caso, sobre a intervenção do locutor poderiam recair objeções como esta:

- (44) O que ele disse depois de ser questionado?

Por meio de objeções assim, a repórter atacaria a face de Seymour Hersh e invadiria seu território, uma vez que sugeriria que ele, por infringir a máxima de quantidade, foi excessivamente sucinto e o forçaria a fornecer em sua intervenção mais informações sobre os acontecimentos relatados. No entanto, quando o entrevistado se vale da relação temporal, ele consegue bloquear objeções como (44), já que a entrevistadora, diante da resposta dele, não faz uma objeção, mas desenvolve a interação por meio da produção de uma nova pergunta:

- (45) FOLHA DE S. PAULO (Marina Dias) – (1) O discurso racista de Trump abriu uma janela para a imprensa cobrir questões de raça e imigração com mais intensidade. (2) Essa janela vai se fechar com a saída de Trump ou a imprensa e os americanos vão fazer menos pressão sobre esses assuntos durante o governo Biden?

Apresentada a análise da primeira relação de tempo, apresentaremos a seguir a análise da segunda.

5.7.2 Relação de tempo marcada

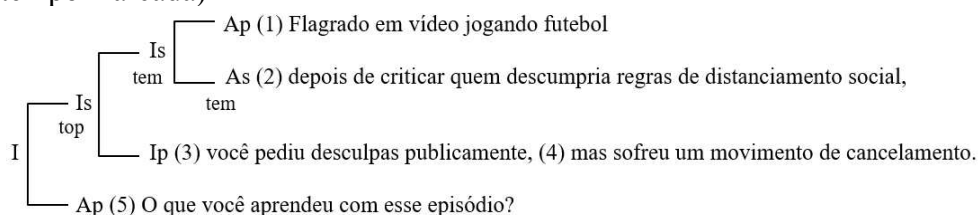
Neste subitem, apresentamos a análise da segunda relação temporal, que ocorre no excerto a seguir, extraído da entrevista concedida por Felipe Neto à *Folha de S. Paulo*. A relação conecta, na intervenção de pergunta da entrevistadora, o ato (2) a uma informação da memória discursiva com origem no ato (1):

- (46) FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) Flagrado em vídeo jogando futebol (2) depois de criticar quem descumpria regras de distanciamento social, (3) você pediu desculpas publicamente, (4) mas sofreu um movimento de cancelamento. (5) O que você aprendeu com esse episódio?

Nesse excerto, interessa-nos os atos (1-2), por meio dos quais a entrevistadora diz que, durante a pandemia de covid-19, o entrevistado foi flagrado jogando futebol depois de já ter criticado quem descumpria as regras de distanciamento social vigentes em razão dos índices de contaminação pelo coronavírus.

Do ponto de vista textual, o excerto pode ser representado por meio da seguinte estrutura:

Figura 23 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Felipe Neto / Patrícia Mello (relação de tempo marcada)



Fonte: Elaboração do autor.

A entrevistadora marca uma relação temporal entre o ato (2) e a informação da memória discursiva ativada no ato (1) com a expressão *depois de*. O fato de a jornalista ter usado essa expressão conectiva para marcar a relação de tempo e não outra, para sinalizar outra relação de discurso, parece estar fortemente atrelado à dimensão dramatúrgica da interação.

A partir das proposições de Leech (1983, 2014), é possível entender que, com a produção dos atos (1) e (2), a jornalista infringe a máxima de aprovação (dê um alto valor às qualidades do outro) (LEECH, 1983, 2014), pois sugere que o entrevistado é uma pessoa que fala uma coisa e faz outra, ou seja, é contraditório, hipócrita ou dissimulado. Nesse sentido, ao elaborar os dois constituintes textuais, a repórter constrói um contexto polêmico, prejudicial para a face do entrevistado.

Porém, a depender da relação de discurso utilizada para articular os dois atos, o teor de agressividade da intervenção parece ser mais ou menos intensificado. Se, para conectar os constituintes, a repórter recorresse, por exemplo, a uma expressão contra-argumentativa como *apesar de* (flagrado em vídeo jogando futebol, [**apesar de**] criticar quem descumpria regras de distanciamento social), o contexto se tornaria ainda mais conflituoso, o que poderia motivar uma reação agressiva por parte do entrevistado. Mas, quando usa *depois de*, marcando a relação de tempo, a locutora aparentemente diminui a intensidade do teor agressivo de sua intervenção, minimizando a possibilidade de seu interlocutor ter uma reação negativa e, desse modo, construir um contexto ainda mais polêmico.

Tanto é que o entrevistado reage positivamente à pergunta da repórter, por meio da produção de uma resposta, apresentada a seguir:

- (47) FELIPE NETO – (6) O meu erro foi dar munição para essas pessoas com o erro de ter ido jogar a pelada. (7) Eu me retratei (8) e segui a vida. (9) Só que isso gerou munição para essas pessoas que estão desesperadas para que minha reputação seja arruinada. (10) Transformaram isso num circo. (11) Não colou. (12) Meu canal voltou hoje para o YouTube, números incríveis.

Com base nessa reação do entrevistado, podemos compreender melhor o funcionamento interacional da relação de tempo estabelecida na pergunta da entrevistadora. Por meio da expressão *depois de*, que marca a relação temporal, a jornalista localiza o acontecimento expresso no ato “(1) Flagrado em vídeo jogando futebol” como cronologicamente posterior ao acontecimento expresso no ato “(2) depois de criticar quem descumpria regras de distanciamento social.”. Em outros termos, ao se valer da relação de tempo, a jornalista indica

que primeiro Felipe Neto criticou quem descumpria regras de distanciamento social e depois foi flagrado jogando futebol.

Por meio da expressão *depois de*, fazendo emergir uma relação temporal, a locutora indica que, do seu ponto de vista, na interação de que participa, é esperado que ela localize no tempo os acontecimentos expressos em sua intervenção e os disponha em uma sequência cronológica organizada. Por essa razão, compreendemos que a relação temporal funciona não apenas como uma pista de contextualização (GUMPERZ, 2013[1982]), mas também como um recurso de enquadramento, já que, a jornalista, por utilizar a relação, enquadra o contexto no qual está situada junto a seu interlocutor (cf. GOFFMAN, 1986[1974]) como um contexto no qual se espera que o entrevistador seja ordenado.

À vista das contribuições teóricas de Grice (1975), é possível compreender que, do ponto de vista do Princípio de Cooperação, a relação temporal auxilia a entrevistadora a construir uma pergunta obediente à máxima de modo. Nesse sentido, se, na entrevista, a repórter não fizesse uso dessa relação e, assim, produzisse somente o ato (1) ou o ato (2), o entrevistado poderia considerar que ela produziu uma pergunta que viola a máxima de modo, ou seja, adotou um comportamento ofensivo (CUNHA, 2020a, 2022b). Por conseguinte, ele seria motivado a fazer uma objeção como “Do que exatamente você está me acusando? Não está claro para mim.”.

Uma objeção como essa seria prejudicial para a face da entrevistadora, pois, por meio dela, o entrevistado sugeriria que a repórter não sabe produzir uma pergunta suficientemente clara, o que poderia colocar em questão a capacidade dela para atuar como profissional do jornalismo. A objeção também colocaria em risco o território da entrevistadora, já que, Felipe Neto, ao realizá-la, forçaria a jornalista a tornar mais esclarecedora a sua pergunta. Mas, ao se valer da relação temporal, a repórter consegue bloquear a objeção por parte do entrevistado, já que ele, diante da pergunta, desenvolve a interação, por meio da produção da resposta apresentada em (47).

Nessa perspectiva, a relação, por permitir que a entrevistadora bloqueie ou tente bloquear uma possível objeção do entrevistado, a auxilia a poupar sua face e seu território dos danos que seriam causados por essa eventual objeção. Isso evidencia que a relação de tempo funciona como um recurso interacional que impacta diretamente a dimensão dramatúrgica da interação.

5.8 Clarificação

A relação de clarificação se caracteriza com base em informações relacionadas às posições hierárquicas dos constituintes textuais. Assim, essa relação interativa ocorre quando uma troca subordinada – geralmente iniciada por uma pergunta – sucede um ato ou uma intervenção principal (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001). Como exposto no início do capítulo, essa relação interativa foi a menos frequente no *corpus*.

De acordo com Cunha (2019, 2021c), o estabelecimento da relação de clarificação corresponde a uma ação linguageira que se caracteriza como uma propriedade estrutural de interações polêmicas ou conflituosas. Nos termos do autor, a abertura de uma troca subordinada de clarificação (Tscla) constitui uma “evidência formal de que os interlocutores desenvolveram um processo de negociação polêmico ou conflituoso” (CUNHA, 2021c, p. 209). Nesse sentido, a baixa frequência da relação de clarificação parece ser um indicador de que, de modo geral, as entrevistas estudadas nesta pesquisa tendem menos à polêmica ou ao conflito (FÁVERO; ANDRADE, 1998).

Todas as oito ocorrências de clarificação identificadas nas entrevistas apresentam o mesmo funcionamento interacional. Por isso, como exposto, selecionamos apenas uma para a análise, considerando que essa ocorrência explícita, de maneira representativa, o funcionamento de todas as outras sete. Tal relação é estabelecida no seguinte excerto da entrevista cujos interactantes são a repórter Érica Fraga (entrevistadora) e o economista sérvio-americano Branko Milanovic (entrevistado):

(48) FOLHA DE S. PAULO (Érica Fraga) – (1) Como a eleição de Bolsonaro se encaixa nos acontecimentos globais dos últimos anos?

BRANKO MILANOVIC – (2) Não conheço a política brasileira muito bem. (3) Mas, minha impressão, como muitas pessoas mencionaram, é que ela se encaixa na eleição de políticos como Trump ou [Narendra] Modi, na Índia, ou mesmo [Vladimir] Putin, na Rússia, e [Recep] Erdogan, na Turquia. (4) Também preciso dizer que eu nunca estive convencido em relação ao impeachment de Dilma.

FOLHA DE S. PAULO (Érica Fraga) – (5) Por quê?

BRANKO MILANOVIC – (6) Porque me pareceu que o ponto contra ela, como outras pessoas têm dito, foi relativamente fraco. (7) O que descobriram que ela fez foi o mesmo que muitos outros tinham feito. (8) Não foi para engrandecimento pessoal, (9) foi uma classificação inadequada de recursos.

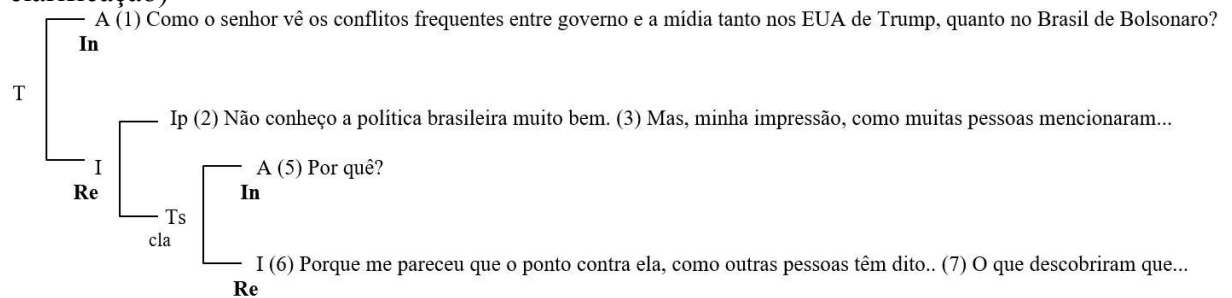
Nesse excerto da interação, a entrevistadora pergunta a Branko Milanovic em que medida a eleição do então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, se encaixa nos acontecimentos ocorridos

no mundo nos últimos anos (ato 1). Na intervenção (2-4), ele diz que, apesar de não conhecer muito bem a política do Brasil, tem a impressão de que a eleição presidencial ocorrida no país aconteceu de modo semelhante às eleições presidenciais ocorridas em países como EUA, Índia, Rússia e Turquia, as quais foram baseadas em discursos marcados por ideais nacionalistas, conservadores. Em sua intervenção, o entrevistado ainda diz que nunca se convenceu em relação à destituição de Dilma Rousseff da presidência do Brasil em razão do processo de impeachment ocorrido em 2016.

Diante da resposta de Branko Milanovic, a entrevistadora abre uma Tscla cuja proposição inicial, que se textualiza no ato “(5) Por quê?”, é uma objeção direcionada à intervenção do entrevistado. Por meio dessa objeção, materializada na abertura da Tscla, a jornalista pede ao entrevistado esclarecimentos sobre o conteúdo informacional de sua resposta.

Essa análise da organização textual do excerto da interação é representada pela seguinte estrutura hierárquico-relacional:

Figura 24 – Estrutura hierárquico-relacional: troca Branko Milanovic / Érica Fraga (relação de clarificação)



Fonte: Elaboração do autor.

A estrutura mostra que a Tscla aberta pela repórter se liga à intervenção de resposta de Branko Milanovic. A abertura da troca subordinada não é um mero procedimento de construção textual, mas, sobretudo, uma manobra interacional que a jornalista efetua em função do modo como a resposta do entrevistado é construída. É por isso que a Tscla pode ser vista como “um produto interacional” (MONDADA, 1997, p. 65), porque manifesta a interpretação que a entrevistadora faz do texto previamente construído pelo entrevistado.

Com base em Gumperz (2013[1982]), entendemos que a clarificação atua como uma pista de contextualização, pois, com a abertura da Tscla, a jornalista sinaliza que, para ela, na atividade interacional de que participa junto ao entrevistado, ele, ao produzir sua resposta, deve respeitar a máxima de quantidade, do Princípio de Cooperação (GRICE, 1975). A repórter sinaliza

também que, a seu ver, o entrevistado deve explicar as asserções que faz, de modo a fornecer a quantidade adequada de informações (nem mais nem menos) de que o entrevistador necessita para desenvolver a interação.

Com a Tscla, a jornalista expressa que o entrevistado – ao construir sua resposta – não apresentou informações suficientes para explicar por que ele nunca se convenceu em relação ao processo de impeachment sofrido pela ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, em 2016. Ou seja, com o pedido de esclarecimento, a entrevistadora sugere que o entrevistado, por produzir uma resposta incompleta ou pouco informativa, violou a máxima de quantidade. Essa violação da máxima conversacional, por causar um problema de natureza comunicativa na intervenção do entrevistado, constitui, para a repórter, uma ofensa contra a ordem interacional da entrevista (CUNHA, 2020a, 2022b).

Por meio da abertura da Tscla, a jornalista tenta reparar a ofensa sofrida, fazendo com que o entrevistado forneça em sua intervenção mais informações para explicar o motivo de seu não convencimento em relação ao impeachment de Dilma Rousseff. Ao mesmo tempo, ataca a face do entrevistado, já que coloca em dúvida sua capacidade comunicativa de elaborar intervenções adequadas (suficientemente informativas) para o desenvolvimento do encontro. Ainda, invade o território de Branko Milanovic, já que, restringindo as possibilidades de ação dele, o força a completar com mais informações sua intervenção, para esclarecê-la.

O entrevistado, aceitando a relação dissimétrica que o liga à entrevistadora, reage positivamente ao pedido de esclarecimento feito por esta. Então, no interior da Tscla, ele produz esta intervenção de resposta:

(49) BRANKO MILANOVIC – (6) Porque me pareceu que o ponto contra ela, como outras pessoas têm dito, foi relativamente fraco. (7) O que descobriram que ela fez foi o mesmo que muitos outros tinham feito. (8) Não foi para engrandecimento pessoal, (9) foi uma classificação inadequada de recursos.

Com a produção dessa intervenção, o economista sinaliza ter considerado legítimo o pedido de esclarecimento feito pela jornalista, restando-lhe apenas aceitá-lo. Assim, na tentativa de ter seu comportamento linguageiro reavaliado pela locutora como adequado, ele completa sua resposta com a explicação previamente solicitada por ela.

Por meio da análise da relação de clarificação que apresentamos neste item, acreditamos ter sido possível mostrar a maneira como essa categoria genérica, usada apenas pelo locutor-intervistador, funciona na interação. Se, conforme mostramos com as análises feitas até aqui,

com as outras categorias genéricas (argumento, preparação, comentário etc.), o locutor, antecipando-se a possíveis objeções do outro, busca bloqueá-las ou, no mínimo, torná-las menos aceitáveis, com a relação de clarificação, ele faz justamente uma objeção sobre algum aspecto comunicativo da intervenção do interlocutor.

5.9 Considerações parciais

Este capítulo apresentou os resultados do estudo do funcionamento interacional das relações de discurso interativas e de suas marcas na dimensão dramatúrgica das oito entrevistas escritas que constituem o *corpus* da pesquisa, entrevistas essas que, como exposto, foram publicadas em 2021 pela *Folha de S. Paulo*, na seção “Fuga para a Frente”. Ao longo do capítulo, analisamos a maneira como, nas entrevistas, entrevistador e entrevistado, por meio das relações de discurso, interagem e fazem a gestão conjunta de faces e territórios.

Com a apresentação dos resultados do estudo, procuramos fornecer evidências para sustentar a hipótese geral que tem guiado os trabalhos de Cunha (2020a, 2020b, 2021a, 2021b, 2022a, 2022b, 2022c) em uma perspectiva interacionista das relações de discurso. Segundo essa hipótese, as relações interativas (marcadas ou não) que locutor estabelece entre as informações que expressa (argumento, contra-argumento, comentário etc.) permitem a ele antecipar-se a eventuais objeções do outro quanto à natureza ofensiva de sua intervenção, na tentativa de fazer com que o outro não interprete essa intervenção como um ataque à sua face ou uma invasão de seu território.

Com as análises apresentadas, acreditamos ter sido possível demonstrar que o estabelecimento das diferentes relações de discurso interativas (argumento, comentário, topicalização, preparação etc.) e das marcas que as sinalizam, como os conectores, corresponde a uma manobra indissociada da dimensão dramatúrgica das entrevistas. Tal como tentamos explicitar ao longo deste capítulo, as relações e suas marcas funcionam como pistas de contextualização, ou seja, recursos linguísticos que permitem que entrevistador e entrevistado sinalizem suas pressuposições contextuais para o encontro de que participam, pressuposições relacionadas, por exemplo, a qual tipo de alinhamento podem ou devem adotar um diante do outro.

As relações e suas marcas também podem funcionar como recursos de enquadramento, ou seja, recursos por meio dos quais entrevistador e entrevistado categorizam a interação de que participam e co-constroem de diferentes maneiras. Desse modo, por meio do próprio uso das relações de discurso (marcadas ou não por um conector, uma expressão conectiva ou uma

construção sintática), os interactantes sinalizam o conhecimento que possuem sobre essa interação, como, por exemplo, o que, de seus respectivos pontos de vista, se espera deles (qual o tipo de alinhamento (não) devem ou podem adotar, quais ações podem ou não realizar etc.).

Nas análises, as expectativas sinalizadas por entrevistador e entrevistado foram sempre associadas às máximas conversacionais propostas no modelo pragmático de Grice (1975) e/ou às máximas de polidez propostas na abordagem da polidez de Leech (1983, 2014). Isso se deu em função da consideração de que essas abordagens fornecem um aparato conceitual suficientemente adequado para definir as expectativas dos interactantes quanto à gestão de faces e territórios – que, a nosso ver, podem ser bastante difusas – e circunscrevê-las do ponto de vista estritamente linguístico. Afinal, esta pesquisa não se interessa, por exemplo, por aspectos relacionados às expectativas psicológicas dos interlocutores em entrevistas jornalísticas, mas exclusivamente por aspectos linguísticos que são expressos na materialidade textual da interação.

Assim, buscamos evidenciar que entrevistador e entrevistado, ao recorrerem às relações de discurso, podem, por meio da observação ou da infração das máximas conversacionais e/ou de polidez, sinalizar um para o outro a adoção de diferentes linhas de conduta, promover mudanças no tipo de alinhamento que haviam adotado anteriormente um diante do outro e (re)enquadrar a interação como mais ou menos tensa, opinativa, amigável, polêmica, consensual.

No decorrer do capítulo, mostramos que nem sempre o estabelecimento de uma relação, quando implica a infração de uma máxima conversacional ou de polidez, é avaliado pelo interlocutor como um comportamento ofensivo. Nesse caso, como explicitamos com as análises de algumas ocorrências, quando o locutor infringe uma máxima por meio de uma relação de discurso, o interlocutor pode não interpretar essa infração como uma ofensa. Conforme mostramos, isso ocorre se o papel interacional que o locutor assume o permite cometer tal infração. Ou seja, a violação de uma máxima é vista como não ofensiva se ela fizer parte das expectativas sócio-históricas do próprio gênero entrevista jornalística.

Em suma, com as análises, procuramos fornecer evidências para sustentar a hipótese geral apresentada em Cunha (2020a), que guia a abordagem interacionista por nós adotada. Assim, buscamos explicitar que os interactantes, ao introduzirem argumentos para sustentar pontos de vista, reformularem partes de suas intervenções, comentá-las, prepará-las etc., podem se antecipar a eventuais objeções uns dos outros quanto à natureza ofensiva de tais intervenções,

na busca por tentar bloquear essas objeções e evitar os prejuízos que elas poderiam causar às faces e aos territórios em jogo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto na Introdução, o estudo foi motivado por um problema que possui duas faces. De um lado, os estudos inseridos no campo da polidez linguística, de modo geral, desconsideram ou deixam em segundo plano o papel das relações de discurso na negociação de imagens identitárias. De outro, as abordagens dedicadas ao estudo do plano da articulação textual, focadas em aspectos sobretudo informacionais e articulatórios das relações e de seus marcadores, não se dedicam ao estudo sistemático do funcionamento dessas relações na gestão de faces e territórios.

Em razão disso, neste estudo, adotamos uma abordagem interacionista que busca driblar esse problema, especificando e desenvolvendo o tratamento dado pela Escola de Genebra às relações de discurso. Subjaz a essa abordagem a hipótese de que as relações de discurso que o locutor estabelece permitem a ele antecipar-se a eventuais objeções do outro, interlocutor ou terceiro, quanto ao teor ofensivo de sua intervenção, na busca por fazer com que ele não avalie essa intervenção como um ataque à sua face ou uma invasão de seu território. A partir dessa hipótese, elaboramos a seguinte questão, para guiar o estudo:

- como as relações de discurso, em contexto de entrevista jornalística, podem auxiliar os interlocutores (entrevistador e entrevistado) a negociar imagens identitárias?

Diante desse questionamento, a pesquisa teve como objetivo geral investigar em que medida, em contexto de entrevista jornalística, os interlocutores (entrevistador e entrevistado) fazem a gestão conjunta de faces e territórios por meio do estabelecimento das relações de discurso. Tal como explicado na Introdução, a escolha desse contexto específico se deve ao fato de que a negociação de imagens identitárias é um aspecto que costuma ser explorado pelos participantes de entrevistas. Além disso, o gênero entrevista, por ser produzido por dois locutores e se constituir de trocas, possibilita a verificação da maneira como os interlocutores reagem às intervenções uns dos outros, o que em uma perspectiva interacionista, é bastante importante, pois permite averiguar mais nitidamente em que medida o locutor avalia o estabelecimento das relações de discurso pelo locutor. Ainda, esse gênero não costuma ser estudado em trabalhos realizados à luz dos postulados da Escola de Genebra.

A fim de responder à questão norteadora da pesquisa e de alcançar o objetivo geral estabelecido, propusemos os seguintes objetivos específicos:

- descrever as características do gênero entrevista, para melhor compreender alguns aspectos típicos desse gênero;
- investigar de que maneira o estabelecimento das relações de discurso, em contexto de entrevista jornalística, auxilia o locutor (entrevistador ou entrevistado) a bloquear eventuais objeções do interlocutor quanto à natureza ofensiva de suas intervenções;
- analisar em que medida as relações de discurso e suas marcas linguísticas (como os conectores e as construções sintáticas), permitindo ao locutor bloquear possíveis objeções do interlocutor, impactam a dimensão dramática da interação, ou seja, contribuem para a gestão de faces e territórios empreendida por entrevistador e entrevistado.

Consideramos que a tarefa colocada pelo primeiro objetivo específico foi cumprida no capítulo 2, no qual apresentamos um estudo sobre os aspectos característicos do gênero entrevista. Esse estudo, como explicitado, fundamentou-se em contribuições teóricas de trabalhos situados principalmente nos campos da Comunicação Social, das Ciências Sociais e da Linguística. Nesse segundo capítulo, também indicamos algumas características das entrevistas jornalísticas escritas publicadas no site da *Folha de S. Paulo*, na seção “Fuga para a Frente”, as quais foram selecionadas para compor o *corpus* da pesquisa.

No capítulo 3, dedicado à apresentação do referencial teórico da pesquisa, explicamos alguns princípios e conceitos propostos pela Escola de Genebra para o estudo das relações de discurso. Também explicamos a proposta de Cunha, que, desenvolvendo proposições da Escola de Genebra, estuda o papel dessas relações na dimensão dramática (em que se estabelece a gestão de faces e territórios) do discurso, proposta essa que nos serviu de base para as análises apresentadas no capítulo 5. No capítulo 4, tratamos das questões metodológicas do trabalho realizado. Nesse capítulo, discorremos sobre os critérios adotados na seleção do *corpus*, bem como sobre as etapas estruturantes do percurso de análise seguido na pesquisa.

No capítulo 5, apresentamos as análises do funcionamento interacional das relações de discurso interativas e de seus marcadores na gestão de faces e territórios nas oito entrevistas escritas do *corpus*. No decorrer do capítulo, mostramos que os entrevistadores e entrevistados, quando estabelecem essas relações, podem não apenas indicar a adoção de diferentes linhas de conduta, mas também categorizar ou enquadrar a interação de que participam como mais ou menos tensa, amigável, séria etc., sinalizando expectativas constituídas sócio-historicamente sobre como agir nessa interação. Nas análises, associamos tais expectativas sinalizadas pelas relações de

discurso às máximas do Princípio de Cooperação e do Princípio de Polidez, de modo a explicar que, com as relações, os interlocutores sinalizam a adoção de diferentes linhas de conduta por meio da observação ou da infração dessas máximas.

Ainda no capítulo 5, mostramos que os interlocutores, ao se valerem das relações, podem se antecipar a possíveis objeções uns dos outros quanto à natureza ofensiva de suas intervenções, na busca por bloquear tais objeções. Como explicitamos, as objeções são sempre prejudiciais para a face e o território do locutor. Assim, quando o locutor, estabelecendo uma relação de discurso, bloqueia uma objeção, ele conseqüentemente consegue poupar a sua imagem dos prejuízos implicados por essa objeção. Por essa razão mesmo, as relações podem ser compreendidas como recursos interacionais que muito contribuem para a gestão de faces e territórios, ou seja, recursos que impactam diretamente a dimensão dramatúrgica do discurso. Diante dessas colocações, acreditamos que, com o capítulo de análise, conseguimos cumprir as tarefas delineadas nos outros dois objetivos específicos propostos.

Os resultados alcançados, a nosso ver, respondem à pergunta norteadora deste estudo e, ao mesmo tempo, fornecem evidências para sustentar a hipótese de que as relações de discurso (marcadas ou não) realmente auxiliam o locutor a antecipar-se a eventuais objeções do outro quanto à natureza ofensiva de sua intervenção, na busca por fazer com que ele não avalie essa intervenção como ofensiva, ou seja, um ataque à sua face e/ou uma invasão de seu território. Desse modo, consideramos que a pesquisa apresentada nesta dissertação muito contribui para o desenvolvimento do campo dos estudos linguísticos, uma vez que evidencia que as relações de discurso, mais do que recursos de articulação textual, funcionam como elementos essencialmente interacionais, que permitem aos interlocutores negociar imagens identitárias.

Acreditamos que o mérito deste estudo se deve não apenas a essa contribuição, mas também ao fato de ele constituir um importante ponto de partida para pesquisas futuras. A nosso ver, os resultados obtidos com a realização do estudo são relevantes, pois permitem a colocação de novas questões de pesquisa, como estas:

- como as relações de discurso funcionam na dimensão dramatúrgica de outros gêneros?
- qual papel ou quais papéis as relações desempenham em outros contextos interacionais?
- as relações pertencentes a alguma categoria genérica em específico apresentam alguma tendência para bloquear objeções ou quanto a aspectos exclusivamente comunicativos ou exclusivamente rituais?

Porque pode suscitar a busca por respostas para questionamentos como esses, consideramos que a pesquisa abre caminhos para estudos que visem ao aprofundamento da investigação do papel interacional das relações de discurso.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D. M. V. *Seja como for e sea como fuere: marcadores discursivos?: uma análise do uso dessas expressões em artigos de opinião brasileiros e argentinos*. 2011. 117f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- AMOSSY, R. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: AMOSSY, R. (Org.) *Imagens de si no discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p. 9-28.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- BAKHTIN, M. *Esthétique de la création verbale*. Paris: Gallimard, 1984.
- BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006[1929].
- BERRENDONER, A. “Connecteurs pragmatiques” et anaphore. *Cahiers de linguistique française*, Genebra, v. 5, p. 215-246, 1983.
- BLEGER, J. La entrevista psicológica: su empleo en el diagnóstico y la investigación. In: *Temas de psicología: entrevista y grupos*. 1985. p. 7-45.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em tese*, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.
- BONINI, A. Entrevista por e-mail: pragmática de um gênero (des) conhecido ou problemas comunicativos na variação do gênero. *Revista de Letras*, v. 1, n. 22, p. 5-13, 2000.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. 1987. *Politeness: some universals in language use*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BRAGA, P. B. *O papel do comentário metadiscursivo em debate eleitoral polilógico: estratégia discursiva no jogo de faces*. 2021. 273f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- CAPUTO, S. G. *Sobre entrevistas: teoria, prática e experiências*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- CASOTTI, J. B. C. Marcas de oralidade em entrevista da imprensa escrita. *Colóquio de estudos linguísticos e literários (celli)*, v. 3, p. 1448-1459, 2007.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. 2.ed. 2.reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.
- COELHO, V. W. C.; ALMEIDA, A. D. As condições de felicidade e o trabalho de faces em entrevista por email. *SOLETRAS*, n. 24, p. 274-299, 2012.
- COLLAR, T. L. R.; ASPIAZU, M. Á. B.; VIGO, I. B. P. Communicative skills during the medical interview. *Rev Cub Med Mil*, Ciudad de la Habana, v. 38, n. 3-4, 2009.
- CULPEPER, J. *Impoliteness: Using language to cause offence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

CUNHA, G. X. A função de conectores argumentativos no texto da proposta curricular de Minas Gerais. *Alfa: Revista de Linguística (São José do Rio Preto)*, v. 54, n. 1, 2010.

_____. Análise do funcionamento atípico do conector quando como marca de reformulação. *ReVEL*, v. 9, n. 17, 2011.

_____. Uma proposta para o tratamento das relações de discurso temporais no Modelo de Análise Modular do Discurso. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 29-49, 2012.

_____. *A construção da narrativa em reportagens*. 2013. 601f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

_____. *Para entender o funcionamento do discurso: uma abordagem modular da complexidade discursiva*. Curitiba: Appris, 2014.

_____. As relações retóricas e a negociação de faces em debate eleitoral. *Confluência*, v. 1, n. 47, p. 205-238, 2015.

_____. Estudo da negociação de faces em debate eleitoral: o papel das relações retóricas. *Estudos Linguísticos*, Campinas, v.45, n.3, p.815-829, 2016a.

_____. Relações de discurso em narrativas jornalísticas: em busca de sistematizações. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n.17, p. 641-673, 2016b.

_____. O papel dos conectores na co-construção de imagens identitárias: o uso do mas em debates eleitorais. *Alfa: Revista de Linguística (São José do Rio Preto)*, v. 61, n. 3, 2017.

_____. Estratégias de impolidez como propriedades definidoras de interações polêmicas. *DELTA*, São Paulo, v. 35, n. 2, 2019.

_____. Elementos para uma abordagem interacionista das relações de discurso. *Linguística*, Montevideu, v. 36, p. 107-129, 2020a.

_____. Uma abordagem interacionista para o estudo do papel das relações de discurso na construção conjunta de imagens identitárias. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 22, p. 151- 170, 2020b.

_____. Relações de discurso e completude monológica: o impacto da restrição ritual sobre o estabelecimento das relações interativas. *Forma y Función*, Bogotá, v. 34, p. 1-24, 2021a.

_____. O papel das relações de discurso em uma entrevista concedida pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao jornal Le Monde. *Revista Letras Raras*, Campina Grande, v. 10, n. 2, p. 185-205, mai 2021b.

_____. Para uma caracterização formal e funcional da troca subordinada de clarificação. *Diacrítica*, v. 35, n. 1, p. 207–228, 2021c.

_____. O papel do conector aliás na articulação de argumentos e na construção de imagens identitárias. *Confluência*, Rio de Janeiro, p. 122-149, 2022a.

_____. Os conectores e seu papel na construção de imagens identitárias: uma perspectiva pragmática. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 122-146, 2022b.

_____. A reformulação em uma perspectiva interacionista para o estudo das relações de discurso. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 64, p. 1-18, e022026-e022026, 2022c.

CUNHA, G. X.; BRAGA, P. O comentário metadiscursivo como estratégia argumentativa em debates eleitorais. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, v. 12, n. 1, p. 101-118, 2016.

_____. Definindo o comentário metadiscursivo em uma perspectiva interacionista da Análise do Discurso. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 22, p. 171-188, 2018.

CUNHA, G. X.; BRAGA, P. B.; BRITO, D. M. As funções figurativas do comentário metadiscursivo em debates eleitorais. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 20, n. 2, p. 168-187, 2019.

CUNHA, G. X.; DECAT, M. B. N. Por uma caracterização dos constituintes textuais desgarrados como comentários parentéticos à luz de uma perspectiva modular da organização do discurso. *Alfa: Revista de Linguística (São José do Rio Preto)*, v. 65, 2021.

DELL'ISOLA, R. L. P. *Retextualização de gêneros escritos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

DUARTE, R. J. *A marcação de relações textuais em textos de gêneros do domínio jornalístico: uma abordagem modular*. 2008. 205f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

DUCROT, O. et al. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.

ESSENFELDER, R. Marcas da presença da audiência em uma entrevista jornalística. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, v. 3, n. 4, p. 15-16, 2005.

FÁVERO, L. L. A entrevista na fala e na escrita. In: PRETI, Dino (Org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas, 2000, p. 79-97. (Projetos Paralelos – NURC/SP, v.4).

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O. Os processos de representação da imagem pública nas entrevistas. In: *Estudos de língua falada: variações e confrontos* [S.l.: s.n.], 1998.

FÁVERO, L. L.; AQUINO, Z. G. O. As Perguntas na Organização das Entrevistas. *Revista da Anpoll*, [S. l.], v. 1, n. 4, 1998.

FERREIRA, C. N. *O conector daí na língua escrita: uma abordagem modular*. 2010. 94f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

FILLIETTAZ, L. *Actions, activités et discours*. 2000. 403f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Genebra, Genebra, 2000.

_____. O lugar do contexto em uma abordagem praxiológica do discurso: o caso da argumentação nas interações escolares. *Scripta*, v. 12, n. 22, p. 147-174, 2008.

_____. L'interaction langagière: un objet et une méthode d'analyse en formation d'adultes. *Recherches en formation des adultes: un dialogue entre concepts et réalité*, p. 127-162, 2014.

_____. La compétence interactionnelle: un instrument de développement pour penser la formation des adultes. *Education permanente*, Paris, v. 220/221, p. 185-194, 2019.

_____. Le travail de structuration des activités éducatives. In: FILLIETTAZ, L.; ZOGMAL, M. (éds.). *Mobiliser et développer des compétences interactionnelles en situation de travail éducatif*. Toulouse: Octarès Éditions, 2020, p. 63-80.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual da redação*. 6. ed. São Paulo: Publifolha, 2001.

FOLHA DE SÃO PAULO. PUBLICIDADE. Perfil do leitor. [Fev. 2019]. Disponível em: http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil_do_leitor.shtml. Acesso em: 28 mai. 2021.

FREITAS, L. F. R. Recorrências e rupturas no gênero discursivo entrevista: uma análise a partir do texto acadêmico. In: *V SIGET – Simpósio Internacional de Gêneros Textuais*, Caxias do Sul, 2009.

GARCEZ, P. M.; OSTERMANN, A. C. Glossário conciso de Sociolinguística Interacional. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Org.). *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola, p. 257-268, 2013 [1982].

GARRETT, A. *A entrevista: seus princípios e métodos*. 7.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1977.

GOFFMAN, E. *Interaction Ritual: essays on face-to-face behavior*. New York: Pantheon Books, 1967[1955]. p. 5-45.

_____. *La mise en scène de la vie quotidienne: les relations em public*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1973.

_____. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. Footing. Tradução de Beatriz Fontana. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Org.). *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola, p. 107-148, 2013 [1979].

_____. *Frame Analysis: an Essay on the Organization of Experience*. Boston: Northeastern University Press, 1986 [1974].

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. (Eds.) *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*. New York: Academic Press, p. 41-58, 1975.

GROBET, A. La continuité topicale dans des dialogues radiophoniques: quelques relations de discours. *Cahiers de linguistique française*, Genebra, v. 21, p. 101-120, 1999.

GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. São Paulo: Pontes, 2007.

GUIMARÃES, T. A. A. S.; ARAÚJO, A. A. Os pronomes senhor e você no falar fortalezense. In: ARAÚJO, A. A. (Ed.). *Fotografias sociolinguísticas do falar de Fortaleza-CE*. Editora da Universidade Estadual do Ceará, p. 120-142, 2020.

GÜLICH, E.; KOTSCHI, T. Les marqueurs de la reformulation paraphrastique. *Cahiers de Linguistique Française*. Genebra, n. 5, p. 305-346, 1983.

GUMPERZ, J. J. Convenções de contextualização. Tradução de José Luiz Meurer e Viviane Herbele. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Org.). *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola, p. 149-182, 2013 [1982].

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

HALPERIN, J. *La entrevista periodística*. Buenos Aires: Paidós. 1995.

HERITAGE, J. Conversation Analysis as Social Theory. In: TURNER, B. (Ed.). *The New Blackwell Companion to Social Theory*. Oxford: Blackwell, 2008, p. 300-320.

HERITAGE, J.; RAYMOND, C. W.; DREW, P. Constructing apologies: Reflexive relationships between apologies and offenses. *Journal of Pragmatics*, v. 142, p. 185-200, 2019.

HOFFNAGEL, J. C. Entrevista: uma conversa controlada. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. N.; BEZERRA, M. A. *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 180-193, 2002.

JACOB, M. S. O jogo da linguagem em entrevistas na seção Conversa da revista Veja: recursos de (im) polidez com interlocutores distintos. *Leitura*, v. 1, n. 60, p. 87-101, 2018.

JÚNIOR, Á. F. B; JÚNIOR, N. F. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Revista Evidência*, v. 7, n. 7, 2012.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'implicite*. Paris: Armand Colin, 1998.

_____. *Análise da conversação: princípios e métodos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

_____. *Les actes de langage dans le discours: théorie et fonctionnement*. Paris: Armand Colin, 2008.

KOCH, I. G. V. *A coesão textual*. São Paulo, 1999.

_____. *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2006.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.

KOCH, I. G. V.; BENTES, A. C. Aspectos da cortesia na interação face a face. In: PRETI, D. (Org.) *Cortesia verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008, p. 19-48.

LAGE, N. *A Reportagem: teoria e técnicas de entrevista e pesquisa jornalística*. 12.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEECH, G. *Principles of Pragmatics*. London: Longman, 1983.

_____. *The pragmatics of politeness*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

LODI, J. B. *A entrevista: teoria e prática*. 5.ed. São Paulo: Pioneira, 1986.

MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.) *Imagens de si no discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p. 9-28.

MALTA, A. T. A. *Proximidade e afastamento: diferenças entre a entrevista pessoal e a distância*. 2015. 73f. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. Rhetorical structure theory: Toward a functional theory of text organization. *Text-interdisciplinary Journal for the Study of Discourse*, v. 8, n. 3, p. 243-281, 1988.

MANN, W. C.; MATTHIESSEN, C. M. I. M.; THOMPSON, S. A. Rhetorical structure theory and text analysis. In: MANN, W. C.; THOMPSON, S. A (Ed.) *Discourse description: Diverse linguistic analyses of a fund-raising text*, Amsterdam, John Benjamins, p. 39-78, 1992.

MARCUSCHI, L. A. Oralidade e escrita. *Signótica*, v. 9, n. 1, p. 119-146, 1997.

_____. *Gêneros Textuais: o que são e como se classificam*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

_____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Análise de Conversação*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MARINHO, J. H. C. *O funcionamento discursivo do item “onde”: uma abordagem modular*. 2002. 305f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

_____. Uma abordagem modular e interacionista da organização do discurso. *Revista da Anpoll*, n. 16, p. 75-100, 2004.

MEDINA, C. A. *Entrevista: o diálogo possível*. 1. ed. São Paulo: Ática, 1986.

MENDES, F. T. C. *O funcionamento discursivo da expressão na verdade: uma abordagem modular*. 2015. 176f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MODENA, M. E. M. *As faces do Edifício Master: um estudo sobre faces em entrevistas de cinema documentário*. 2009. 211f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MONDADA, L. A entrevista como acontecimento interacional: abordagem linguística e conversacional. *Rua*, v. 3, n. 1, p. 59-86, 1997.

MORIN, E. A entrevista nas ciências sociais, no rádio e na televisão. In: MOLES, A. et al. *Linguagem da cultura de massas: televisão e canção*. Petrópolis: Vozes, p. 115-135, 1973.

NECKEL, Â. *Processos constitutivos da imagem pública de Lula: caravana e resistência no ABC na propaganda do PT e cobertura da Folha de São Paulo*. 2019. 210f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

NETO; J. C. C. *A produção escolar do gênero entrevista: a retextualização como uma prática da escrita*. 226f. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2015.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

OLIVEIRA, M. F. Entrevista psicológica - o caminho para aceder ao outro. *Psicologia*, Lisboa, v. 2, n. 4, 2005.

OLIVEIRA, L. E. *Análise contrastiva de marcadores discursivos em uma abordagem modular: o md por isso que*. 2017. 106f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

OYAMA, T. *A arte de entrevistar bem*. São Paulo: Contexto, 2013.

PEREIRA, W. M. *O uso agressivo da linguagem: um estudo discursivo interacionista da impolidez nos comentários da internet*. 2022. 338 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

PICININ, R. V. C. *A negociação de imagens identitárias na sentença judicial: o uso do conector embora como estratégia discursiva*. 2021. 151f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

RATO, A. A. S. *Interação Conversacional no Talk Show Televisivo: Institucionalidade e Gênero nas Entrevistas de Late Night with Conan O'Brien e The Tonight Show with Jay Leno*. 2009. 367f. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Cultura Inglesas) – Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Minho, 2009.

RIBEIRO, E. A. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. *Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais*, Araxá/MG, v. 4, n. 5, p. 129-148, 2008.

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 184-207.

ROSSARI, C. *Les opérations de reformulation: analyse du processus et des marques dans une perspective contrastive français-italien*. Berne: Lang, 1993.

- ROUCHOU, J. Entrevista na história oral e no jornalismo. *ANPUH–XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa, p. 1-8, 2003.
- ROULET, E. Stratégies d'interaction, modes d'implication et marqueurs illocutoires. *Cahiers de linguistique française*, Genebra, v. 1, p. 80-103, 1980.
- _____. Completude interactive et mouvements discursifs. *Cahiers de linguistique française*, Genebra, n.7, p. 189-206, 1986.
- _____. Complétude interactive et connecteurs reformulatifs, *Cahiers de linguistique française*. Genebra, n. 8, p. 111-140, 1987.
- _____. Variations sur la structure de l'échange langagier dans différentes situations d'interaction, *Cahiers de linguistique française*, Genebra, n.9, p. 27-37, 1988.
- _____. Vers une approche modulaire de l'analyse du discours, *Cahiers de linguistique française*. Genebra, n.12. p.53-81, 1991.
- _____. On the structure of conversation as negotiation. In: PARRET, H.; VERSCHUEREN, J. (orgs.) *(On) Searle on conversation*. Amsterdam: John Benjamins, 1992, p. 91-99.
- _____. Une description modulaire de l'organisation topicale d'un fragment d'entretien. *Cahiers de linguistique française*, Genebra, n.18, p.11-32, 1996.
- _____. A modular approach to discourse structures. *Pragmatics*. v. 7, n.2, p.125-146, 1997.
- _____. *La description de l'organisation du discours*. Paris: Didier, 1999a.
- _____. Um modelo e um instrumento de análise sobre a organização do discurso. In: MARI, H. et al. (Org.). *Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges Ed., 1999b. p.139-166.
- _____. Une approche modulaire de la problématique des relations de discours. In: MARI, H. et al. *Análise do discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003. p. 149-178.
- _____. The description of text relation markers in the Geneva model of discourse organization. In: FISCHER, K. (Ed.). *Approaches to discourse particles*. Amsterdam: Elsevier, 2006. p. 115-131.
- ROULET, E. et al. *L'articulation du discours en français contemporain*. Berne: Lang, 1985.
- ROULET, E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Lang, 2001.
- SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. A simplest systematics for the organization of turn-taking in conversation, *Language*, v. 50, p. 696-735, 1974.
- SCHEGLOFF, J.; SACKS, H. Openings up Closings. *Semiotica*, VIII, p. 289-327, 1973.
- SCHNEUWLY, B; DOLZ, J. Os gêneros escolares. Das práticas de linguagem aos objetos de ensino. *Revista brasileira de educação*, n. 11, 1999.

SEARLE, J. What is a speech act? In: BLACK, M. (Ed.) *Philosophy in America*. Cornell: Cornell University Press, 1965, p. 136-154.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. Oxford, Cambridge: Blackwell, 1995.

SILVA, N. R. *O gênero entrevista pingue-pongue: reenunciação, enquadramento e valoração do discurso do outro*. 2007. 237f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SUASSUNA, A. *O santo e a porca*. José Olympio. 2014.

VAGO, R. C. *Estratégias de gestão de faces e de lugares em audiências com adolescentes em conflito com a lei*. 2019. 330f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

VELOSO, S. R. A. *O ethos discursivo em entrevistas publicadas em Veja: a divulgação da ciência no campo jornalístico*. 2006. 97f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VICENTINI, J. O. Porta-vozes do agronegócio: uma análise crítica das fontes de notícias sobre a soja na Folha de São Paulo. *Triade: Revista de Comunicação, Cultura e Mídia*, v. 7, n. 15, 2019.

WYSOCKI, B. *Interação face a face: um estudo das estratégias discursivas na reconstrução da imagem*. 2008. 166f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ANEXO A – ENTREVISTAS SEGMENTADAS EM ATOS

Entrevista 1 (Salman Rushdie – Sylvia Colombo)

Troca 1

FOLHA DE S. PAULO (Sylvia Colombo) – (1) O senhor está vivendo nos EUA. (2) Como lidou com a pandemia? (3) Pôde trabalhar?

SALMAN RUSHDIE – (4) Eu fui infectado com o coronavírus em março, (5) mas não cheguei a ter problemas respiratórios graves, apenas febre e muito cansaço. (6) Porém, à minha volta, o ambiente estava horrível, (7) ver tanta gente morrendo, (8) inclusive amigos meus... (9) Quanto a escrever, (10) não consegui ser muito produtivo por vários meses. (11) A tragédia que os Estados Unidos vinham vivendo era tão grande que superou meu instinto criativo. (12) É difícil ser produtivo nesses tempos.

FOLHA DE S. PAULO (Sylvia Colombo) – (13) Shakespeare escreveu durante os tempos da praga na Inglaterra...

SALMAN RUSHDIE – (14) Sim, é verdade [risos]. (15) Ele escreveu "Rei Lear", (16) mas esse era Shakespeare, não eu! (17) O curioso é que uma coisa que fiz, (18) que parece a mais estúpida a fazer em tempos em que os teatros estão fechados, (19) foi escrever uma peça. (20) Estou conversando com produtores e diretores (21) para levá-la aos palcos no ano que vem.

Troca 2

FOLHA DE S. PAULO (Sylvia Colombo) – (1) Seu romance mais recente, "Quichotte", lembra o dilema que Jorge Luis Borges (1899-1986) apresentou em "Pierre Menard, Autor do Quixote", (2) um conto que trata de um escritor que tenta reescrever o "Dom Quixote", (3) tal qual o fez Cervantes. (4) Como foi o desafio para você?

SALMAN RUSHDIE – (5) Eu adoro a história de Pierre Menard, (6) ela é engraçada e inteligente, (7) como tudo o que Borges escreveu. (8) Para mim, (9) a decisão de usar a história de Cervantes não era a inicial. (10) Eu queria escrever um romance panorâmico sobre os EUA que envolvesse uma viagem. (11) A estrada é um gênero nos EUA, tanto no cinema como na literatura. (12) Então no início eu pensei num tipo de "road novel" [romance de estrada]. (13) Afinal, já vivo nos EUA há 21 anos e, nos últimos tempos, sinto que escrevi muito a partir de e sobre Nova York. (14) Eu queria, desta vez, apresentar uma panorâmica do país, (15) ir a regiões não tão liberais, (16) não tão urbanas. (17) No primeiro momento (18) eu pensei num livro de não ficção, em que eu faria a viagem e logo escreveria um livro sobre essas impressões. (19) Depois, pensei que não devia negar a mim mesmo o uso da imaginação. (20) E, num certo ponto, me veio a ideia de usar o personagem de Dom Quixote, (21) e de pensar no que chamaria a atenção dele nesses EUA da atualidade.

Troca 3

FOLHA DE S. PAULO (Sylvia Colombo) – (1) O Dom Quixote de Cervantes ficou louco ao ler muitos romances de cavalaria. (2) O seu Quixote fica louco ao consumir "junk culture", (3) que é basicamente a televisão. (4) Por quê?

SALMAN RUSHDIE – (5) Eu pensei no que poderia enlouquecer mais a Quixote, (6) se vivesse nos dias de hoje. (7) Quixote pensava que os romances de cavalaria estragavam seu cérebro. (8) O equivalente a isso hoje é a televisão. (9) Não desprezo toda a produção televisiva. (10) Em termos de drama, (11) este é um tempo rico. (12) Ainda mais agora que temos essas formas longas de séries com temporadas, (13) que seguem uma lógica novelística. (14) O que me parece enlouquecedor são os reality shows, (15) que são tudo menos reais. (16) Se uma pessoa se sentir obcecada por eles, (17) acaba sem conseguir distingui-los da realidade. (18) Então fiz a experiência e assisti a muitos reality shows. (19) Acho que senti o que Quixote sentiu ao ler os romances de cavalaria. (20) Estragou o meu cérebro [risos].

Troca 4

FOLHA DE S. PAULO (Sylvia Colombo) – (1) O senhor sabe que muitos brasileiros estão, nesses dias, obcecados por mais uma versão do Big Brother Brasil?

SALMAN RUSHDIE – (2) Não me espanta. (3) Há versões do Big Brother em muitos países. (4) Está em todas as partes. (5) E é algo insuportável. (6) Por outro lado, creio que fornece um material com grande potencial para a comédia. (7) E eu queria fazer um livro com um olhar engraçado sobre isso.

Troca 5

FOLHA DE S. PAULO (Sylvia Colombo) – (1) É curioso que a forma de amor do Quixote do século 17, trazida aos dias de hoje, vira outra coisa, (2) como assédio ou perseguição. (3) Mudou muito o modo como vemos o amor hoje com relação àquela época?

SALMAN RUSHDIE – (4) Dom Quixote acredita que é uma pessoa muito romântica, (5) mas ele não conhece a mulher que ama. (6) Ele falsifica isso na sua cabeça. (7) Hoje em dia, (8) a mulher certamente não gostaria de ser perseguida da maneira de antes. (9) Se alguém que você não conhece começa a perseguir você, (10) isso não parece uma coisa muito romântica. (11) Ao contrário. (12) Acho que, com a passagem do tempo, muda a percepção das relações.

Troca 6

FOLHA DE S. PAULO (Sylvia Colombo) – (1) Outro problema com que o seu Quixote se espanta nos EUA é a crise dos opioides. (2) Sei que o senhor teve uma perda pessoal relacionada a isso. (3) Como vê a questão do abuso dos opioides nos EUA hoje?

SALMAN RUSHDIE – (4) De fato, eu perdi uma irmã para os opioides. (5) Isso fez com que o assunto passasse a chamar muito mais a minha atenção. (6) Nos EUA, (7) todo ano, (8) morrem de 50 mil a 70 mil pessoas por overdose de opioides. (9) É uma tragédia colossal, comparável

à pandemia [de Covid-19]. (10) E a área em que o vício se instala mais não são as grandes cidades, (11) mas sim as menores, (12) as áreas rurais. (13) Creio que criamos uma sociedade muito solitária, (14) e o vício é uma resposta a essa solidão e ao sentimento de inadequação da vida. (15) Estranhamente, hoje há tantos modos de comunicação, (16) como este que estamos usando [videoconferência], (17) que não tínhamos até outro dia. (18) Mesmo assim, talvez estejamos mais isolados do que costumávamos estar. (19) Pensei que essa era uma tristeza à qual era necessário prestar atenção. (20) É uma surpresa também para mim que tantos médicos e farmacêuticos tenham sido corrompidos para deixar que as pessoas se viciem. (21) Claro que é uma porcentagem menor dos médicos, (22) mas me espanta que tenham achado que sua ética era tão barata a ponto de vendê-la. (23) É isso me surpreende, especialmente agora, que temos tanta admiração pelos médicos e pelo que estão fazendo na pandemia. (24) Tenho grande admiração por eles, (25) mas os corruptos precisam ser apontados.

Troca 7

FOLHA DE S. PAULO (Sylvia Colombo) – (1) O senhor foi muito crítico com relação à gestão de Donald Trump. (2) Agora, como sente o início de governo Biden?

SALMAN RUSHDIE – (3) Estou muito aliviado só de não ter de ouvir mentiras todos os dias. ALÉM DISSO(4) Gosto do fato de que Biden não diz o nome dele [Trump]. (5) Também não gosto de dizer. (6) Dizemos "o cara de antes". (7) Deveríamos todos fazer assim. (8) () Para mim, (9) o fim daquela gestão foi o dia da invasão do Capitólio, em 6 de janeiro. (10) Eu não conseguia sair diante da TV e estava horrorizado. (11) Foi o clímax dos quatro anos de mentira. (12) E, ao mesmo tempo, o que provocou que começasse a se desmontar essa grande mentira que vinha sendo defendida, (13) a de que a eleição foi roubada. (14) E é tão fácil desmontá-la. (15) Se você analisar, (16) os republicanos foram muito bem na parte de baixo da cédula. (17) Na Câmara [de deputados] e de senadores. (18) E os votos acontecem no mesmo pedaço de papel. (19) Portanto, como poderia ser possível que uma fraude tenha ocorrido apenas na parte de cima da cédula? (20) Não faz nenhum sentido. (21) Mas o poder de comunicar de Trump era alto, (22) e essa mentira iludiu muita gente. (23) A tentativa de golpe apenas falhou porque os invasores não estavam suficientemente organizados. (24) Havia grupos organizados buscando pessoas para matar, é certo. (25) Mas a maioria não achava que estava fazendo nada de errado, apenas aquilo que o presidente havia pedido que eles fizessem. (26) Achavam que estavam salvando o país. (27) Não podemos dizer que todos eram fascistas, (28) creio até que muitos eram idealistas extremamente equivocados.

Troca 8

FOLHA DE S. PAULO (Sylvia Colombo) – (1) O governo Trump acabou, (2) mas as fake news persistem. (3) Qual crê que deveria ser o papel do jornalismo profissional nesses tempos?

SALMAN RUSHDIE – (4) Eu ensino jornalismo na Universidade de Nova York. (5) E basicamente trato do tipo de jornalismo que ficou conhecido como “novo jornalismo”, (6) que usa técnicas da literatura para contar uma história de não ficção. (7) O desafio que se impõe é: (8) em tempos em que as pessoas estão tão desconfiadas do jornalismo, (9) até que ponto se podem usar licenças literárias? (10) É claro que é importante reforçar aos estudantes que não se deve inventar diálogos nem juntar vários personagens num só. (11) E o que é mais importante é que não devemos alimentar a ideia de um mundo em que a verdade seja subjetiva. (12) Que o que você acredita ser a verdade tenha o mesmo valor do que o que outra pessoa pensa que é a verdade. (13) Estamos vivendo isso na pandemia, com as pessoas que não querem tomar a vacina. (14) Nos EUA, (15) os grupos que são mais resistentes a tomar a vacina são justamente os mais vulneráveis à doença (16) — negros e latinos —, (17) e isso tem uma razão histórica. (18) Eles foram historicamente maltratados pelo sistema de saúde ou tratados como cobaias. (19) Por isso, esse setor da sociedade suspeita muito do sistema de saúde. (20) Isso precisa ser combatido e superado. (21) O que tenho tentado estudar com meus alunos é como chegar a uma verdade que não seja subjetiva. (22) Que não deixe espaço para que se aceite que a Terra possa ser plana, que a eleição americana tenha sido fraudada, que não se deve tomar a vacina. (23) O jornalismo tem de reconquistar a confiança das pessoas.

Troca 9

FOLHA DE S. PAULO (Sylvia Colombo) – (1) Com relação à desinformação sobre as vacinas, (2) o senhor parece otimista.

SALMAN RUSHDIE – (3) Sim. (4) Quanto mais pessoas forem vacinadas e mais gente perceba que a vacina vai permitir que retomemos nossa vida, (5) esse sentimento contrário vai se diluir. (6) Vai ser como uma bola de neve, (7) cada vez haverá mais gente acreditando que a pandemia vai passar se nos vacinarmos.

Troca 10

FOLHA DE S. PAULO (Sylvia Colombo) – (1) E qual o papel da ficção nessa reconquista da confiança das pessoas na verdade?

SALMAN RUSHDIE – (2) Há um excelente texto da escritora [canadense] Margaret Atwood que parafraseio aqui. (3) Há uma diferença entre ficção e mentira. (4) E o que marca essa diferença é que a ficção tenta dizer a verdade sobre os seres humanos e como interagimos e fazemos as coisas. (5) Esse é o propósito da literatura. (6) Ou seja, revelar verdades. (7) Já o propósito da mentira é o de obscurecer a verdade. (8) Portanto, de várias maneiras, ficção e mentira são os opostos um do outro. (9) Então talvez exista um pequeno papel que a ficção pode jogar nesses tempos. (10) Se você ler um livro do qual gosta, (11) que fala diretamente a você, (12) pensa: (13) sim, isso é como é, o mundo é assim. (14) Talvez ler bons livros seja parte do caminho de reconstruir o senso do que é o mundo real. (15) Parece um paradoxo dizer que a ficção pode ajudar a verdade, (16) mas penso que é real. (17) Vai ser uma longa viagem, (18) porque o dano não começou com Trump, (19) veio antes dele. (20) O que acontece com a internet (21) —que em muitos casos é uma maravilhosa ferramenta— (22) é que há sites que são totalmente lixo, (23) que propagam todo tipo de teorias da conspiração (24) e que convivem lado a lado com sites verdadeiros. (25) Eles parecem iguais e passam a sensação de ter o mesmo nível de autoridade. (26) Tornou-se difícil para as pessoas distinguirem qual é qual. (27) Há um longo caminho para que a desconfiança da mídia "mainstream" se dissolva. (28) Reconstruir a crença das pessoas na verdade será um longo processo, (29) mas ao menos eu sinto que, aqui nos EUA, estamos começando, (30) por causa do fim do governo Trump.

Troca 11

FOLHA DE S. PAULO (Sylvia Colombo) – (1) No Brasil, (2) a desinformação continua causando muito dano.

SALMAN RUSHDIE – (3) Sim, tenho lido sobre isso. (4) Mas o que acontece hoje no Brasil estava acontecendo aqui nos EUA até janeiro. (5) E simplesmente deixou de existir no nível oficial. (6) No mundo não oficial, (7) ela continua. (8) Mas perde força ao não ser parte do discurso oficial. (9) A desinformação, se não é estimulada pelo Estado, (10) acaba se correndo. (11) Essa é a razão pela qual eu sinto de que não há volta atrás em direção ao obscurantismo em que estávamos vivendo. (12) Porque quando o culto se fragmenta, (13) não se pode remontá-lo. (14) Quando o culto se revela como fake, (15) não consegue voltar ao pedestal.

Entrevista 2 (Luiza Helena Trajano – Bruna Narcizo)

Troca 1

FOLHA DE S. PAULO (Bruna Narcizo) – (1) Quais são os principais problemas do jornalismo brasileiro?

LUIZA TRAJANO – (2) Primeiro, é um prazer participar desse momento. (3) Não é fácil fazer 100 anos e continuar na ativa como a Folha. (4) Eu vou falar primeiro do que é positivo. (5) Sou muito agradecida ao jornalismo brasileiro. (6) São guerreiros que trazem a informação e estão sabendo, depois de um momento difícil, trabalhar com o digital. (7) Porque não é fácil você mudar toda a sua forma. (8) Tanto a Folha quanto os outros órgãos estão se reinventando e conseguindo se reinventar. (9) Comecei falando das coisas boas, (10) agora vou dizer o problema. (11) Os veículos precisam aprender a fazer uma boa notícia. (12) Sei que dá mais ibope a notícia ruim, (13) mas hoje a notícia boa também está dando ibope. (14) A primeira vacina, que era uma notícia positiva, deu muito ibope. (15) Tem muita coisa boa que a gente não vê nos noticiários. (16) Essas coisas boas do Brasil a gente não vê no jornalismo.

FOLHA DE S. PAULO (Bruna Narcizo) – (1) Além dessa questão da boa notícia, (2) o que mais a senhora sente falta?

LUIZA TRAJANO – (3) Vocês até tentam ouvir os dois lados (4) e nem sempre dá e nem sempre é tão transparente. (5) Como eu sou muito conciliadora, (6) acho importante escutar os dois lados. (7) Essa poderia ser uma meta. (8) Mas eu gosto muito e fico muito feliz com as notícias no Brasil. (9) Eu tenho dois filhos que moram fora e vejo que a gente tem um noticiário rápido, preciso e consistente. (10) É interessante que agora tenho escutado cada vez mais assim: “Isso não é fake news porque eu li na Folha ou no Estadão”. (11) As pessoas voltaram a buscar informações nos veículos oficiais. (12) Essa semana escutei umas oito vezes isso. (13) Aquelas fake news, que eu tinha muita raiva, estão chegando ao fim.

Troca 2

FOLHA DE S. PAULO (Bruna Narcizo) – (1) Como combater as fake news?

LUIZA TRAJANO – (2) Como tudo, acho que é uma onda. (3) É uma onda pesada, com uma inteligência atrás, que sabe o que está fazendo e que entrou muito forte na política com o ex-presidente [dos EUA Donald] Trump. (4) Ele foi um dos precursores dessa mídia política. (5) Mas parece que começa a ter uma linha de declínio. (6) Eu nunca espalhei nem fiquei espalhando aquilo que eu não tinha certeza. (7) É um mal muito sério para a sociedade, informação ruim, montada, que até destrói. (8) Mas eu estou sentindo que as pessoas estão buscando fontes oficiais. (9) Então, eu estou achando que está começando a declinar.

Troca 3

FOLHA DE S. PAULO (Bruna Narcizo) – (1) Já foi vítima?

LUIZA TRAJANO – (3) Eu já fui meme. (3) E é muito interessante. (4) A primeira vez faz uns oito anos. (5) Dei uma entrevista ao [programa] Manhattan Connection. (6) Eu tenho muito respeito pelo Diogo [Mainardi, um dos apresentadores], (7) até porque eu sei como ele é como pai. (8) Ele disse que segundo o Serasa a inadimplência ia aumentar (9) e eu disse que tinha acabado de ver no relatório que não tinha aumentado. (10) Nem falei Serasa para não desfazer. (11) E perguntei se ele queria que eu mandasse um email (12) e ele disse: ‘Me poupe’. (13) No dia seguinte, (14) estava em todos os veículos que o Serasa mostrava menor inadimplência. (15) Foi a primeira vez que eu me vi nessa situação. (16) O que eu mais fiquei assustada na época, sem saber que era meme, eram as pessoas escrevendo e mandando cartas para ele no meu nome. (17) Eu queria ter ligado para ele para dizer que não mandei nada. (18) Me arrependo até hoje. (19) Esse foi o primeiro fake que eu vivi, nem sabia que era fake. (20) Depois, vieram coisas legais. (21) Eu caindo com a tocha [olímpica, em julho de 2016] foi divertido. (22) Quando comprei a Netshoes, (23) pegaram uma foto minha experimentando um tênis e escreveram: ‘Ela se empolgou e comprou a Netshoes’. (24) Eu nunca me defendi de nada. (25) Não sou de me defender nem de me irritar.

Troca 4

FOLHA DE S. PAULO (Bruna Narcizo) – (1) As redes sociais deram voz para pessoas que não tinham. (2) Hoje (3) toda pessoa pode ser um potencial gerador de conteúdo. (4) Isso também contribui para essa propagação das fake news?

LUIZA TRAJANO – (5) No interior, (6) as pessoas falam: ‘Quem nunca comeu melado, quando come se lambuzar’. (7) Quando abriu o conteúdo para todo mundo, (8) todo mundo podia aparecer e se tornar protagonista. (9) Agora, eu estou percebendo que as pessoas começaram a selecionar o que estão vendo. (10) Porque enjoa também. (11) Ainda vai levar um tempo para equilibrar esse tipo de informação. (12) Quando saí o rádio, (13) a minha família falava que era um fanatismo pelo rádio. (14) Quando saí a TV, (15) ter uma notícia na TV era verdade. (16) As coisas vão evoluindo, caindo no lugar. (17) São movimentos que começam alto e depois caem no equilíbrio.

Troca 5

FOLHA DE S. PAULO (Bruna Narcizo) – (1) Em 2020, (2) vocês ganharam o noticiário (3) por conta do programa de trainees voltado apenas para negros. (4) Como foi esse processo?

LUIZA TRAJANO – (5) Quebrar paradigmas era um costume nosso e a gente ia pagar o preço. (6) Só a primeira porta que baixou o nível e foi o nível de inglês. (7) Os outros critérios e dificuldades foram os mesmos. (8) O Frederico [filho de Luiza e atual presidente do Magazine

Luiza] falou que estava impressionando pelo nível intelectual, com a capacidade de comunicação e resiliência. (9) Muitas vezes ele teve que tirar o vídeo (10) porque se emocionou ao ver que as pessoas ganhavam muito menos do que a capacidade. (11) Agora ele tem que levantar a bandeira e mostrar o que sentiu. (12) Ele é um jovem, técnico, digital, dizendo que se emocionou, dizendo que viu o nível intelectual.

Troca 6

FOLHA DE S. PAULO (Bruna Narcizo) – (1) Existe o projeto de continuar exclusivo só para negros neste ano?

LUIZA TRAJANO – (2) Não sei. (3) Estou querendo fazer um para a terceira idade. (4) O pessoal está me pedindo muito. (5) Não sei nem se é trainee, (6) mas um movimento desse tipo para pessoas acima de 50 anos, (7) gosto desse equilíbrio. (8) Mas isso é uma coisa minha ainda.

Troca 7

FOLHA DE S. PAULO (Bruna Narcizo) – (1) Ainda é raro encontrar mulheres em cargos de liderança e nos conselhos das empresas. (2) O Grupo Mulheres do Brasil, liderado pela senhora, tem trabalhado para isso?

LUIZA TRAJANO – (3) Toda vida fui a favor de cota. (4) Temos 7% de mulheres em conselho de empresa. (5) Se tiver herdeira ou dona, (6) como eu, (7) cai para 4%. (8) Falo para os meus amigos que se não houver mudanças, (9) nem a bisneta deles vai estar no conselho se não for dona ou herdeira. (10) Então vamos lutar. (11) Por outro lado, quando o financeiro abraça é muito importante. (12) Quando o banco Goldman Sachs, em janeiro, falou que só ia abrir IPO de empresas que tivessem uma mulher no conselho, (13) você não imagina como mudou. (14) Quando o [mundo] financeiro abraça, (15) dá um salto.

Troca 8

FOLHA DE S. PAULO (Bruna Narcizo) – (1) A senhora falou que é a favor de cotas. (2) Quais as porcentagens ideais para equalizar essas diferenças?

LUIZA TRAJANO – (3) Cota é um processo transitório para acertar uma desigualdade. (4) Sou a favor de cota (5) porque quando saiu para pessoas com deficiência, (6) nós já estávamos há 10 anos entre as melhores empresas para trabalhar, (7) eu sempre fui voltada para o RH, (8) mas nunca tinha olhado as pessoas com deficiência. (9) Precisou de conta para que eu visse. (10) No começo, (11) é difícil (12) e hoje nossos deficientes dão exemplo nos momentos difíceis. (13) É um processo transitório. (14) Eu quero 40% de cota de mulheres, (15) que é o que eu tenho no Magazine Luiza.

Troca 9

FOLHA DE S. PAULO (Bruna Narcizo) – (1) A gente vive um momento de polarização extrema. (2) Falta diálogo com o governo atual?

LUIZA TRAJANO – (3) Eu sempre tive com qualquer governo do estado, da minha cidade. (4) Sou apaixonada pelo país. (5) Posso não votar no candidato, (6) não quero nem saber se votei ou não, (7) o que me interessa é o Brasil. (8) Quando sou a favor de Bolsa Família, (9) sou esquerda; (10) quando sou da privatização, (11) sou de direita. (12) Nunca me filiei a nenhum partido (13) e sempre procurei manter o diálogo e tenho até hoje. (14) A gente viveu no Brasil um período de muita esquerda, (15) depois veio de muita direita (16) e agora eu acredito que começa a entrar num equilíbrio. (17) Não é que eu sou de um lado ou do outro, (18) mas eu acho que tudo que é radical não é bom. (19) Temos que ter um diálogo que conecta. (20) As grandes transformações surgiram de sociedades civis organizadas e é essa a minha luta.

Entrevista 3 (Seymour Hersh – Marina Dias)

Troca 1

FOLHA DE S. PAULO (Marina Dias) – (1) Em seu livro mais recente, (2) o senhor diz que é um sobrevivente da “era de ouro do jornalismo.” (3) O que mudou e do que mais sente falta daquela época?

SEYMOUR HERSH – (4) Dinheiro. (5) Eram muitas páginas por dia no jornal, com anúncios, anúncios gráficos, [verba para] vestidos e ternos... (6) Tudo isso acabou. (7) Era um mundo diferente. (8) Foi uma experiência incrível meu primeiro dia de trabalho [no jornal The New York Times]. (9) Eu já tinha feito algumas coisas boas sobre o Vietnã e os militares, trabalhava na New Yorker, (10) um ótimo emprego, (11) mas o New York Times era o New York Times. (12) E, no meu primeiro dia, (13) em 1972, (14) os norte-vietnamitas fizeram uma grande ofensiva contra o governo fantoche do sul e eu era o cara que conhecia as questões vietnamitas. (15) Então, o editor veio até mim e disse: ‘Você está com o seu passaporte?’. (16) Eu tinha acabado de chegar, ia passar uma semana me ajustando em Nova York. (17) E eu disse que não, (18) e ele respondeu: ‘Vá para casa e pegue [o passaporte]. Depois, vá para o escritório, eles darão tudo o que você precisa chegue a Paris amanhã para descobrir o que está acontecendo nas conversas de paz e nessa ofensiva.’ (19) Voei de volta para Washington, (20) peguei meu passaporte e fiz a mala. (21) Antes de partir, (22) recebi cartões de crédito e uma pilha de dinheiro. (23) Voei de classe executiva, fiquei num hotel cinco estrelas que não sabia o quão caro era até pedir um copo de suco de laranja que custava o equivalente a US\$ 9 (R\$ 48). (24) Era assim que funcionava o negócio do jornal. (25) Ninguém nunca me perguntou nada até 2011. (26) Eu estava na New Yorker, queria encontrar uma fonte na Califórnia e simplesmente liguei para o escritório e disse: ‘Me comprem uma passagem.’ (27) Logo o editor me ligou e disse: ‘Você pode fazer isso por telefone?’ (28) E eu respondi: ‘Do que você está falando?’ (29) Ele disse: ‘Acabei de sair de uma reunião do departamento financeiro [...] O dinheiro está desaparecendo.’ (30) Aquela foi a primeira vez que percebi que existe uma mudança. (31) Com a internet, (32) os anúncios e a publicidade acabaram. (33) Mas o maior benefício para os jornais e televisão nos últimos quatro anos foi Trump. (34) Os jornais ainda não têm anúncios, (35) mas conseguiram mais leitores online.

Troca 2

FOLHA DE S. PAULO (Marina Dias) – (1) O senhor diz que não dá para ser neutro ou imparcial no jornalismo. (2) Como isso é possível?

SEYMOUR HERSH – (3) Não, você não pode ser neutro. (4) Eu me lembro de estar em um painel com um homem realmente muito bom, Leonard Downie Jr., (5) que foi editor-executivo do The Washington Post [de 1991 a 2008], (6) e ele foi questionado se o repórter de jornal pode ser objetivo. (7) E ele disse: ‘No The Washington Post, temos uma regra, você não pode ir a manifestações.’ (8) E acrescentou: ‘Eu não voto porque não quero que ninguém saiba se sou democrata ou republicano’. (9) Eu fiquei louco (10) e disse que aquilo era a coisa mais maluca que eu já tinha ouvido. (11) Temos que votar, somos cidadãos e, claro, temos emoções e sentimentos. (12) E isso funciona para mim (13) porque eu odiava muito a Guerra do Vietnã, (14) aprendi muito sobre isso e aprendi a odiar isso, (15) o que me fez perceber que, quando fazia as reportagens, tinha que ser muito mais minucioso. (16) Em outras palavras, não há nada de errado em ter paixão por alguma coisa. (17) Você deve ter sentimentos que conduzem a reportagem e fazem com que ela tenha um padrão ainda mais elevado (18) porque você sabe que sua paixão pode ser vista como desvantagem.

Troca 3

FOLHA DE S. PAULO (Marina Dias) – (1) O discurso racista de Trump abriu uma janela para a imprensa cobrir questões de raça e imigração com mais intensidade. (2) Essa janela vai se fechar com a saída de Trump ou a imprensa e os americanos vão fazer menos pressão sobre esses assuntos durante o governo Biden?

SEYMOUR HERSH – (3) Não acho que vai ser menos importante. (4) acho que provavelmente haverá essa cobertura. (5) O que vai acontecer é que a mídia, inclusive os principais jornais, vai perder muita audiência nos próximos um ou dois anos (6) porque Joe Biden vai acalmar as coisas. (7) Você ainda terá os problemas, (8) mas não terá os mesmos leitores.

Troca 4

FOLHA DE S. PAULO (Marina Dias) – (1) Avalia que a imprensa americana compartilha da responsabilidade no caos político e social sob o qual os EUA vivem nos últimos anos?

SEYMOUR HERSH – (2) Acho que compartilhamos, (3) mas não o criamos. (4) Compartilhamos ao não reportar o suficiente sobre o outro lado. (5) Os principais jornais e emissoras de TV não nos deram informações suficientes sobre esse mundo de fascismo, extremismo, antiamericanismo, racista, anti-governo, (6) essa incrível onda de 48%, 50% das pessoas que querem se desengajar. (7) Não estávamos preparados para os ataques ao Congresso [feitos por apoiadores de Trump em 6 de janeiro], (8) não sabíamos até que ponto havia tanta alienação.

Troca 5

FOLHA DE S. PAULO (Marina Dias) – (1) O senhor disse que não conseguiria ter feito o que fez se tivesse que trabalhar com as ferramentas do jornalismo hoje: (2) repórteres têm menos tempo, menos dinheiro e fazem menos viagens para trabalhar. (3) O seu tipo de jornalismo está morrendo ou ainda tem espaço para fazê-lo?

SEYMOUR HERSH – (4) Há dois problemas com o tipo de trabalho que faço. (5) Um é que custa dinheiro viajar e passar seis, sete ou oito meses em um projeto. (6) Os jornais ainda fazem algumas coisas boas (7) porque sempre há repórteres inovadores que fazem boas reportagens. (8) Mas há também um complicador pessoal. (9) Na minha velhice, (10) vamos chamar assim, (11) me dei conta que posso entrar em uma Redação, despejar um monte de documento sobre a mesa e dizer: ‘Essa é a reportagem que quero fazer. Vai ser difícil, vai custar muito dinheiro, muito tempo para verificar e checar tudo e vamos perder leitores, seremos processados, mas quero fazer.’ (12) Quem precisa de alguém assim? (risos).

FOLHA DE S. PAULO (Marina Dias) – (13) Sem dinheiro não é possível fazer esse jornalismo?

SEYMOUR HERSH – (14) Você precisa encontrar pessoas, (15) não dá para fazer por telefone. (16) Mas temos coisas interessantes acontecendo no jornalismo, (17) algumas não entendo completamente (18) porque são populares, (19) como os podcasts, (20) que têm feito jornalismo de longo prazo.

FOLHA DE S. PAULO (Marina Dias) – (21) O senhor não gosta de podcasts?

SEYMOUR HERSH – (22) Tenho três filhos adultos, conhecem todos os podcasts, conversam sobre eles, (23) mas eu faço a pergunta: ‘O que é um podcast?’ [...] (24) Enquanto isso, você vê os anúncios sumindo dos jornais. (25) Com exceção dos grandes jornais, (26) como Washington Post, Wall Street Journal e New York Times, (27) acho que o resto, em dez anos, será exclusivamente online.

Troca 6

FOLHA DE S. PAULO (Marina Dias) – (1) Acredita que fazer as pessoas pagarem pela informação online —via paywall, por exemplo— é um bom jeito de manter o jornalismo profissional vivo ou a gratuidade deixa tudo mais democrático?

SEYMOUR HERSH – (2) Odeio paywall. (3) Quando eu estava na New Yorker, (4) escrevia três reportagens por ano, (5) mas trabalhava meses em cada uma e pedia que elas não tivessem paywall. (6) Mas eu cresci num mundo diferente e acho que a geração mais jovem é mais aberta a isso. (7) Então talvez seja uma solução, (8) mas não sei quanto de dinheiro você consegue arrecadar com isso para que funcione. (9) É uma estrutura totalmente diferente agora, ainda está no ar, não está pronto. (10) Estamos passando por grandes mudanças. (11) E todos tivemos uma pausa. (12) Trump deu a todos quatro anos de folga, (13) quando não estávamos preocupados com paywall (14) porque todo mundo queria ler sobre Trump. (15) Agora, quero que um bilionário compre um jornal para mantê-lo vivo? (16) Acredito que eles vão fazer uma grande investigação sobre problemas de saúde, Covid-19 entre trabalhadores? (17) Não. (18) Quero que o governo seja dono do jornal? (19) Não. (20) Então, qual é a solução para ter uma imprensa séria e de boa qualidade? (21) Não sabemos ainda.

Troca 7

FOLHA DE S. PAULO (Marina Dias) – (1) O senhor avalia que a democracia é ameaçada quando líderes como Jair Bolsonaro e Donald Trump atacam constantemente a imprensa?

SEYMOUR HERSH – (2) Isso é mais extremo do que o normal. (3) O presidente de seu país [Bolsonaro] é extremamente radical. (4) Você não sobreviver (5) se o próximo [presidente] não for tão fanático. (6) Aqui [nos EUA] é a mesma coisa. (7) Estamos num mundo completamente diferente agora [com Biden]. (8) O autoritarismo estava crescendo no mundo, os ataques à imprensa funcionaram, com certeza, por um período, (9) mas não pode ficar pior. (10) A imagem tem que ser otimista (11) porque todos podem ver agora o que não podiam ver há 30, 40, 50 anos. (12) Não estou tão preocupado com isso. (13) Ficaré tudo bem. (14) Vai ser online e vai ter reportagem investigativa. (15) Só vai ser diferente, (16) e o fato de eu não gostar significa apenas que sou da Idade das Trevas. (17) Nada além disso.

Entrevista 4 (Nikole Jones – Fernanda Mena)

Troca 1

FOLHA DE S. PAULO (Fernanda Mena) – (1) Qual foi a gênese do projeto 1619?

NIKOLE JONES – (2) O projeto 1619 marca o aniversário de 400 anos da venda dos primeiros africanos escravizados na colônia de Virgínia [hoje EUA]. (3) O projeto olha para este momento e para a escravidão que se seguiu como fundadores da história dos Estados Unidos, (4) inaugurando um sentimento anti-negro que nos faz sofrer até hoje. (5) Ele é tanto sobre o passado quanto sobre o legado da escravidão que atravessa as instituições norte-americanas ainda hoje: (6) nosso sistema político e econômico, nossa comida, nossa cultura. (7) Não existe quase nada da sociedade americana que não tenha sido marcado pela decisão dos colonos de, 400 anos atrás, se engajarem com a escravidão.

Troca 2

FOLHA DE S. PAULO (Fernanda Mena) – (1) A Declaração de Independência dos EUA, de 1776, proclamou que todos os homens são iguais (2) ao mesmo tempo em que seu principal autor, Thomas Jefferson, era dono de negros escravizados, (3) assim como o era George Washington. (4) Como você explica essa história?

NIKOLE JONES – (5) É uma grande hipocrisia. (6) Nos EUA, (7) a gente é ensinado que nosso país é excepcional, e mitificamos nossos fundadores. (8) Mas os homens que fundaram esse país eram homens brancos de elite, ricos o suficiente para ousar romper com o império mais poderoso do mundo [a Inglaterra] (9) porque exploravam o trabalho de pessoas escravizadas. (10) George Washington, Thomas Jefferson e James Madison, que escreveu a constituição, eram todos ricos (11) porque tinham escravos. (12) Ou seja, o que permitiu a esses homens fundar um novo país foi a escravidão. (13) E não havia meios de eles fundarem esse novo país abrindo mão daquilo que havia lhes conferido riqueza e poder. (14) Então, criaram um sistema em que negros não eram seres humanos nem cidadãos. (15) Na parede atrás de mim, (16) tem uma imagem de Breonna Taylor [americana negra morta a tiros em 2020], (17) caso que evidencia como nós, negros americanos, ainda não somos tratados como cidadãos mesmo hoje (18) porque não temos a mesma proteção diante da lei. (19) Essas sementes foram plantadas na nossa fundação, (20) que torna os EUA diverso de outros países escravagistas nas Américas (21) porque existe algo diferente, psicologicamente, numa nação fundada sob o princípio da liberdade e que pratica escravidão humana ao mesmo tempo.

Troca 3

FOLHA DE S. PAULO (Fernanda Mena) – (1) O The 1619 Project foi criticado por sua "ideia de reformular a história dos EUA", (2) além de ter sido acusado de distorcer fatos a partir de uma perspectiva ideológica. (3) Como você responde a essas críticas e acusações?

NIKOLE JONES – (4) Eu sempre soube que este projeto seria controverso e alvo de críticas. (5) Isso porque, nos EUA, (6) não queremos lidar com o legado da escravidão. (7) [Tanto é que] Pesquisas mostram que apenas 15% dos estudantes secundaristas sabem que a Guerra Civil americana foi travada por causa da escravidão. (8) Isso não é ensinado de forma clara, e nos faz pensar: qual é o propósito da história ensinada na escola? (9) Ela é sobre a verdade ou sobre criar um senso compartilhado de glória do nosso país? (10) Para essa segunda opção, (11) é necessário minimizar alguns aspectos que fazem o país parecer ruim, focando nos aspectos virtuosos. (12) Então, eu não fiquei surpresa que um projeto no NYT, uma das organizações mais poderosas do mundo, que aponta para a escravidão como elemento fundante do país e para seus fundadores como hipócritas, deixasse muita gente chateada. (13) Porque muita gente não queria ter de lidar com esse passado. (14) Minha resposta tem sido que nenhum projeto é perfeito. (15) Acho, no entanto, que muitas críticas que recebi não foram de boa fé, (16) mas pretendiam determinar quem controla a narrativa nacional.

Troca 4

FOLHA DE S. PAULO (Fernanda Mena) – (1) Quais foram os desafios do projeto?

NIKOLE JONES – (2) Para mim, (3) era muito importante que os responsáveis diretos pelo projeto fossem todos descendentes de pessoas escravizadas (4) para mostrar que os negros podem contar sua própria história mesmo por meio de uma instituição branca, (5) o NYT. (6) Mas eu me senti sob grande pressão. (7) Ser uma mulher negra num lugar como o NYT e montar um projeto tão ambicioso sobre um assunto tão controverso, com grande aporte de recursos, significava pra mim que, se eu falhasse, estaria fechando as portas para muitos outros profissionais negros e pardos. (8) Muita gente acha que foi difícil pra mim obter o aceite do projeto pelo NYT, (9) mas este não foi um obstáculo. (10) A dificuldade era o tema. (11) Passar tanto tempo debruçada sobre a escravidão, olhando pra toda a brutalidade a que os negros americanos foram submetidos, foi muito duro.

Troca 5

FOLHA DE S. PAULO (Fernanda Mena) – (1) Essa pressão que você sentiu se deve a uma escassez da presença de negros nas Redações? (2) Vários veículos de mídia têm criado programas de diversidade. (3) Como você avalia essas iniciativas?

NIKOLE JONES – (4) Acho que diversidade é absolutamente crucial para fazer bom jornalismo. (5) Porque diversidade não é sobre se sentir bem ou ser politicamente correto, (6) é sobre precisão e sobre refletir de maneira fidedigna o seu país. (7) Os EUA e o Brasil são países multirraciais, (8) mas as pessoas que controlam o noticiário não são. (9) E isso significa que existem histórias que não aparecem e coberturas que simplesmente não acontecem. (10) Se eu não estivesse no New York Times, (11) o projeto 1619 não existiria. (12) Então precisamos mesmo entender que nossas coberturas se tornam melhores com a diversidade. (13) Da primeira vez que fui ao Brasil, (14) eu participei de um

congresso para jornalistas e falei sobre investigação da desigualdade racial. (15) Vi apenas outros três jornalistas negros num país em que a maioria das pessoas não é branca. (16) Isso é muito preocupante pra mim. (17) Quando se pensa que jornalismo é, entre outras coisas, responsabilizar os poderosos por seus atos, (18) como fazer isso se estivermos apenas refletindo nas Redações os extratos mais poderosos da sociedade?

FOLHA DE S. PAULO (Fernanda Mena) – (19) Por que isso acontece?

NIKOLE JONES – (20) Acho que muitas desculpas são dadas para este fato se manter. (21) Uma das mais comuns é: "Gostaríamos muito de contratar mais jornalistas negros, mas não conseguimos encontrar pessoas qualificadas". (22) Eu não acredito que isso seja verdade. (23) Eu fundei uma organização nos EUA chamada Ida B. Wells Society, (24) batizada com o nome da mulher que nasceu escravizada e se tornou uma repórter investigativa. (25) Eu criei essa organização (26) para treinar negros em jornalismo investigativo, (27) para que os diretores de Redação não possam mais alegar que não encontraram pessoas negras de talento para o jornalismo.

Troca 6

FOLHA DE S. PAULO (Fernanda Mena) – (1) O que diferencia projetos potentes de mudança estrutural nas Redações de iniciativas de fachada, (2) que apenas exploram o termo diversidade para autopromoção?

NIKOLE JONES – (3) Qualquer editor de uma organização de mídia nos EUA vai dizer que diversidade é algo muito importante e que a empresa quer ter um time mais diverso. (4) Mas, se você perguntar quais medidas estão sendo tomadas para isso, (5) nada é dito publicamente. (6) Então acho que as Redações deveriam divulgar a composição de suas equipes e divulgar o quanto pretendem fazer aumentar a presença de pessoas negras em determinado intervalo de tempo. (7) Precisa haver transparência e prestação de contas. (8) Além de um esforço, claro. (9) Se nossas sociedades são tão desiguais a ponto de pessoas negras frequentarem escolas piores, terem menos dinheiro e menos possibilidades de fazer uma faculdade e de conseguir os melhores estágios, (10) então não dá para as empresas que querem ser diversas almejem contratar apenas aqueles jornalistas mais bem qualificados. (11) Porque isso se traduz em contratar as pessoas com mais vantagens na sociedade. (12) Diversidade requer um trabalho mais árduo de prover oportunidades para aqueles que talvez não tenham o melhor currículo, (13) mas que, com investimento, se desenvolvem para desempenhar o trabalho muito bem.

Troca 7

FOLHA DE S. PAULO (Fernanda Mena) – (1) É desejável ou mesmo possível separar jornalismo de ativismo quando se aborda um tema tão sensível como o racismo?

NIKOLE JONES – (2) Eu não acredito que nenhum jornalista seja apenas objetivo, seja ele de uma minoria racial ou não. (3) Quando você se torna especialista em algo, (4) você constrói opiniões sobre aquele assunto. (5) O que precisamos é objetividade nos métodos. (6) Ter certeza de que se está sendo preciso e justo, usando métodos objetivos. (7) Mas não precisamos fingir que não temos pensamentos e sentimentos sobre aquilo que cobrimos. (8) Eu escrevi sobre segregação racial no sistema público de ensino e claramente eu penso que essa segregação é errada. (9) Eu me oponho à segregação escolar, (10) mas isso não significa que eu não possa reportar de maneira justa e precisa sobre este fenômeno. (11) No que tange ao ativismo, (12) eu acho que existe uma diferença entre ser ativista e ser jornalista. (13) Mas também acho que todo jornalista, em certa medida, é um ativista (14) porque, nos EUA, (15) acreditamos que o jornalismo existe para responsabilizar pessoas em posições de poder, para falar em nome daqueles mais vulneráveis. (16) Acreditamos que jornalismo é necessário para a democracia. (17) E todas essas posições não são neutras, mas ativas. (18) Meu ativismo toma forma (19) quando escrevo e exponho injustiças. (20) Outras pessoas o fazem marchando nas ruas. (21) Não acho que eu deva estar envolvida nessas duas frentes, (22) mas eu não posso fingir que não exista ativismo nas minhas motivações para me tornar uma jornalista.

Troca 8

FOLHA DE S. PAULO (Fernanda Mena) – (1) Você já esteve no Brasil e conhece um pouco da nossa história. (2) Que conexões você traça entre as trajetórias dos EUA e do Brasil no que tange à escravidão e ao racismo?

NIKOLE JONES – (3) Nos EUA, (4) a população de negros escravizados nunca foi superior a 20% e hoje somos 13% de seus descendentes. (5) Claramente o Brasil importou muito mais africanos do que os EUA e havia mais africanos do que portugueses no Brasil. (6) Tudo isso influencia as duas sociedades de maneiras diferentes. (7) Mas o que é similar é que somos duas das últimas nações das Américas a abolir a escravidão. (8) Os EUA em 1865, (9) o Brasil em 1888. (10) Acho que isso explica o quanto a escravidão estava impregnada nos sistemas políticos e econômicos desses países. (11) Como consequência, nós nos deparamos com iniquidades raciais semelhantes, com uma hierarquia que coloca pessoas negras na base enquanto pessoas brancas ocupam posições nas mais altas esferas de poder. (12) As taxas de pobreza de negros são muito maiores, seus locais de moradia são piores (13) —você têm as favelas, a gente tem os guetos. (14) Mas uma grande diferença, na minha visão, é que a resistência negra nos EUA é mais madura, (15) tanto porque nossa população negra é muito menor quanto porque somos um país criado sobre ideais de igualdade. (16) Pelo que tenho estudado do Brasil, (17) as discussões de raça não foram tão proeminentes por aí como foram nos EUA. (18) Mas tem muita gente agora provocando esses debates óbvios e essenciais.

Troca 9

FOLHA DE S. PAULO (Fernanda Mena) – (1) O projeto trouxe à tona personagens e fatos que se tornaram invisíveis na história dita oficial, (2) algo também comum no Brasil. (3) Qual é a consequência de revelar essas figuras e eventos para a sociedade de hoje?

NIKOLE JONES – (4) O motivo pelo qual eu estudei história é porque ela explica o mundo em que vivemos hoje. (5) O problema é que, em países como EUA e Brasil, (6) que querem minimizar a questão da escravidão, (7) você se torna menos capaz de entender o lugar em que vive. (8) Quando você olha o país e observa os negros a partir dos altos índices de pobreza, dos números de abandono escolar, da desproporção nas mortes por Covid-19... (9) Se você não conhece a história, (10) você preenche essa lacuna com estereótipos do tipo: negros não gostam de trabalhar, não se cuidam, não querem melhorar de vida etc. (11) Isso não é verdade. (12) E é a história que nos mostra porque essas condições são o que são. (13) Se você não entende as origens dessas desigualdades, (14) como pode querer consertá-las? (15) Só se pode consertar a desigualdade se se conhecer sua arquitetura.

Troca 10

FOLHA DE S. PAULO (Fernanda Mena) – (1) A face mais visível do racismo contemporâneo talvez seja a violência policial, (2) que motivou o movimento por vidas negras nos EUA, a partir do Black Lives Matter, e, em plena pandemia, um levante (3) quando George Floyd foi assassinado. (4) Quão efetivas foram essas manifestações?

NIKOLE JONES – (5) A violência policial é um dos fenômenos mais antigos dos países que tiveram escravidão. (6) Como as pessoas negras eram mais numerosas que as brancas, (7) foram criados modos de vigilância para controlar essa população. (8) As forças policiais americanas, em todo o Sul, derivaram das patrulhas de escravos que, com a abolição, se converteram em departamentos de polícia. (9) Essas patrulhas tinham de vigiar e usar violência como mecanismo de controle, especialmente a violência pública. (10) Então não devemos nos chocar que os departamentos de polícia modernos, originados nas patrulhas de escravos, ainda policiem comunidades negras (11) como se fosse um controle social, mantendo as pessoas negras temerosas e confinadas nos limites de seus guetos. (12) A gente também vê isso na crença de que pessoas negras são suspeitas, requerem o uso de violência, não têm o direito de questionar... (13) A violência policial é a manifestação mais visceral da desigualdade racial. (14) É algo físico e está na sua cara, (15) mas a polícia está apenas defendendo a hierarquia da sociedade como um todo. (16) Dito isso, não temos visto, mesmo depois dos protestos globais em torno do assassinato de George Floyd, nenhuma reforma policial substancial nos EUA. (17) Não há leis federais aprovadas, apenas algumas poucas leis locais. (18) Houve 119 outras pessoas negras mortas por policiais nos EUA depois de George Floyd e nós nem sabemos seus nomes.

Entrevista 5 (Branko Milanovic – Érica Fraga)**Troca 1**

FOLHA DE S. PAULO (Érica Fraga) – (1) Quais são as semelhanças e diferenças entre os dois tipos de capitalismo que o senhor identifica?

BRANKO MILANOVIC – (2) Os partidos de esquerda e comunistas, no século 20, transformaram os países que foram colonizados e eram semifeudais ou feudais de duas formas. (3) Em primeiro lugar, os liberaram do colonialismo (4) e, em segundo, se livraram das instituições do feudalismo. (5) Então, muitos deles estavam construindo o socialismo, (6) mas, ao longo do tempo, o capitalismo foi mais eficiente (7) e eles se moveram na direção do setor privado e dos mercados. (8) Esse foi meu argumento sobre como a China se tornou capitalista no sentido da infraestrutura, da produção, (9) enquanto politicamente, permaneceu um sistema autoritário (10) ou o que chamo de capitalismo político. (11) Já os países do Ocidente, em particular os EUA, passaram de sistemas social-democratas para outros mais neoliberais, (12) ou o que chamo de capitalismo meritocrático liberal.

Troca 2

FOLHA DE S. PAULO (Érica Fraga) – (1) Por que ambos aumentam a desigualdade de renda?

BRANKO MILANOVIC – (2) A parcela crescente de renda que vem do capital gera uma transmissão quase automática para a desigualdade (3) porque as pessoas que a recebem estão no topo da distribuição. (4) Há outras forças, (5) incluindo casamentos entre pessoas que são tanto muito instruídas quanto ricas (6) e, claro, o controle do processo político. (7) Na China, (8) a desigualdade é resultado de um desenvolvimento rápido, (9) do movimento da mão de obra da agricultura para a indústria, do aumento do desemprego, do aumento do retorno à educação, de uma larga parcela de renda do capital, (9) mas também de uma corrupção muito forte.

Troca 3

FOLHA DE S. PAULO (Érica Fraga) – (1) Há evidências de que a desigualdade é ruim para o desenvolvimento?

BRANKO MILANOVIC – (2) Um número crescente de estudos mostra que países muito desiguais são mais vagarosos em termos de crescimento. (3) Outro argumento empírico é que sociedades com desigualdade muito alta têm oportunidades desiguais. (4) O Brasil é um exemplo muito bom. (5) Os resultados das pessoas são influenciados por onde elas nasceram, quem são seus pais, se são brancas, pretas, miscigenadas (6) e elas não conseguem desfazer isso com seus esforços. (7) Um terceiro argumento muito importante (8) — e, de novo, o Brasil talvez seja um bom exemplo — (9) é que, quando há uma desigualdade muito alta, (10) as pessoas que são ricas tentam controlar o processo político.

Troca 4

FOLHA DE S. PAULO (Érica Fraga) – (1) Como a eleição de Bolsonaro se encaixa nos acontecimentos globais dos últimos anos?

BRANKO MILANOVIC – (2) Não conheço a política brasileira muito bem. (3) Mas, minha impressão, como muitas pessoas mencionaram, é que ela se encaixa na eleição de políticos como Trump ou [Narendra] Modi, na Índia, ou mesmo [Vladimir] Putin, na Rússia, e [Recep] Erdogan, na Turquia. (4) Também preciso dizer que eu nunca estive convencido em relação ao impeachment de Dilma.

(5) Por quê?

(6) Porque me pareceu que o ponto contra ela, como outras pessoas têm dito, foi relativamente fraco. (7) O que descobriram que ela fez foi o mesmo que muitos outros tinham feito. (8) Não foi para engrandecimento pessoal, (9) foi uma classificação inadequada de recursos.

Troca 5

FOLHA DE S. PAULO (Érica Fraga) – (1) Como o senhor vê os conflitos frequentes entre governo e a mídia tanto nos EUA de Trump, quanto no Brasil de Bolsonaro?

BRANKO MILANOVIC – (2) Vou falar sobre os EUA. (3) Vivo aqui há muito tempo e a grande mídia dominante tradicional se posicionou contra o Trump de uma forma que nunca havia visto em relação a outro presidente. (4) Ele também se comportou de uma forma muito diferente,

(5) heterodoxa, (6) se envolveu em brigas diretas, (7) inventou mentiras. (8) Mas estou muito infeliz com o que vimos bem no fim da presidência, (9) quando o Twitter, o Facebook e outras mídias começaram, essencialmente, uma censura. (10) Isso é, potencialmente, muito grave. (11) Não acho que esse seja o papel da mídia social, (12) que é uma ferramenta, da mesma forma que um jornal é uma ferramenta. (13) Quando uso um jornal para escrever o que seja, (14) seu dono não me dirá se o que escrevi é certo ou errado. (15) O mesmo vale para as mídias sociais. (16) Elas não devem me dizer se estou certo ou errado. (17) Esse papel de discordar é seu, da sua mídia, dos comentaristas, de outros ouvintes, (18) mas não da ferramenta.

Troca 6

FOLHA DE S. PAULO (Érica Fraga) – (1) Que papel a mídia tem desempenhado nas mudanças históricas que o senhor documenta?

BRANKO MILANOVIC – (2) Acho que as mídias sociais têm exercido um papel importante liberando crescimento, nos levando a conhecer opiniões, indivíduos, trabalhos, artigos de todo o mundo. (3) Ainda acho que as mídias sociais e a mídia de forma geral, seja a impressa ou em outros formatos, desempenharam um papel extremamente importante durante a história. (4) Você não pode revelar coisas, não pode aprender coisas, (5) se não puder compartilhá-las.

Troca 7

FOLHA DE S. PAULO (Érica Fraga) – (1) Quais foram as principais lições dos acontecimentos dos últimos anos?

BRANKO MILANOVIC – (2) É muito difícil dizer. (3) Os jornais e a mídia impressa originalmente sempre foram divididos ideologicamente. (4) Você não pode ser apenas um repórter (5) porque, ao escolher um tópico em vez de outro, está fazendo uma escolha e mostra sua visão sobre o que é importante e o que não é. (6) Então, compreendo (7) e, na verdade, sou a favor de termos não a chamada mídia neutra (8) porque isso é uma presunção. (9) Sou a favor de termos mídia de esquerda, direita, centrista, extrema direita, extrema esquerda, (10) como você quiser chamá-la. (11) O que me preocupa é quando a ferramenta —o Twitter ou o Facebook— começa a impor as condições. (12) Isso me lembra a Idade Média ou o comunismo, (13) quando, para te dar um exemplo, em alguns países, a pessoa encarregada da máquina de xerox era considerada culpada se outra a usasse para copiar alguma publicação contrária ao Estado.

Troca 8

FOLHA DE S. PAULO (Érica Fraga) – (1) A pandemia do coronavírus influenciará ou mudará tendências?

BRANKO MILANOVIC – (2) Até agora, descobrimos que é bem viável você fazer seu trabalho remotamente. (3) Fazíamos isso antes, (4) mas muito pouco. (5) Isso significa que podemos começar a ter um mercado global em algumas profissões. (6) A segunda coisa que irá mudar, infelizmente, é a relação entre EUA e China (7) porque seu conflito foi exacerbado e nós estamos, basicamente, no início da Segunda Guerra Fria. (8) Uma coisa que eu talvez tivesse mudado no livro é a opinião muito negativa sobre a renda básica universal (RBU). (9) Ainda acredito que ela é muito cara, (10) que a esquerda e a direita a veem de forma inteiramente diferente, (11) e que uma sociedade onde talvez 10% ou 15% das pessoas iriam, por escolha, nunca trabalhar não é boa. (12) Mas vi como os pacotes de estímulos, incluindo no Brasil, teriam sido muito mais simples se existisse a RBU.

Troca 9

FOLHA DE S. PAULO (Érica Fraga) – (1) Que países estavam mais bem preparados nessa crise?

BRANKO MILANOVIC – (2) Há uma divisão entre a Ásia do Leste e o resto do mundo. (3) Precisamos de explicações sobre por que os Estados Unidos, países europeus e da América Latina —principalmente, o Peru, mas em seguida o Brasil e a Argentina— estavam tão despreparados e, um ano depois do início da crise, continuam despreparados.

Troca 10

FOLHA DE S. PAULO (Érica Fraga) – (1) A China se tornará ainda mais importante globalmente?

BRANKO MILANOVIC – (2) A China, no longo prazo, será um perdedor da pandemia, (3) apesar do fato de que tenha lidado com ela muito bem. (4) O problema é que não era do interesse da China começar a Segunda Guerra Fria, (5) e essa pandemia contribuiu para isso.

Troca 11

FOLHA DE S. PAULO (Érica Fraga) – (1) O senhor realmente acredita em uma nova Guerra Fria?

BRANKO MILANOVIC – (2) Eu não tenho dúvidas de que entramos na nova Guerra Fria (3) porque o tema entre a China e os EUA não se refere mais a tarifas ou propriedade intelectual. (4) Por causa da população e do governo americanos, (5) isso se tornou um tema de valores. (6) Então, os EUA irão atrás da China em um terreno completamente diferente, dizendo que o país não é democrático, que sufoca minorias. (7) Quando você tem um conflito sobre o nível de tarifas, (8) há uma solução. (9) Quando você tem um conflito de valores, (10) você não tem uma solução para ele. (11) Isso que é assustador.

Entrevista 6 (Sally Lehrman – Raphael Hernandez)

Troca 1

FOLHA DE S. PAULO (Raphael Hernandez) – (1) Partindo do básico, o que exatamente é “confiança” em termos de mídia noticiosa e por que ela é importante?

SALLY LEHRMAN – (2) No Projeto Credibilidade (3) nos referimos ao quanto o público está disposto a acreditar que nós, jornalistas, estamos ali para representar seus interesses, (4) buscando informações precisas e contando a história toda de forma imparcial (5) para que eles possam tomar suas decisões. (6) É confiança de que estamos ali para servir o público. (7) Para a nossa sociedade funcionar bem, (8) as pessoas precisam confiar no jornalismo, (9) porque aí todos podem ter uma fonte comum de informações. (10) Pode ser que não concordemos em como resolver os problemas na sociedade, (11) mas precisamos concordar quanto a quais são esses problemas e quais os seus componentes. (12) Por isso, a confiança no jornalismo é vital não só para a sobrevivência da indústria, (13) mas também para a da sociedade.

Troca 2

FOLHA DE S. PAULO (Raphael Hernandes) – (1) Poderia nos dar um panorama da confiança na mídia?

SALLY LEHRMAN – (2) No geral, (3) a confiança melhorou, (4) mas não de forma muito sólida. (5) Foi e voltou no último ano. (6) Melhorou porque as pessoas estavam preocupadas com o que estava acontecendo conosco [pandemia] e o que poderia ser feito a respeito disso. (7) Depois, com as eleições nos EUA, (8) um monte de desinformação veio ao mesmo tempo (9) e a confiança despencou. (10) Com isso, temos uma grande oportunidade para melhorar a confiança, (11) mas também um grande risco por ter tanta desinformação. (12) As pessoas estão perdendo a confiança em todos os tipos de instituição, não só no jornalismo.

Troca 3

FOLHA DE S. PAULO (Raphael Hernandes) – (1) E a falta de confiança em outras instituições, bem como o discurso político, criam algum tipo de antipatia em relação à mídia?

SALLY LEHRMAN – (2) Sim. (3) Você está se referindo a algo bastante comum, (4) de políticos que não gostam do que veem na mídia (5) e chamam de fake news. (6) O público pegou esse hábito. (7) Isso ajuda a dar energia a quem está com raiva por qualquer motivo, (8) e eles direcionam esse sentimento à mídia (9) caso sintam que a sua história, ou ponto de vista, não está sendo contada. (10) Outra coisa que o Projeto Credibilidade percebeu, ao fazer uma pesquisa com dezenas de pessoas ao redor do mundo, é que há muita ansiedade. (11) Muitas pessoas têm um desejo sincero de entender o que está acontecendo no mundo, na sua comunidade, (12) mas elas têm escutado que as notícias são falsas. (13) Mesmo que a Folha de S. Paulo não seja falsa, (14) existe muita notícia que tenta se passar pelo jornal. (15) As pessoas sabem disso (16) e muitas perderam a confiança na sua habilidade de discernir. (17) Uma coisa que o jornalismo pode fazer é deixar claro por que é diferente, (18) e aliviar essa ansiedade.

Troca 4

FOLHA DE S. PAULO (Raphael Hernandes) – (1) Quanto da falta de confiança na mídia é culpa da própria indústria de notícias?

SALLY LEHRMAN – (2) Nós, jornalistas, deveríamos nos perguntar isso o tempo todo. (3) São três coisas. (4) A primeira é que, conforme fomos para o digital, perdemos nossa audiência de vista. (5) Não temos sido muito bons em engajar e ouvir o público para incorporar todas as perspectivas às histórias. (6) A segunda é que nós cometemos erros. (7) Quando começamos o Projeto Credibilidade, (8) lembro que uma das coisas que ouvimos do público é que eles gostariam que fôssemos honestos quanto aos erros. (9) Então, algo que pedimos às instituições participantes é não só ter um código de ética, (10) mas também mostrar correções nas suas páginas. (11) A terceira é que, se pensarmos no que está causando um pouco da desconfiança na sociedade como um todo, (12) é a hiperpolarização e a raiva que as pessoas sentem umas das outras, (13) porque elas não se compreendem. (14) E esse é um papel importante da mídia: (15) não contar só a história dos ricos e poderosos, executivos, do governo, mas de todas em todo o espectro. (16) O que acontece é que há um crescimento do ódio, (17) porque ele tira vantagem desse vácuo que o jornalismo ajudou a criar. (18) Uma falta de conhecimento, (19) vácuo de consciência sobre os outros.

Troca 5

FOLHA DE S. PAULO (Raphael Hernandes) – (1) O que foi feito até agora para melhorar a confiança nas notícias e combater a desinformação? (2) O que deve ser feito?

SALLY LEHRMAN – (3) O que eu falei sobre coisas que jornalistas devem fazer também se aplica, (4) porque quando não contamos toda a história, (5) cria-se uma brecha para a desinformação se aproveitar de medos e estereótipos. (6) Algumas das coisas que as grandes plataformas de mídias sociais e buscadores fizeram ultimamente ajudaram. (7) Quando você tem grandes vozes públicas que estão tentando incitar o ódio ou disseminar desinformação e essas contas são retiradas do ar, (8) cria-se um ambiente mais limpo. (9) Ao mesmo tempo, não é uma solução, (10) porque a desinformação continua existindo no WhatsApp e em outros lugares escondidos de moderadores. (11) Vejo um ponto de inflexão, (12) em que temos a oportunidade de fazer muito mais. (13) Há uma consciência do público sobre desinformação. (14) Uma pesquisa nossa com a Ipsos, empresa que faz estudos de mercado, mostra que 82% das pessoas procuram ativamente por notícias em que podem confiar.

Troca 6

FOLHA DE S. PAULO (Raphael Hernandes) – (1) E quanto da responsabilidade de lidar com a desinformação é da sociedade? (2) Pensando em educação midiática, por exemplo, (3) o peso deve ficar todo sobre os jornalistas?

SALLY LEHRMAN – (4) Não é uma luta só da mídia. (5) Também entramos em educação midiática no Projeto Credibilidade (6) porque precisamos ajudar o público a diferenciar notícias de todo o resto. (7) E também ensinar o papel de cada pessoa. (8) Por exemplo, fizemos uma campanha na qual pedíamos ao público que parasse antes de compartilhar algo em redes sociais (9) para verificar se aquilo é verdade. (10) Não é apurar, (11) mas olhar a fonte. (12) É confiável? (13) E usamos os indicadores de confiança (14) para guiar as pessoas. (15) Quem está por trás dessa história? (16) Como foi financiada? (17) Quem é a liderança? (18) Eles estão ligados a interesses comerciais ou políticos? (19) Se estão, (20) há uma barreira que separa o lado editorial dos interesses? (21) Quem é o jornalista? (22) As fontes são verdadeiras? (23) Tem mais de uma fonte? (24) É importante que cada pessoa pense e assuma um papel no ambiente de mídia.

Troca 7

FOLHA DE S. PAULO (Raphael Hernandez) – (1) As grandes empresas de tecnologia estão sob escrutínio, não só pelas fake news, mas com processos antitruste nos EUA e Europa. (2) Quanto de consertar o cenário de desinformação passa por eles?

SALLY LEHRMAN – (3) A maioria das notícias é distribuída por meio dessas empresas e suas plataformas, sejam elas mídias sociais ou serviços como o WhatsApp. (4) Elas têm agido, (5) mas muito mais precisa ser feito. (6) É importante que não deixemos todo o poder nas mãos dessas organizações (7) e não podemos confiar somente nelas para resolver tudo, (8) mas elas precisam se mexer. (9) No Projeto Credibilidade (10) trabalhamos regularmente com Google e Facebook, (11) além do Bing, (12) e já trabalhamos com o Twitter. (13) Internamente eles têm trabalhado bastante para entender o que está acontecendo e encontrar soluções. (14) Do ponto de vista de políticas, (15) não vimos muito. (16) Algumas das ações das últimas semanas, (17) quando cortaram as vozes que espalhavam falsidades, (18) deveriam ter sido feitas antes. (19) Era tarde demais.

Troca 8

FOLHA DE S. PAULO (Raphael Hernandez) – (1) Nos EUA, (2) Donald Trump questionou sem base o resultado das eleições (3) e, no Brasil, (4) Jair Bolsonaro imita as suas ações, (5) particularmente nessa área. (6) Como a mídia e a sociedade brasileiras devem agir (7) para evitar que o mesmo aconteça aqui em dois anos?

SALLY LEHRMAN – (8) Com a eleição, e argumentos de fraude, algumas coisas levaram a isso. (9) Demos bastante espaço para preocupações sem embasamento. (10) Se eu fosse editora de todos os jornais nos EUA, (11) eu teria dado pouca ênfase a isso ou pelo menos dado um contrapeso mais forte. (12) Tem também a distribuição, (13) sobre a qual temos pouco controle. (14) Quando vejo notícias no celular, (15) tento dar o mínimo de informação para os algoritmos (16) a fim de tentar enxergar o que outras pessoas estão recebendo. (17) Me surpreende, (18) porque são muitos veículos conservadores e, às vezes, sem diferenciar opinião de notícia. (19) Dá pra entender porque as pessoas ficam confusas. (20) Então, temos que manter a pressão sobre as plataformas (21) para que elas não canalizem alguns tipos de informação para quem quer ouvir.

Entrevista 7 (Ben Smith – Thiago Amparo)

Troca 1

FOLHA DE S. PAULO (Thiago Amparo) – (1) Qual é a importância de colunistas de mídia?

BEN SMITH – (2) A mídia é uma ótima história, (3) não apenas a indústria midiática em si, (4) mas suas conexões com outros temas. (5) Se você cobre política, tecnologia ou esportes, (6) perceberá quanto poder a mídia tem em todos esses campos. (7) Não se conta a história da política fingindo que a mídia é um mundo à parte ou a história do esporte sem perceber que boa parte do seu dinheiro vem de acordos com a mídia.

Troca 2

FOLHA DE S. PAULO (Thiago Amparo) – (1) Você escreveu numa coluna que “jornalistas não são inimigos do povo, mas não são seus amigos”. (2) O que quis dizer com isso?

BEN SMITH – (3) Em primeiro lugar, diria que pessoas como você e eu, que crescemos em países democráticos, temos muito a aprender com pessoas que passaram suas carreiras enfrentando forças antidemocráticas, (4) como as que estão em crescimento no Brasil e nos Estados Unidos agora. (5) No entanto, muitos liberais que se opuseram a Donald Trump passaram a ver a nós, jornalistas, como aliados nessa luta contra ele. (6) Há um elemento de verdade nisso, (7) porque Trump estava mentindo e estávamos tentando corrigi-lo. (8) Mas isso também é um movimento político que tem seus próprios líderes, que têm suas próprias agendas, que nem sempre respeitam fatos. (9) Acho importante para a mídia não fazer parte desse movimento.

Troca 3

FOLHA DE S. PAULO (Thiago Amparo) – (1) Como avalia a crítica de viés da mídia em certas coberturas? (2) E a escolha editorial de enquadrar certas falas como “mentira” ou “racismo”, por exemplo?

BEN SMITH – (3) Essas são questões difíceis. (4) Acho que a mídia americana por muito tempo teve esse padrão preguiçoso de dizer “alguém diz que o céu é azul, alguém diz que o céu não é azul, vamos apenas imprimir os dois lados.” (5) De certa forma, Trump forçou todos a reconhecer o fato de que ele estava mentindo e nos desafiando a ver se o chamávamos de mentiroso (6) para, em seguida, usar o fato de que o chamávamos de mentiroso para dizer à sua base, “Veja, eles me odeiam, eles odeiam vocês”. (7) De certa forma, foi uma armadilha. (8) Não é simples o uso dessas palavras mágicas, (9) como “mentira” e “racista”. (10) Durante o período de Trump, (11) a mídia mudou para uma linguagem muito mais sangrenta sobre ele. (12) Talvez isso tenha feito os jornalistas se sentirem melhores, tenha feito com que pessoas que já odiavam Trump se sentissem apoiadas por jornalistas, (13) mas não tenho certeza de que isso tenha mudado a opinião de alguém. (14) Às vezes, superestimamos nosso poder.

Troca 4

FOLHA DE S. PAULO (Thiago Amparo) – (1) Você já recebeu telefonema do presidente francês Emmanuel Macron, reclamando de uma reportagem da mídia americana sobre racismo, terrorismo e religião na França. (2) Em que sentido o jornalismo transnacional é importante hoje?

BEN SMITH – (3) A mídia americana é poderosa e influente em todo o mundo (4) (o NYT, onde trabalho agora, certamente é), (5) mas também é muito, muito americana (6) e tende a procurar ângulos no resto do mundo que estejam ligados à história dos EUA. (7) Então, nós escrevemos muito sobre Bolsonaro, (8) mas sempre no contexto de como ele é igual a Trump. (9) A mídia americana tem dificuldade em reconhecer como as coisas são diferentes em outros lugares, (10) como a política racial do Brasil é diferente da americana. (11) O que Macron estava reclamando era que a mídia dos EUA olha para a França através de lentes políticas americanas específicas, (12) e eu acho que isso é um grande problema, (13) em especial na medida em que a mídia dos EUA é, de certa forma, a mídia global.

Troca 5

FOLHA DE S. PAULO (Thiago Amparo) – (1) Como você vê a estrutura da mídia americana e quais as principais diferenças em relação a lugares como o Brasil ou a Hungria?

BEN SMITH – (2) As pessoas falam que a Folha é o NYT do Brasil. (3) Mas a Folha tem muito menos assinantes. (4) O NYT está com 7,5 milhões de assinantes. (5) O que está acontecendo nos EUA é que as maiores e mais bem-sucedidas publicações e negócios estão crescendo. (6) Tudo no meio se foi, (7) e os grandes têm todo esse poder. (8) A outra coisa é que, por muito tempo, a mídia americana se baseou em publicidade, (9) o que significava que ela queria apenas a maior audiência possível. (10) Então se produzia um jornal que não defendesse ninguém e que, portanto, todos pudessem ler. (11) Agora, o NYT, o Washington Post estão ganhando dinheiro com assinantes e não precisam mais falar com todos.

FOLHA DE S. PAULO (Thiago Amparo) – (12) Isso é bom para o jornalismo? (13) Como você vê essa dependência de assinantes?

BEN SMITH – (14) Não sei se é bom ou ruim para o jornalismo. (15) Esse sempre foi um tipo de negócio muito complicado, com muitas pessoas diferentes fazendo muitos tipos diferentes de trabalho. (16) Presumo que isso continuará mudando. (17) Mas o NYT é como a Folha em outro sentido: (18) há uma cultura interna que diz que somos sempre adversários. (19) E acho que você verá o NYT ser muito duro ao cobrir Joe Biden, (20) embora haja também uma força gravitacional dos assinantes.

Troca 6

FOLHA DE S. PAULO (Thiago Amparo) – (1) Como foi sua transição do BuzzFeed para o NYT (2) e como você vê a mídia para além dos grandes jornais?

BEN SMITH – (3) Minha transição pessoal foi muito estranha, (4) porque eu estava dirigindo uma Redação (5) e, de repente, estava escrevendo apenas um artigo por semana para pessoas que nunca tinha visto. (6) O crescimento desses novos veículos, como o BuzzFeed, mudou muito o jornalismo. (7) Eles forçaram todos a reconhecer o fato de que a internet era a principal forma de todos receberem suas notícias, que esse é o seu principal produto. (8) Fiquei muito triste em ver como a pandemia acabou com a operação brasileira do BuzzFeed, (9) porque senti que a equipe no Brasil fez um trabalho realmente incrível. (10) E o Brasil precisa de mais competição nas notícias. (11) É um setor muito centralizado. (12) Ainda há muito espaço para novas formas de jornalismo e novos lugares para outras histórias.

Troca 7

FOLHA DE S. PAULO (Thiago Amparo) – (1) Como vê o papel da mídia conservadora no contexto do aumento da política de direita em países como Brasil ou EUA?

BEN SMITH – (2) O novo populismo de direita vive das redes sociais e criou uma onda de veículos de direita que não estão realmente fazendo jornalismo, mas propaganda. (3) Eles estão tentando ajudar o líder a atacar seus oponentes (4) e são um verdadeiro problema social para sociedades que estão tentando se apegar a fatos. (5) Nos EUA, (6) a Fox News é algo diferente: (7) é uma plataforma gigantesca, (8) um dos canais de notícias a cabo mais assistidos do país há anos. (9) Donald Trump é principalmente quem ele é por causa da Fox. (10) É quase chato falar sobre isso, (11) porque é tão óbvio, (12) mas é realmente uma característica central da política americana.

Troca 8

FOLHA DE S. PAULO (Thiago Amparo) – (1) É um problema para o jornalismo quando a mídia conservadora tem mais acesso a presidentes?

BEN SMITH – (2) Há um ditado no jornalismo americano que diz que “acesso é uma maldição”. (3) Eu realmente acho que a maior parte do acesso é inútil. (4) Ou vão dizer algo que você já sabia ou vão mentir para você, (5) principalmente Trump e Bolsonaro. (6) O acesso é valioso (7) quando ocorre nos seus termos, quando querem falar com o seu público, e então você pode fazer perguntas difíceis. (8) O único momento em que o acesso é valioso é quando você pode conversar com alguém poderoso, como um chefe de Estado, e desafiá-lo.

Troca 9

FOLHA DE S. PAULO (Thiago Amparo) – (1) Como você vê a suspensão da conta de Trump no Twitter e, de forma mais geral, o papel dessas plataformas em relação à mídia?

BEN SMITH – (2) É extraordinário. (3) Se você tinha alguma dúvida sobre quanto poder essas plataformas tinham, (4) não mais: (5) banir Trump o silenciou. (6) Ele se foi. (7) Mas acho que a questão é quem toma essas decisões: (8) são apenas os executivos da empresa? (9) É um funcionário do governo? (10) Quando se fala sobre regulamentação, (11) geralmente o que os governos europeus e outros estão dizendo não é que um funcionário do governo decidirá o que está certo, (12) mas que a regulamentação forçará as empresas a ter processos claros.

Troca 10

FOLHA DE S. PAULO (Thiago Amparo) – (1) Qual é o futuro da mídia americana pós-Trump?

BEN SMITH – (2) Muitas das tendências que Trump trouxe vão continuar a servir à raiva e à divisão na política e também à capacidade cada vez maior de pequenas organizações de notícias alcançarem diretamente as pessoas mais conectadas a elas. (3) Continuaremos a ver as mesmas tendências tanto em direção a mais divisão quanto a uma economia baseada na assinatura e na conexão direta com os consumidores. (4) A questão é se a era da mídia social está chegando ao fim. (5) A saída de Trump do Twitter é isso: (6) parece o começo do fim de algo.

Entrevista 8 (Felipe Neto – Patrícia Campos Mello)**Troca 1**

FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) Você tem atuado como evangelista sobre a ameaça da desinformação à democracia. (2) O que funciona para combater fake news?

FELIPE NETO – (3) Um dos caminhos é educação digital. (4) Temos uma população desinformada, (5) que precisa dessa educação digital (6) para não cair nas armadilhas criadas por quem orquestra a desinformação no Brasil. (7) Existem maestros dessa desinformação criminosa. (8) O segundo caminho é o empoderamento da Polícia Federal (9) para que seja efetiva contra líderes de quadrilhas da articulação do ódio. (10) Não adianta punir quem compartilha ou quem acredita em fake news. (11) Esses são vítimas que se tornam agentes da desinformação por falta de acesso à educação digital.

Troca 2

FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) Você tem uma iniciativa de educação midiática?

FELIPE NETO – (2) A gente entregou na mão da população mundial a ferramenta mais poderosa da história da humanidade, a internet, e falou: usa aí. (3) Sem manual, sem educar as pessoas sobre como não cair em armadilhas. (4) Eu criei o Instituto Vero com Nilce Moretto, Caio Machado e Estevão Slow. (5) Nosso projeto inclui cursos, conteúdo digital e projetos de gamificação. (6) O objetivo final é ensinar as crianças a utilizar melhor as plataformas digitais.

Troca 3

FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) A educação midiática é importante, (2) mas limitada. (3) Há quem continue a acreditar em informações falsas mesmo depois de ser confrontado com aquelas verdadeiras. (4) Como lidar com isso?

FELIPE NETO – (5) Esse é um problema sistêmico que vai estar sempre presente. (6) Mesmo com todas as soluções, (7) ainda vai haver expoentes de negacionismo, insanidade coletiva, seitas. (8) A gente tem que tentar diminuir isso ao máximo, (9) usando boa informação. (10) O objetivo é fazer com que agentes da desinformação, do ódio e da violência voltem para o buraco de onde nunca deveriam ter saído e tenham vergonha de expor seus devaneios ou mau-caratismo. (11) Embora o problema seja sistêmico e de comunicação, (12) ele é também de representação. (13) Quem representa a sociedade acaba exercendo influência, e as pessoas que têm instintos racistas ou homofóbicos se sentem seguras pra se expor. (14) A gente viu isso muito claramente tanto nos EUA sob [o ex-presidente Donald] Trump quanto no Brasil.

Troca 4

FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) Nos EUA, (2) discute-se quebra do monopólio de grandes plataformas e também a necessidade de mudar a regra que as exime de responsabilidade por conteúdo postado por terceiros. (3) Qual é sua opinião sobre estes dois debates?

FELIPE NETO – (4) Esse é um dos assuntos mais complexos do momento. (5) Hoje, (6) o controle da comunicação global no ambiente digital está nas mãos de pouquíssimas pessoas. (7) Isso é um problema. (8) Mas existem bons argumentos que defendem a não responsabilização de plataformas sobre tudo o que é postado. (9) É um bom momento para o debate. (10) Não é um bom momento para ter convicções plenas e irredutíveis. (11) Há diferença entre plataformas. (12) O Twitter ainda comete muitos erros, (13) mas coloca marcações nos posts do Trump, (14) lutando contra a desinformação [antes do republicano ser banido da rede social]. (15) Já o Facebook nem marcação tem. (16) Acho que não dá pra mesma companhia controlar Facebook, WhatsApp e Instagram. (17) É extremamente problemático. (18) As eleições americanas de 2016 tiveram fortíssima influência do Facebook por meio da manipulação de algoritmos. (19) Como a gente pode olhar para isso e dizer: “Deixa o mercado livre”? (20) Não é bem assim, vamos dialogar.

FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (21) Como isso se aplica ao Brasil?

FELIPE NETO – (22) O Brasil ainda está muito distante disso. (23) O Brasil ainda está com a lei das fake news, tentando responsabilizar o tio do churrasco por ter compartilhado uma mensagem no WhatsApp. (24) Cenário brasileiro é deprimente em comparação ao nível de discussão nos EUA, na Alemanha, na Inglaterra.

Troca 5

FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) Você é crítico ao PL das Fake News. (2) Por quê?

FELIPE NETO – (3) O PL basicamente cria uma checagem do compartilhamento de mensagens (4) para retroagir e encontrar a origem do primeiro compartilhamento. (5) Só que essas mensagens, na maioria, são de uma pessoa que tira print de algo no Facebook e manda no grupo do WhatsApp. (6) E aquilo viraliza. (7) Esse cara normalmente não tem instrução digital, acredita em tudo (8) porque nem sabe a diferença entre um portal com inúmeros processos nas costas por difamação, injúria e todo tipo de crime, e uma Folha de S. Paulo. (9) Ele não teve educação para diferenciar, (10) então ele compartilha achando que é verdade. (11) Esse cara é criminoso? (12) Pelo amor de Deus, é óbvio que não é um criminoso. (13) Quem é o criminoso? (14) É o dono do site ou da página do Facebook que criou essa notícia com o intuito de fazer esse tio compartilhar ela no WhatsApp. (15) O que o PL faz hoje é criminalizar o tio, (16) enquanto o cara que produziu a notícia no Facebook está protegido no ambiente digital. (17) Esse PL não vai pegar esse cara nunca. (18) Só quem pode pegá-lo é a Polícia Federal.

Troca 6

FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) É realista achar que, no governo atual, a Polícia Federal será empoderada para isso?

FELIPE NETO – (2) A gente não pode esperar nenhum investimento do governo federal nesse âmbito. (3) Por isso é tão importante que, em 2022, o Brasil mude. (4) Só quem consegue pegar esses caras é a PF. (5) A gente precisa empoderar a PF no próximo governo (6) para que ela possa chegar a esses líderes da desinformação. (7) Agora, o meu chute é que, quando houver troca de governo, (8) esses líderes vão desaparecer, vão se esconder, (9) porque sabem a quantidade de crimes que cometeram. (10) Tem o Oswaldo Eustáquio que está preso neste momento. (11) Ele foi um dos grandes articuladores do ódio nesses últimos anos.

Troca 7

FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) Como responsabilizar pessoas que lideraram uma campanha de difamação contra você depois que criticou Bolsonaro numa entrevista ao New York Times?

FELIPE NETO – (2) A gente fez uma investigação própria (3) quando viralizou essa tentativa de envolver meu nome com pedofilia. (4) Um rastreamento da origem de um dos vídeos, (5) que era uma montagem horrível me associando com pedofilia. (6) Chegamos até um policial militar que trabalha no gabinete do Bruno Engler (PRTB), (7) que foi candidato à prefeitura de Belo Horizonte. (8) É um bolsonarista ferrenho, fanático. (9) Então a gente entrou com um processo criminal contra o policial militar e contra o próprio Engler. (10) A terceira possibilidade de combate é justamente essa: (11) a luta na esfera jurídica, com processos criminais. (12) É um caminho mais demorado e mais caro, não é todo mundo que tem condição de fazer, (13) mas acaba trazendo resultado. (14) Quando você vê um [blogueiro] Allan dos Santos se mudando para os Estados Unidos, desesperado, (15) porque sabe que está mapeado, (16) ou o próprio [ex-ministro da Educação, Abraham] Weintraub fugindo do Brasil, com medo, (17) mesmo enquanto o Bolsonaro é presidente, (18) você vê que há uma resposta. (19) Mas eu acredito que em 2022 o povo vai dar uma resposta nas urnas (20) e a gente vai ter uma mudança de panorama.

Troca 8

FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) Você tem criticado o PT por não formar alianças. (2) Vê possibilidade de uma Frente Ampla da oposição em 2022?

FELIPE NETO – (3) Tenho várias críticas ao passado do PT, (4) mas este não é o momento. (5) É o momento de pregar união. (6) Espero muito que o PT tenha amadurecido nesse período, (7) que os políticos do partido tenham entendido que o antipetismo é uma realidade. (8) Não é algo que vai ser destruído em um ano e meio. (9) E que é preciso a gente lutar com as armas que tem.

Troca 9

FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) É a hora de uma aliança que inclua a direita não bolsonarista?

FELIPE NETO – (2) Muitos da esquerda se recusam a se unir a quem apoiou o impeachment da presidente Dilma Rousseff, por exemplo... (3) Se a pergunta é: deve haver união com partidos ou representantes de direita? (4) A resposta é sim. (5) Deve, (6) porque a gente está num Estado de exceção, um momento muito delicado da história do Brasil. (7) Nós não estamos num ambiente racional (8) e, para combater o maucaratismo, a violência e a irracionalidade, (9) precisamos nos unir a aliados (10) mesmo que sejam pessoas das quais você discorda. (11) Senão, não venceremos.

Troca 10

FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) Você tem 41 milhões de seguidores e foi eleito uma das 100 pessoas mais influentes do mundo em 2020 pela revista Time. (2) O que pretende fazer com esse patrimônio de influência?

FELIPE NETO – (3) Projetos de educação digital. (4) Investir em institutos que lutem por direitos humanos. (5) Pretendo investir parte significativa dos meus ganhos, (6) obtidos justamente com essa influência. (7) para fazer a educação chegar até a casa de pessoas que não têm acesso a ela. (8) Não tenho nenhuma necessidade vaidosa, de ego, de querer ser um representante, um líder.

Troca 11

FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) Você se vê assumindo um papel político mais atuante?

FELIPE NETO – (2) Nenhuma hipótese. (3) Somente via terceiro setor, (4) institutos, ONGs, doações. (5) Eu sou criador de conteúdo. (6) No final de tudo, eu sou um palhaço do YouTube. (7) Continuo sendo um cara para criar entretenimento, para fazer as famílias darem risada. (8) Tenho as minhas opiniões políticas, (9) sei que elas ganharam muita reverberação. (10) Mas vou sempre manter a humildade de dizer quando não sou especialista no assunto.

Troca 12

FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) Você continua sofrendo ameaças?

FELIPE NETO – (2) Ameaças são constantes. (3) Algumas de gatos pingados, que são apenas gado mesmo. (4) Todas são enviadas para o sistema de segurança que foi montado pra me proteger. (5) Temos extensa inteligência digital e física. (6) Essas pessoas passam a ser mapeadas, (7) para ver se representam risco. (8) Ameaça grave mesmo foi uma, (9) que resultou na retirada da minha mãe do país. (10) Foi muito ruim.

Troca 13

FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) Em algum momento, você pensou em sair do Brasil?

FELIPE NETO – (2) Penso em sair do Brasil pelo menos cinco vezes por semana. (3) Mas é muito difícil. (4) Tenho todos os meus amigos aqui, minha vida, minha família... (5) O Brasil é o país que eu amo. (6) Talvez um dia eu saia, (7) mas eu sinto que não é o momento.

Troca 14

FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) Acha que a imprensa profissional têm feito um bom trabalho em relação às redes sociais e à desinformação?

FELIPE NETO – (2) Não. (3) Acho que evoluiu bastante nos últimos dois, três anos, (4) mas ainda tem muito para melhorar. (5) Tem problemas sérios e sistêmicos, principalmente em relação ao paywall [que restringe o acesso a não-assinantes]. (6) Eu não sou daqueles que acham que o conteúdo precisa ser totalmente gratuito. (7) A gente teve um período muito ruim, jornalisticamente falando, (8) quando o digital invadiu. (9) As assinaturas foram sumindo, (10) e todo mundo só consumia informação gratuita. (11) Aí os sites passaram a priorizar os cliques, e não a qualidade da informação. (12) Mas a gente precisa repensar o paywall (13) porque só se combate desinformação com informação, educação e Polícia Federal. (14) Se você restringe uma notícia fundamental atrás de um paywall, (15) está elitizando o acesso a boa informação, (16) e isso é um problema grave. (17) Não é: “Folha, tire o paywall”. (18) Mas é hora de debatê-lo. (19) Como usar a inteligência artificial para permitir que as camadas que não têm condições de assinar a Folha ou outros veículos possam ter acesso à informação de qualidade?

Troca 15

FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) Por que a direita, especialmente a extrema direita, usa a internet de forma tão mais eficiente do que a esquerda?

FELIPE NETO – (2) Porque a direita se alimenta dos nossos instintos mais primitivos. (3) Por exemplo, o problema das drogas. (4) O que é mais fácil para um pai ou mãe de família, que não tem tempo de ler livros sobre isso? (5) O discurso que diz “tem que matar esses vagabundos” ou o que diz “precisamos compreender essas pessoas, tirá-las da sociedade para um ambiente socioeducativo, investir para que elas retomem corrigidas, e investir mais ainda dinheiro público em projetos sociais para as camadas mais pobres, para evitar que isso aconteça”? (6) O que é mais fácil de entender e compartilhar é “mata esses vagabundos”. (7) Por isso essa direita chucra, burra e violenta tem tanto apoio: (8) é muito fácil de entender [a mensagem]. (9) Quem resumiu isso à perfeição foi o [deputado federal] Eduardo Bolsonaro (PSL), (10) que tuitou que, para ser um conservador, não é preciso estudar. (11) Ele estava errado, (12) porque conservadores de fato não são esses reacionários bundões. (13) Existem muitos conservadores extremamente inteligentes, com quem a gente consegue dialogar e discordar de uma maneira muito elevada. (14) Mas para ser um reacionário, um cara que quer o Estado ligado à Igreja, à moral cristã, não precisa estudar. (15) Basta ler meia dúzia de livros ou assistir a meia dúzia de vídeos do Olavo de Carvalho. (16) A solução dos problemas está ali, cristalina: (17) violência, imposição e autoritarismo. (18) O pai e a mãe de família que precisam botar comida na mesa não têm tempo. (19) Então, todos esses discursos fáceis, rasos, do “mata o bandido” ou “aborto é assassinato”, têm um grande apelo. (20) As pessoas se engajam, (21) e por isso a extrema direita surfa a onda do ambiente digital com muito mais facilidade.

Troca 16

FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) A oposição tem o que melhorar em seu uso das redes?

FELIPE NETO – (2) Tem e muito. (3) A esquerda ainda não aprendeu a se comunicar. (4) Mas o ano de 2020 foi decisivo. (5) Finalmente vi progressistas aprendendo a usar redes sociais. (6) A campanha do Guilherme Boulos (PSOL) à Prefeitura de São Paulo foi espetacular. (7) Até então, a esquerda estava fechada para isso. (8) Continuava com os mesmos discursos, a coisa elitista de exigir posicionamentos das pessoas, de exigir que as pessoas deixem de ser antipetistas. (9) Essa exigência da esquerda era uma coisa arrogante que não funcionava, não funciona e nunca vai funcionar. (10) Quanto maior é a sua exigência de mudança comportamental de uma pessoa na internet, (11) mais resistente a pessoa ficará e você fica mais distante. (12) Precisa mudar de chave, sair do “olha aqui o que vocês fizeram” e passar para o comportamento que o Guilherme Boulos teve na campanha: (13) educacional, explicativo e, mais importante de tudo, sucinto.

FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (14) Como assim?

FELIPE NETO – (15) Um grande problema da esquerda é que ela é prolixa. (16) Ela quer explicar os problemas com palavras demais, (17) e a gente precisa compreender com quem a gente está se comunicando (18) quando vai falar alguma coisa. (19) Você quer falar para um moleque de 15 anos como funciona o sistema do tráfico de drogas? (20) Não adianta começar lá na crise do algodão nos Estados Unidos (21) porque, no segundo parágrafo, (22) o moleque já saiu do vídeo. (23) O Boulos foi sucinto. (24) E ele e a Manuela também conseguiram invadir o espaço dominado pela extrema direita. (25) Foram a podcasts, jogos online, ambientes controlados por essa turma da extrema direita e disseram: Vamos conversar? (26) A gente precisa oxigenar a esquerda com essa forma de fazer política. (27) Tem muito caminho pela frente. (28) E alguns temas ainda são tabus e precisam deixar de ser. (29) Enquanto a esquerda não começar a falar de forma inteligente sobre ditaduras e regimes autoritários de esquerda, (30) vai ser muito difícil ganhar uma eleição. (31) As pessoas falam: você é defensor do [ditador venezuelano Nicolás] Maduro, você é defensor de Cuba.

Troca 17

FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) A esquerda perde legitimidade para criticar autoritarismo no Brasil ao dizer que a Venezuela é uma democracia?

FELIPE NETO – (2) Existe um grande problema hoje na esquerda que se chama militância. (3) A militância de esquerda não elege mais ninguém. (4) É extremamente minada, (5) se tornou cada vez mais extrema e com menos pessoas. (6) Em contrapartida, é a que mais defende os políticos e ataca opositores. (7) Então os políticos de esquerda se tornam reféns dessa militância. (8) E essa militância exige que, sob nenhuma hipótese, se faça uma crítica a Maduro ou a Cuba.

Troca 18

FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) Flagrado em vídeo jogando futebol (2) depois de criticar quem descumpria regras de distanciamento social, (3) você pediu desculpas publicamente, (4) mas sofreu um movimento de cancelamento. (5) O que você aprendeu com esse episódio?

FELIPE NETO – (6) O meu erro foi dar munição para essas pessoas com o erro de ter ido jogar a pelada. (7) Eu me retratei (8) e segui a vida. (9) Só que isso gerou munição para essas pessoas que estão desesperadas para que minha reputação seja arruinada. (10) Transformaram isso num circo. (11) Não colou. (12) Meu canal voltou hoje para o YouTube, números incríveis.

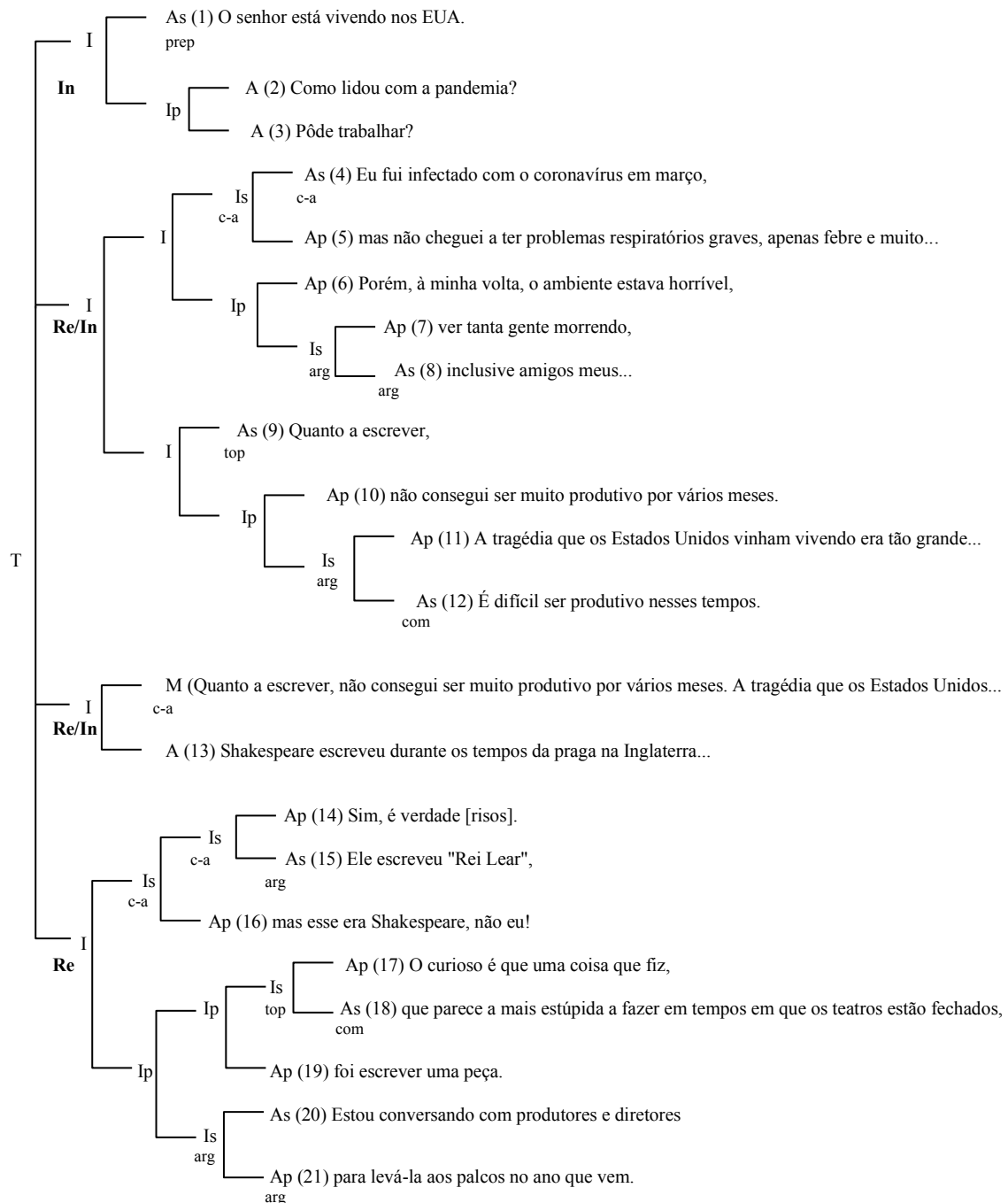
Troca 19

FOLHA DE S. PAULO (Patrícia Campos Mello) – (1) O que pensa hoje de cancelamentos?

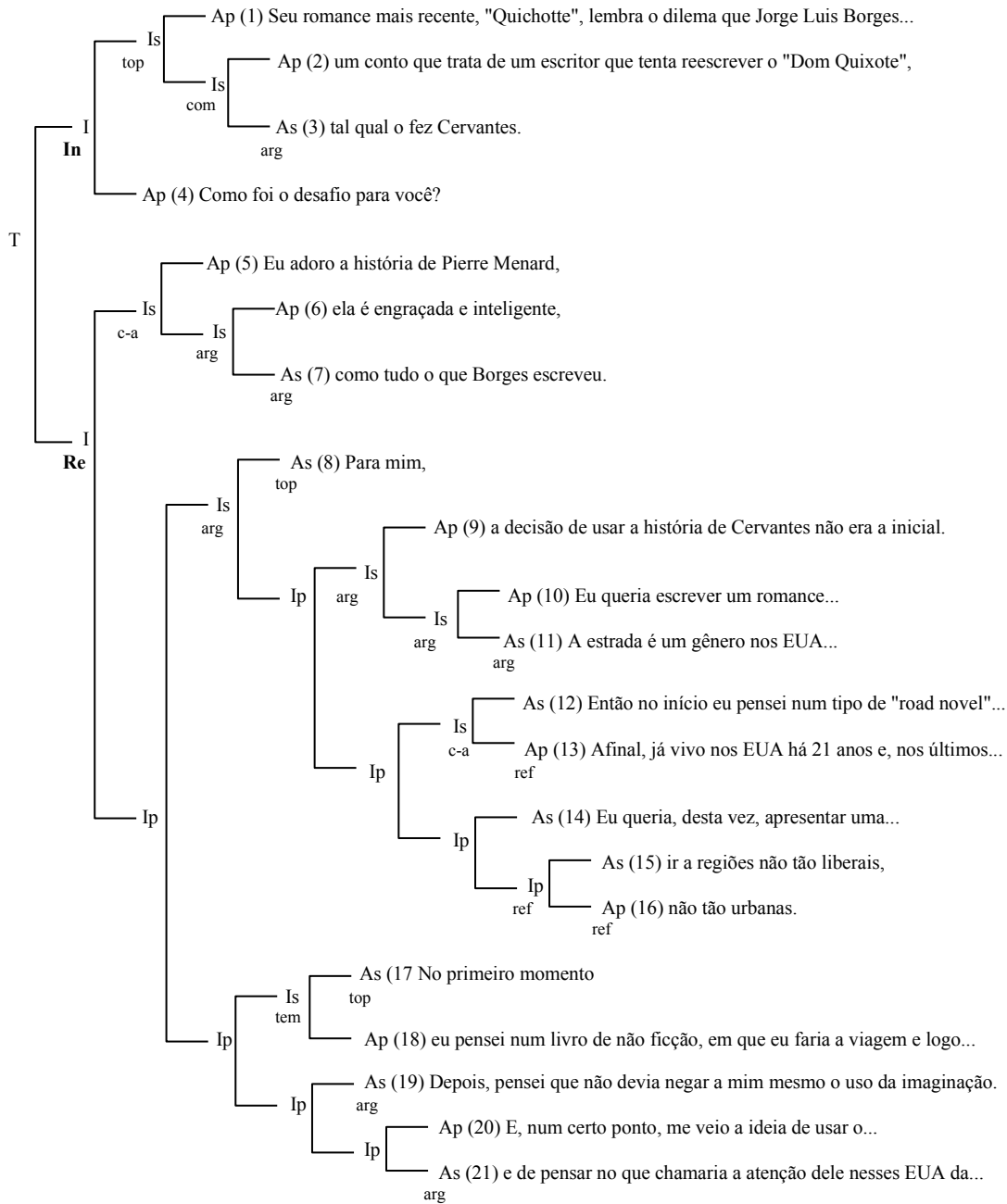
FELIPE NETO – (2) No ano de 2020, (3) refleti muito sobre posturas de cancelamento, sobre essa necessidade de pessoas nas redes sociais quererem arruinar a vida de outras em função de erros e equívocos que são corrigíveis. (4) Essas pessoas se colocam nessa posição de juízes da moral e da ética. (5) Cancelamento é mais um erro que a esquerda comete. (6) A cada cancelamento pela esquerda, (7) é uma nova pessoa que você não pode aceitar amanhã. (8) A esquerda precisa repensar isso, (9) estamos num estado de exceção, (10) precisamos fazer alianças, precisamos nos sentar e dialogar com quem a gente discorda, (11) mas que são pessoas racionais. (12) Esses cancelamentos afastam muito mais do que agregam. (13) A gente precisa focar no grande problema: (14) o flerte com o fascismo no controle do Brasil. (15) Os outros problemas a gente pode combater amanhã.

ANEXO B – ESTRUTURAS HIERÁRQUICAS COM A INDICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE DISCURSO

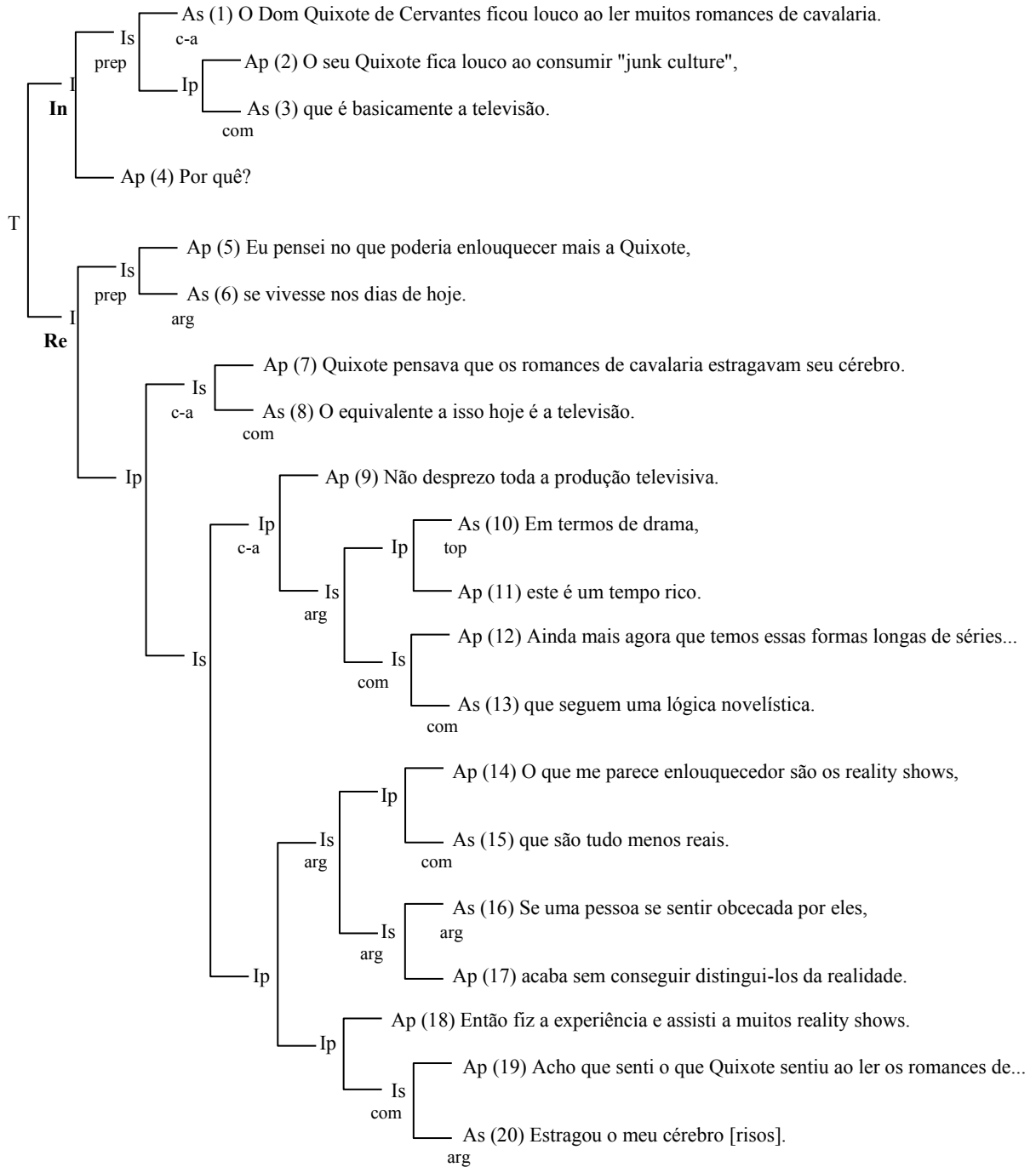
Entrevista 1 (Salman Rushdie – Sylvia Colombo) Troca 1



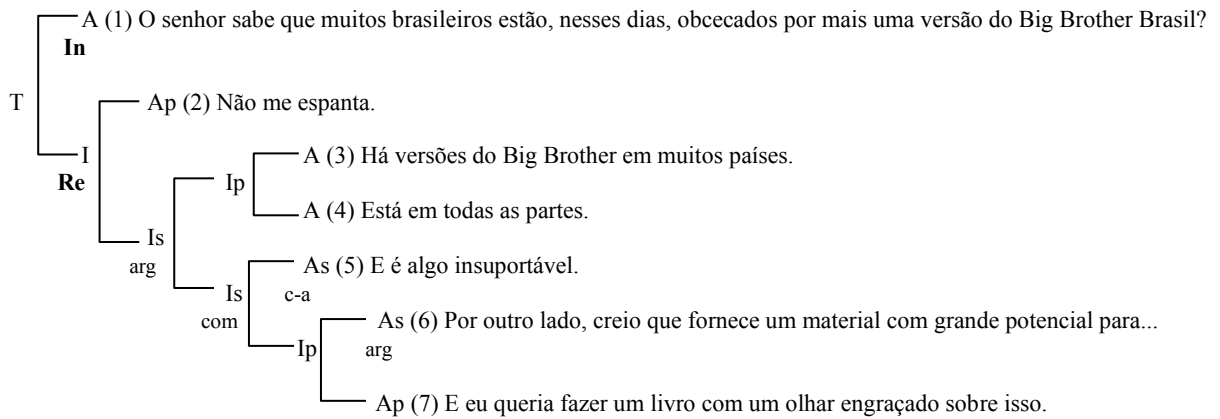
Troca 2



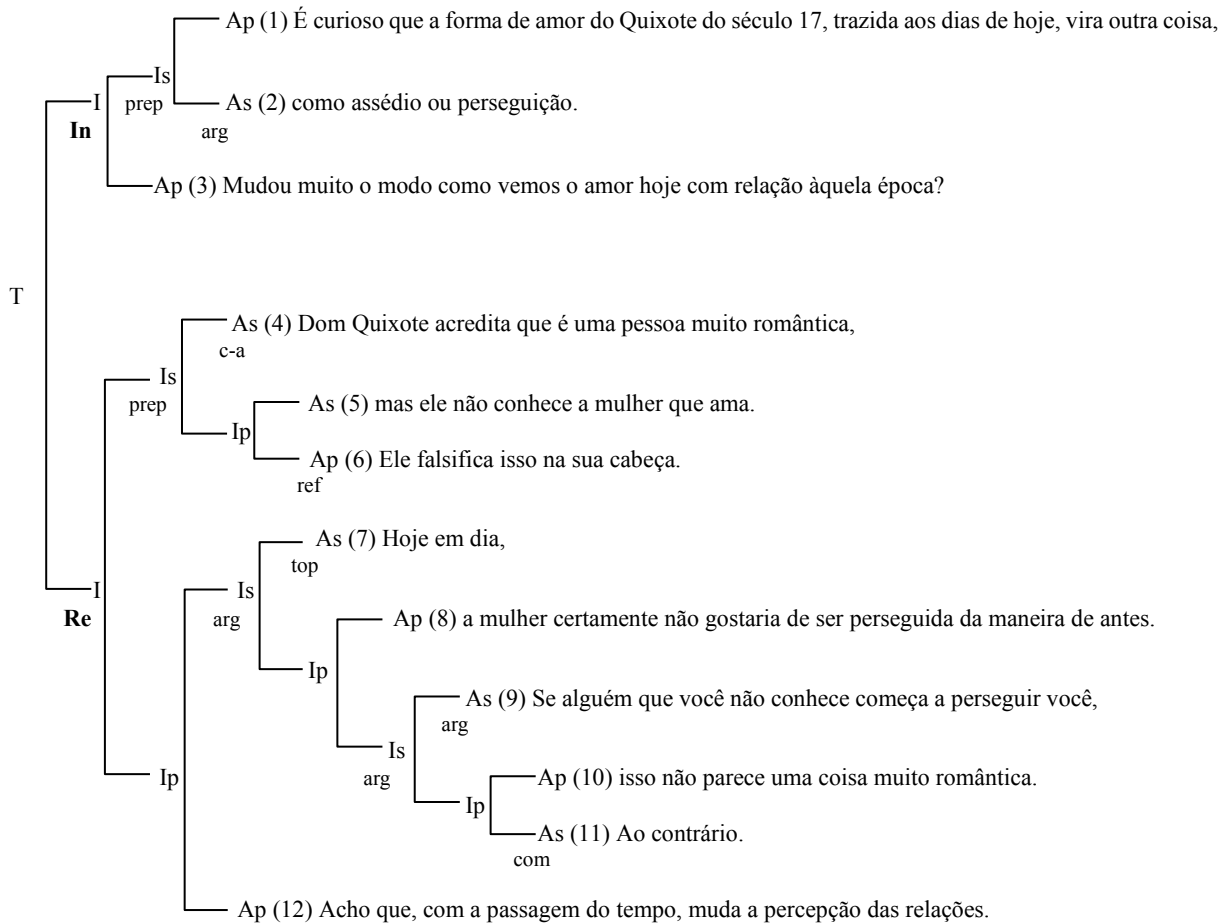
Troca 3



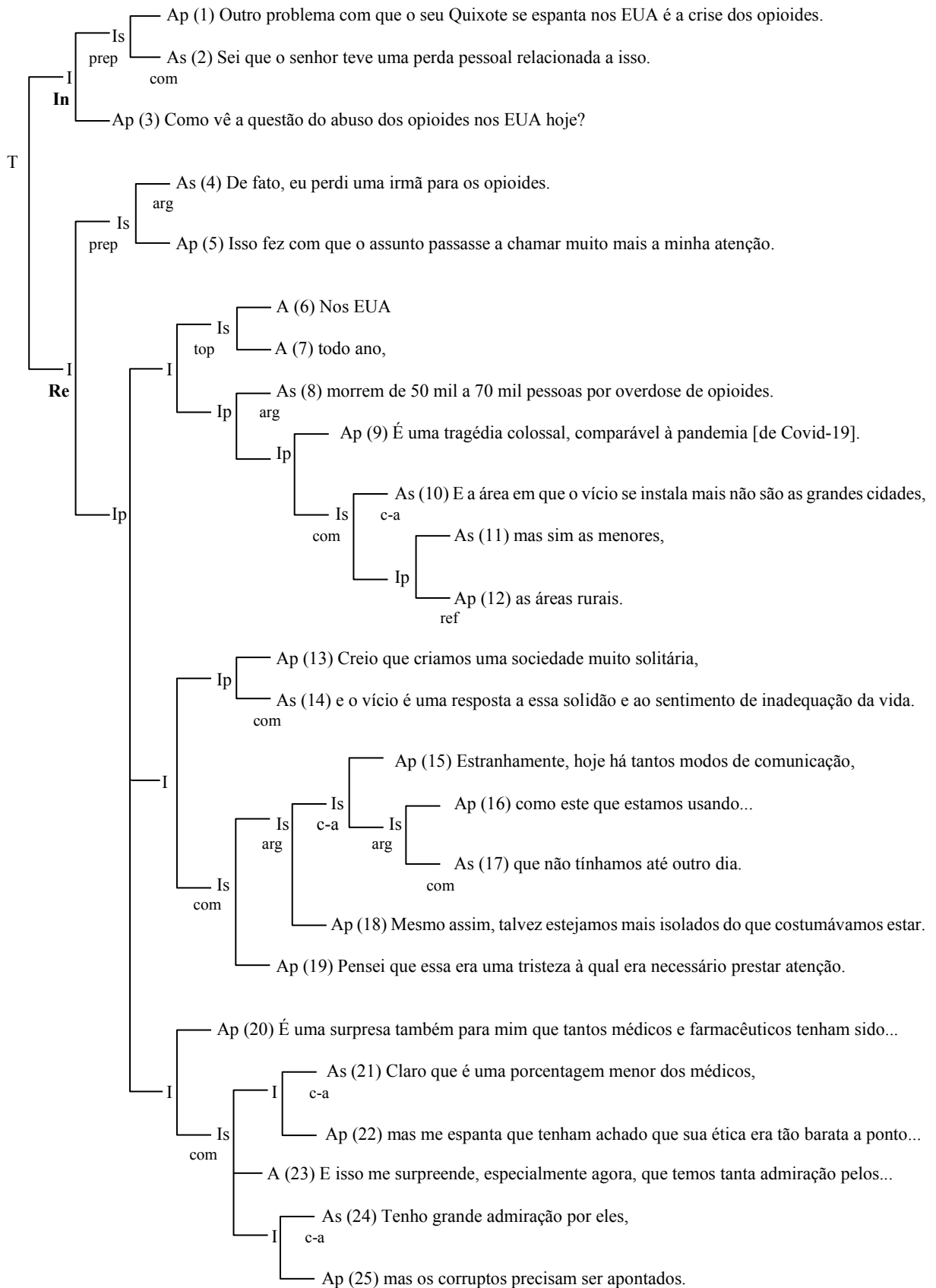
Troca 4



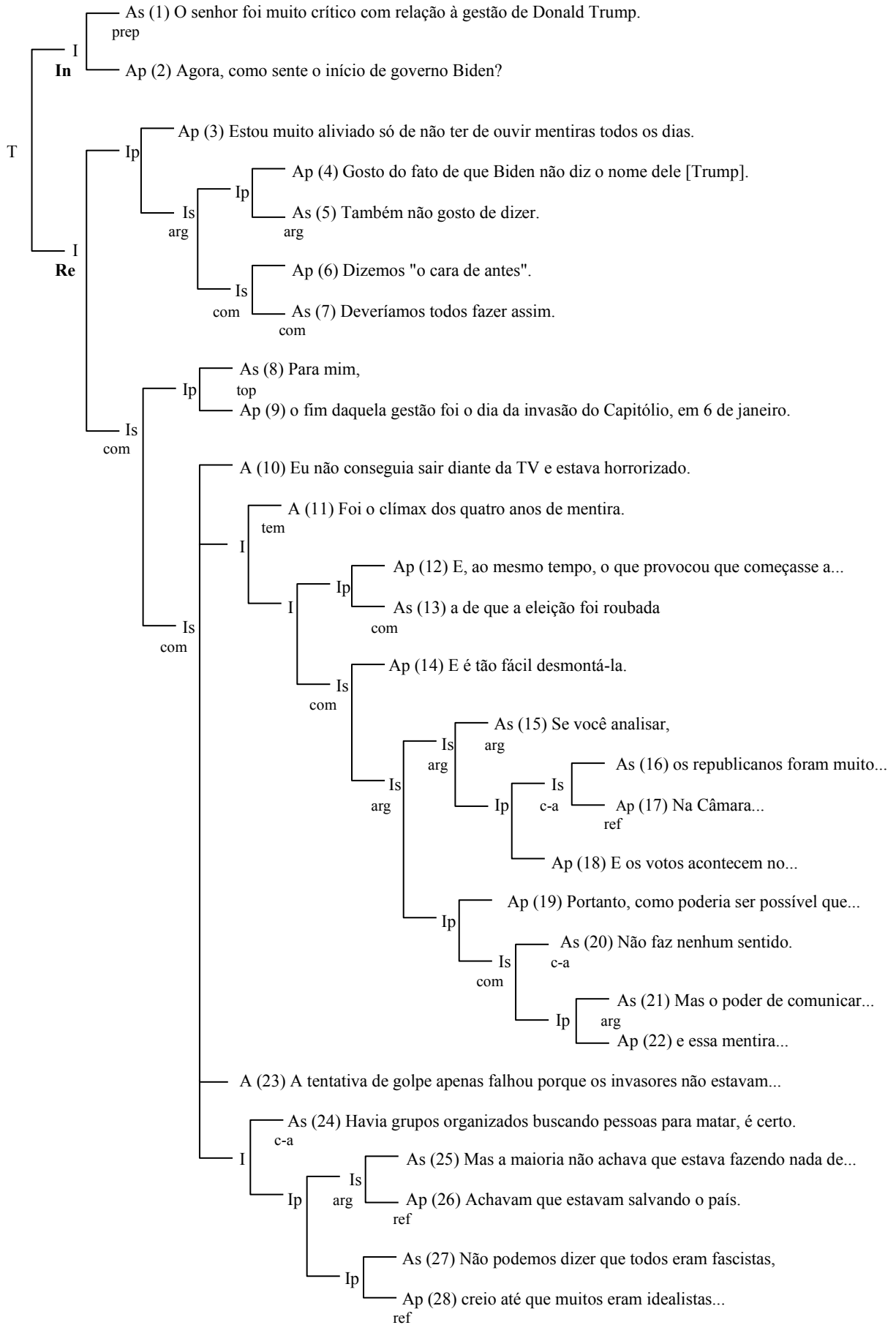
Troca 5



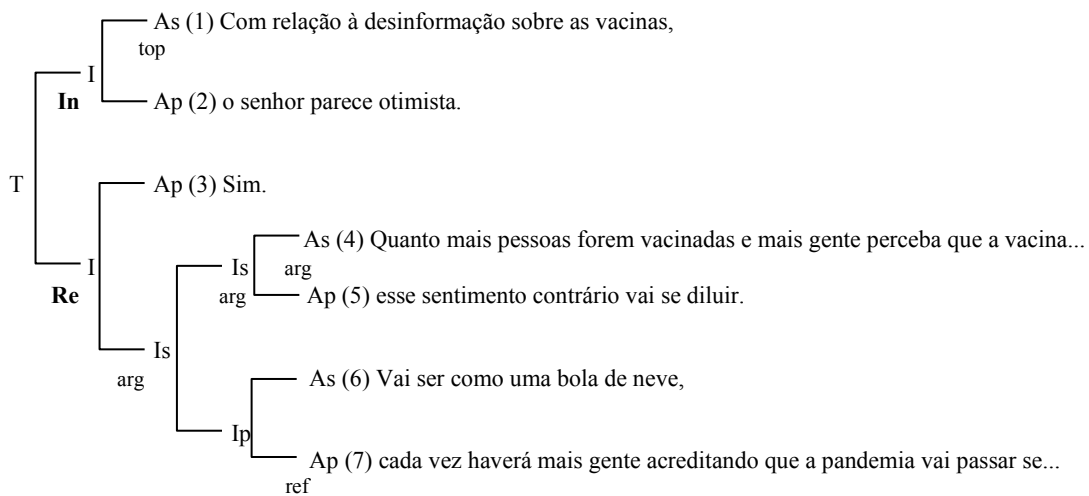
Troca 6



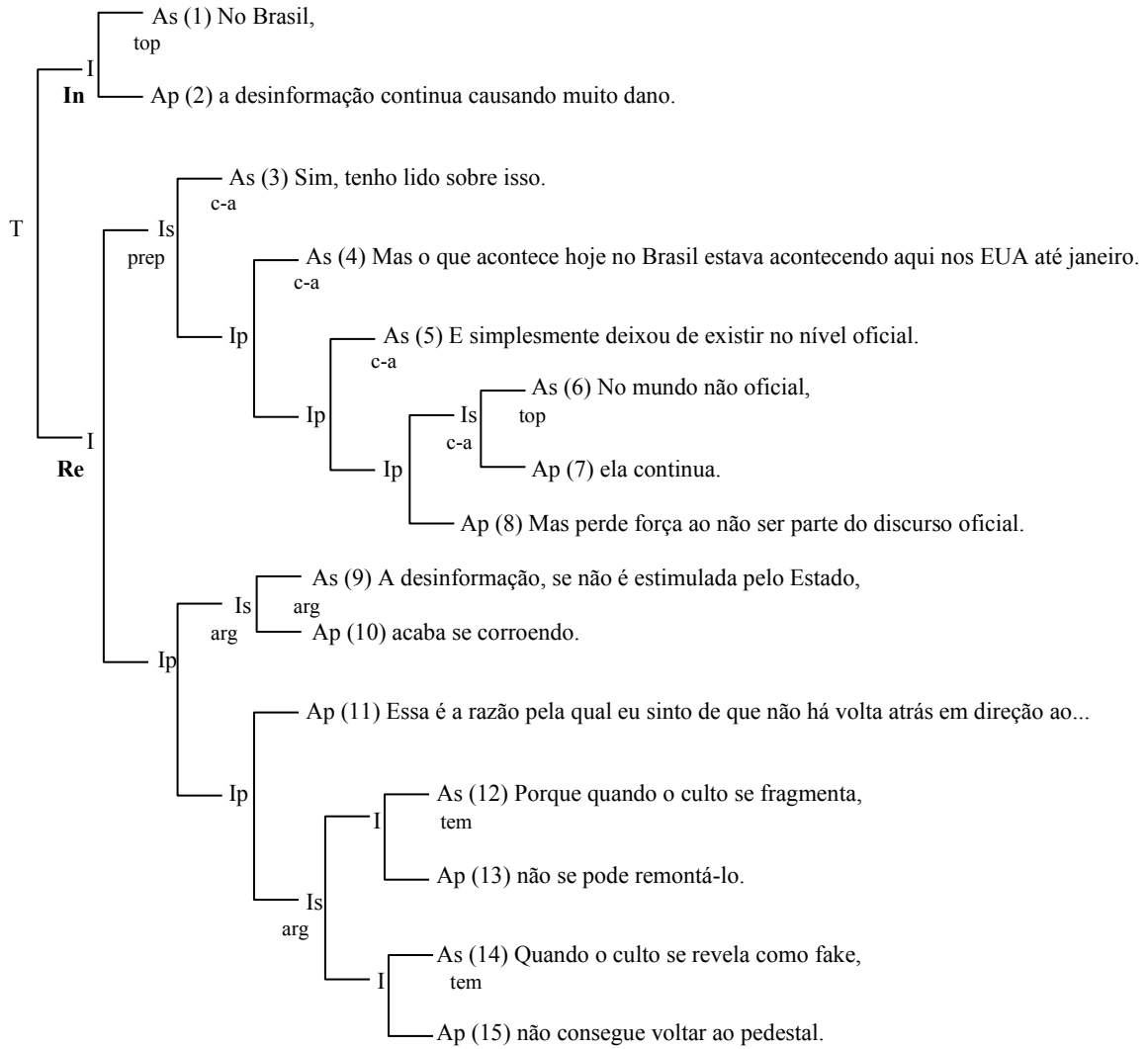
Troca 7



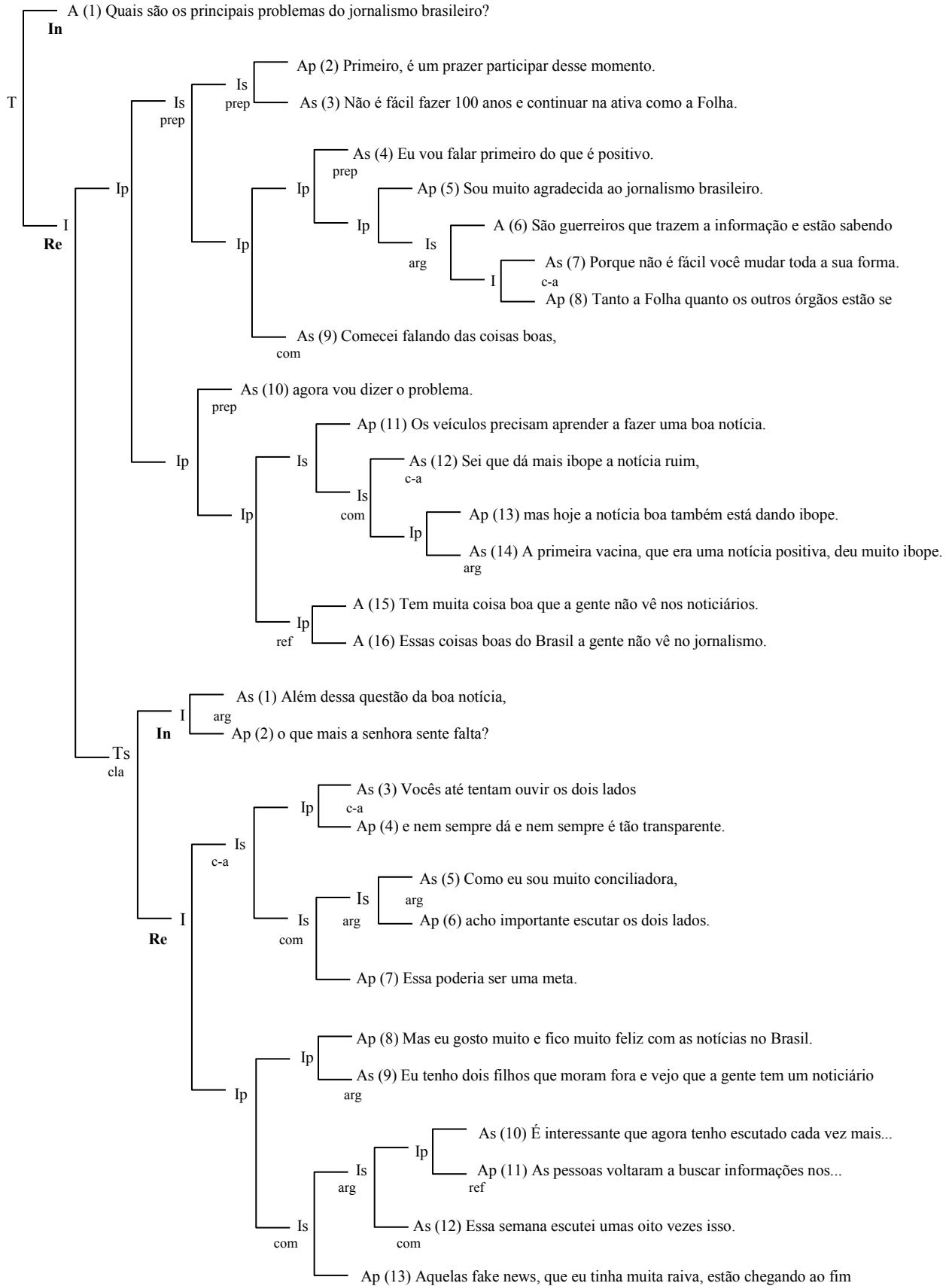
Troca 9



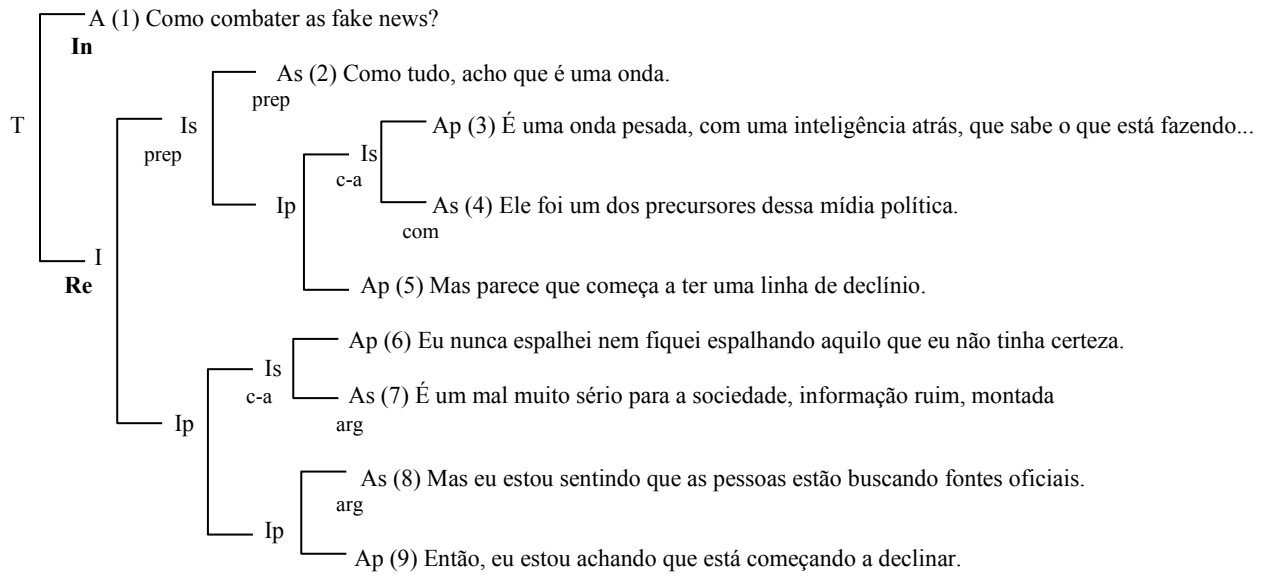
Troca 11



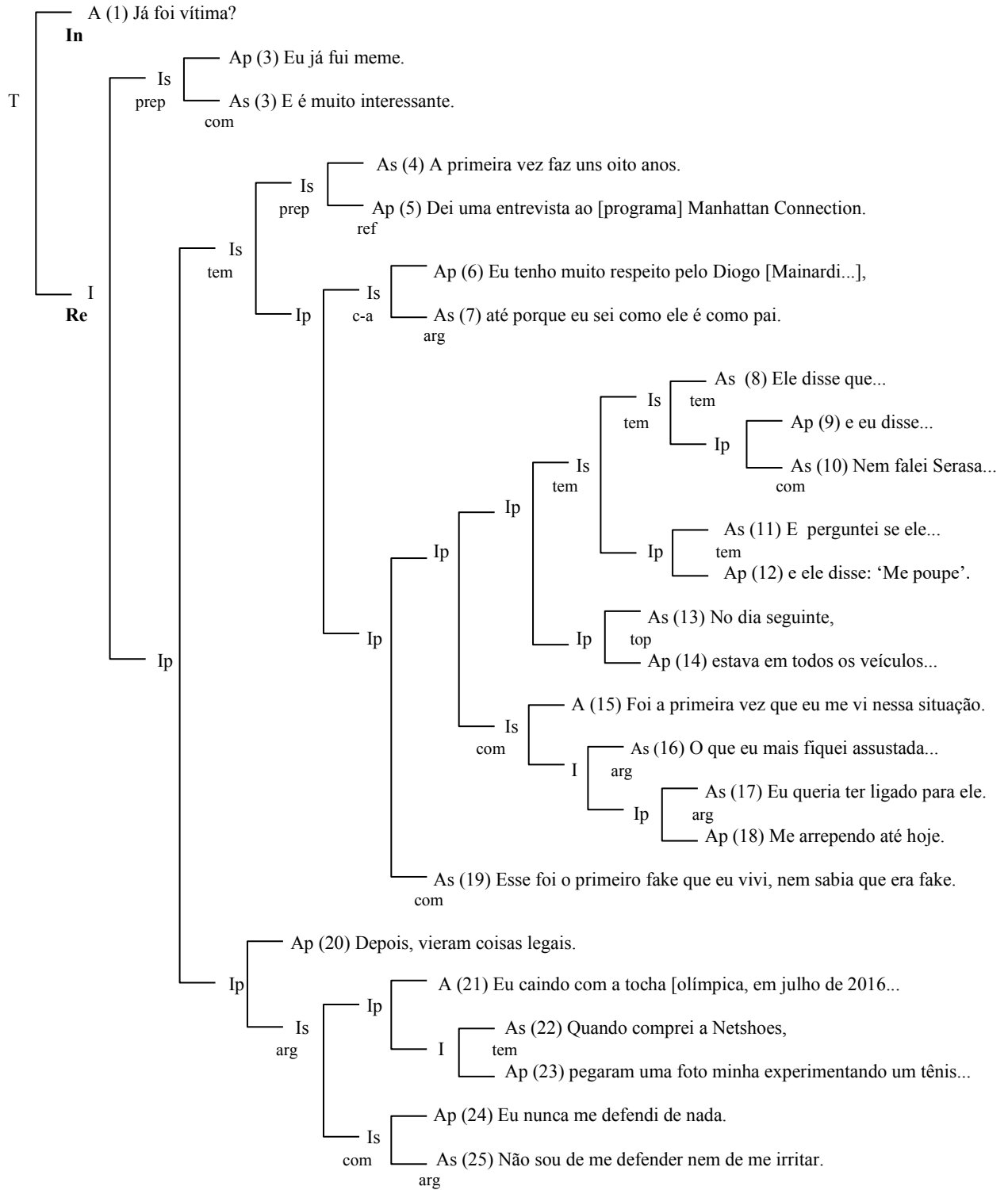
Entrevista 2 (Luiza Helena Trajano – Bruna Narcizo)
Troca 1



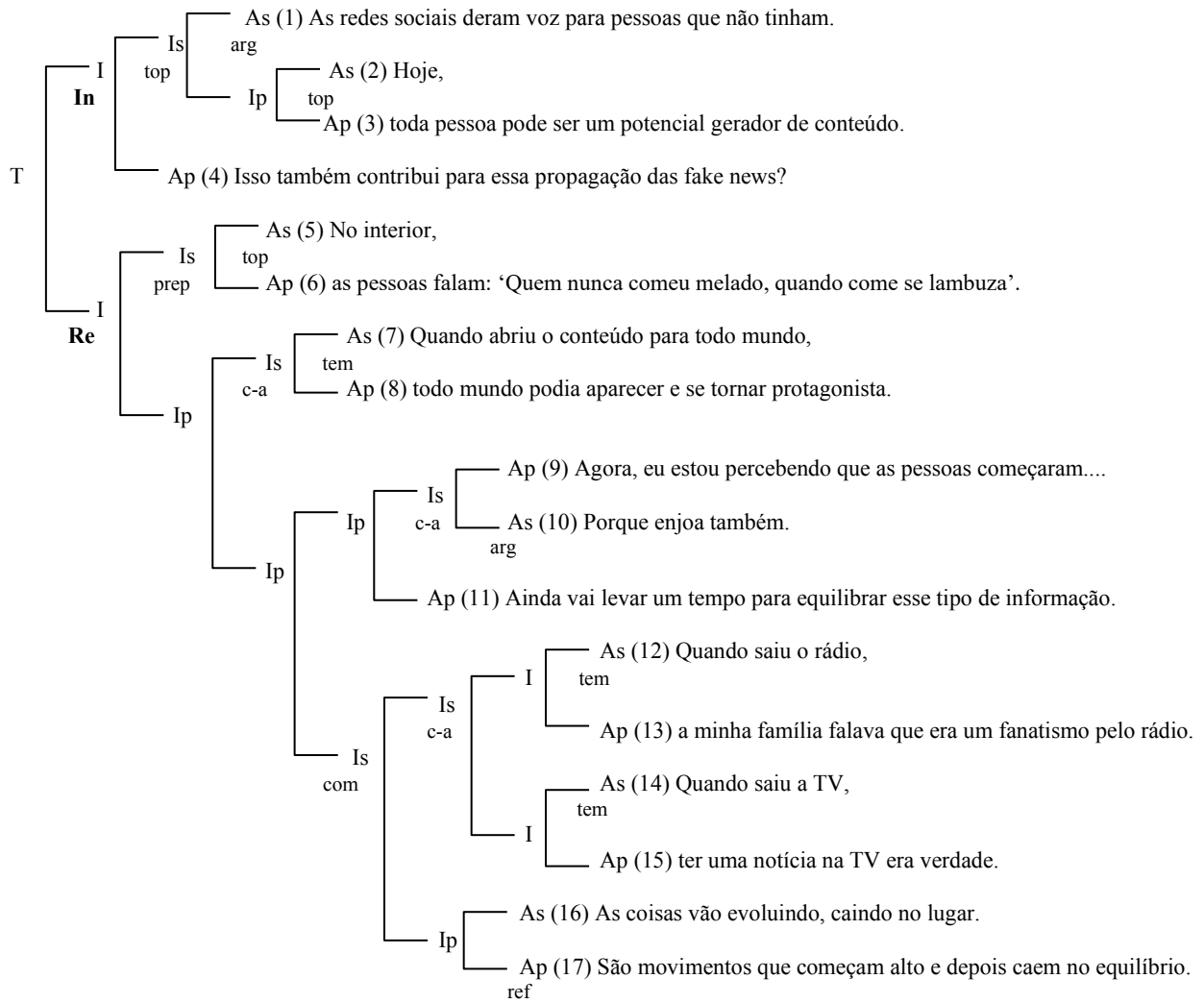
Troca 2



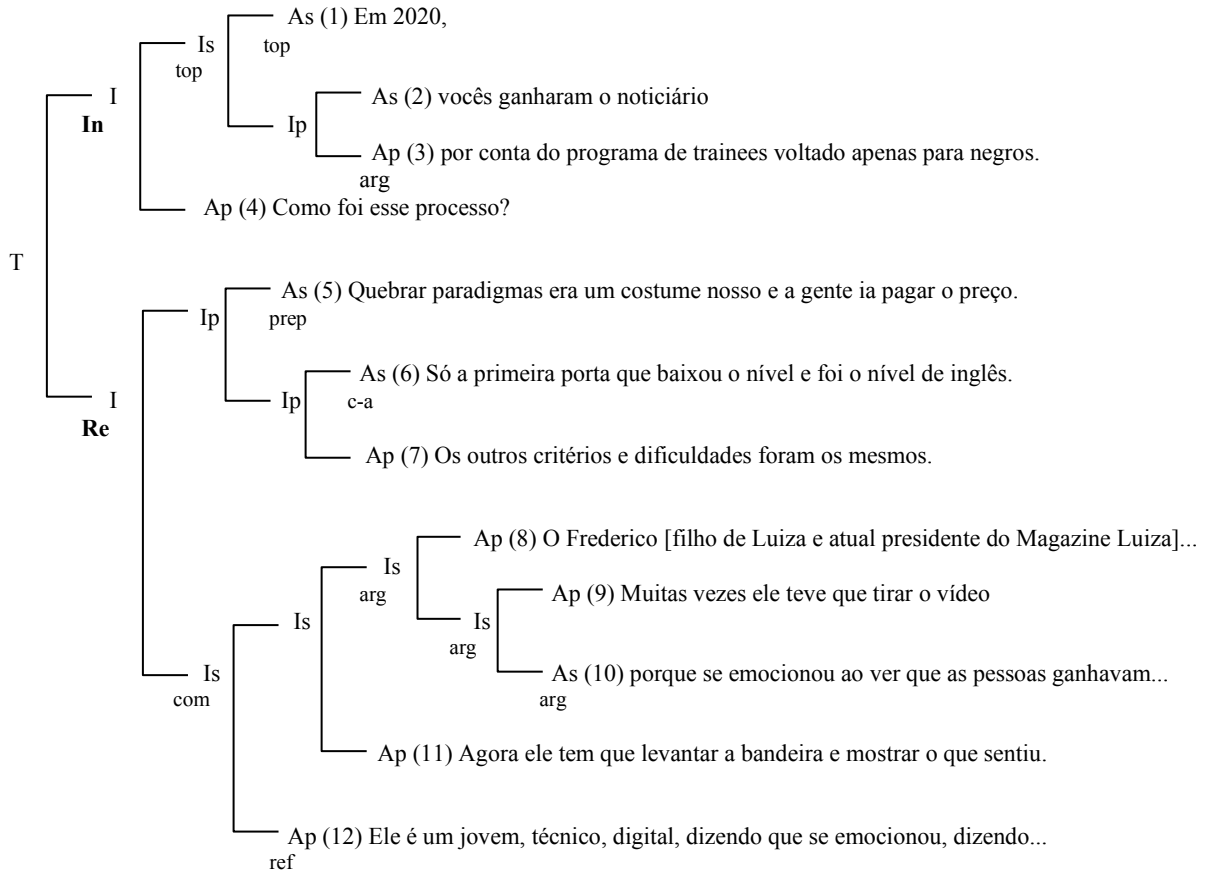
Troca 3



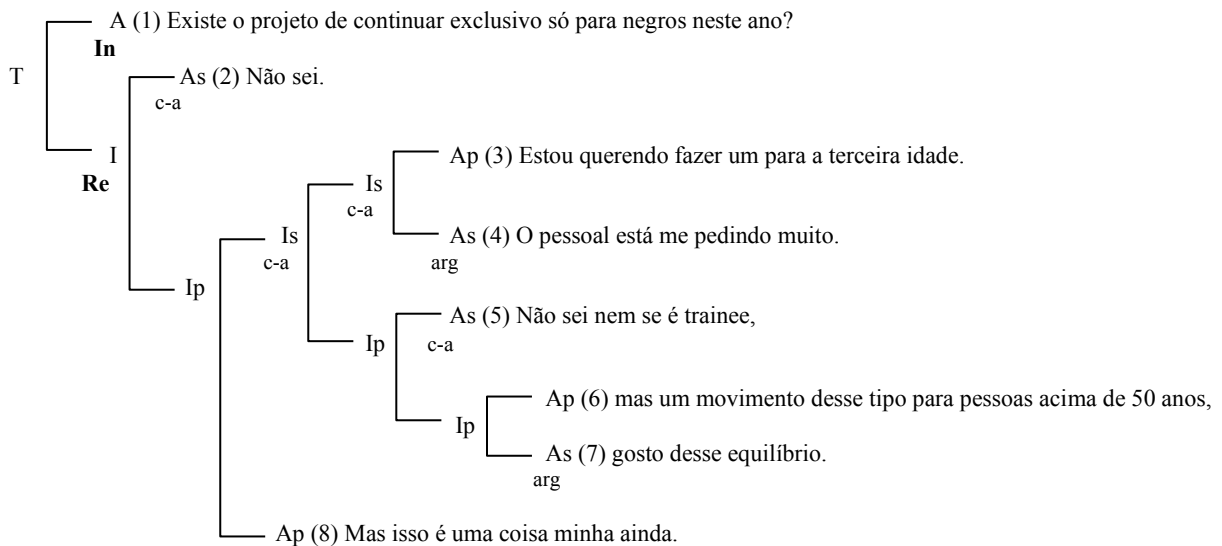
Troca 4



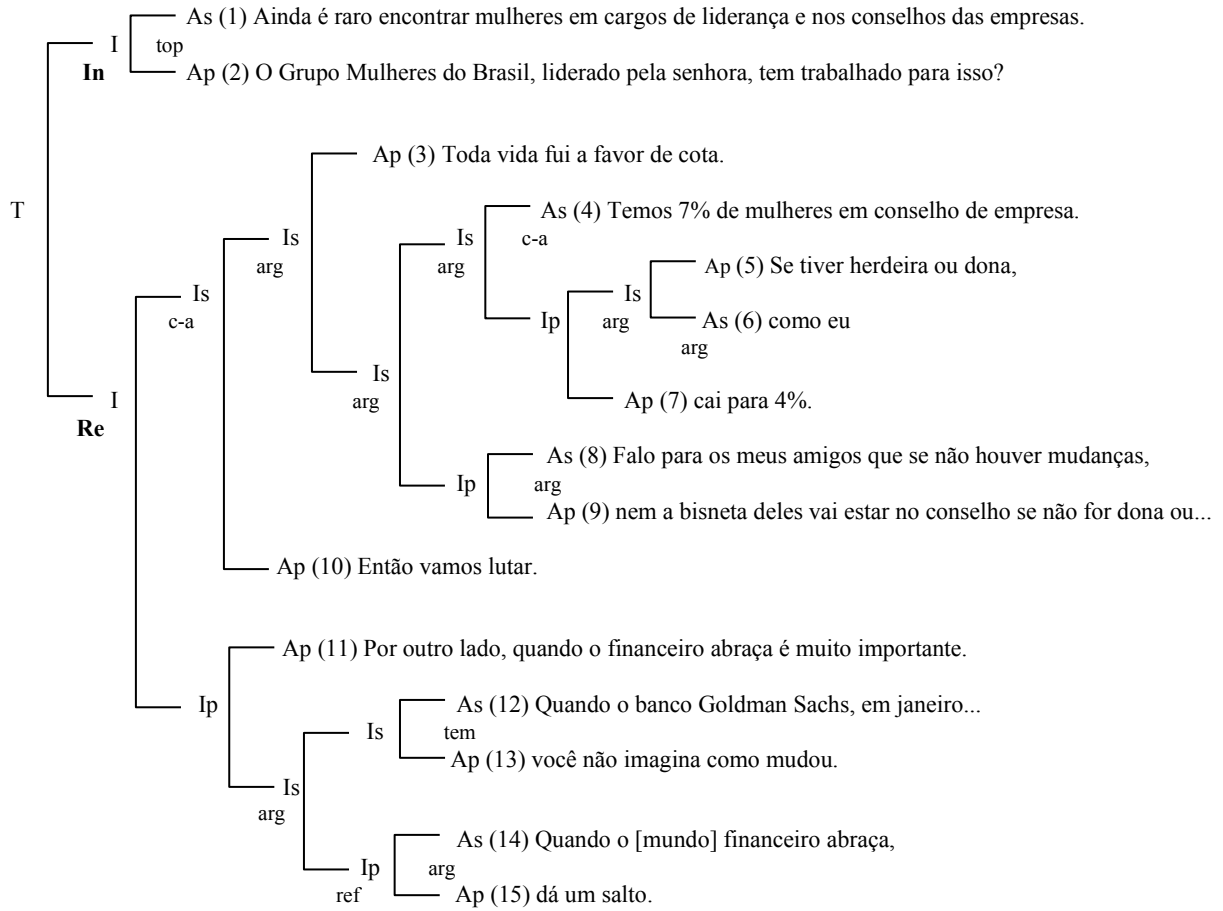
Troca 5



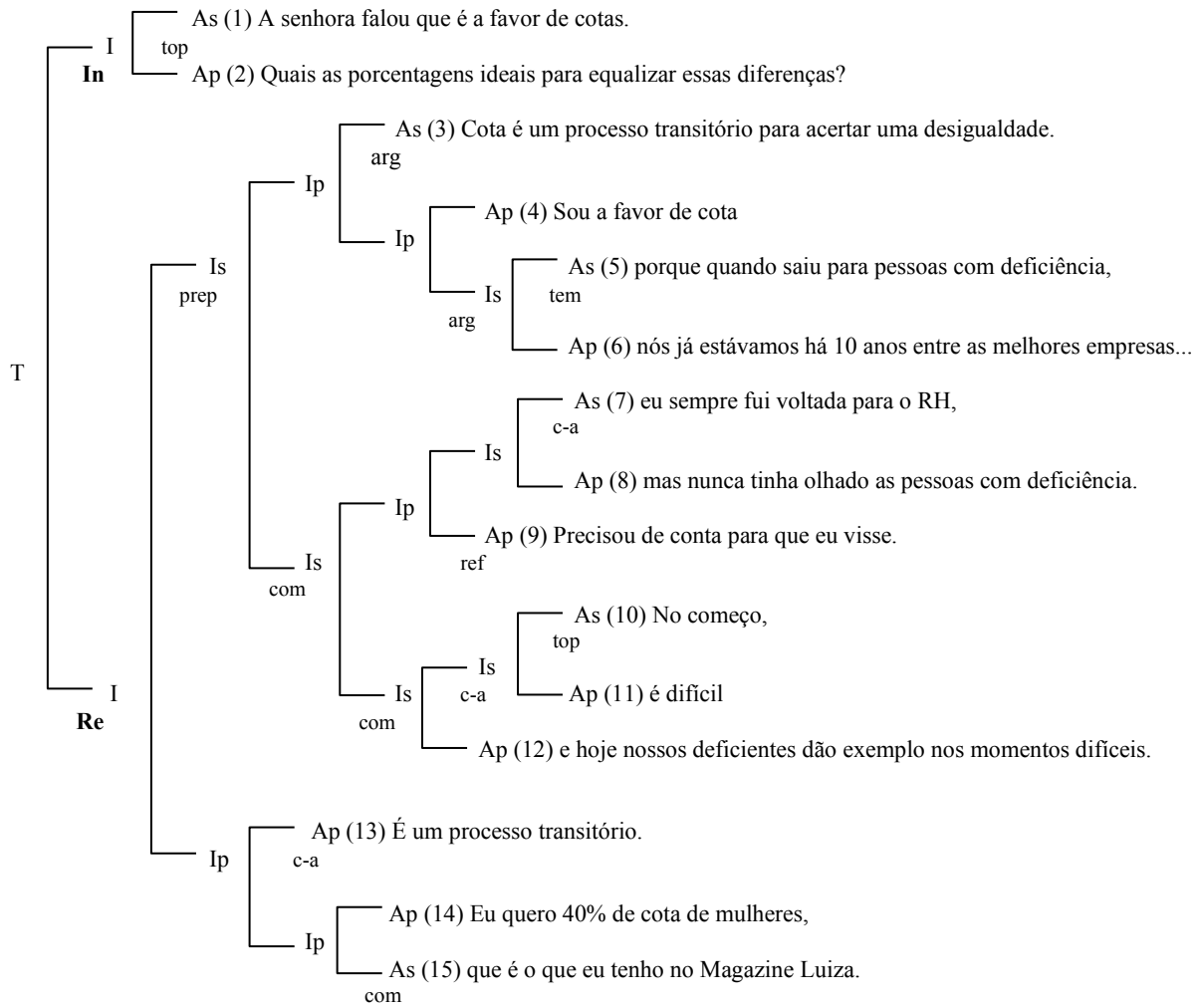
Troca 6



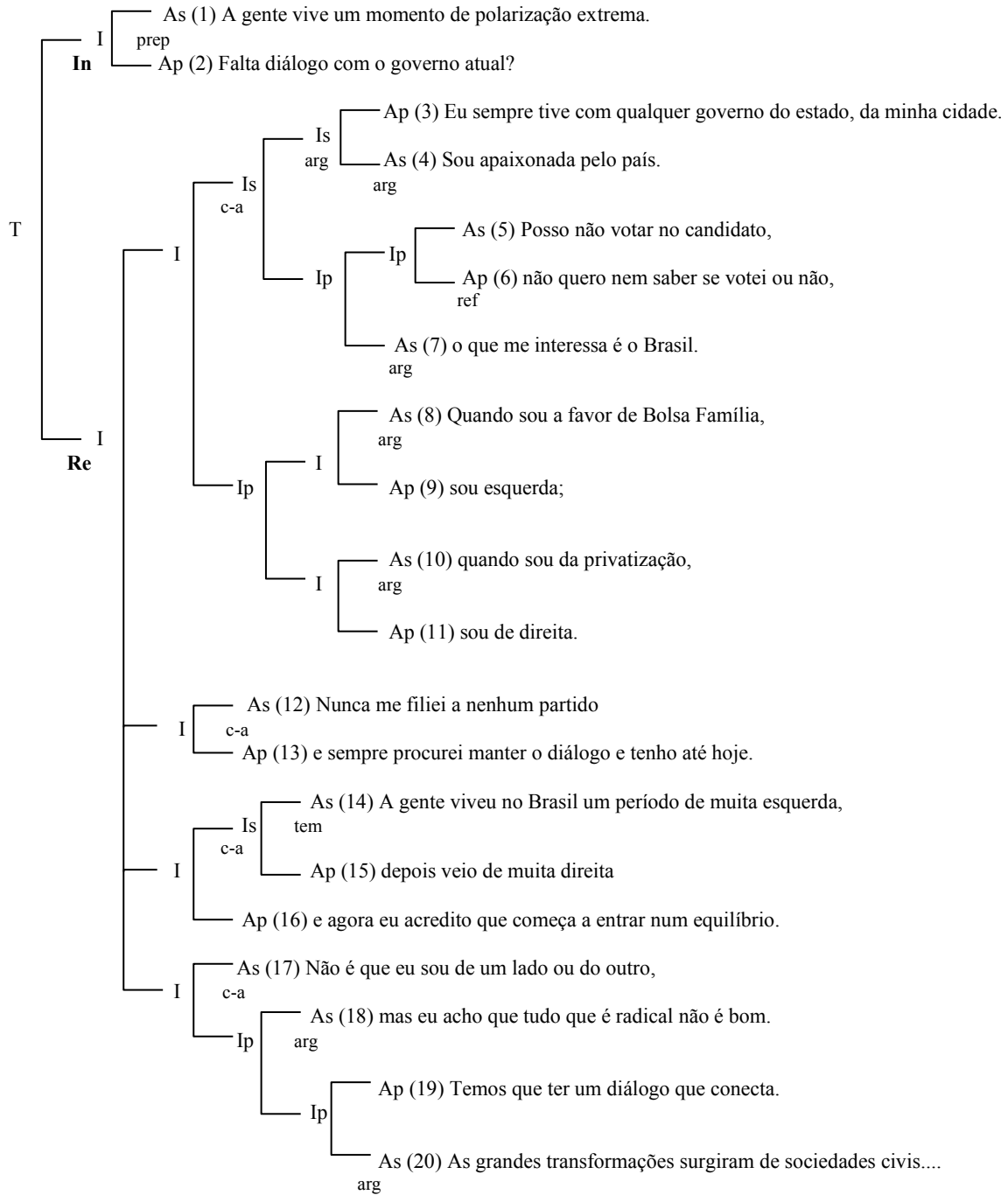
Troca 7



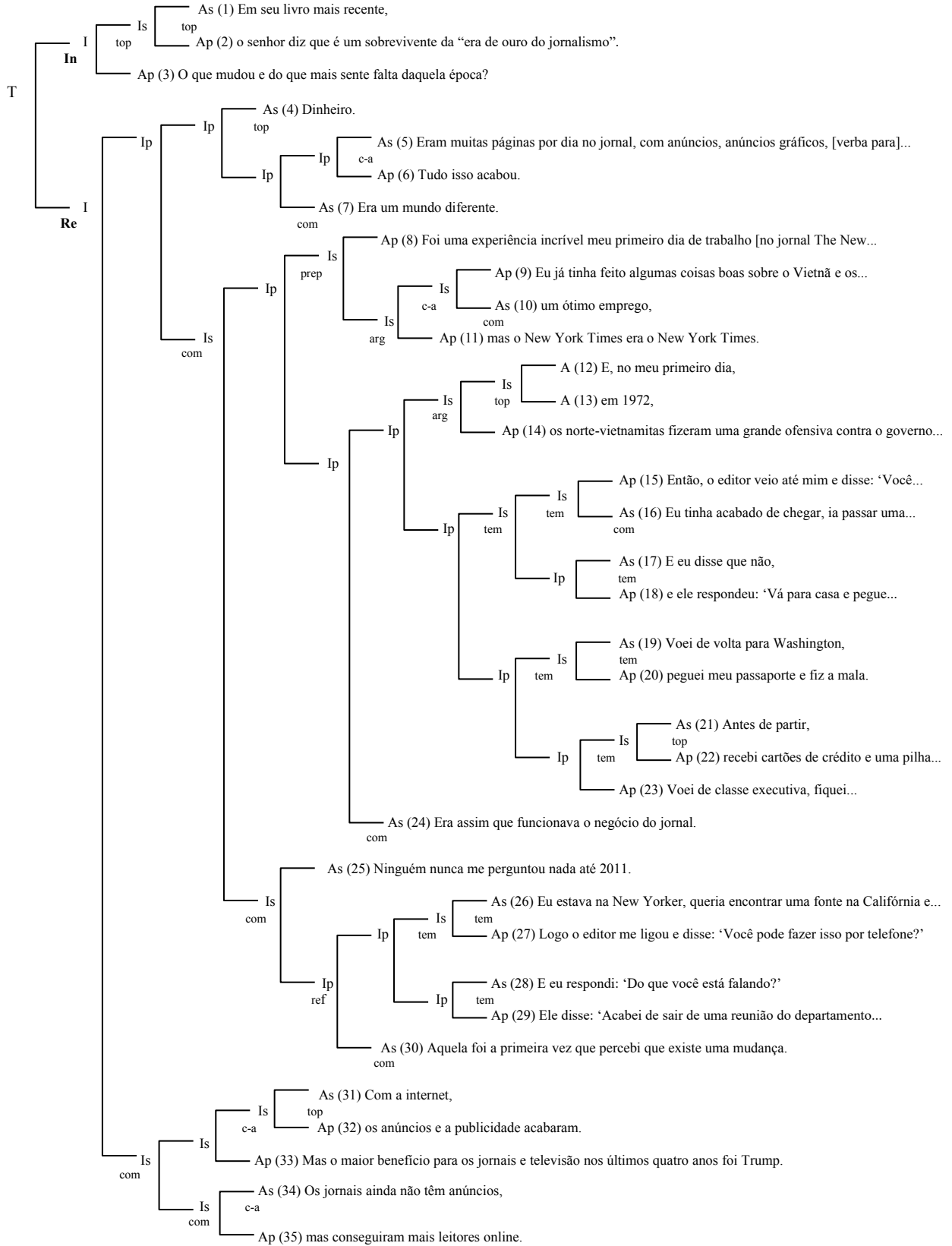
Troca 8



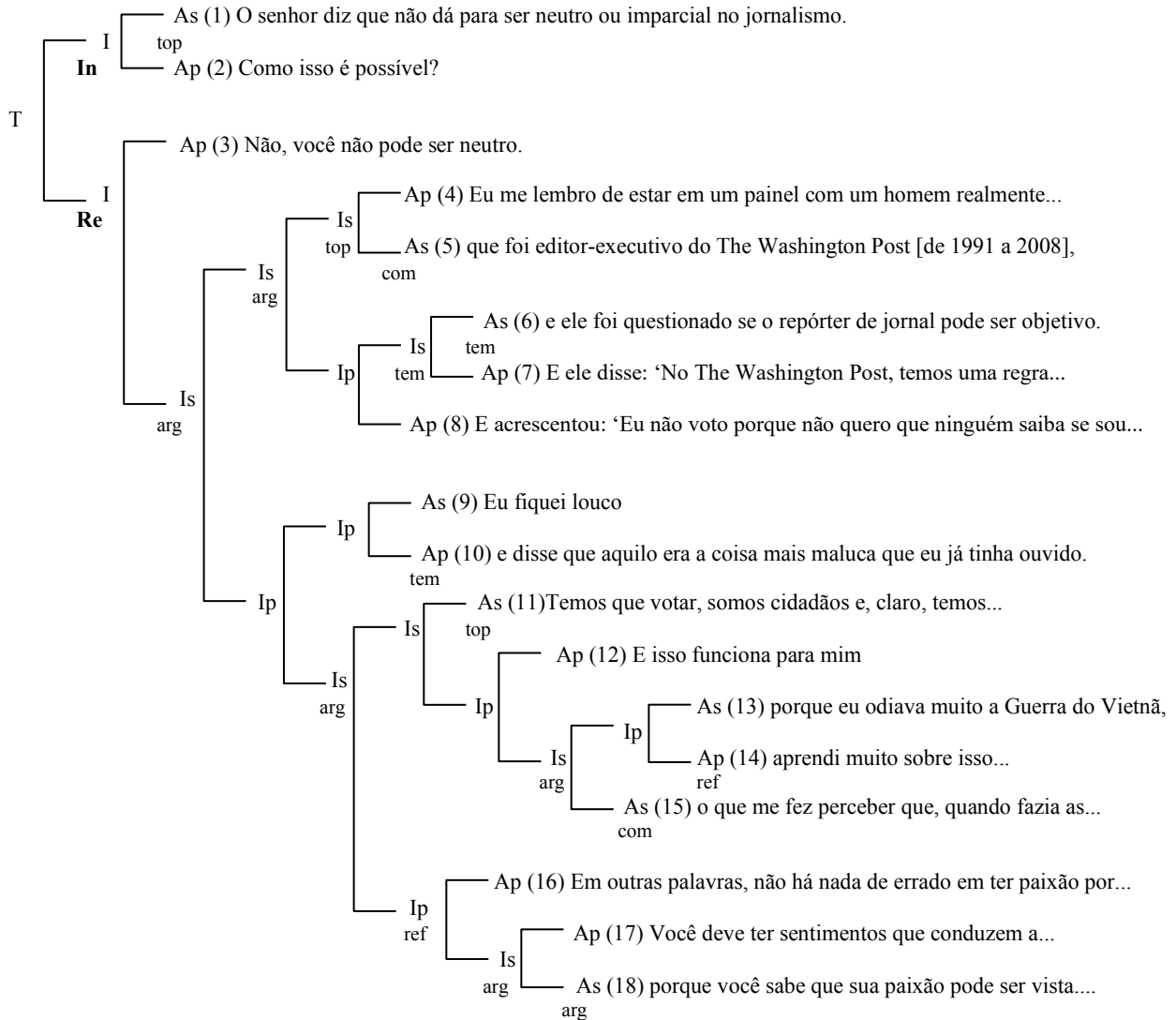
Troca 9



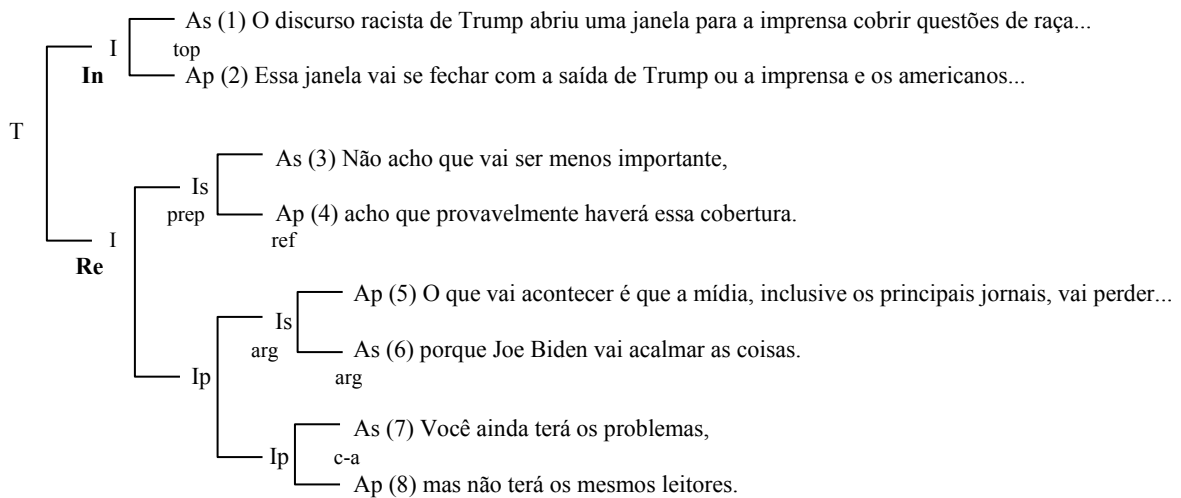
Entrevista 3 (Seymour Hersh – Marina Dias)
Troca 1



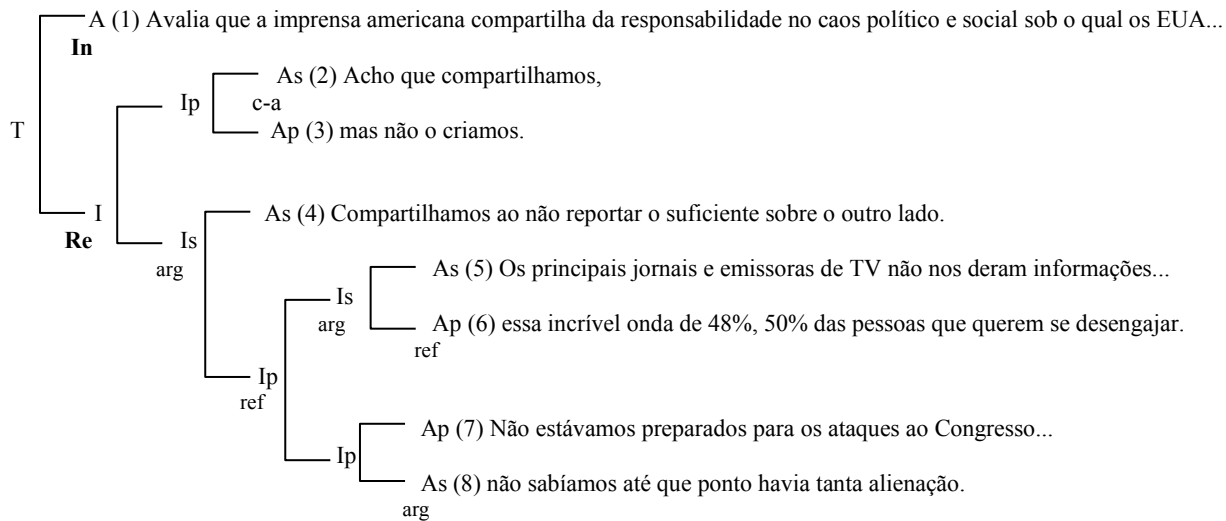
Troca 2



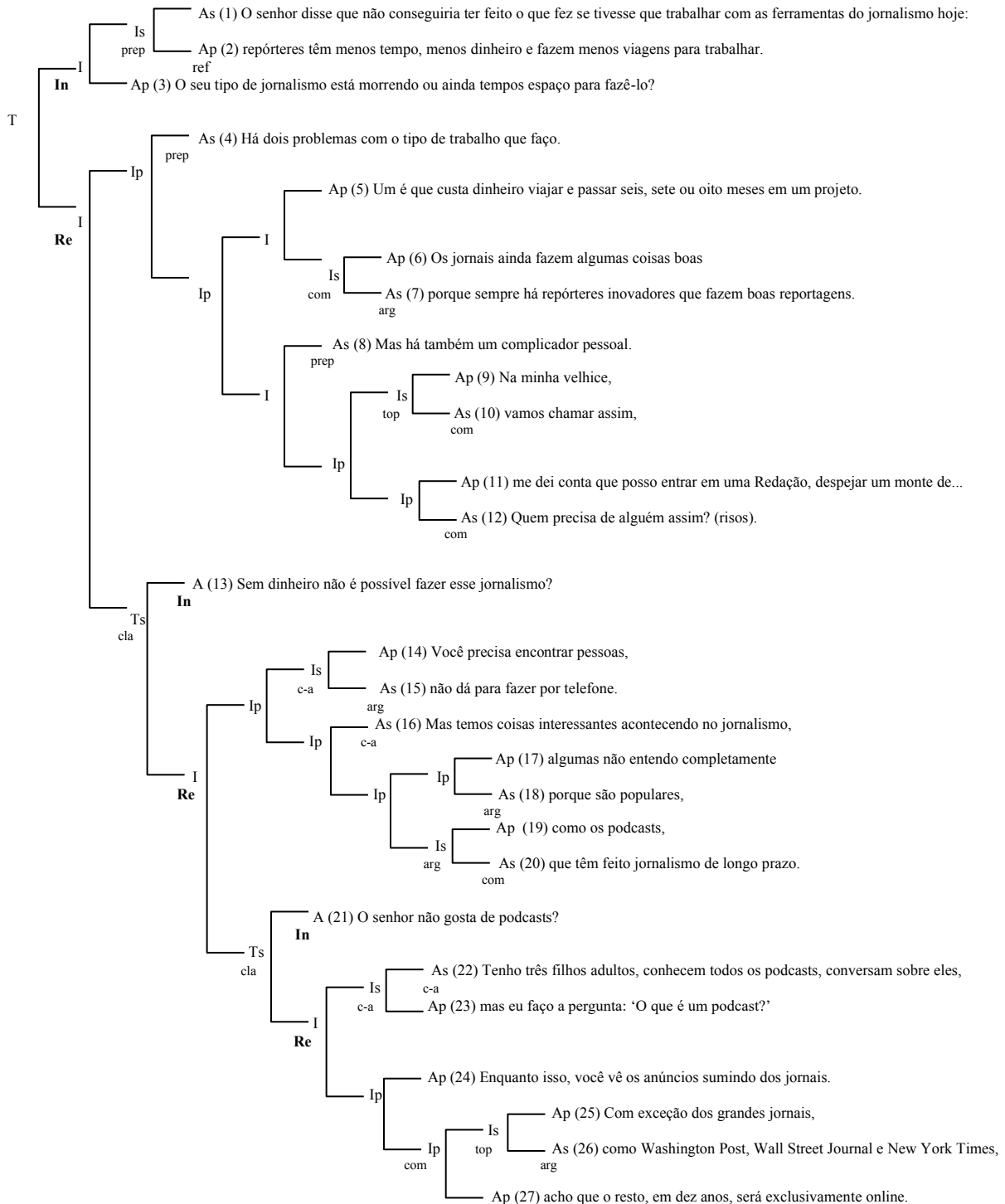
Troca 3



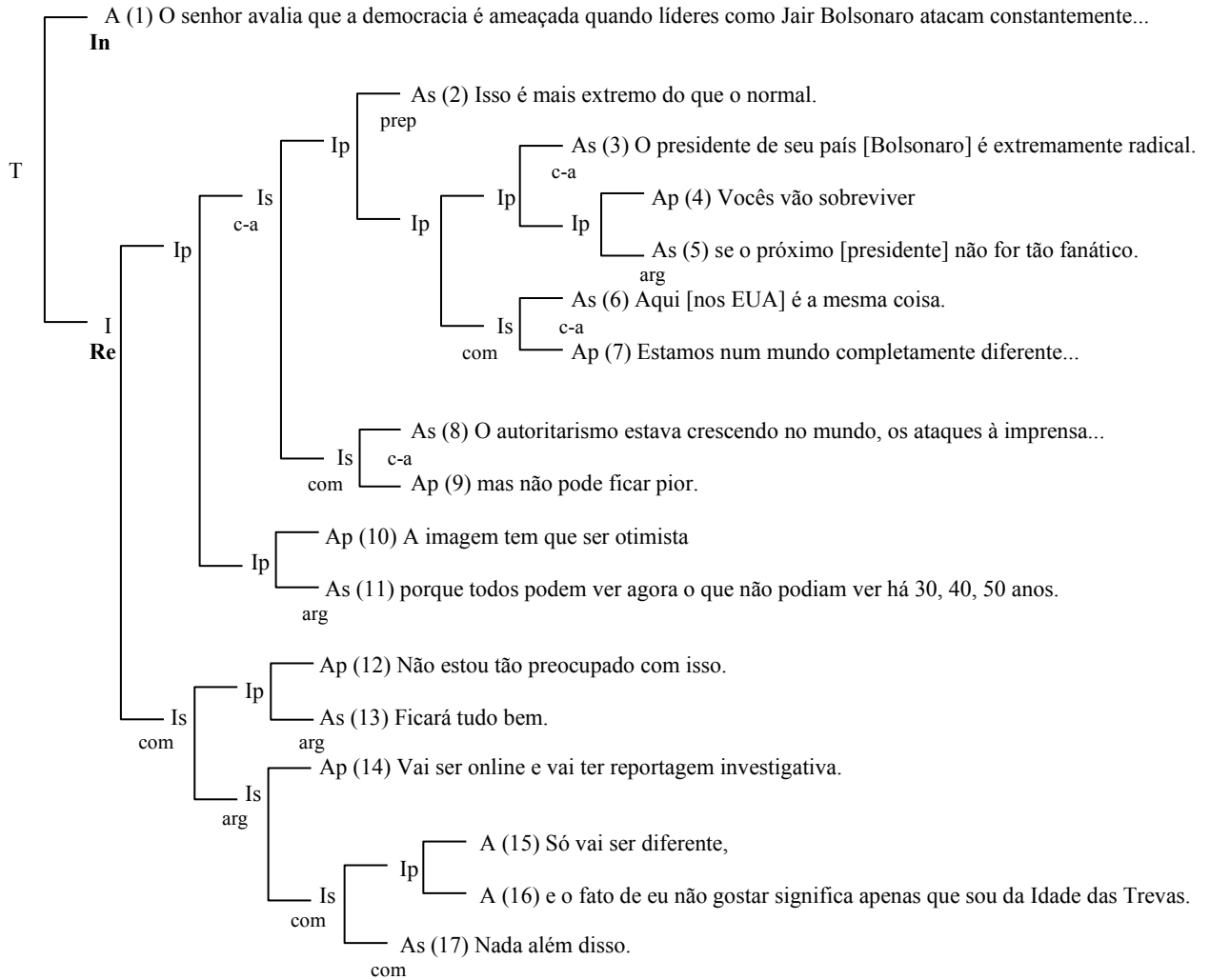
Troca 4



Troca 5

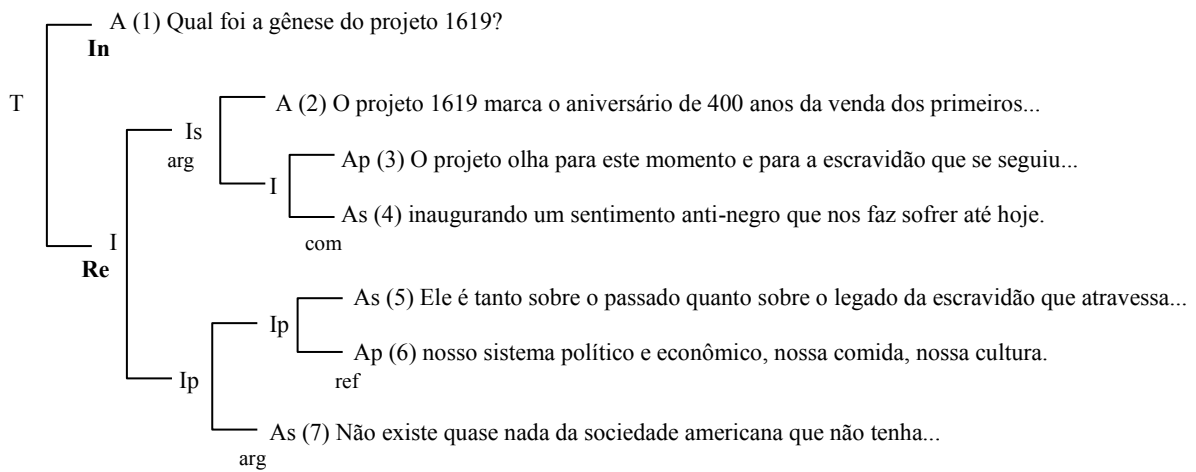


Troca 7

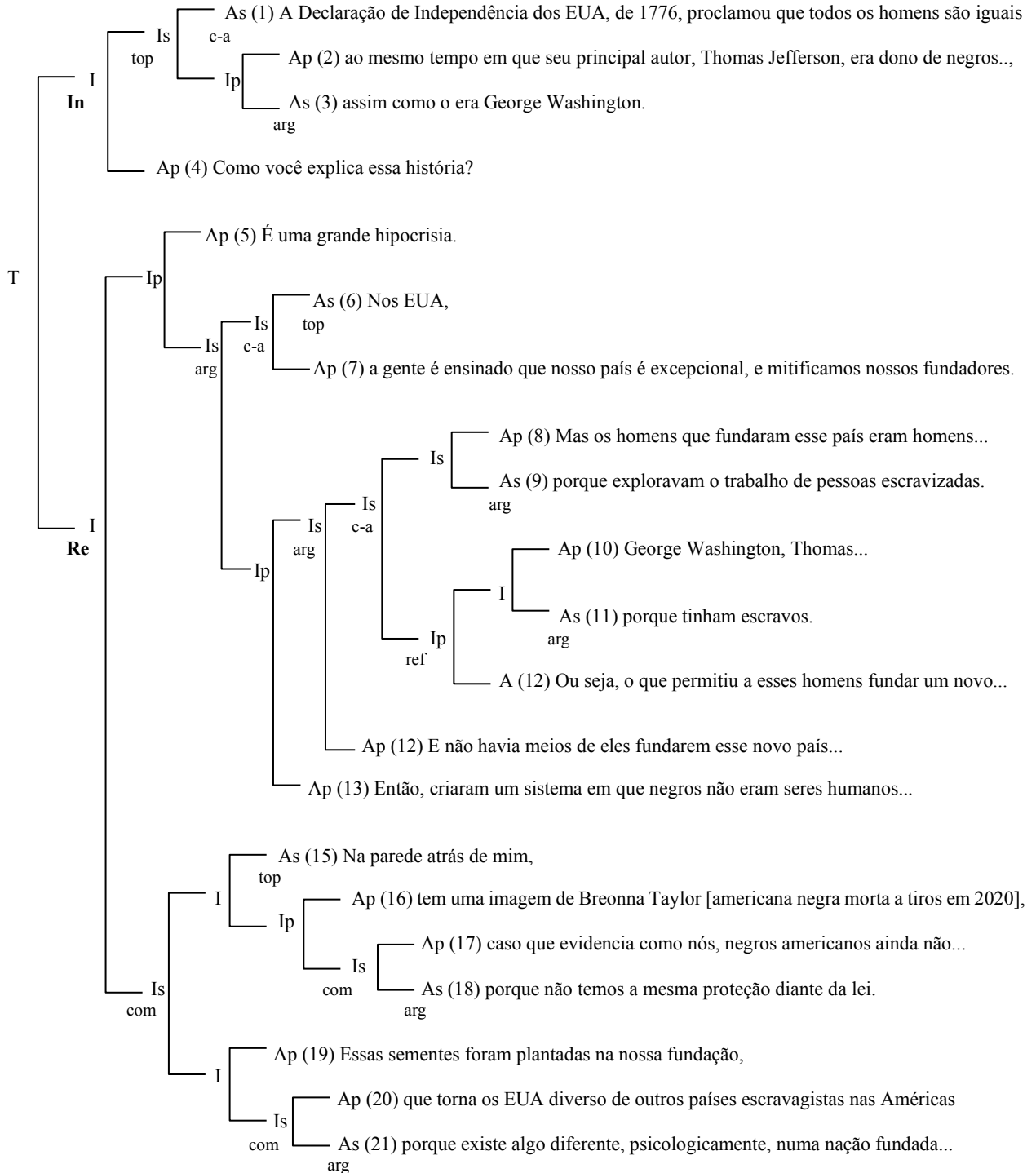


Entrevista 4 (Nikole Jones – Fernanda Mena)

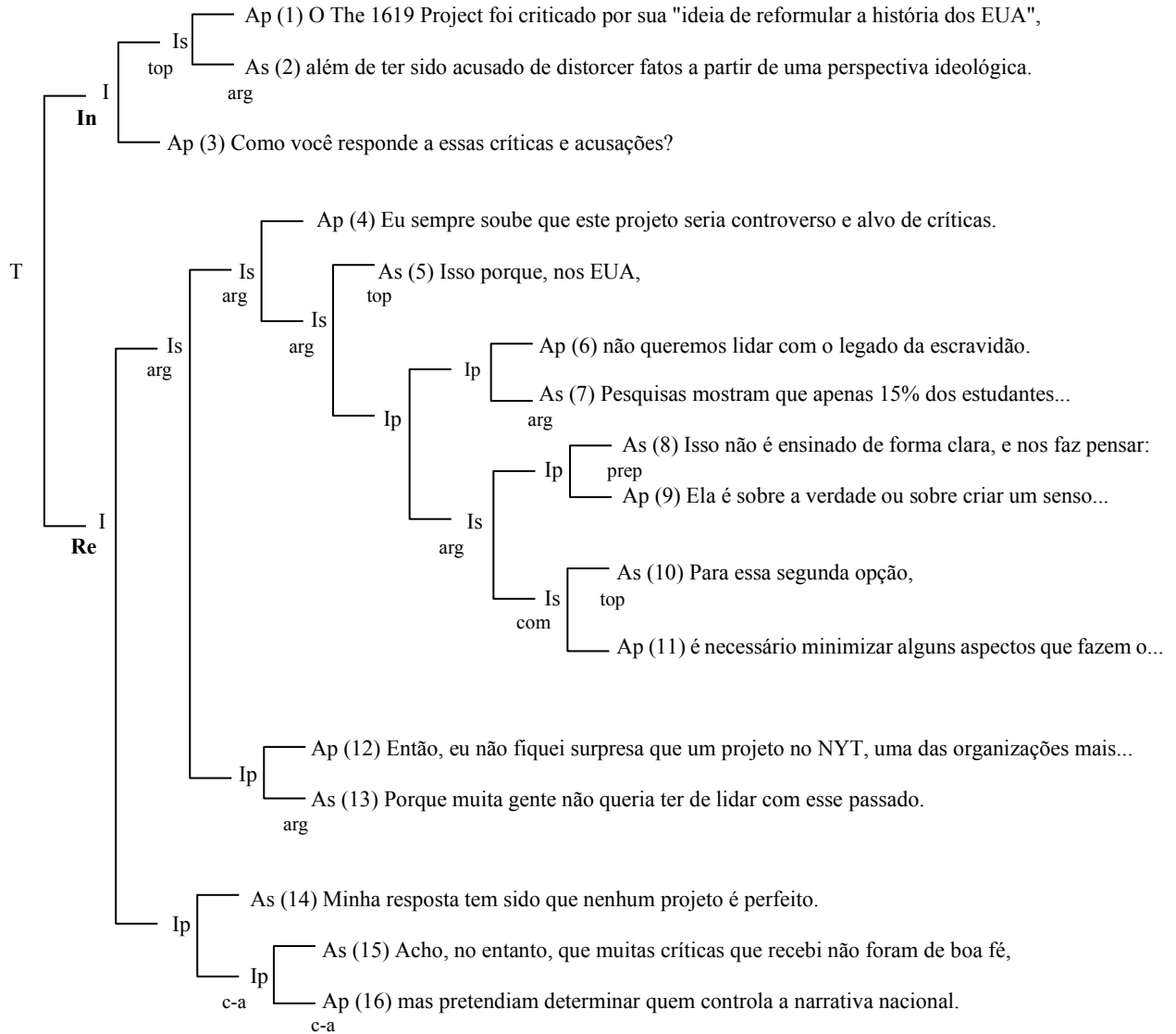
Troca 1



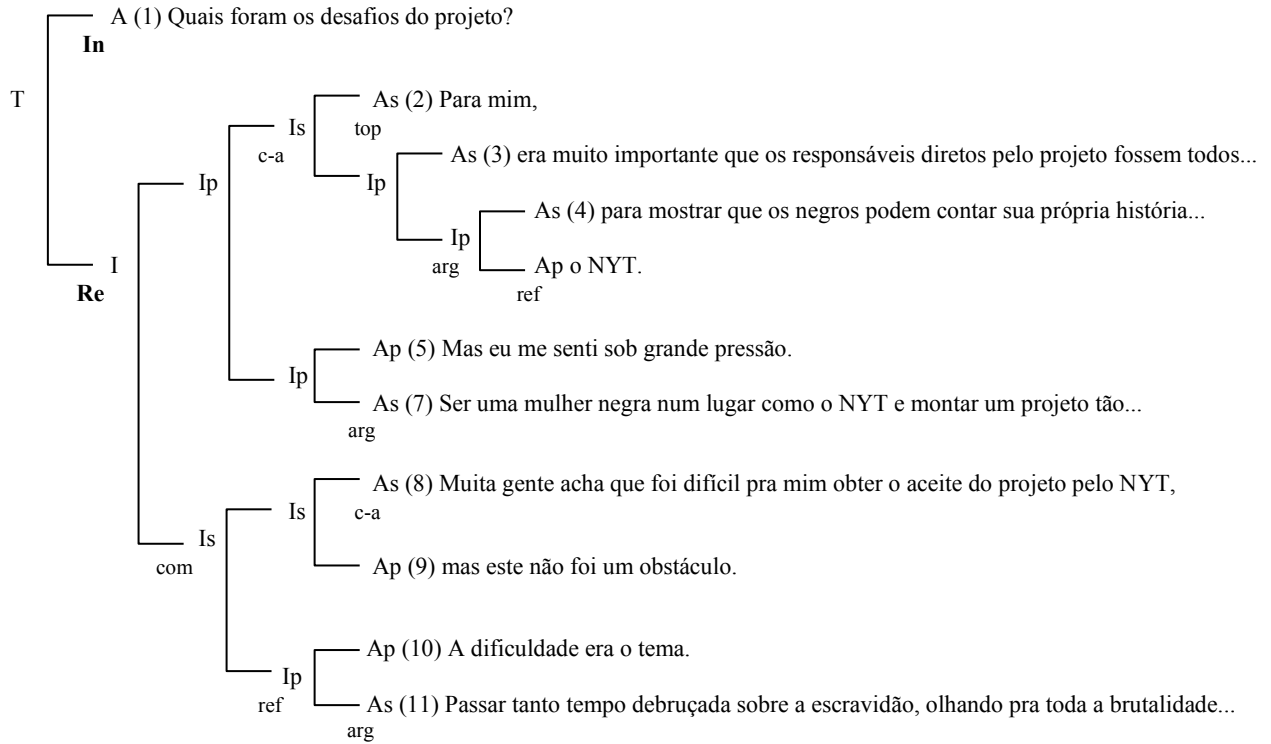
Troca 2



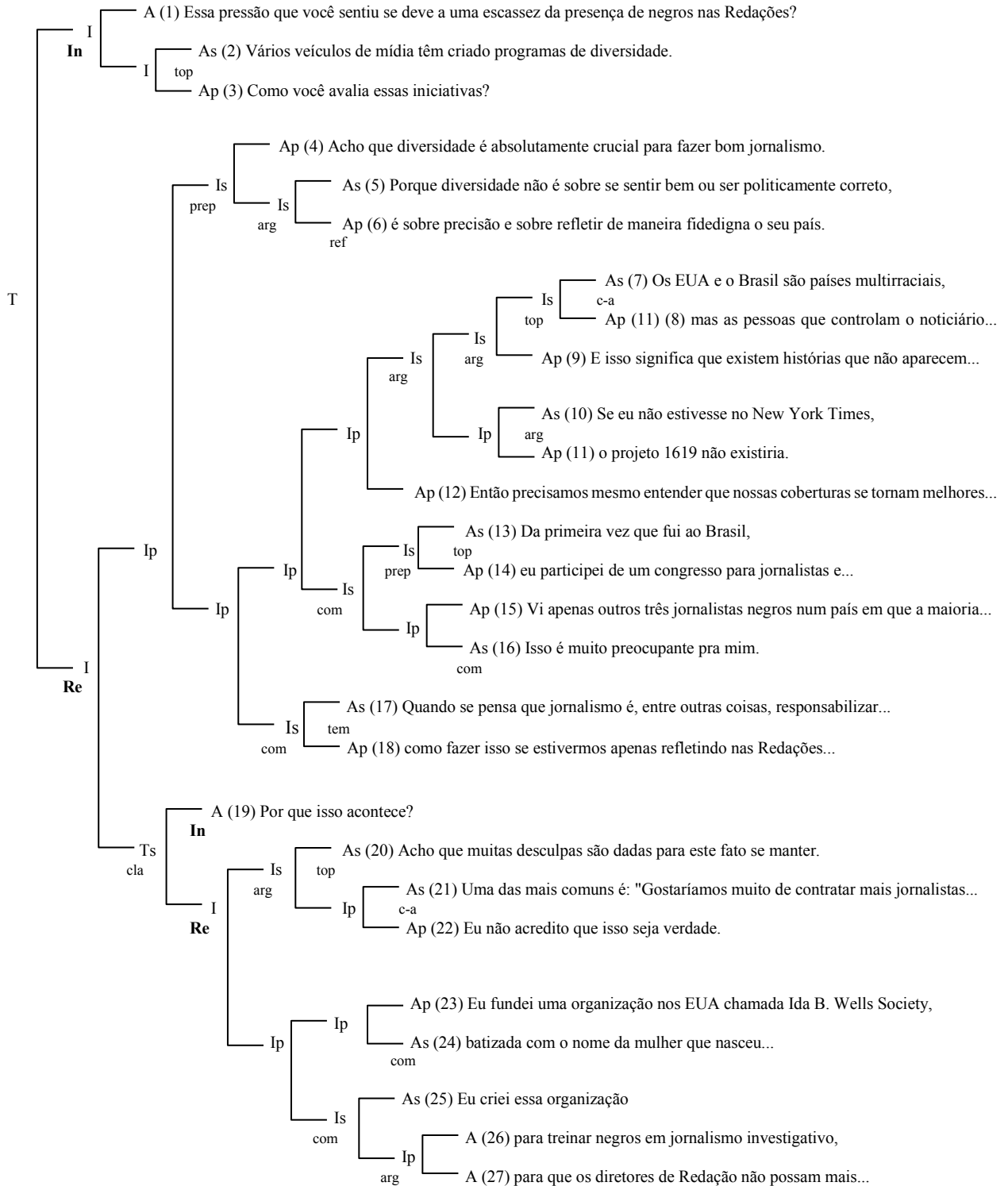
Troca 3



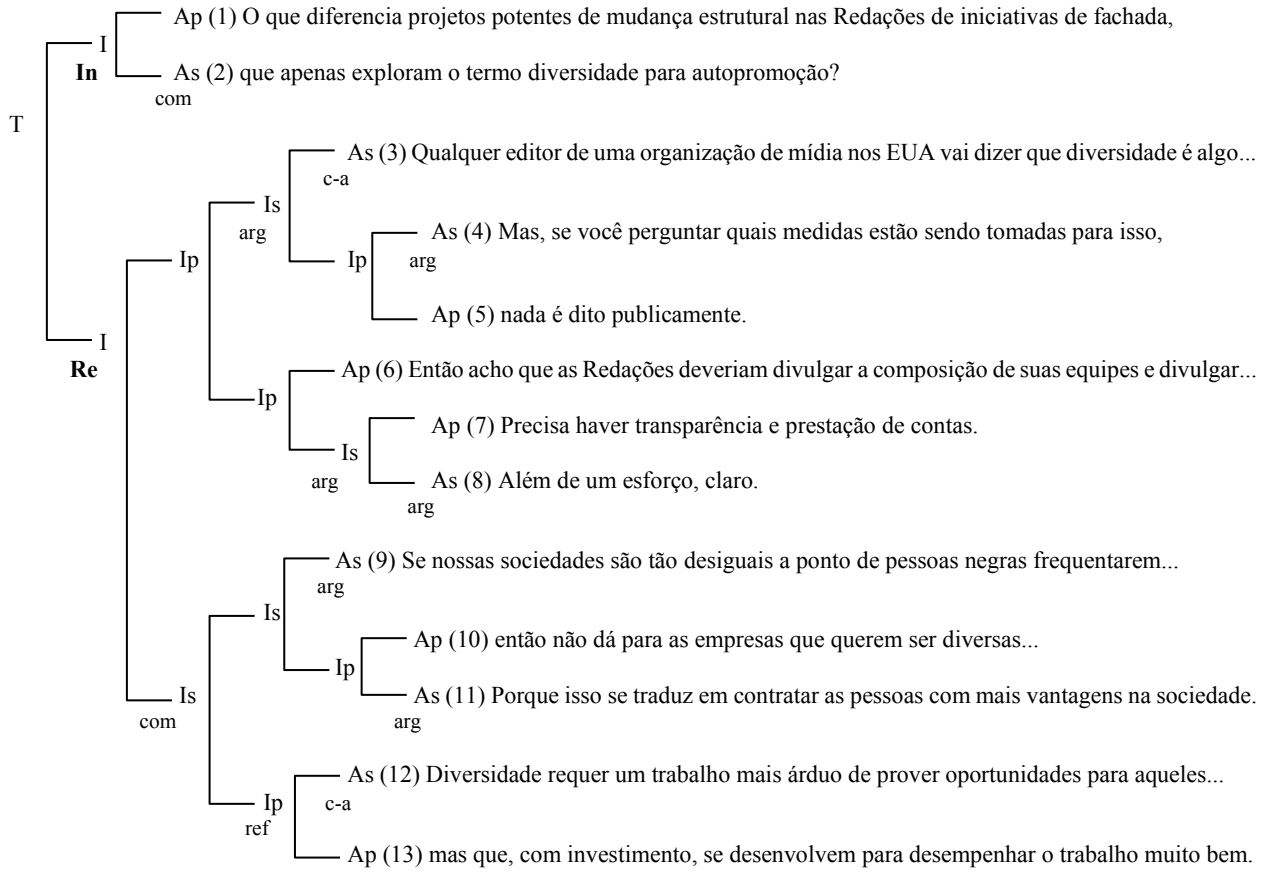
Troca 4



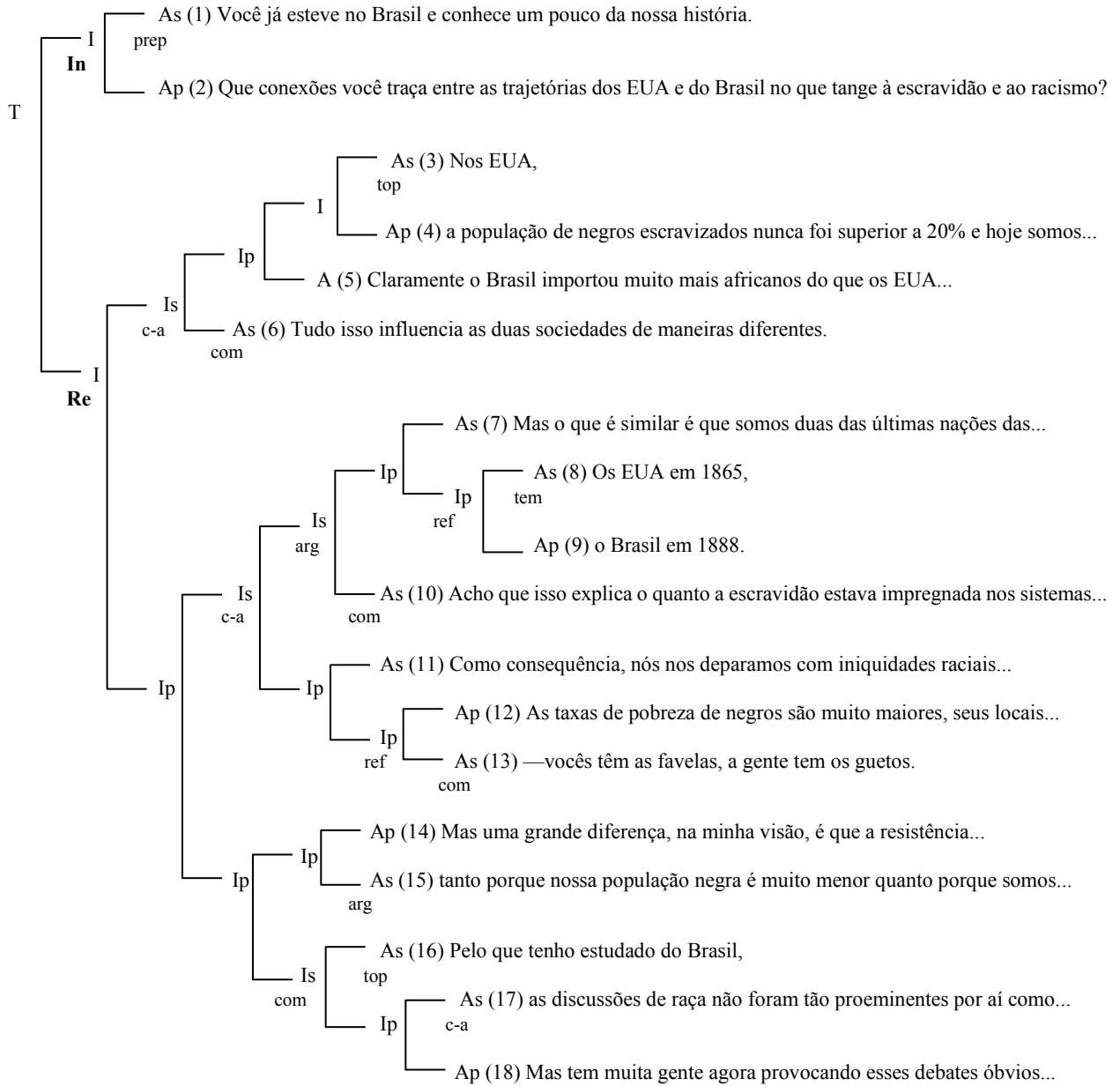
Troca 5



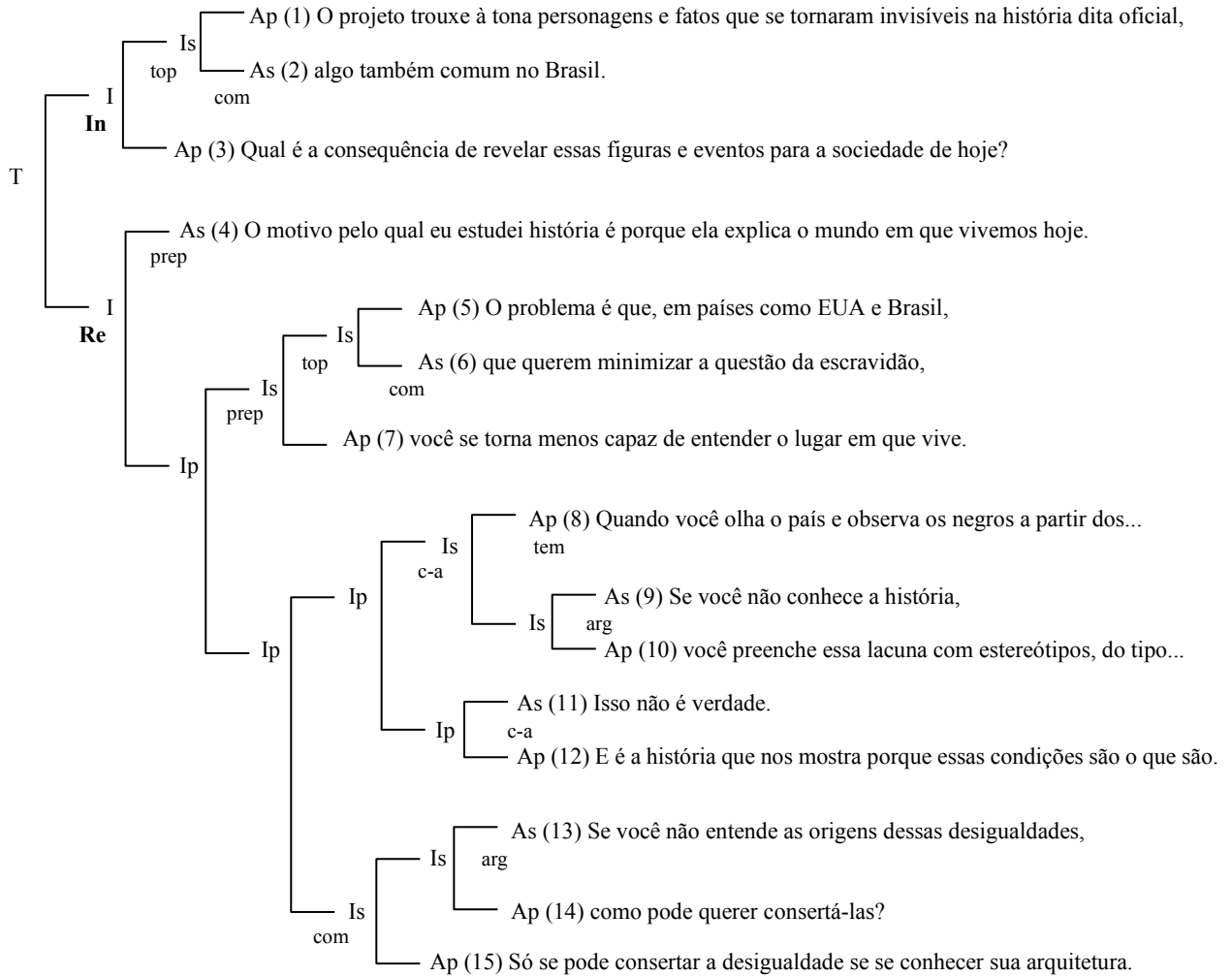
Troca 6



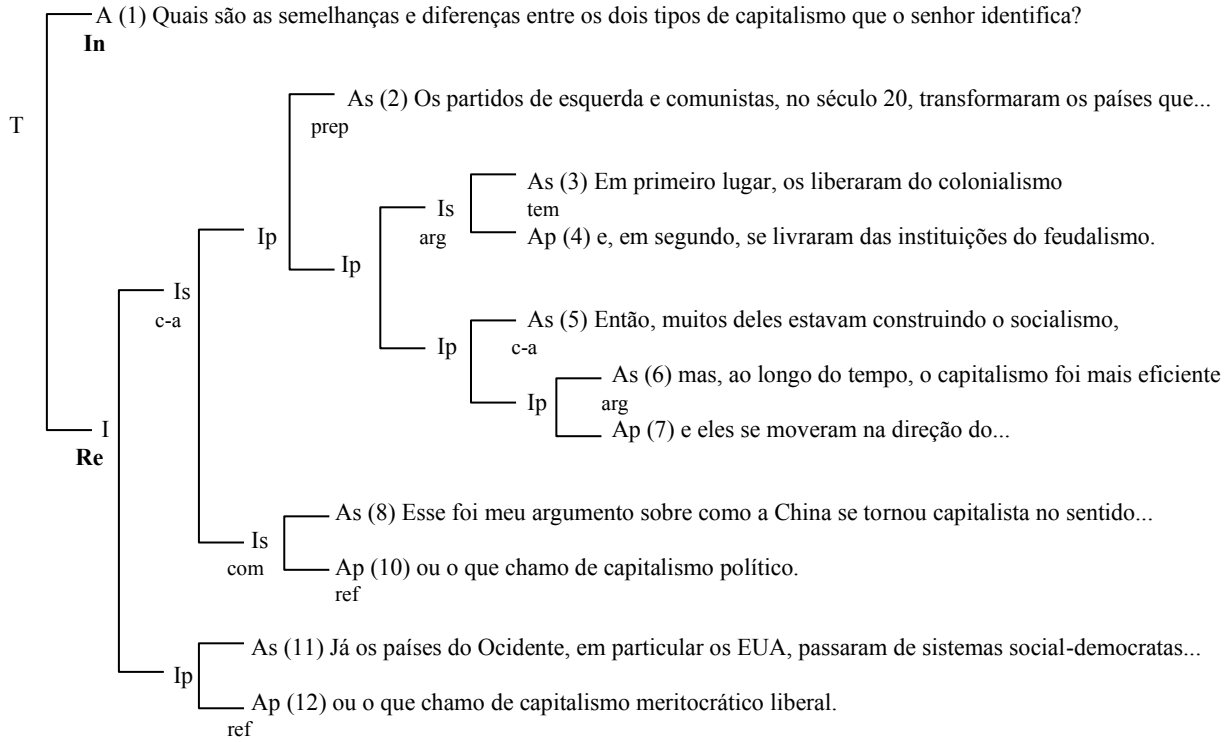
Troca 8



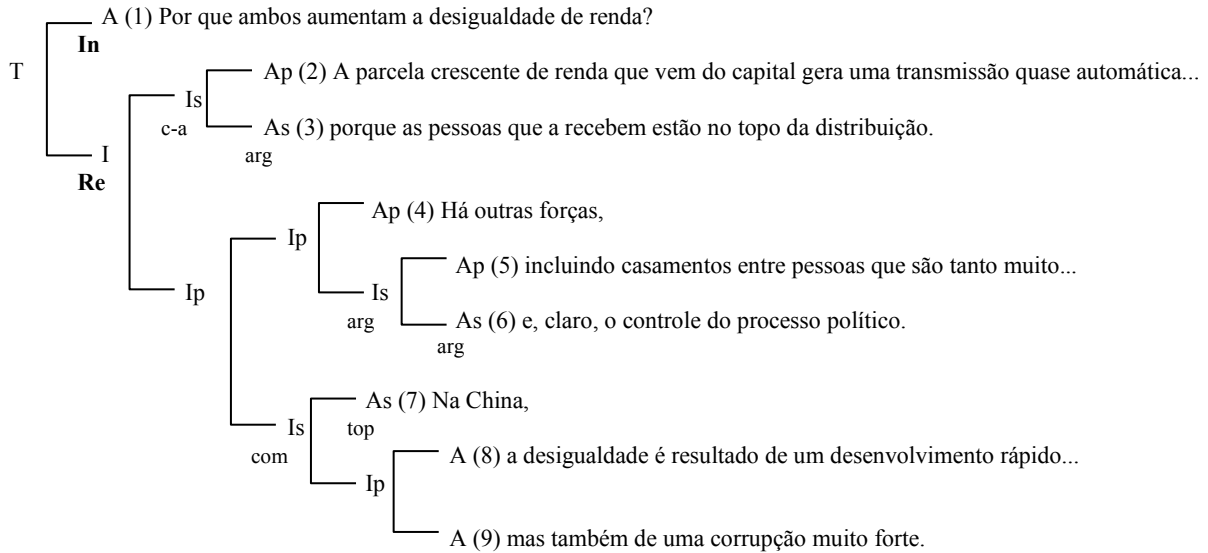
Troca 9



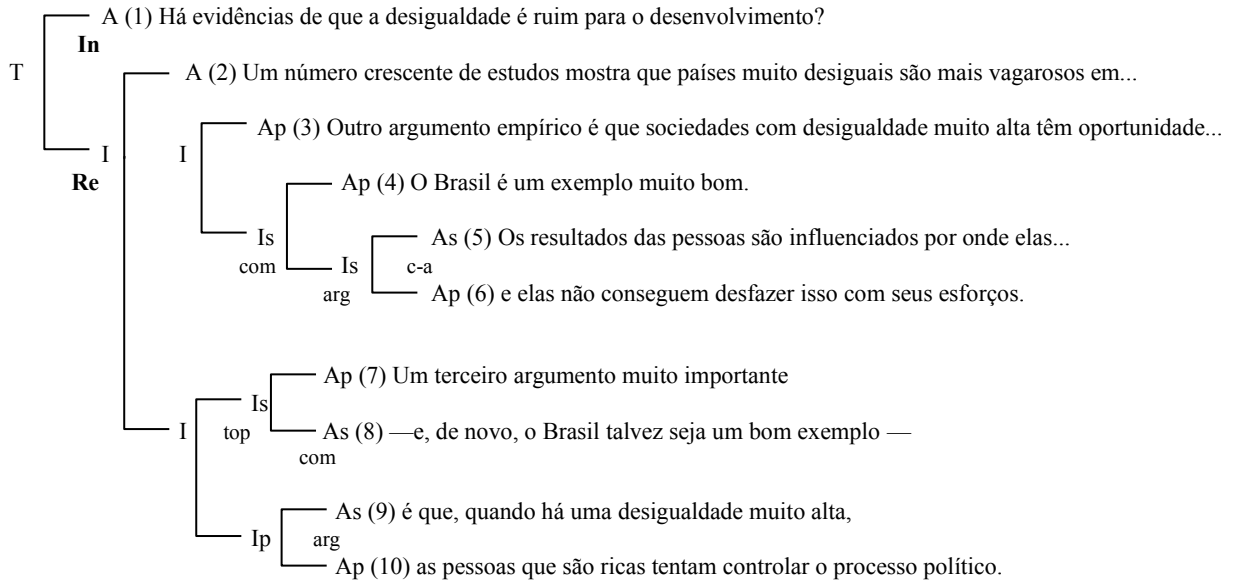
Entrevista 5 (Branko Milanovic – Erica Fraga)
Troca 1



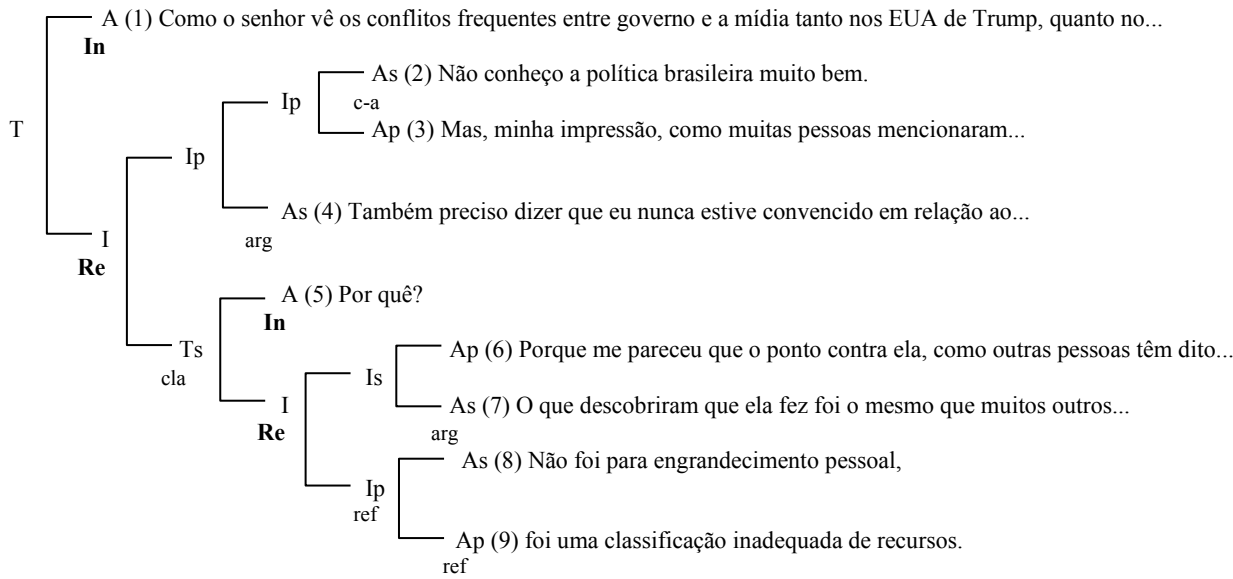
Troca 2



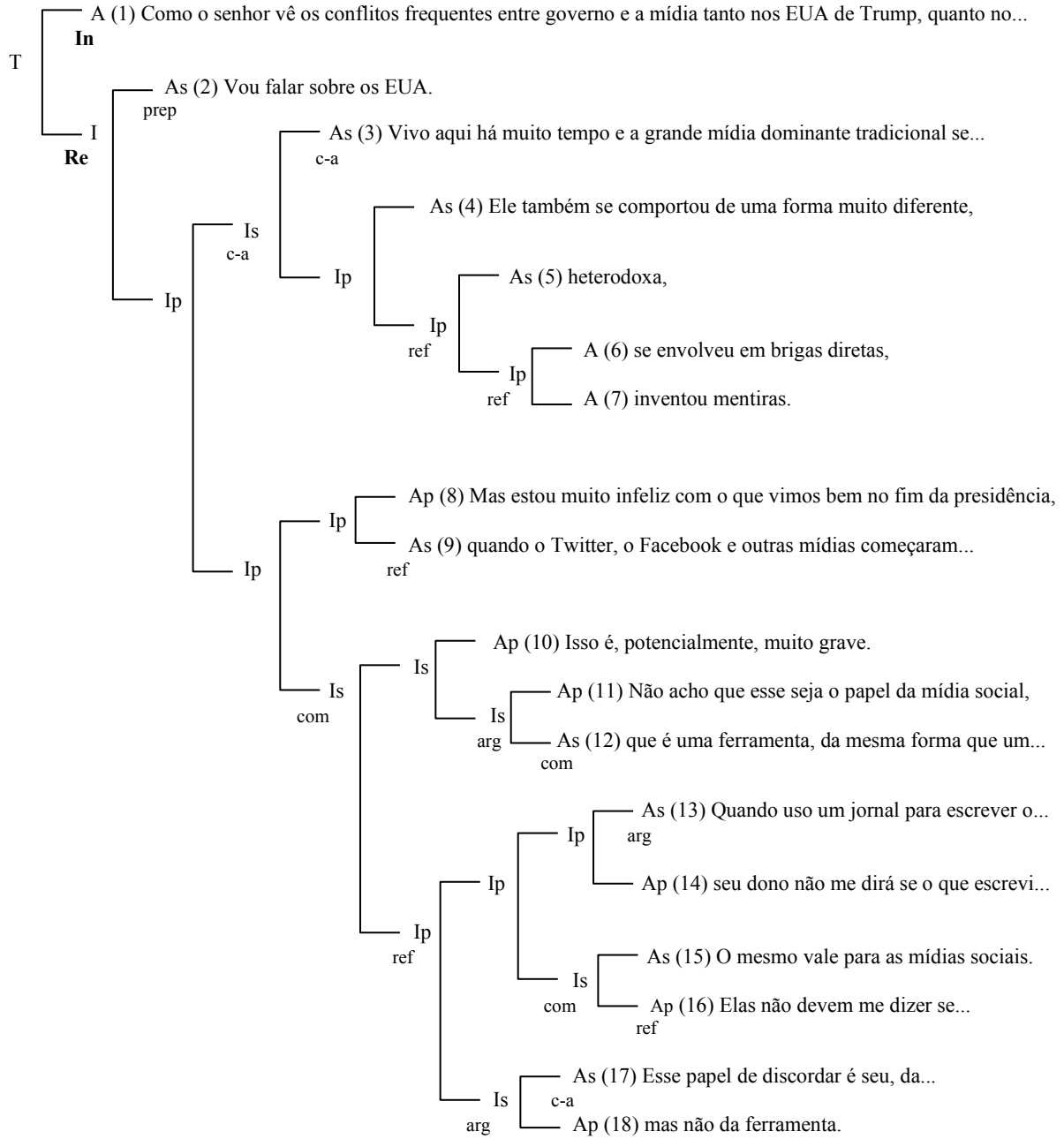
Troca 3



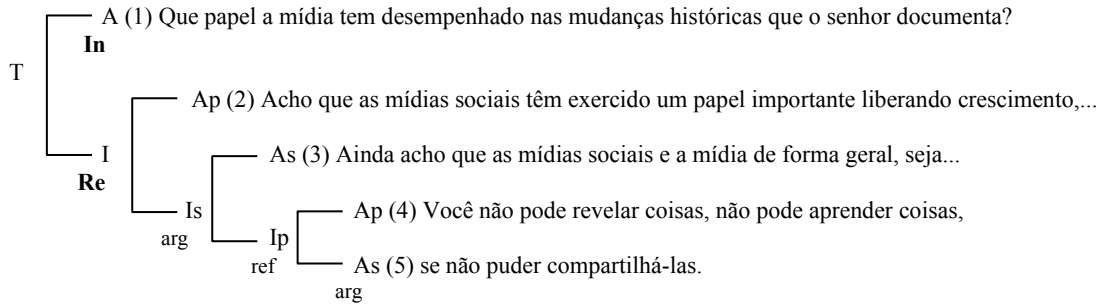
Troca 4



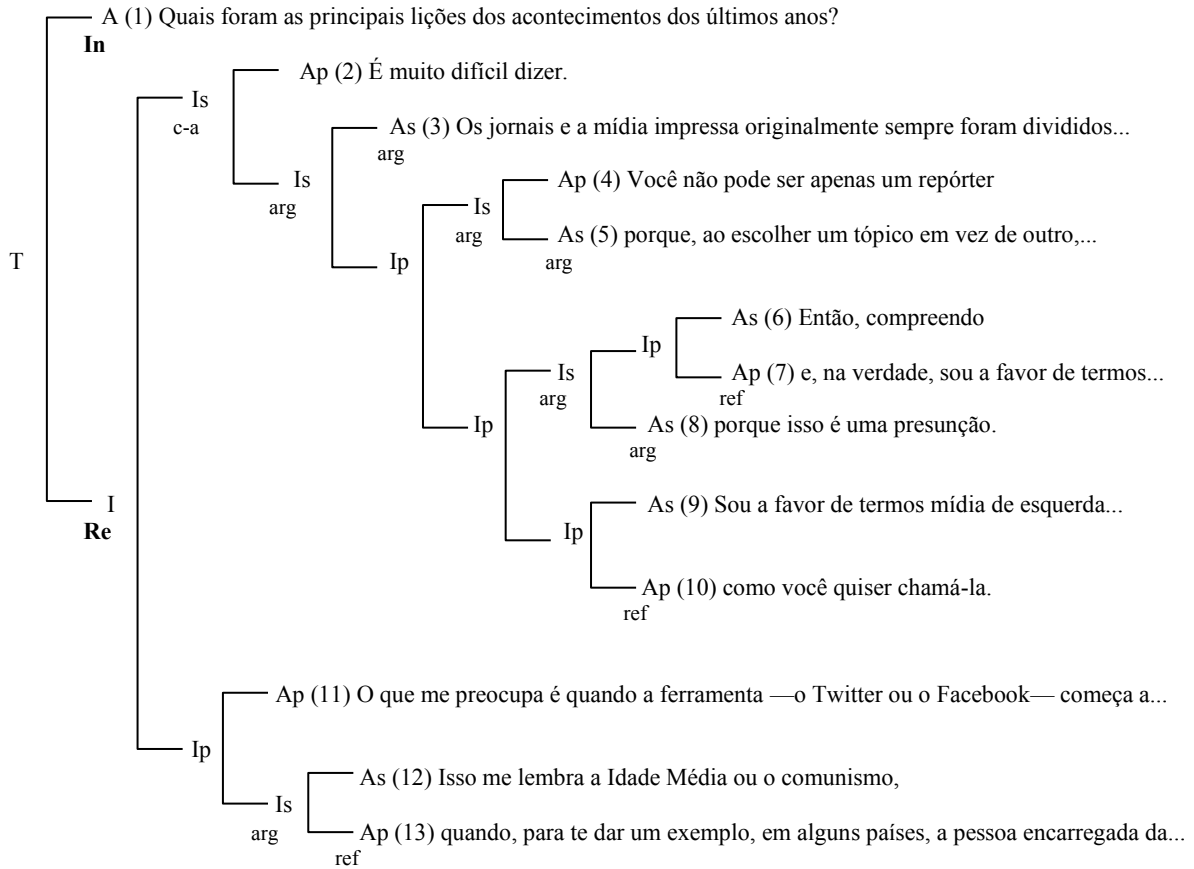
Troca 5



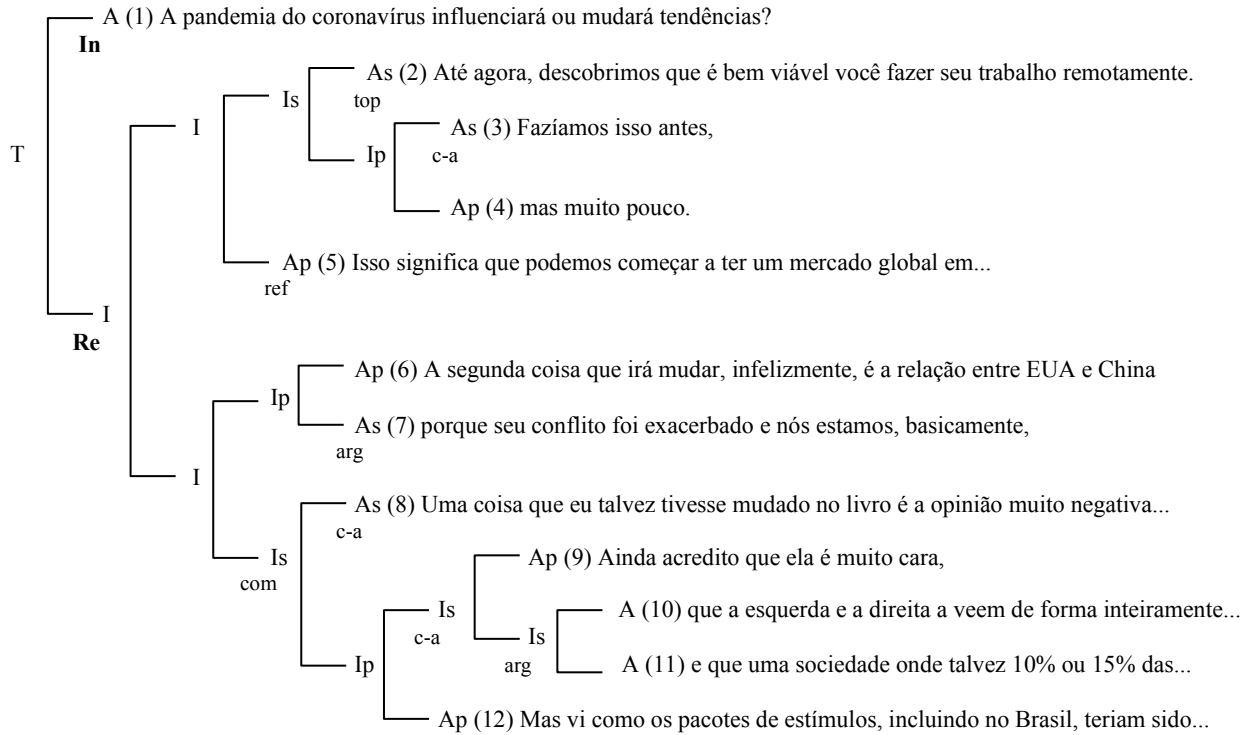
Troca 6



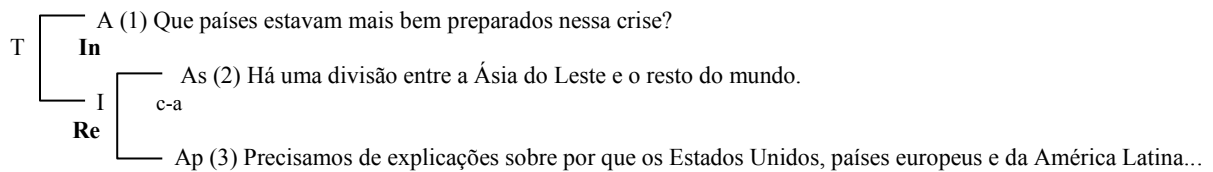
Troca 7



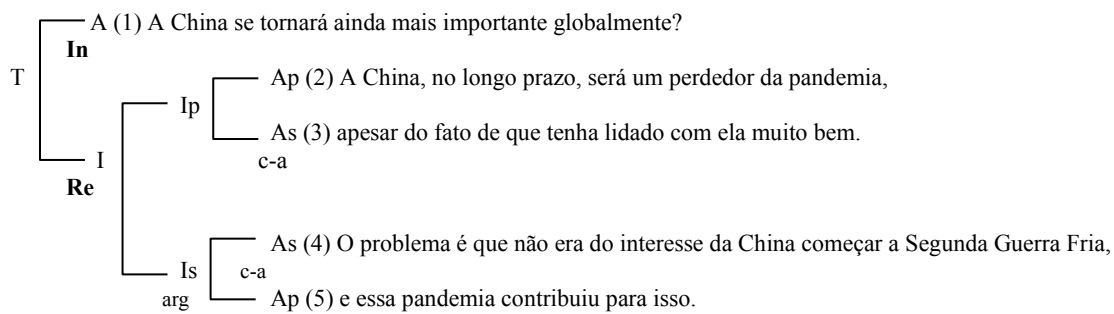
Troca 8



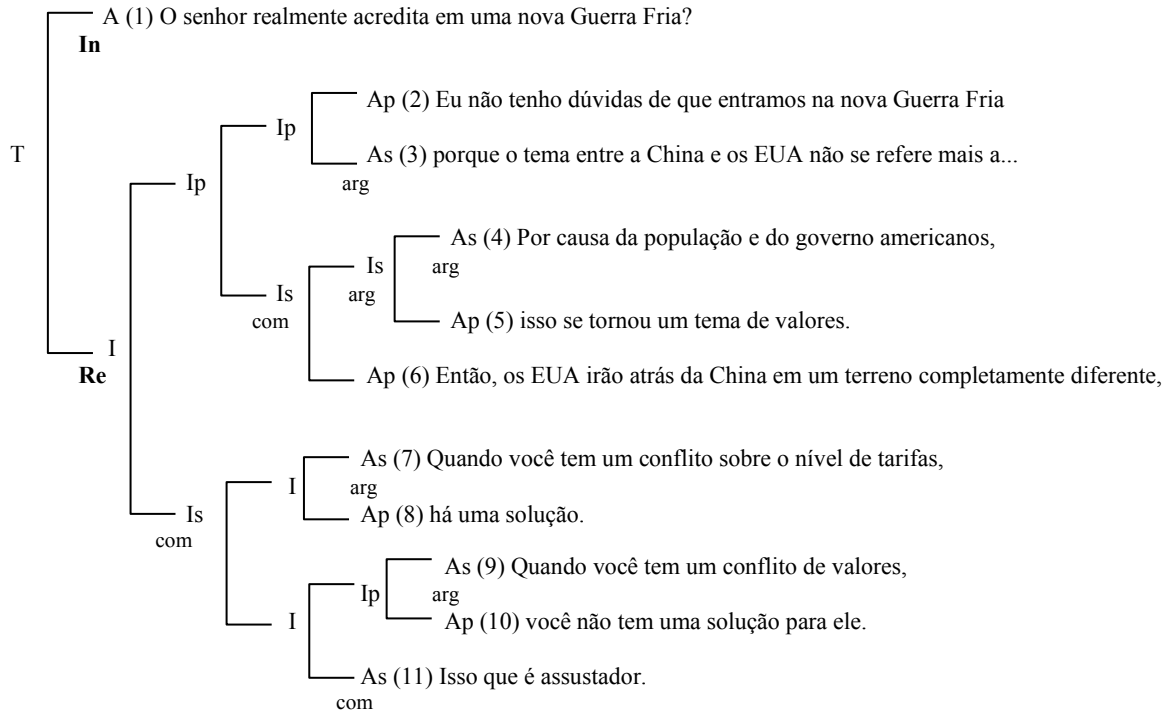
Troca 9



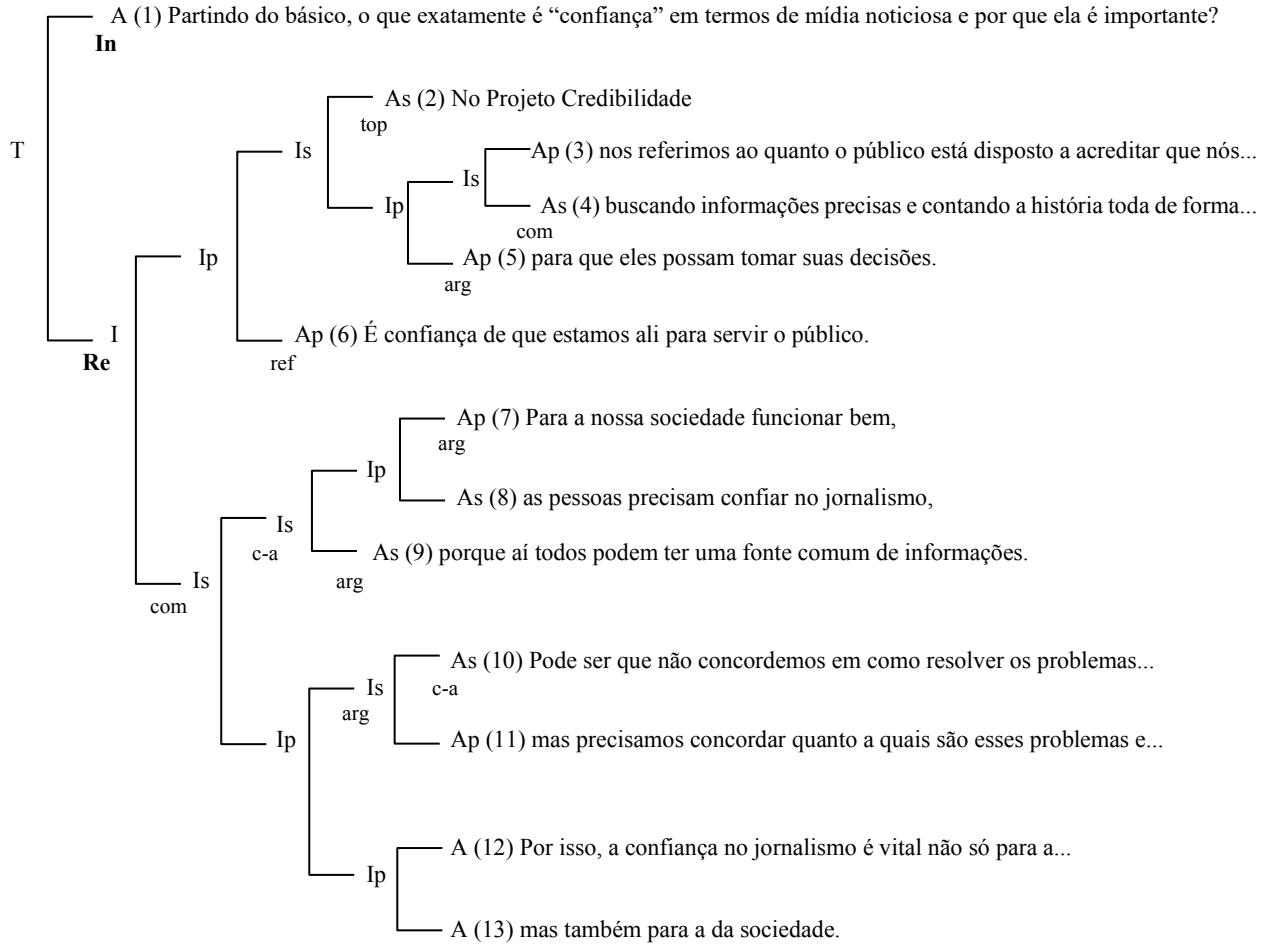
Troca 10



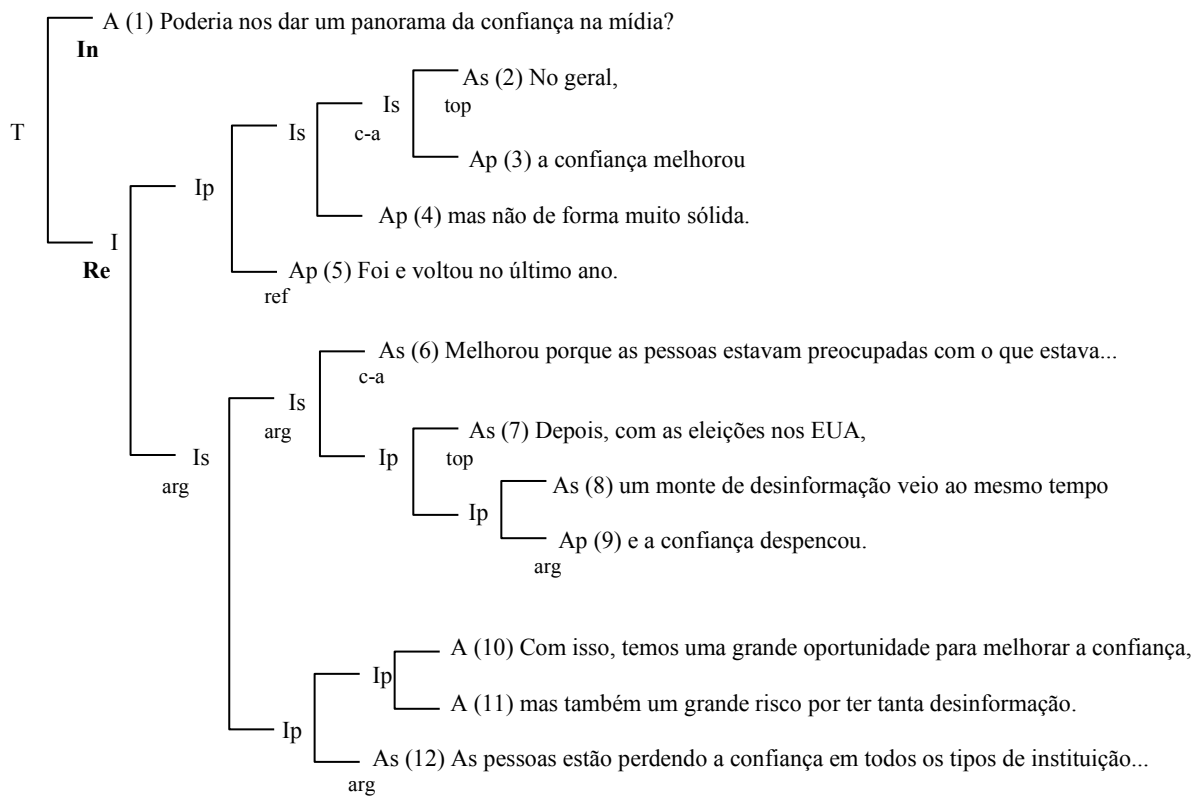
Troca 11



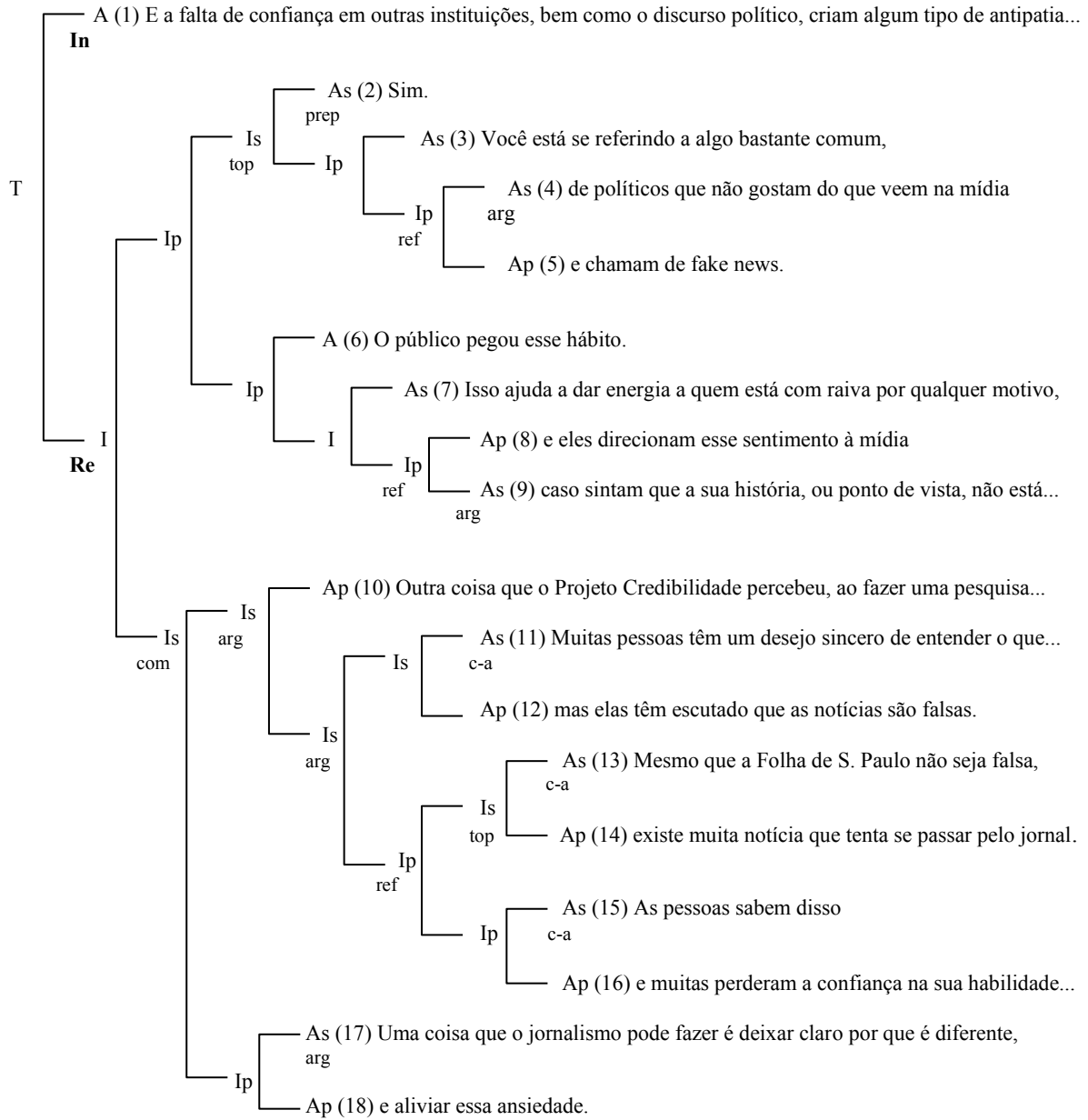
Entrevista 6 (Sally Lehrman – Raphael Hernandes)
Troca 1



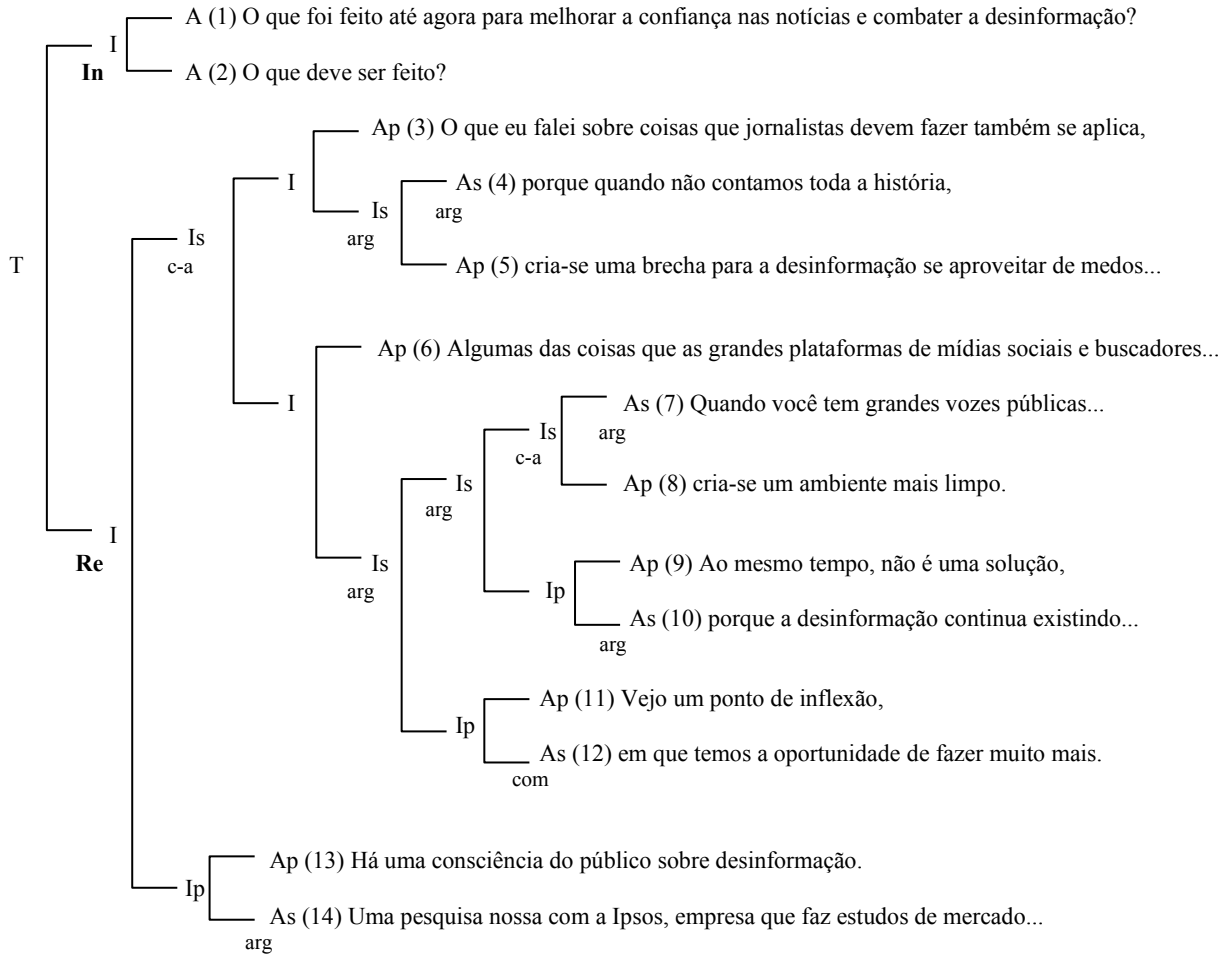
Troca 2



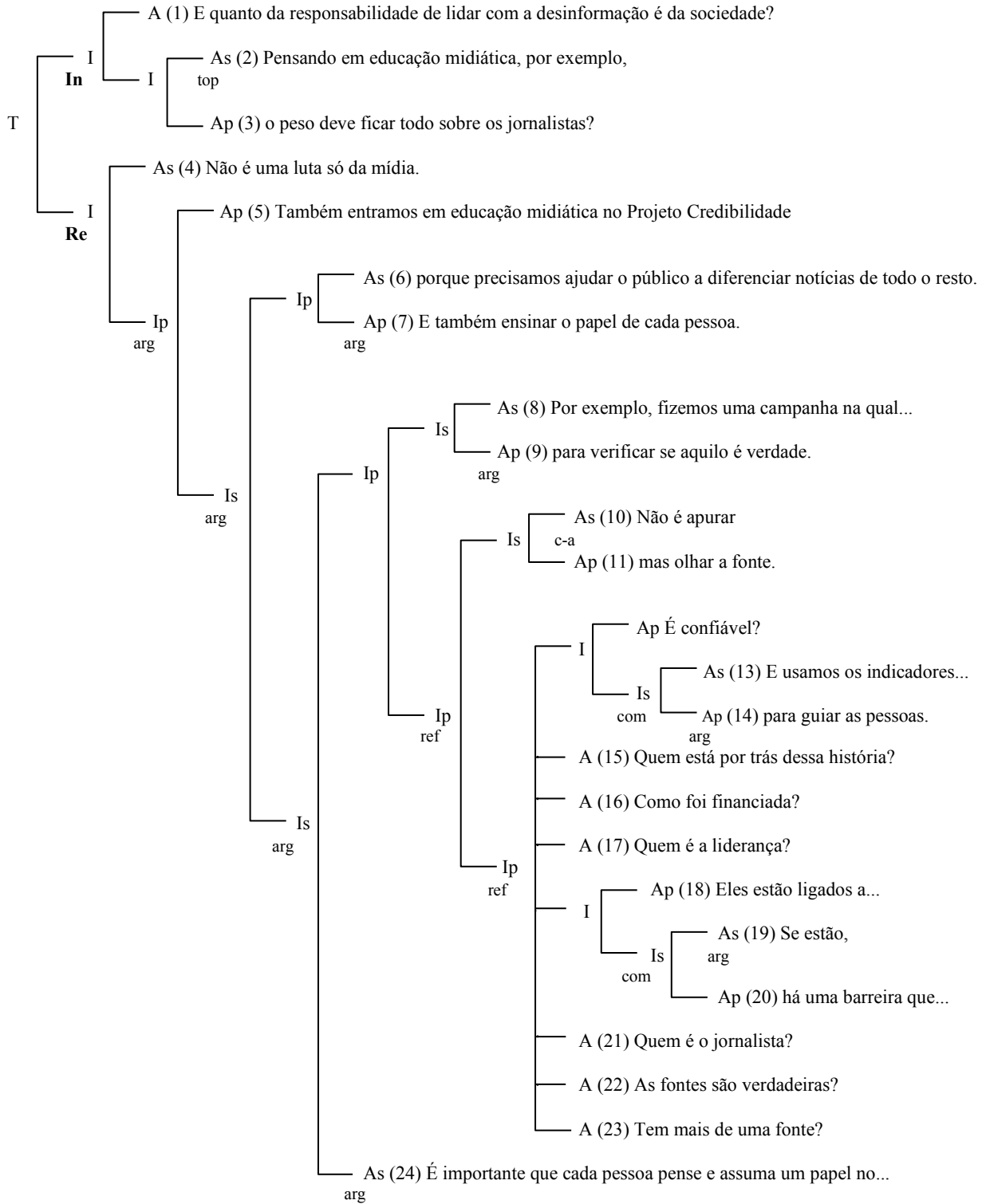
Troca 3



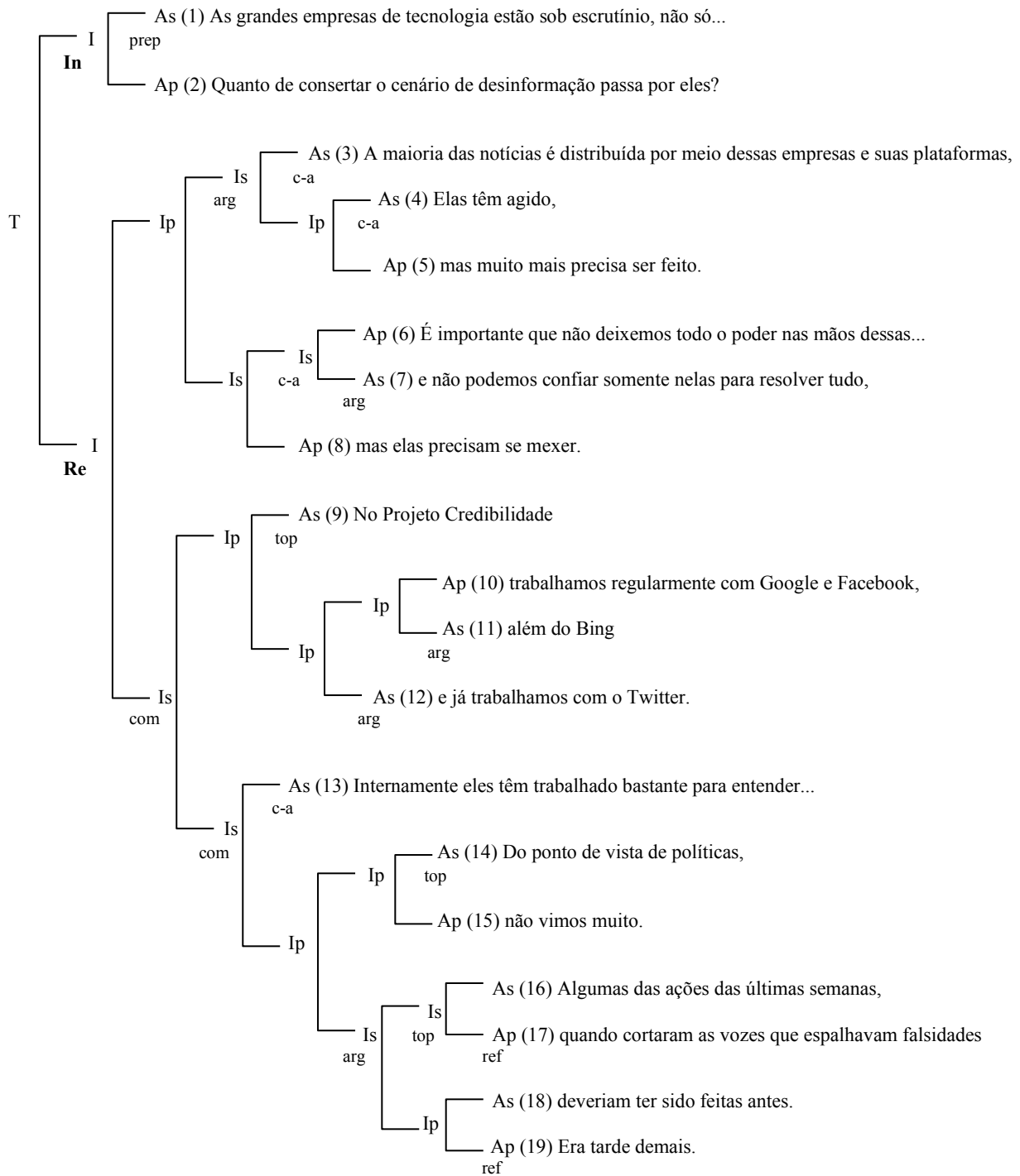
Troca 5



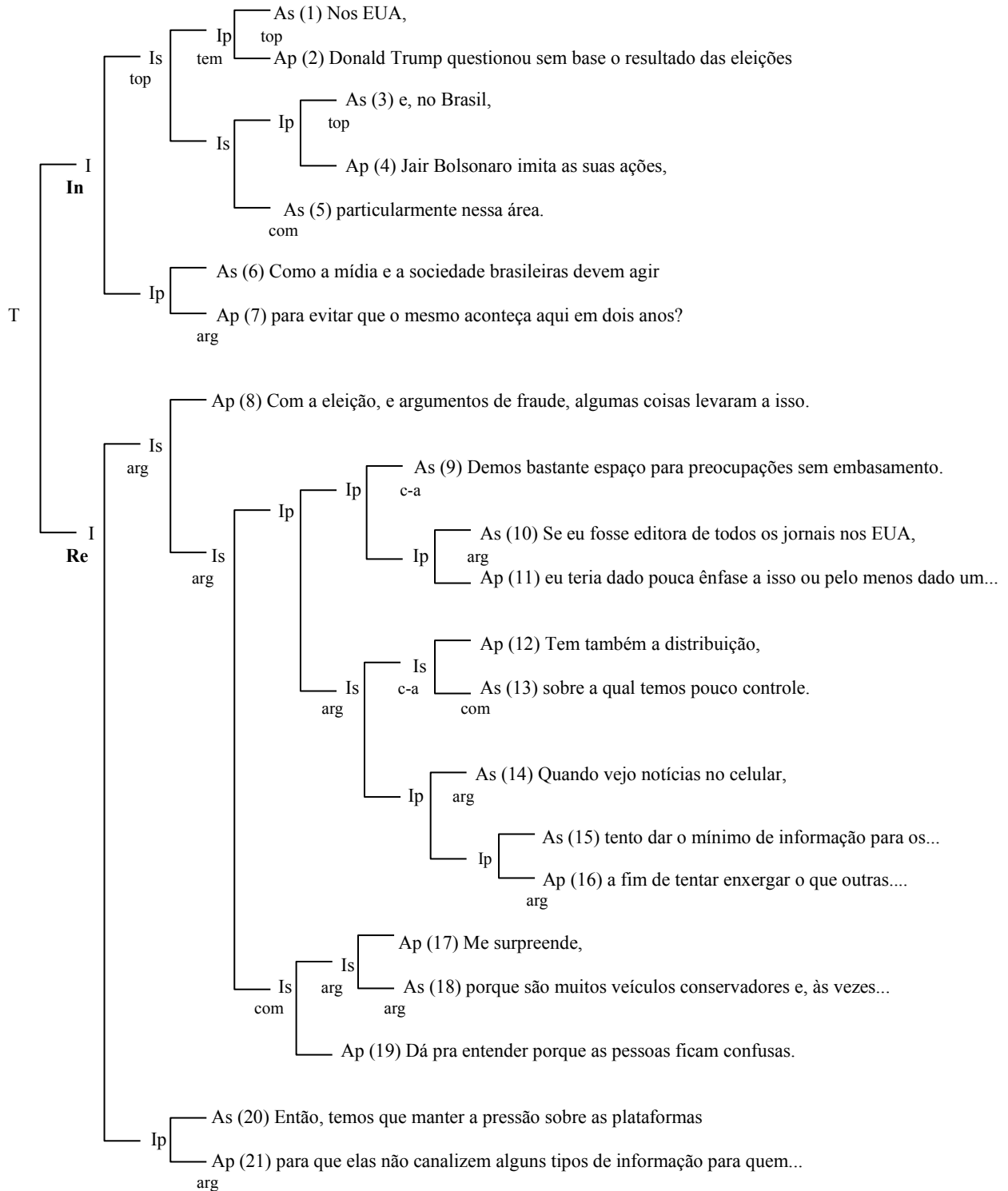
Troca 6



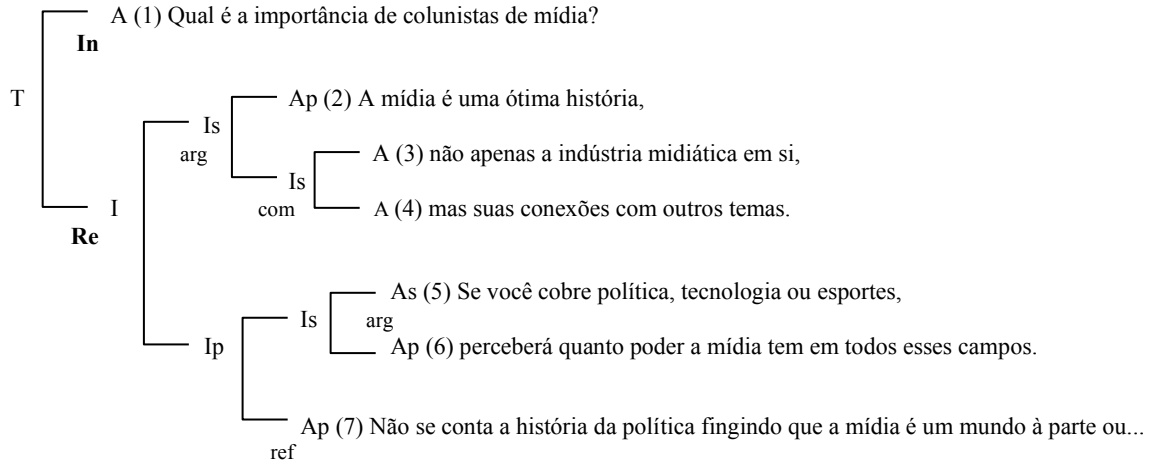
Troca 7



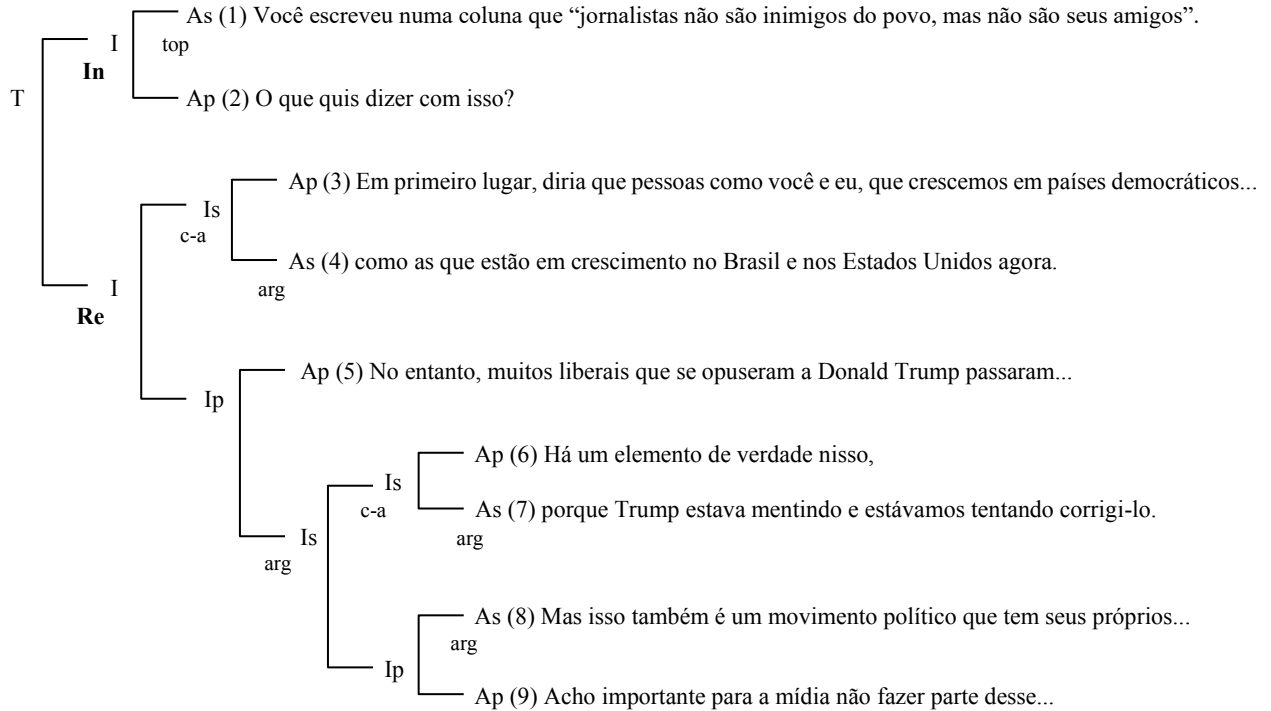
Troca 8



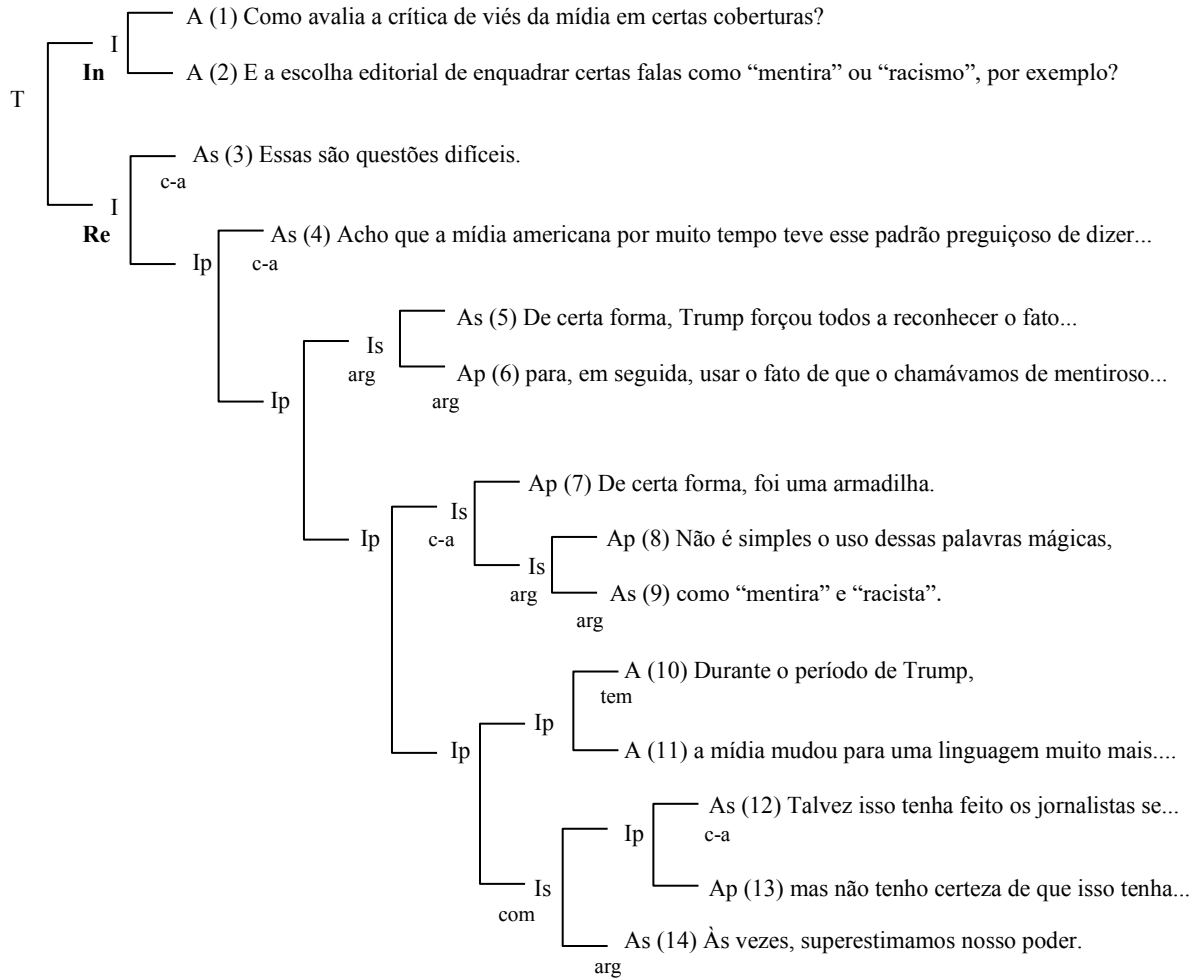
Entrevista 7 (Bem Smith – Thiago Amparo)
Troca 1



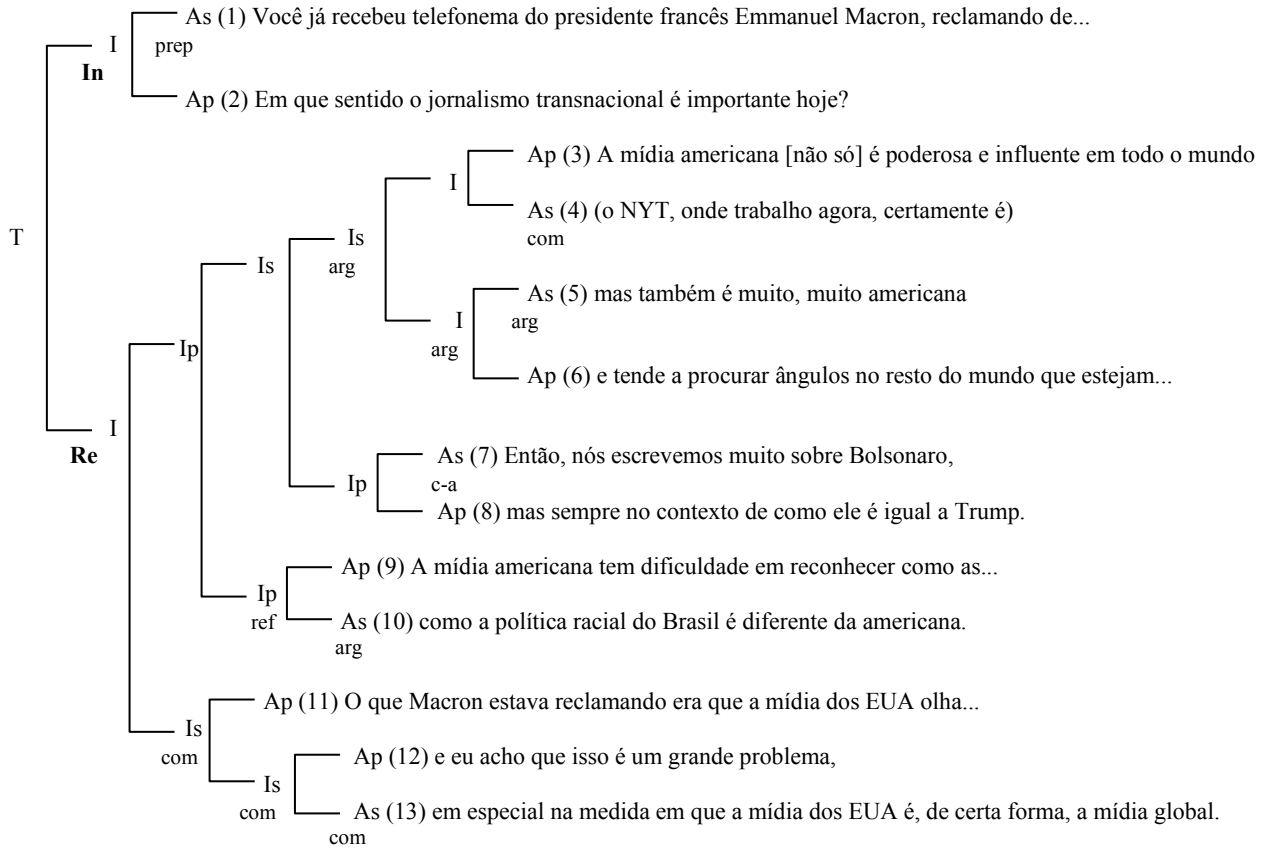
Troca 2



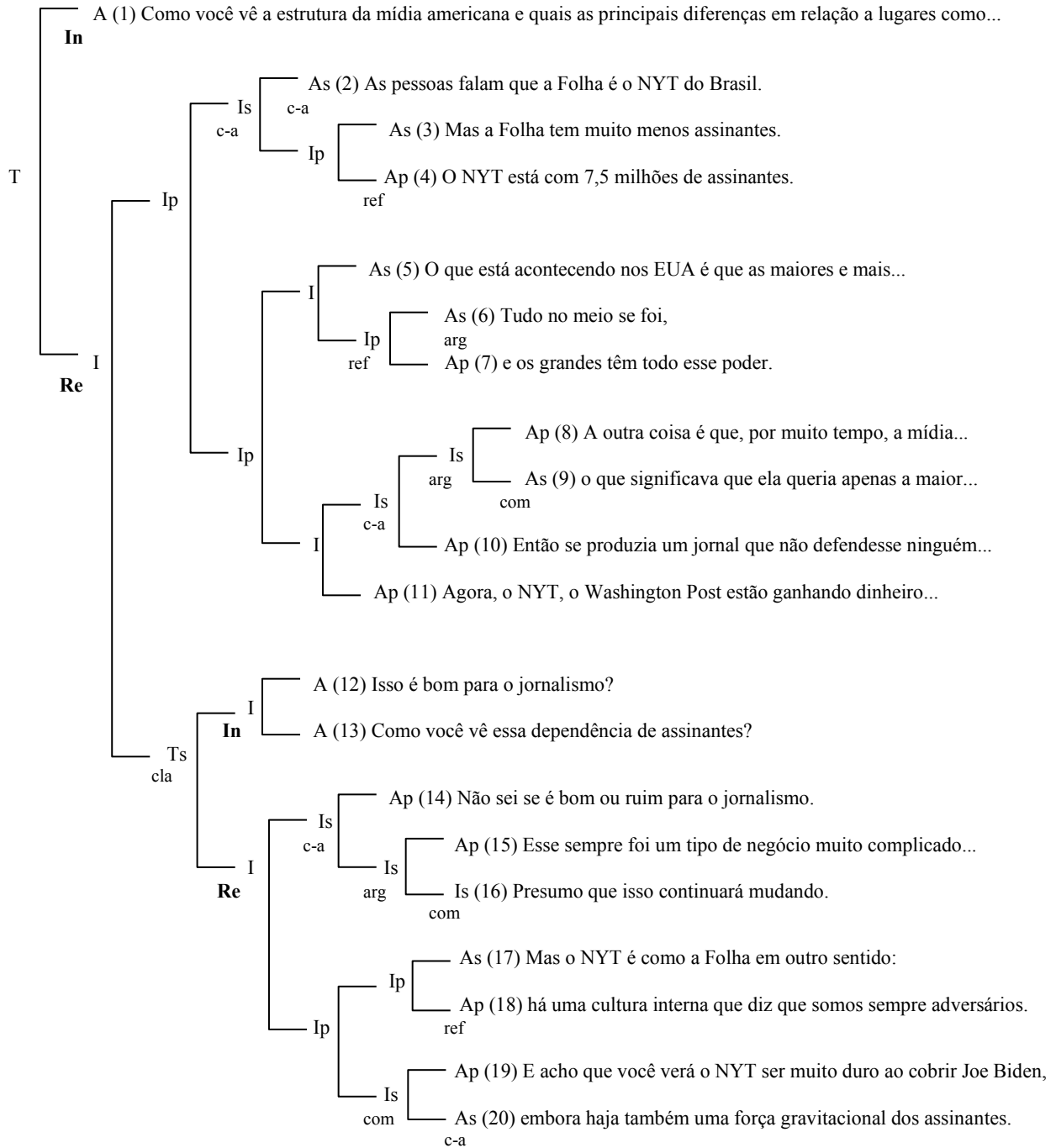
Troca 3



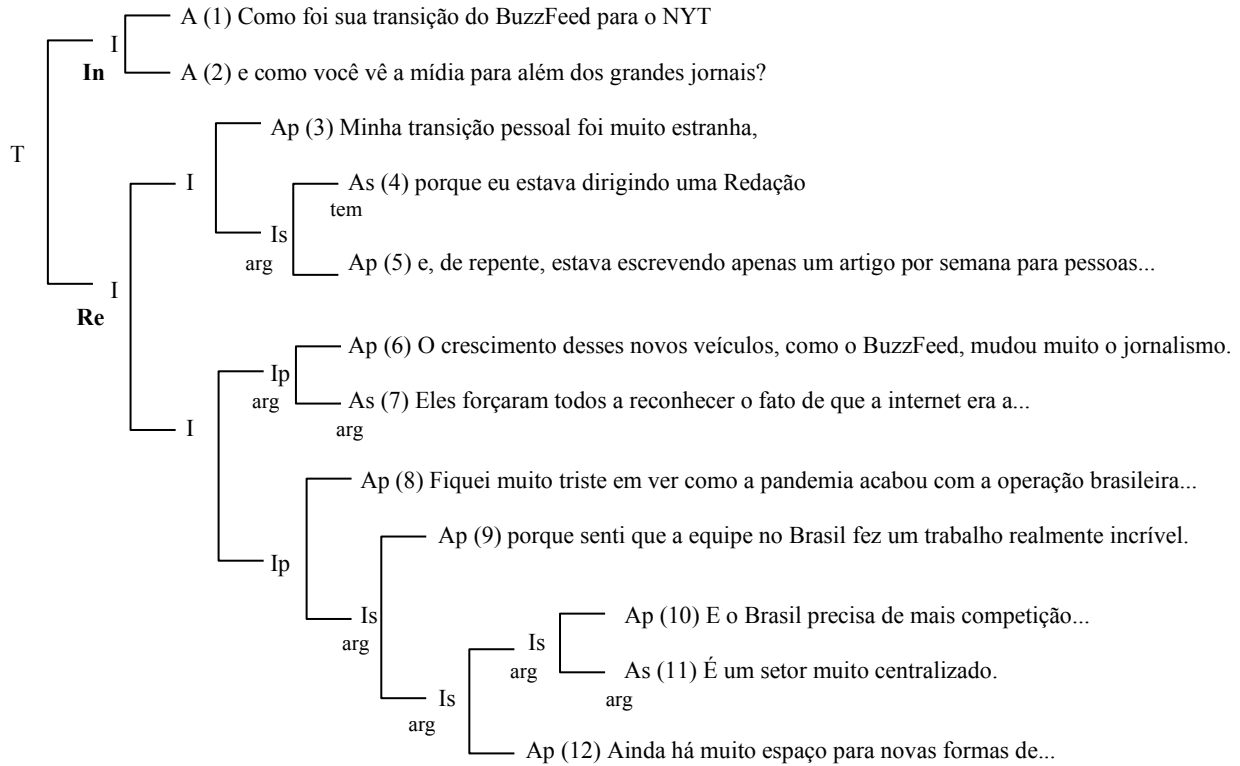
Troca 4



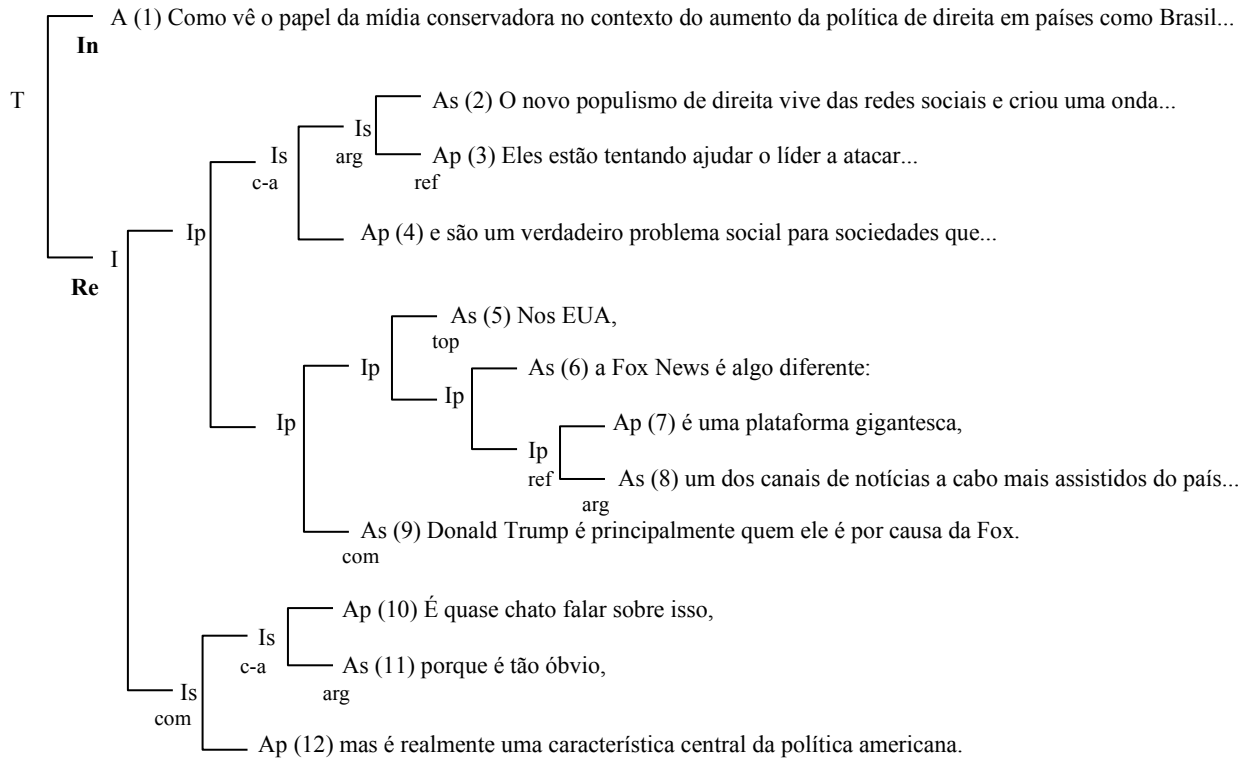
Troca 5



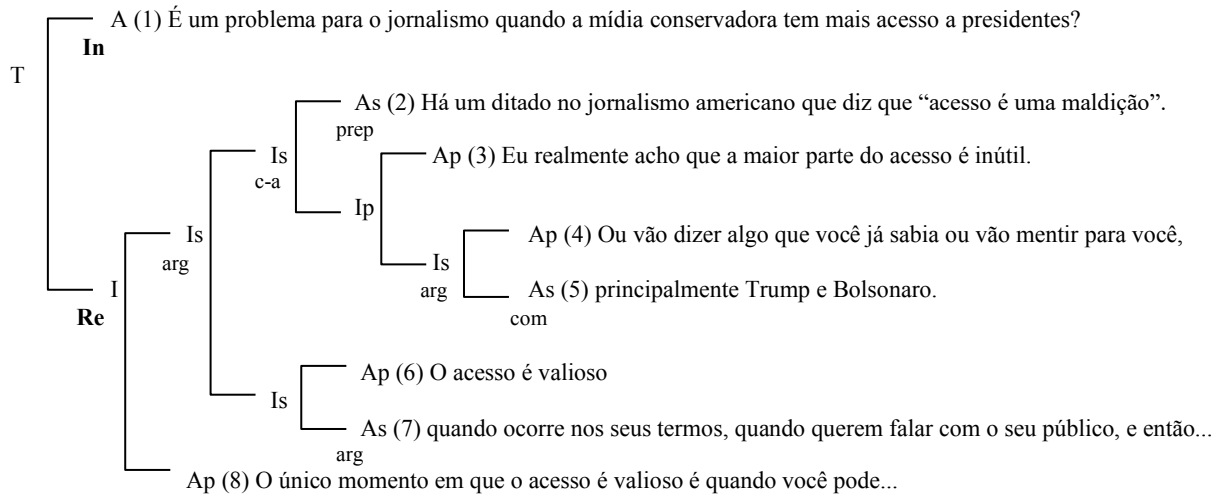
Troca 6



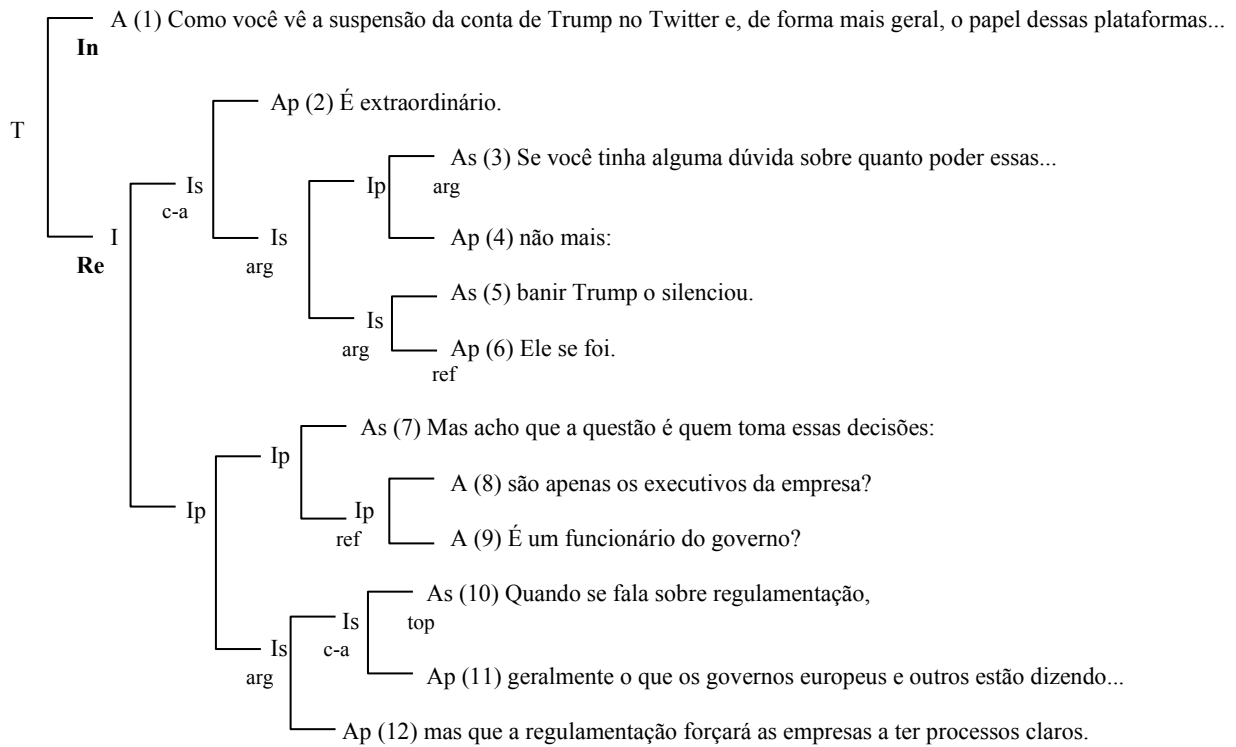
Troca 7



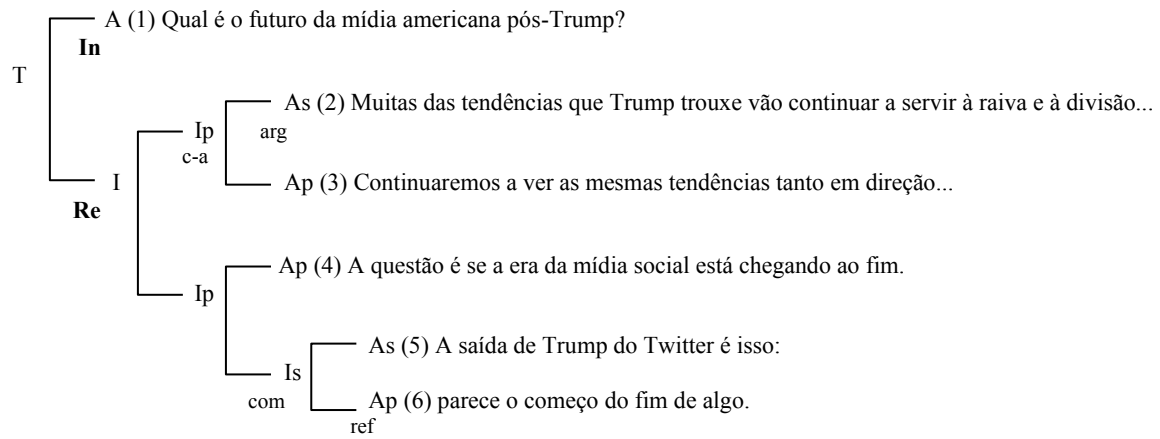
Troca 8



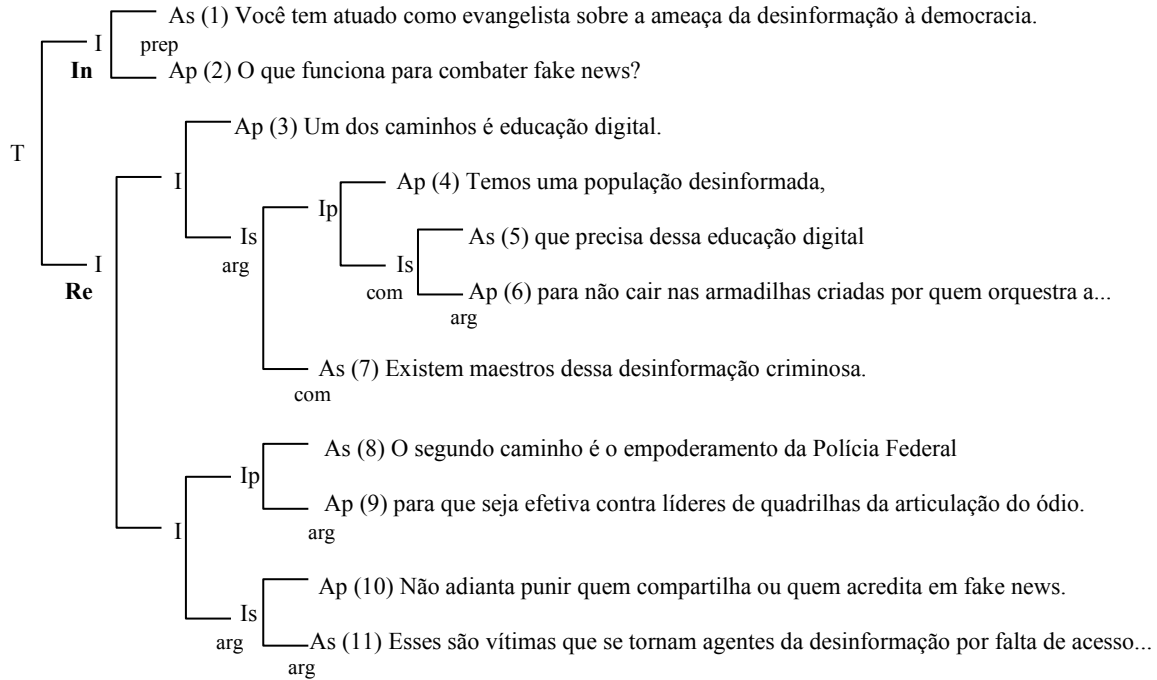
Troca 9



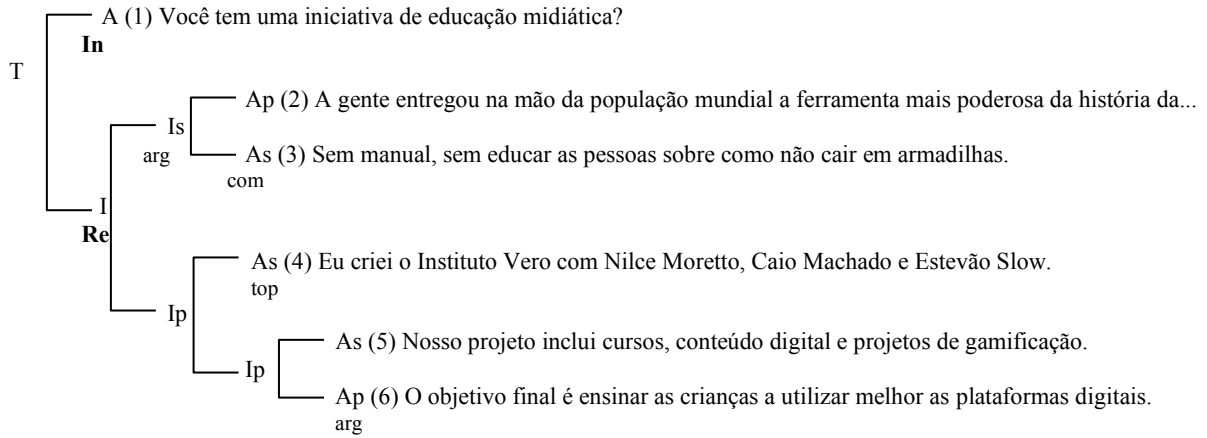
Troca 10



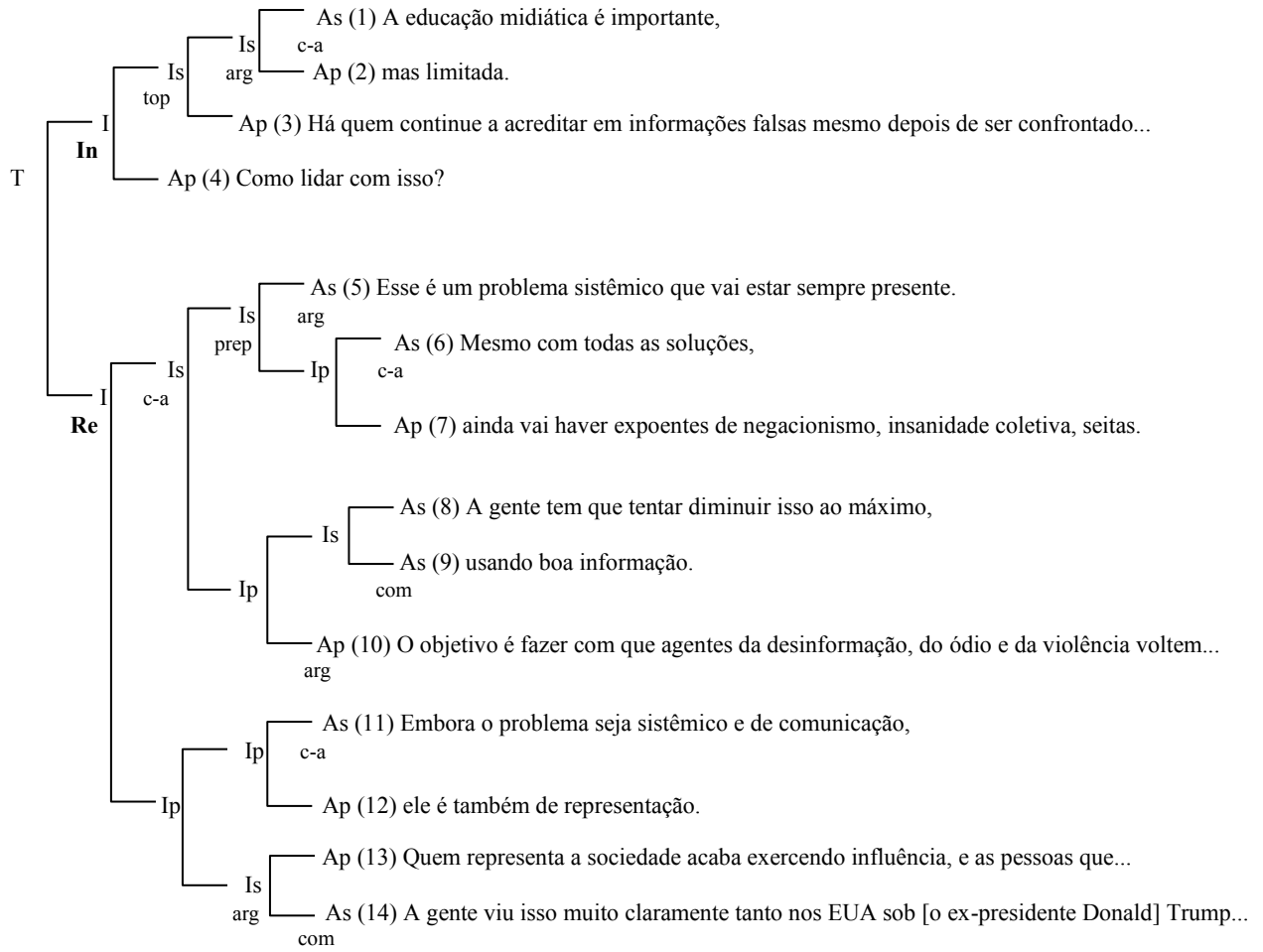
Entrevista 8 (Felipe Neto – Patrícia Campos Mello)
Troca 1



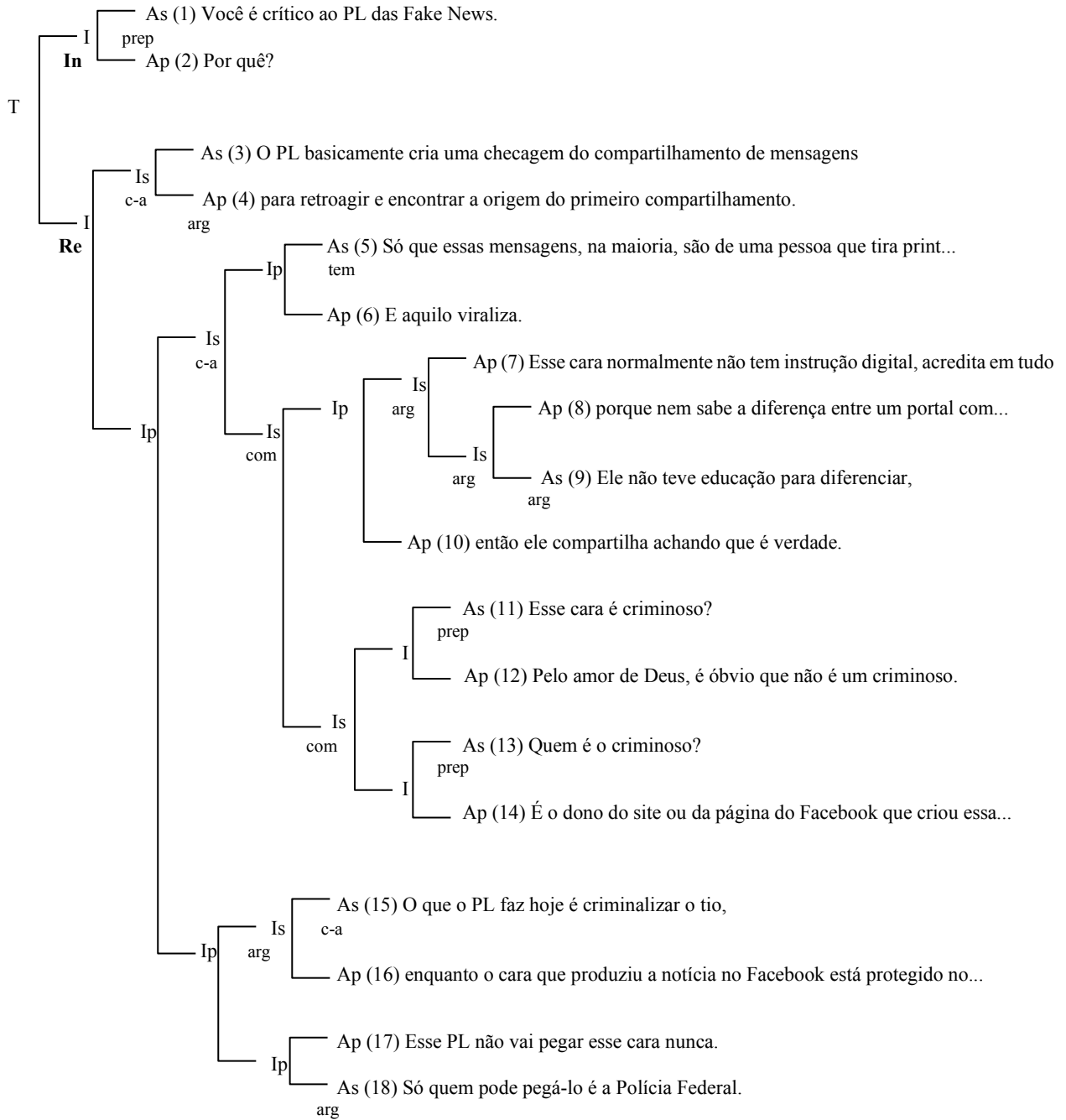
Troca 2



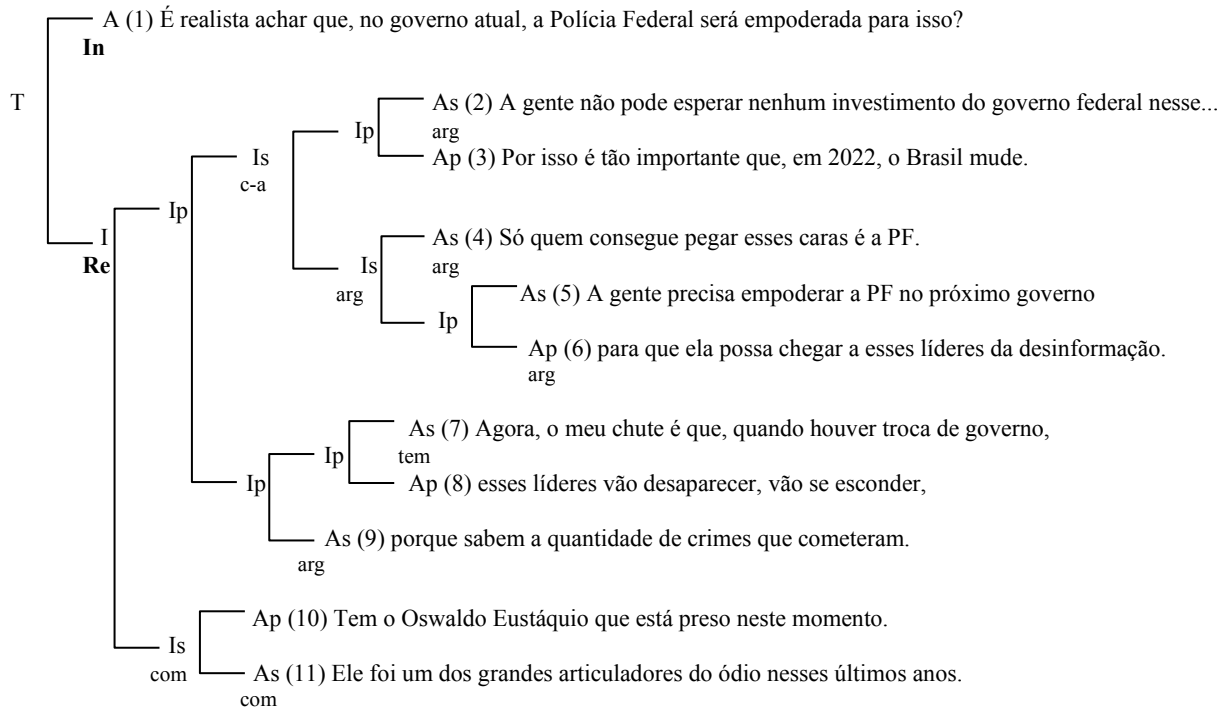
Troca 3



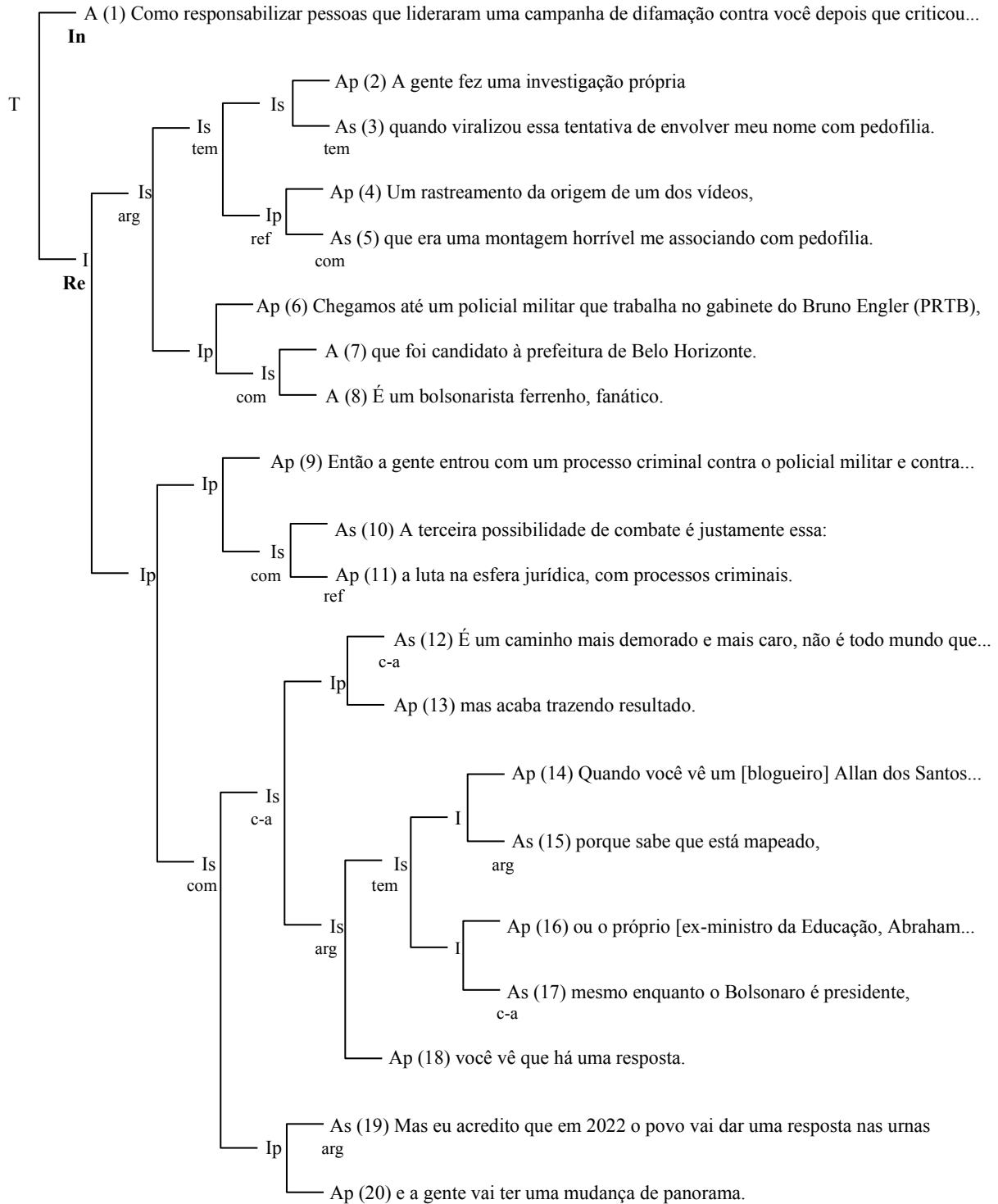
Troca 5



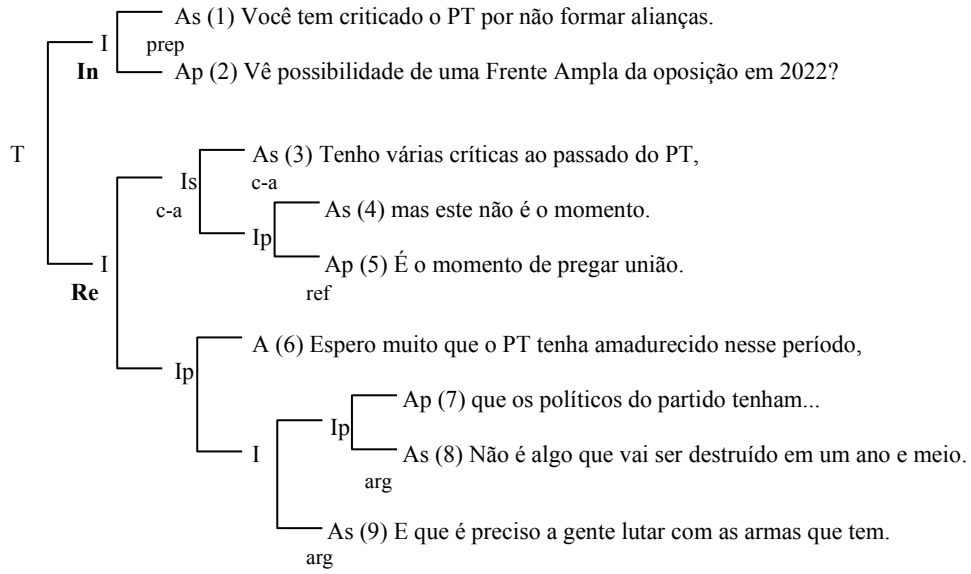
Troca 6



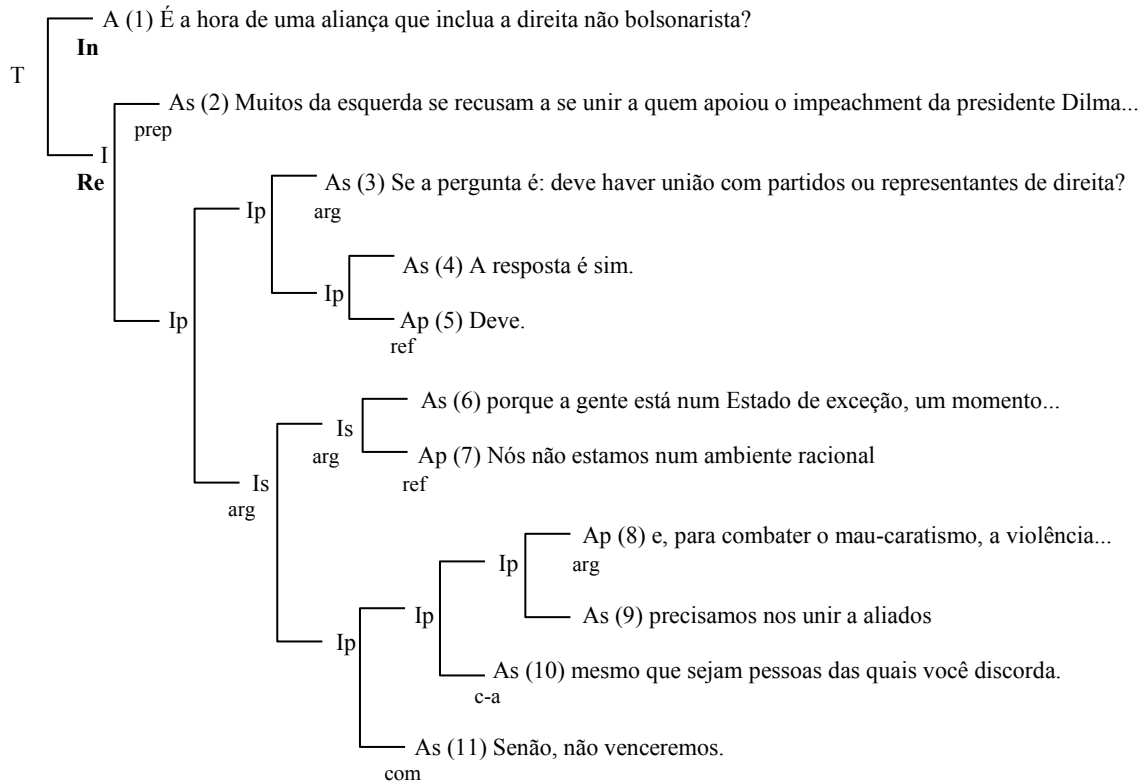
Troca 7



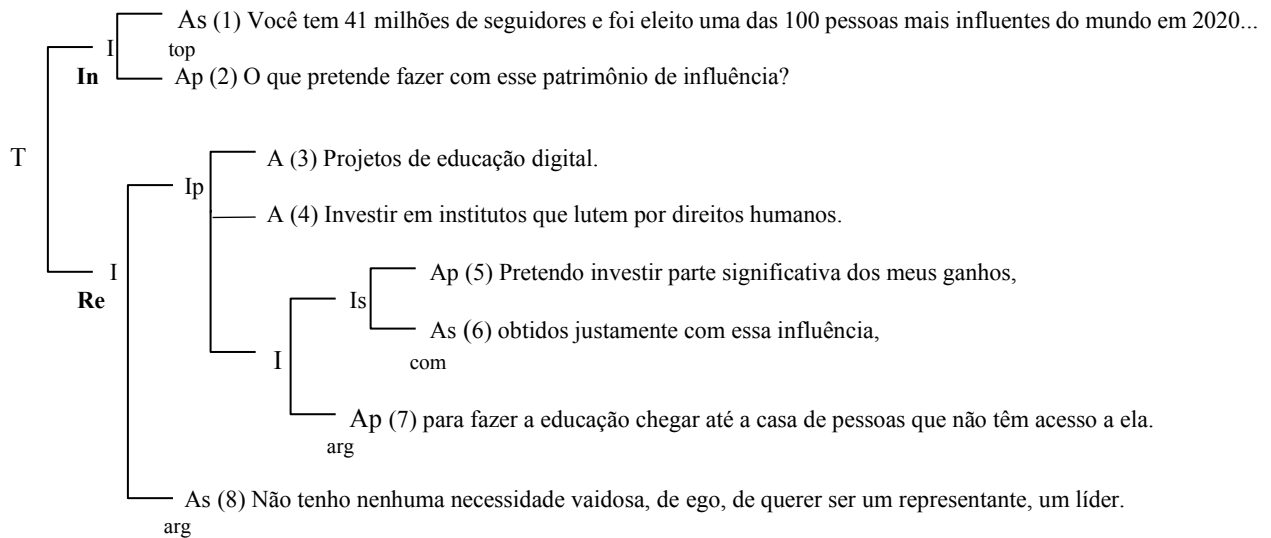
Troca 8

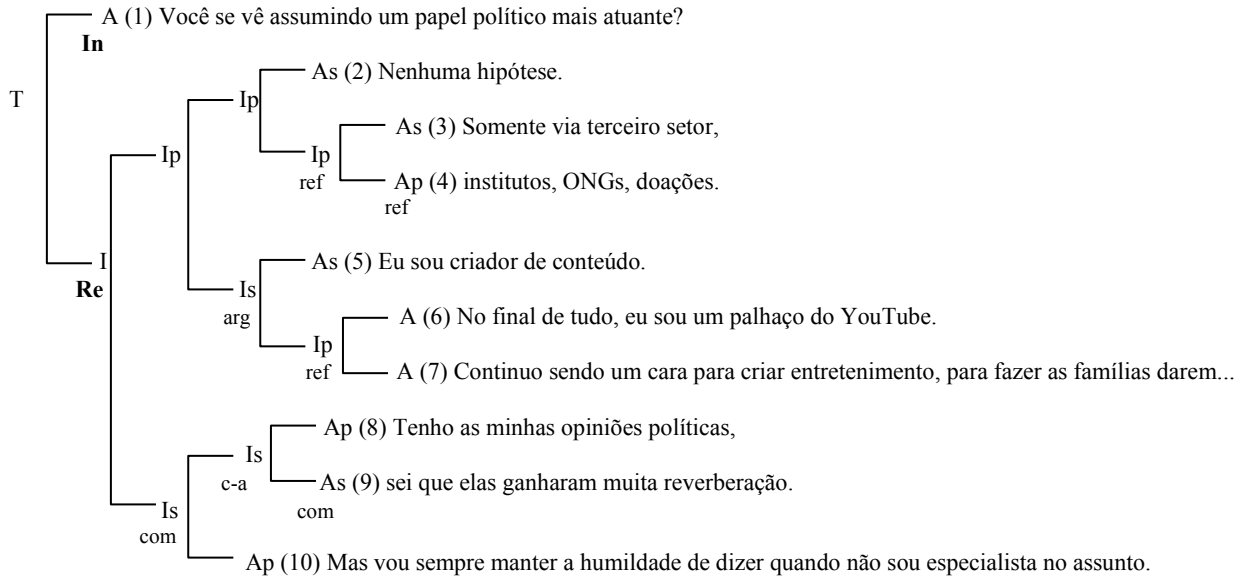
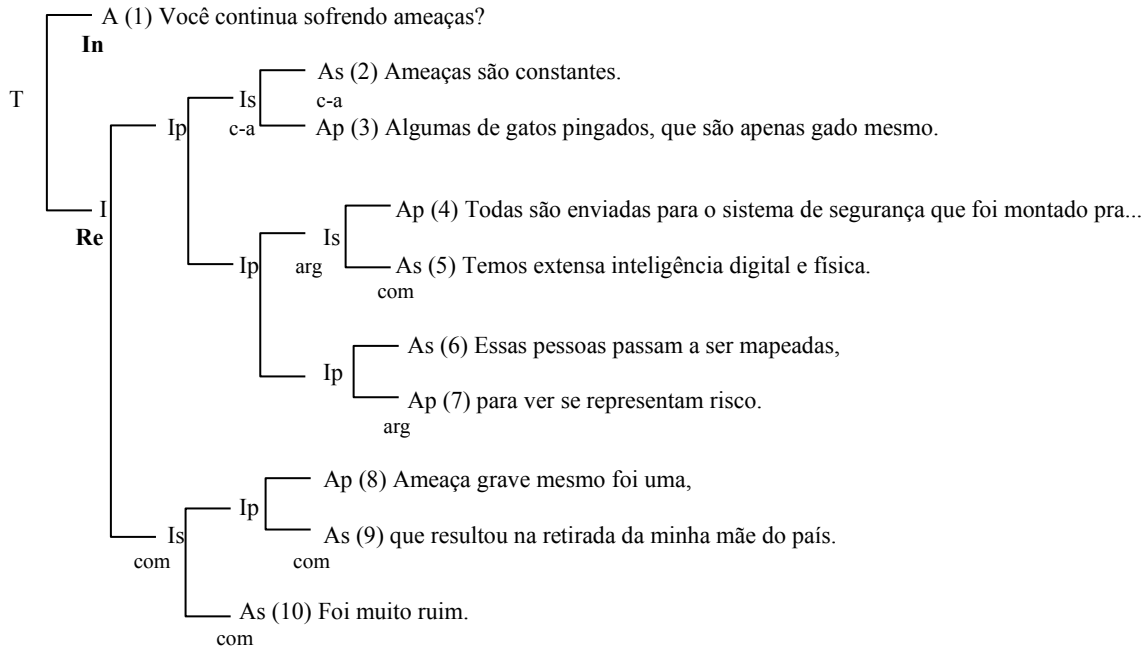
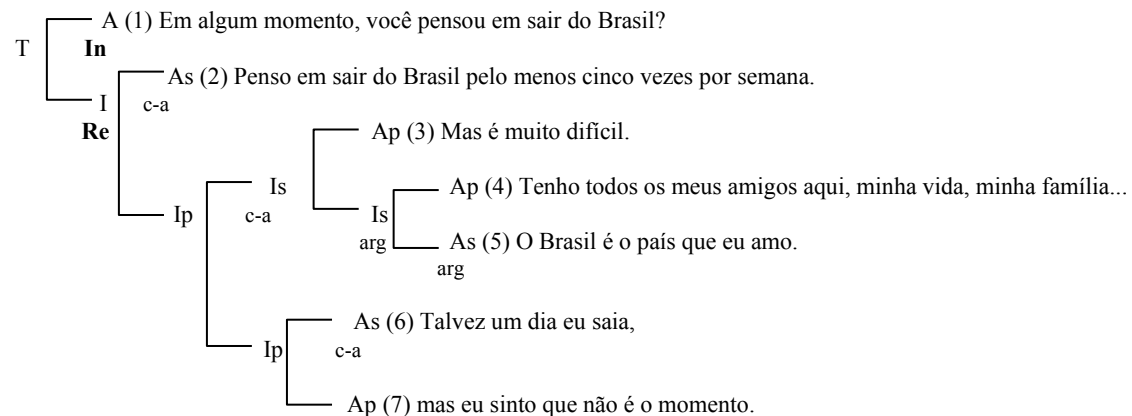


Troca 9

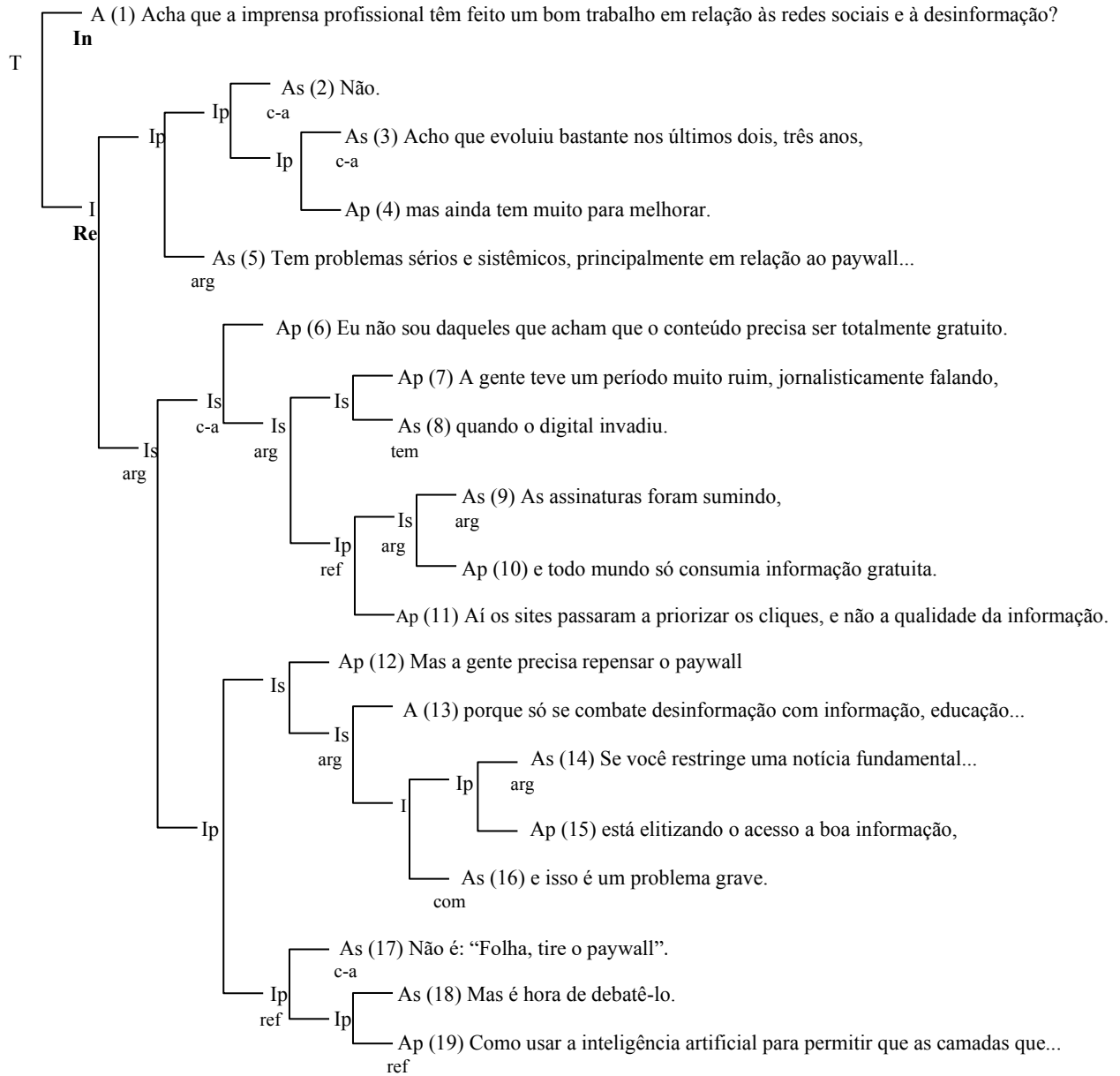


Troca 10

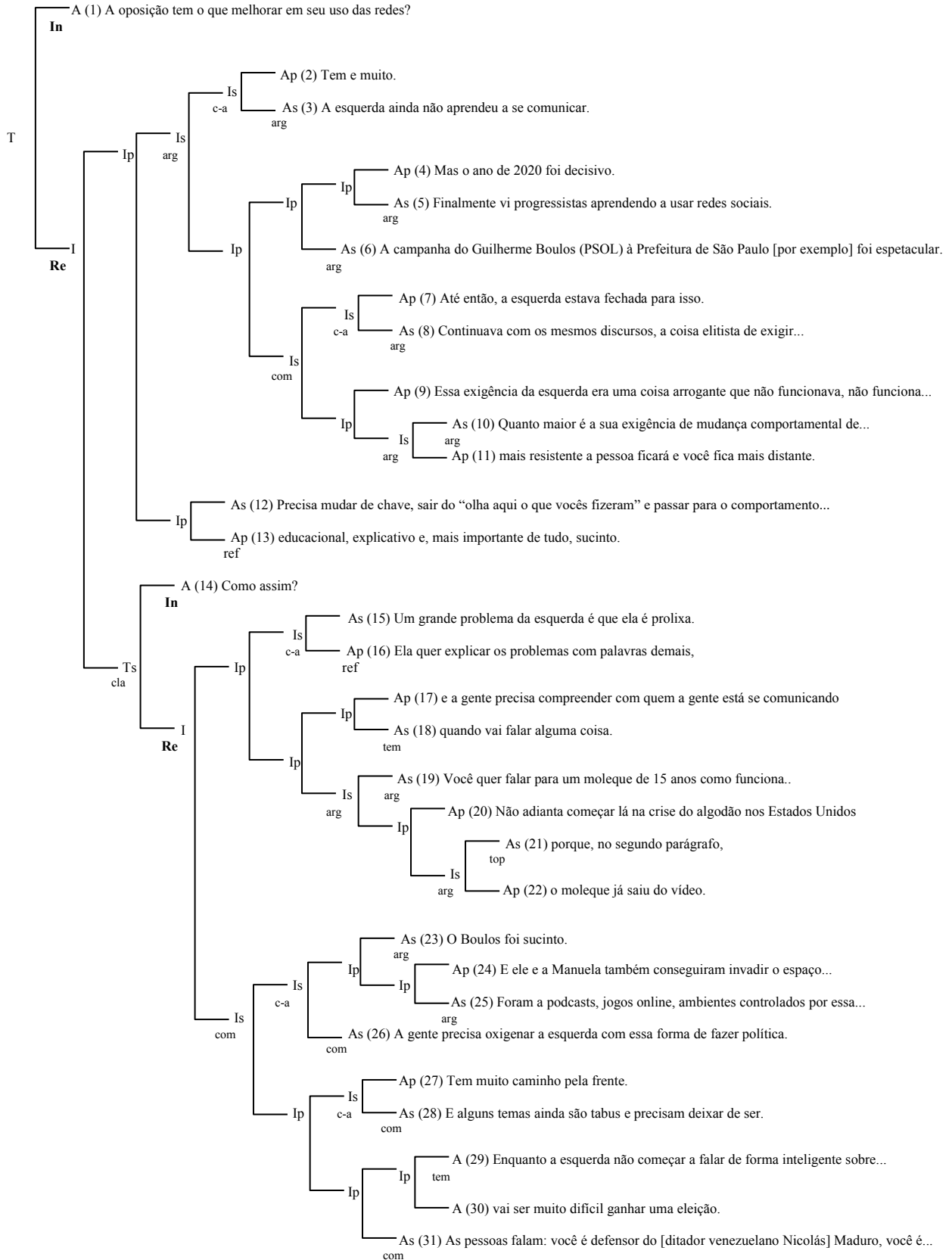


Troca 11**Troca 12****Troca 13**

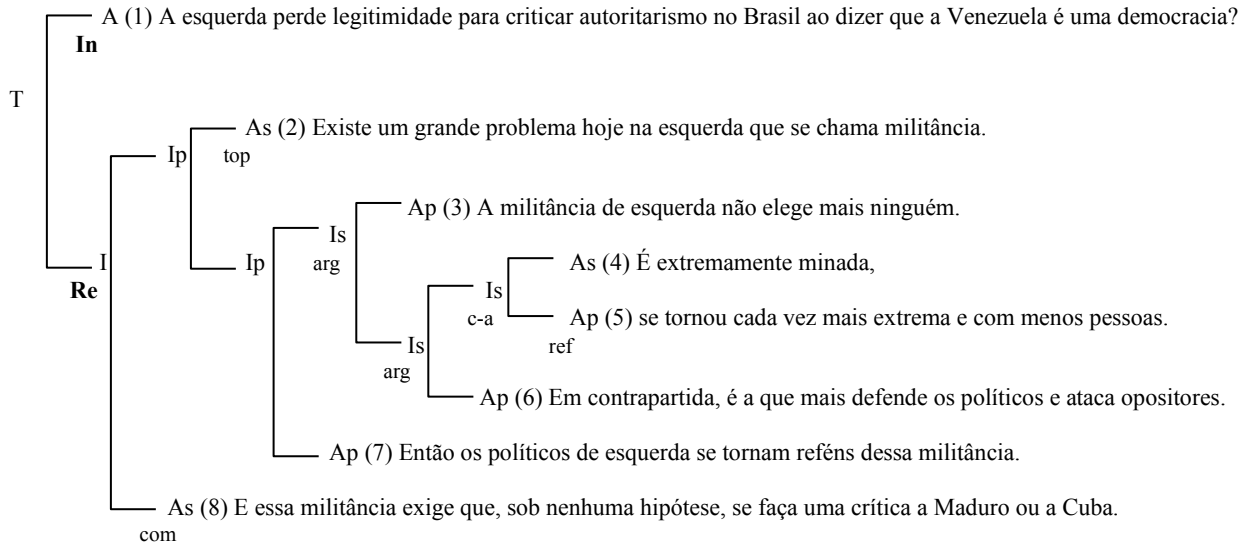
Troca 14



Troca 16



Troca 17



Troca 18

